

**MATEUS PRANZETTI PAUL GRUDA**

**O DISCURSO DO HUMOR POLITICAMENTE INCORRETO NO  
MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**ASSIS**

**2015**

**MATEUS PRANZETTI PAUL GRUDA**

**O DISCURSO DO HUMOR POLITICAMENTE INCORRETO NO  
MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista para a obtenção do título de  
Doutor em Psicologia. (Área de  
Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Mário Sérgio  
Vasconcelos

**ASSIS**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

G885d Gruda, Mateus Pranzetti Paul  
O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo / Mateus Pranzetti Paul Gruda. - Assis, 2015  
181 f. : il.

Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr Mário Sérgio Vasconcelos

1. Humor. 2. Psicologia social. 3. Análise do discurso. 4. Civilização moderna - Séc. XXI. I. Título.

CDD 158.2

MATEUS PRANZETTI PAUL GRUDA

O DISCURSO DO HUMOR POLITICAMENTE INCORRETO NO MUNDO  
CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP/Assis  
para obtenção do título de Doutor em  
Psicologia. (Área de Conhecimento:  
Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 18/12/2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: PROF. DR. MÁRIO SERGIO VASCONCELOS - UNESP/Assis

Membros: PROF. DR. JOSÉ STERZA JUSTO - UNESP/Assis

PROF. DR. LUIZ CARLOS DA ROCHA - UNESP/Assis

PROF. DR. PAULO VICTOR BEZERRA - UEL/Londrina

PROF. DR. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES - UFSB/Itabuna

## AGRADEÇO

Às minhas companheiras de amor e de vida: Maria, Kalimba e Amorinha;

À família que importa;

Aos meus orientadores e parceiros de todas as horas: Justo e Serginho;

Àqueles que são meus grandes amigos há mais de dez anos (*e contando*): Paulo & Maytê;

To my British supervisors: Simon and Sharon (*cheers, mates!*);

Ao George, John, Paul e Ringo;

À todas e todos que, mesmo não mencionados nominalmente, fizeram parte disso aqui (*e há, de fato, muita gente aqui! Sintam todas e todos calorosamente agradecidos*).

À Faculdade de Ciências e Letras de Assis;

À FAPESP pela bolsa de doutorado no país e à CAPES pela bolsa de doutorado sanduíche;

Ao acaso e à ventura.



GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. **O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo**. 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

## RESUMO

O discurso humorístico e seus mecanismos de funcionamento têm tido presença constante nas mais distintas instâncias da vida cotidiana. Atualmente os métodos pedagógicos devem ser divertidos, a maioria das propagandas publicitárias investe em uma abordagem humorística e, dentre tantas outras modalidades, as manifestações políticas devem ser bem humoradas. Nas últimas décadas, o chamado “humor politicamente incorreto” ganhou destaque e tem gerado inúmeras discussões e conflitos acerca dos limites do humor, do que poderia ser considerado humorístico ou não e, evidentemente, os conflitos desse tipo de humor com um, por vezes suposto e por vezes factível, policiamento do politicamente correto – o qual pode ser compreendido como uma forma exagerada de regular a linguagem, pensamento e as condutas, ou como algo necessário para promover normatizações na esfera pública. Dado esse contexto, buscamos refletir sobre como o humorismo politicamente incorreto é constituído e suas dialéticas possibilidades de produzir sentidos, sobretudo pela sua capacidade de reforçar ou atacar a ordem estabelecida. Acompanhamos a ideia de Billig que o humor é paradoxal por ser: a) universal e particular; b) gregário e excludente e c) analisável e resistente a análises. Nessa perspectiva, apresentamos uma clivagem do humor politicamente incorreto em dois polos, crítico e acrítico, formalizando características e consequências comuns a ambos, bem como descrevendo e analisando exemplos a fim de dar materialidade a estes “tipos” de humor. Delineamos também os conflitos existentes entre o humor politicamente incorreto e o discurso do politicamente correto visando, principalmente, desconstruir a ideia de que vivenciaríamos uma pretensa “ditadura do politicamente correto” (capitaneada pelas chamadas minorias), vez que a efetiva ditadura é aquela “silenciosa”, porém hegemônica e dominante, fundada no regime do Capital. Destarte, enfatizamos o caráter político de tudo; o humor incluso.

Palavras-chave: Humor. Politicamente Incorreto. Contemporâneo. Politicamente Correto.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. **The discourse of politically incorrect humour on the contemporary world**. 2015. 181 p. Thesis (Doctorate in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

### ABSTRACT

Humour discourse and its mechanisms of working have been constantly presented within several instances of quotidian life nowadays. Currently the pedagogical methods should be fun; most of the advertising invests in a humorous approach; political manifestations should have good humour involved; amidst many others. In the last decades the so-called “politically incorrect humour” gained featured and has generated numerous discussions about limits of humour, what could be considered humorous or not and the conflicts between that type of humour and the political correctness, which can be comprehend as a extreme policy of language, thoughts and behaviours or as something necessary to proceed to standardisations on the public sphere. From those questions, we sought reflecting regarding how politically incorrect humour is constituted and its dialectical possibilities of producing meanings, mainly for both the abilities of reinforcing or attacking the current order. Following Billig’s idea that humour is paradoxical for being: 1) universal and particular; 2) gregarious and exclusionary; and 3) analysable and resist to analysis. We present the politically incorrect humour torn between two poles, critical and uncritical, formalising common characteristics and consequences of both, describing and analysing examples as well to give materiality of those “types” of humour. Unpacking the conflicts between the politically incorrect humour and the politically correct discourse mainly for deconstructing the idea that in the current times we are living under an alleged “dictatorship of political correctness” (commanded by the so-called minorities), since the effective dictatorship is the “silent” one, although hegemonic and dominant, founded on the regime of Capital. Hence, we stress the political character of everything; humour included.

Key-Word: Humour. Political Incorrectness. Contemporaneity. Political Correctness.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. MUNDO CONTEMPORÂNEO</b> .....	18
2.1 Teorias da Pós-modernidade .....	23
2.2 Críticas à ideia de pós-modernidade/pós-modernismo .....	26
<b>3. DISCURSO E UM EMARANHADO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....	32
3.1 Análise do Discurso francesa .....	32
3.2 Psicologia Social Crítica .....	40
3.3 Análise Retórica do Discurso .....	51
3.4 Tecendo algumas considerações entre os referenciais e o que extraímos de cada um deles .....	54
<b>4. O DISCURSO HUMORÍSTICO</b> .....	57
4.1 Uma divisão entre termos e ideias correlatas .....	57
4.1.1 Humor .....	59
4.1.2 Cômico .....	64
4.1.3 Riso .....	67
4.2 Um breve percurso histórico .....	72
4.3 Implicações gerais acerca do discurso humorístico .....	81
4.4 Humor pastelão .....	84
4.5 Humor politicamente incorreto crítico .....	93
4.6 Humor politicamente incorreto acrítico .....	108
4.7 Humor cínico .....	121

<b>5. POLITICAMENTE CORRETO</b> .....	136
5.1 Raízes do politicamente correto .....	137
5.2 Algumas considerações e desdobramentos .....	141
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	164

## 1. INTRODUÇÃO

O discurso humorístico e seus mecanismos e modo peculiar de funcionamento estão amplamente disseminados na contemporaneidade, como já percebera o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2005), ainda nos idos da década de 1980, ao analisar a influência que o humor exercia, bem como da presença massiva de conteúdos e formas de funcionamento humorísticas, principalmente nos campos da publicidade e da moda. Para além dessa perspectiva de que o humor está instalado por toda parte e exerce influência importante nas diversas instâncias da vida, absolutamente tudo deve igualmente estar sob a égide não de qualquer humor, mas sim daquele humor denominado por “**bom humor**”, dos comerciais publicitários da nova linha de automóveis aos protestos políticos organizados pela sociedade civil ou pelos movimentos sociais. Por conta desta característica tão saliente, o autor francês denominou que estaríamos vivendo em uma sociedade alcunhada por ele de **humorística**. Condição esta que se radicalizou ainda mais no passar das últimas décadas com o discurso do humor chegando a atingir um patamar de ser e estar englobado e acoplado nos contextos e cenários mais diversificados, permeando assim toda e qualquer prática social/discursiva. Conectando ambas as ideias (humor amplamente disseminado e a exigência de um “bom humor”), Billig (2005, p. 13) afirma que “[...] we belong to a society in which fun has become an imperative and humour is seen as a necessary quality for being fully human.”<sup>1</sup>.

Em tempos de um forte rechaço as frustrações e de um hedonismo extremado, como salientam Bauman (2001) e Lipovetsky (2004), se tem a impressão ilusória de que a simples presença de formas humorísticas em toda parte possa proporcionar e auxiliar na concretização a qualquer custo do ideal de uma felicidade obrigatória (*imperative*, conforme Billig) destes dias que correm. Todavia, para se coadunar a essa lógica do “bom humor” imperativo, o humorismo que se faz presente e é mobilizado, inserido e difundido a esmo é aquele que serve tão somente como uma maneira de facilitar e promover o consumismo. Além de se ancorar essencialmente no mero entretenimento *light* e despotencializador da crítica e virulências frente às desigualdades e poderes instituídos. Sendo que tais características fundamentais (crítica e virulência) não são apenas necessárias para a constituição do social pela via dos conflitos, como igualmente integraram o próprio discurso humorístico ao longo dos tempos. Por esta manifestação da linguagem ser múltipla, ela é capaz de abarcar dialeticamente a acidez crítica e o caráter lúdico inofensivo, porém nesta tese de doutorado, dentre outras

---

<sup>1</sup> “[...] nós pertencemos a uma sociedade em que a diversão se tornou imperativa e o humor é uma qualidade necessária para nos sentirmos completamente humanos.” (em nossa tradução)

coisas, chamaremos atenção para o quanto o poder questionador do humor tem sido relevado em função da vida na contemporaneidade ser o tempo da alegria ininterrupta e obrigatória.

Neste mesmo cenário em que há um predomínio das manifestações humorísticas suaves e suavizadoras de quaisquer contrários que possam abalar ou interpelar os padrões normativos e/ou a felicidade compulsória, assistimos a emergência do chamado **humor politicamente incorreto**, o qual, a priori, transgrediria todo e qualquer limite imposto pelas relações e convenções sociais, provocando desconfortos e disputas em torno dos significados que esta modalidade de humor ataca e/ou propõe ao corpo social. Através desse modo principal de operar, o discurso humorístico politicamente incorreto age dialeticamente, pois a transgressão tanto pode ser motor para a crítica e para o fortalecimento de ideias progressistas, radicalmente revolucionárias e/ou contra-hegemônicas, como pode ser parceira fiel da manutenção e reafirmação da ordem conservadora, reacionária e hegemônica.

A partir disto, um primeiro apontamento e ressalva a ser feita é o de que nem tudo que transgride é necessariamente **crítico** à ordem vigente. Tomemos como exemplo, a fim de visualizarmos melhor a assertiva anterior, o caso da eleição para o cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, ocorrido em março de 2013, em que foi escolhido um deputado notória e publicamente conhecido por suas ideias e pronunciamentos intolerantes aos direitos humanos e às minorias em geral. Neste acontecimento, por exemplo, temos uma transgressão da lógica mais elementar, uma vez que um indivíduo contrário às chamadas minorias foi empossado para promover a proteção e zelar pelos interesses das mesmas. Contudo, tal contravenção não promoveu o combate aos discursos, pensamentos e ações hegemônicos e dominantes que fundamentalmente são racistas, sexistas, excludentes, já que, inversamente, a posse deste deputado reafirmava posturas deletérias a tentativa de haver tolerância e respeito mútuo e irrestrito a todos e por todos. E o que mais reforça o caráter reificador desta contravenção é o fato desta ter se dado justamente em um dos campos mais propícios ao combate da intolerância, uma comissão parlamentar preocupada com os direitos humanos e minorias.

Portanto, retornando para o campo do humor, um humor ser classificado como **politicamente incorreto** não é garantia da prática de um discurso que combata as estruturas de poder já arraigadas, e, ainda que nesta perspectiva não se associe a lógica *light* e apaziguadora dos conflitos, tão pouco se conecta ao que compreendemos ser mais caro ao discurso humorístico em geral, a capacidade de questionar e esbrachar o instituído e o poder, apontando, por vezes, outros caminhos para o pensamento e para as relações sociais.

Prosseguindo e perseguindo a leitura dialética, segundo a qual os processos e dimensões opostas são compreendidos como complementares entre si, ao contrário de polos antagônicos e que se excluem (OLIVEIRA, 2005; MARX, [1844]2010), o discurso politicamente **incorreto** existe concomitantemente ao discurso do politicamente **correto**. Este último, ainda que não esteja explicitado no título do nosso trabalho, por conta da visão dialética que acabamos de afirmar, é o outro pilar de sustentação da pesquisa aqui formalizada em texto. O politicamente correto, de modo semelhante ao que ocorre com o politicamente incorreto, também detém clivagens intrínsecas e perspectivas díspares, se afinando a diferentes propósitos e correntes de pensamento conforme é constituído, moldado e propagado por essas. Assim, o discurso politicamente correto transcende um único e exclusivo significado.

Entretanto, é possível notarmos um uso indiscriminado de tal expressão nas últimas décadas, sobretudo nos últimos anos, o que sobremaneira fomenta ainda mais a cristalização de uma seara única de ideias relacionada ao politicamente correto, a saber, a de que se trata de um modo de coagir a liberdade de pensamento, de linguagem e de ação. Por conta disto, a expressão **politicamente correto** passou a ser utilizada amplamente enquanto um rótulo que possui conotação negativa e, por conseguinte e em tese, desqualifica aquilo a que está se referindo. Mas, ao contrário do que vemos ser afiançado constantemente através deste tipo de raciocínio, há outras perspectivas para se ler o discurso politicamente correto, as quais oportunamente discutiremos e apontaremos em uma das seções do capítulo intitulado: “Politicamente correto”.

Voltemos ao discurso humorístico.

À primeira vista, tratar sobre humor pareceria assunto extremamente fácil, uma vez que todo mundo tem algo a dizer sobre isso, ainda que, como afirmou o cartunista Ziraldo em 1970, em texto publicado na Revista Vozes de Cultura: “ninguém entende de humor”. Inclusive, não é de se estranhar tal pretensa facilidade e familiaridade com a temática “humor”, afinal os atos de inverter expectativas, rir e atribuir significados a isto, dentre outros correlatos, são, como asseveram Bergson (1980), Propp (1982) e outros tantos autores, ações genuinamente constitutivas de nossa humanidade, embora, neste momento já salientemos que compreendemos **riso** e **humor** como dimensões que não estão necessariamente conectadas, ainda que ambas detenham um elevado grau de relação entre si.

A tarefa de tomar o discurso humorístico como objeto de estudo tem suas armadilhas e percalços, pois, ao contrário do que se poderia pensar a priori, não se trata de “pura diversão”, para utilizarmos uma expressão bastante popular, até mesmo pelo fato de não

tencionarmos escrever um trabalho humorístico, o que nos remete a reflexão de Billig (2005) que afirma que os pensadores do passado tinham de demonstrar seriedade quando escreviam sobre humor; enquanto ao se seguir a lógica imperativa do entretenimento divertido da contemporaneidade, os autores do presente têm ou deveriam ter que demonstrar seus próprios sentidos de humor em seus escritos teóricos. Corrente que nos posicionamos contrariamente, vez que este trabalho apenas orbita ao redor do humor, podendo, de fato, ter momentos cômicos, porém não se tratando ou se propondo ser um trabalho humorístico, por assim dizer, *stricto sensu*. A tese possui uma estrutura formal, delimitada (como um exemplo concreto, os nomes dos capítulos que, usualmente em teses de doutorado enveredam por construções poéticas ou aproximadas de sentenças da linguagem oral, são extremamente sucintos e/ou meramente descritivos), além do estilo de escrita, o qual, evidentemente, é acadêmico.

Um apontamento associado ao que estamos discutindo é o de Critchley (2002). Este autor britânico afirma que uma teoria do humor não é necessariamente humorística, de modo que não é desprezível a possibilidade de que as nossas leitoras e leitores possam desfrutar de uma leitura razoavelmente prazerosa, instigante e até divertida vez por outra ao longo das páginas que se seguirão, já que procuramos nos utilizar de diversos exemplos humorísticos em nosso texto. E ainda que haja essa inferência possível (teoria sobre humor não ser necessariamente humorística), isto igualmente não invalida que, eventualmente, nos valhamos de humorismo para expressar posições e afirmações. Todavia, reforçamos não ser este o nosso principal intento. No presente trabalho acadêmico, escrevemos e refletimos **sobre** humor, não **o produzimos** – ao menos, não de forma deliberada e proposital.

Outra dificuldade relacionada ao estudo do humor, como já aponta Sírío Possenti (2010), reconhecido estudioso brasileiro que em suas pesquisas aborda, principalmente, o funcionamento do discurso vinculado e veiculado através das piadas, é realizar o “trabalho sujo” de por diversas vezes destroçar a mordacidade ou a simples graça contida nas enunciações humorísticas estudadas e/ou utilizadas como exemplos. Ainda assim, independentemente de correremos os riscos de sermos acusados de retirar o encanto e a graça das produções humorísticas ao teorizarmos acerca das estratégias que utilizam, bem como ao esquadriharmos as construções humorísticas e explicarmos o modo pelo qual estas operam, ou até mesmo de sermos vistos como pseudo-humoristas travestidos de acadêmicos, encaramos uma vez mais tal empreitada, já que em nosso percurso de mestrado (GRUDA, 2011) também estudamos o discurso humorístico, embora naquela ocasião tenhamos abordado um propagador específico do discurso humorístico politicamente incorreto contemporâneo, o desenho animado estadunidense *South Park*.

Um aspecto importante a guiar constantemente nosso entendimento acerca do humor (o que se notará facilmente pelas inúmeras retomadas disso ao longo do trabalho) é os três paradoxos correlatos ao humor enunciados por Billig (2005), quais sejam: (1) **o humor é universal e particular**, pois é encontrado em todas as sociedades, porém nem todo mundo ri das mesmas coisas; (2) **o humor é social e antissocial**, por ser gregário quando propõe diversão conjunta, contudo excludente ao zombar de determinados grupos sociais; e (3) **o humor é passível de análise e concomitantemente resistente a ser analisado**, uma vez que existem diversos trabalhos teóricos que tratam e intentam explicar o humor (incluindo aqui a nossa tese) e, ao mesmo tempo, algumas das explicações não apreendem o fenômeno por sua mutabilidade, ou desembocam naquela ideia popular de que “explicar a piada faz com que ela perca a graça”.

Em termos metodológicos, nos sintonizamos à perspectiva da tão discutida pesquisa qualitativa em Psicologia e ao referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, seguindo principalmente as obras de Pêcheux (1990, 1997) e Orlandi (1996a, 1996b, 1999, 2001). Desta forma, afinamo-nos formalmente aos referenciais teóricos expostos brevemente nesta introdução e mais detidamente no capítulo intitulado “Discurso e um emaranhado de referenciais teóricos”. Indo além, pontuamos que perseguimos um modo de fazer pesquisa acadêmica pautado pela crítica e pela reflexão, as quais nos levam a questionarmos sempre que possível as nossas análises e construções tecidas.

A presente pesquisa igualmente intenta se filiar a um campo específico da Psicologia, o de uma Psicologia Social e Crítica escorada naquilo que é proposto, principalmente, pelos ingleses Ian Parker (1999, 2003, 2007, 2008, 2013, 2015) e Erica Burman (2008, 2013) e também pelos psicólogos brasileiros Pedrinho Guareschi (2012) e Silvia Lane (1985, 2004) – além dos textos contidos na obra organizada por Angelo Abrantes, Nilma Silva e Sueli Martins (2005). Tecemos nosso entendimento acerca desta Psicologia Social Crítica a partir de considerações convergentes e divergentes realizadas pelas autoras e autores citados. De maneira ampla e sintética, esta Psicologia Social Crítica com a qual nos vinculamos se constitui no questionamento e na reflexão sobre os lugares-comuns e ideias dominantes propagadas pela chamada Psicologia tradicional e/ou hegemônica, visando assim construir outras formas de se estruturar o saber e prática psicológicos. Tendo como norte principal a ideia de que **a crítica e o pensamento crítico** indicam “[...] que *todas as ações e todos os fenômenos* possuem ao menos dois lados; em outras palavras, que nada é absoluto, tudo contém sua contradição” (GUARESCHI, 2012, p. 16, grifos do autor).

Lembrando que, ao seguirmos as perspectivas enunciadas e que estão relacionadas à pesquisa científica, estamos cientes de que todas as escolhas de cunho teórico-metodológico, a relação objeto e pesquisador, as reflexões tecidas ao longo do trabalho, dentre outros aspectos inerentes ao fazer acadêmico/científico neste percurso de doutorado, estão influenciados direta e conscientemente pelas relações sociais e subjetivas que estabelecemos com a prática e materialidades necessárias para o desenvolvimento desta tese.

Desdobrando este posicionamento, segundo a Psicologia Social Crítica que nos filiamos, as propaladas **neutralidade** e **objetividade científicas** se demonstram como possibilidades falsas, pois o objetivismo na ciência é, ao contrário do que está amplamente posto, algo ancorado no próprio subjetivismo<sup>2</sup>, ou tal como descrito por Spink (1995, p. 129): “[...] a objetividade é produto do consenso sócio-cultural e histórico da comunidade científica, regida portanto pelo signo da inter-subjetividade.”. Como um exemplo metonímico e ilustrativo disto, temos o ato da escrita científica, a qual se faz na terceira pessoa ou, fundamental e preferencialmente, através do sujeito indeterminado (“neste trabalho de pesquisa se encontrou tais resultados”; “como referencial teórico tem-se os seguintes autores”) e dificilmente na primeira pessoa – seja do singular ou do plural – (GREIMAS, 1976), ação que, se goste ou não, **é de fato uma escolha** – ideológica, inclusive – por parte do pesquisador, ainda que se possa discutir se deliberada ou inconsciente.

Já a neutralidade é algo inatingível, uma vez que “[...] o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento ‘neutro’, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência.” (LANE, 1985, p. 18), ou, como aponta Bock (2002), negarmos a naturalidade dos processos e afirmarmos posições intencionais direcionadas faz com que superemos a pretensa e enganosa neutralidade pretendida, mas inatingível, empreendida tanto pela Psicologia, como acresceríamos nós, pela própria prática e discurso científico-cientificistas tradicionais.

Além disso, seguimos aquela perspectiva de Parker (2015), de que os contextos históricos, o rigor teórico-conceitual e a subjetividade do pesquisador devem estar destacados em qualquer pesquisa acadêmica, o que proporciona que o trabalho de pesquisa seja produzido a partir de uma “nova” metodologia inventada pelo pesquisador. De certa forma, ao cosermos um emaranhado de referências teóricas relacionados ao estudo do discurso – tal

---

<sup>2</sup> Ideia apresentada por Erica Burman e Ian Parker durante o curso “Discourse Analysis and Critical Psychology”, o qual fora ministrado no dia 15 de julho de 2013, como uma das atividades do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia.

como assim nomeamos em capítulo específico que tratamos dos princípios, pressupostos e perspectivas teórico-metodológicas que norteiam nosso trabalho – e refutarmos as pretensas objetividade e neutralidades, além de afirmarmos que a mesma pesquisa que realizamos poderia ser completamente distinta ao ser procedida por outro/outra pesquisador/pesquisadora, nos associamos a tal ideia de Parker (2015).

Também temos ciência de que nossas assertivas acerca do discurso humorístico não são de todo originais, uma vez que ao longo da história da humanidade já houve tentativas várias em se classificar e categorizar particularidades dentro desta manifestação discursiva (conforme a relativamente vasta literatura referenciada ao longo do texto e que está listada na seção **Referências**). A diferenciação de nosso presente trabalho é que, mediante um exame radicalmente crítico, discutimos limites dentre distintos tipos de manifestação de um discurso humorístico global em um contexto sócio-histórico em que são, de certo modo, dominantes as ideias de pós-modernidade, as quais desacreditam em qualquer tipo de categorização estanque (BAUMAN, 2001; HASSAN, 1985). Ao mesmo tempo, não temos a soberba de afirmar que a proposta de divisões aqui procedida seja completa, definitiva. Ao contrário disto, esperamos que com esta tese contribuamos para a ampliação dos estudos envolvendo a temática do discurso humorístico, sobretudo no que tange ao fenômeno de uma modalidade peculiar de humor, **o humorismo politicamente incorreto**, o qual se nota como tema/objeto candente na atualidade. Indo além, intentamos nas páginas subsequentes ter produzido uma reflexão consistente ao relacionarmos e confrontarmos o discurso humorístico na atualidade às dimensões opostas, porém complementares, dos discursos do politicamente incorreto e do politicamente correto, fenômenos razoavelmente recentes, ao pensarmos que teorizações acerca destes datam de meados da década de 1960.

Finalmente, formalizemos aquilo que compõe o *corpus* de análise das manifestações humorísticas e o modo pelo qual esse fora construído. Como poderá ser perceptível ao longo dos capítulos que categorizamos e discutimos características acentuadas e regularidades dentro do discurso humorístico global, aquilo que integra o material de análise está mormente localizado nos meios de comunicação de massa e na seara da chamada indústria do entretenimento (programas televisivos, filmes, quadrinhos publicados em jornais e revistas, shows de comédia em pé), mas também naquilo que pode ser compreendido para além da mídia e produção cultural oficiais e dominantes, tais como as charges – sobretudo políticas – publicadas em sítios ou *blogs* pessoais dos artistas, vídeos disponibilizados online pelos próprios comediantes. A escolha do material seguiu nossa subjetividade – aqui ecoamos

Parker (2015) – e experiências de vida, de modo que os exemplos foram elencados a partir daquilo que conhecíamos, apreciamos e/ou criticamos dentro do universo humorístico.

Não houve intenção de produzir uma lista exaustiva acerca do humor no mundo contemporâneo, o foco da tese se concentrou mais nas características, desdobramentos e impactos que o humor detém e produz, sobretudo, aquele denominado por **politicamente incorreto**, do que no arrolar de inúmeras exemplificações. Desse modo, evocar exemplos teve por intuito apenas ilustrar aquilo que estava sendo discutido de maneira teórica. Esse procedimento de, a partir das escolhas estritamente pessoais do pesquisador, se selecionar o que fará parte do *corpus* de análise a ser estudado está em consonância, como será explicitado em capítulo pertinente, com os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa e, até mesmo, com a perspectiva de Psicologia Social Crítica por nós adotada.

Ao cabo da presente **Introdução**, apenas enunciaremos os títulos dos capítulos que compõem o texto, bem como, sinteticamente, do que tratam cada um deles: a) **Mundo Contemporâneo** (O que é contemporaneidade? Reflexões sobre o presente e o tempo; teorias da pós-modernidade; críticas à ideia de pós-modernidade/pós-modernismo); b) **Discurso e um emaranhado de referenciais teóricos** (Análise do Discurso francesa; Psicologia Social Crítica; Análise Retórica do Discurso; Ideologia); c) **Discurso do humor** (uma divisão entre termos e ideias correlatas ao discurso humorístico – humor, cômico e riso; breve percurso histórico; implicações gerais; categorias: *humor clínico*, *humor pastelão*, *humor politicamente incorreto crítico* e *humor politicamente incorreto acrítico*); e) **Politicamente correto** (raízes históricas do termo; considerações críticas e desdobramentos); f) **Considerações finais**.

## 2. MUNDO CONTEMPORÂNEO

Que mundo é este que vivenciamos na atualidade? O que é este tal **mundo contemporâneo**? Essas duas amplas questões serão tratadas no capítulo que se segue. Partindo da indagação central “O que é o contemporâneo?” proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) no início de uma série de seminários sobre Filosofia Teórica<sup>3</sup>, ministrados entre os anos de 2006 e 2007 na Faculdade de Arte e Design do Instituto Universitário de Arquitetura (IUAV) de Veneza/Itália, bem como das reflexões – quase que poéticas – formuladas por esse autor ao buscar uma resposta àquele questionamento disparador.

Em um primeiro apontamento, o filósofo reflete que o próprio tempo vivenciado no presente de determinada situação faz com que acontecimentos, discursos, fenômenos ou ideias apartadas no tempo sejam contemporâneos entre si. Um exemplo disso dado por Agamben (2009) é o de que ao estarmos em uma aula discutindo textos e ideias de Freud ou de Platão, nos tornamos, ainda que momentaneamente, contemporâneos destes dois autores de tantos anos atrás, pois, para o filósofo italiano, o tempo vivenciado ao longo da aula seria a própria contemporaneidade. Outro exemplo que podemos dar, ainda que mais duro e triste, é o dos depoimentos de torturados pelos regimes de exceção, os quais usualmente são construídos com praticamente todos os verbos no presente do indicativo (“*te fazem isto*”; “*te colocam fios nos braços*”; “*gritam palavras*”), o que denota o quão uma situação traumática de violência física e psicológica extremada é um ato continuado e, mesmo se localizando no passado cronológico, permanece contemporâneo ao tempo presente vivenciado pelo indivíduo.

Para Agamben (2009), portanto, a relação entre as instâncias temporais (passado-presente-futuro) não é unidirecional e o entendimento comum de que contemporâneo seria tão somente aquilo que acontece simultaneamente no tempo presente não é corroborado por este autor, uma vez que ele propõe rachar tal entendimento ao trazer outros elementos e aspectos que subsidiem na compreensão de que a ideia de contemporaneidade se escora na possibilidade de perceber e vivenciar acontecimentos dispersos ao longo do tempo (o qual, como discutiremos mais adiante, não é completamente externo e autônomo ao indivíduo), como realidade vivida a partir também do não vivido.

---

<sup>3</sup> Segundo a divisão aristotélica das ciências, a ciência teórica trata do “conhecimento não implicando transformação dos objetos, limitando-se à contemplação das idéias ou à reflexão ético-política.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 260).

Passemos então a elencar elementos e aspectos constitutivos do contemporâneo, segundo o supracitado filósofo italiano. São eles: a **dissociação** e o **anacronismo** (através de tais processos o indivíduo contemporâneo pode ser inatual ao se ligar parcialmente ao seu próprio tempo, de modo a se permitir percebê-lo concomitantemente em perspectiva de observador e de ator principal frente aos fatos); a **obscuridade** (ao olhar para o seu tempo, o contemporâneo deve buscar ir para além do visível e do superficial, procurando o que Agamben denomina por *escuro*, o qual é, inclusive, tão intrínseco as épocas vivenciadas quanto o são as luzes – a evidência, aquilo fácil e amplamente visível); e a **descontinuidade** (isso significa ser capaz de fraturar o tempo presente em tempos distintos segundo as possibilidades de atualidade e inatualidade, podendo assim se conjugar polos temporais opostos – tais como o arcaico e o moderno, o ultrapassado e a vanguarda – na experiência vivenciada do presente).

Frente à cadeia de ideias que estamos desdobrando, ressalvemos que os saudosismos e nostalgias ativados pelos tempos passados não vivenciados, ou pelos tempos futuros imaginados, não constituiriam ou indicariam o **ser contemporâneo**, uma vez que “um homem inteligente pode odiar o seu tempo, mas sabe, em todo caso, que lhe pertence irrevogavelmente, sabe que não pode fugir ao seu tempo.” (AGAMBEN, 2009, p. 59). O cineasta estadunidense Woody Allen em “Midnight In Paris” [*Meia-noite em Paris*] (2011), um dos seus últimos tantos filmes, apresenta uma história que sintetiza e ilustra bem tal apontamento de Agamben.

No enredo da película, o roteirista Gil viaja para Paris junto com a família de sua noiva Inez e, ao longo de um de seus solitários passeios noturnos pelas ruas da cidade francesa, o personagem é surpreendido por um carro antigo que, de forma mágica, o transporta para uma Paris dos anos 1920, período que o personagem central considera a *época de ouro* da cidade e na qual tem a possibilidade de encontrar e interagir com alguns de seus grandes ídolos, como o cantor Cole Porter, os romancistas Zelda e F. Scott Fitzgerald, o escritor Ernest Hemingway, dentre outras personalidades. Nestas viagens diárias no tempo, Gil conhece e se apaixona por uma habitante da Paris dos anos 1920, Adriana, e, em dado momento do filme, quando declara seu amor e beija a moça, ambos são surpreendidos por uma carruagem que os transporta para a Paris da época da *Belle Époque* (período compreendido aproximadamente entre os anos de 1871-1914), a qual Adriana considera a real *época de ouro*. Ao adentrarem no “Maxim’s” (restaurante internacionalmente conhecido por ter sido fundado à época da *Belle Époque* e que era frequentado por artistas e personalidades proeminentes daquele tempo) e encontrarem os pintores Toulouse-Lautrec, Edgar Degas e

Paul Gauguin, Gil Ihes pergunta, em meio a uma conversa animada, qual época eles consideram como sendo a melhor de todas. A indagação respondida em uníssono como sendo o Renascimento a verdadeira *época de ouro*. Neste momento, o personagem central se dá conta de que sempre haverá nostalgia e superestimação do tempo não vivido, o qual, por vezes, é sobremaneira idealizado e sendo assim é melhor aceitar, encarar e vivenciar o tempo em que se vive.

A grande recorrência do termo **presente** exige uma explicitação mais precisa do entendimento que estamos tendo acerca do mesmo. Seguindo Agamben (2009, p. 70), “o presente não é outra coisa senão a parte do não vivido em todo o vivido, e aquilo que impede o acesso ao presente é precisamente a massa daquilo que, por alguma razão (o seu caráter traumático, a sua extrema proximidade), neste não conseguimos viver.”. Consequentemente, a percepção e a consciência quanto ao tempo presente que está sendo vivenciado são turvadas ou pelo atropelo constante dos acontecimentos, ou por ser extremamente difícil se ausentar e/ou tomar distância do tempo em que se está vivendo para aferir coisas acerca do presente.

Uma forma que poderia viabilizar uma apreensão mais límpida do **agora vivido** seria assumir um olhar atento e em terceira pessoa diante do não-vivido presente. Para o autor italiano, tal ação constitui a própria vida do sujeito contemporâneo, e indo além diz-nos: “[...] ser contemporâneo significa, nesse sentido, voltar a um presente em que jamais estivemos.” (AGAMBEN, 2009, p. 70). Ou seja, ao nos valermos da perspectiva agambeniana para asseverarmos e especularmos o que é o contemporâneo, devemos lidar e suplantar o estranhamento de entender o tempo vivido no presente como algo que não necessariamente foi vivido de fato.

Finalmente, conclui o filósofo italiano que o sujeito contemporâneo:

[...] é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está a altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Como podemos notar facilmente ao procurarmos compreender as nuances do que constitui a contemporaneidade e o ser contemporâneo, temos de vislumbrar e observar com certa acuidade a temática do **tempo**. Um primeiro passo a ser dado em tal empreitada é demarcar que o entendimento acerca de “tempo” deve estar situado para além da temporalidade histórica, cronológica, universal e unidirecional. Em outros termos, se trata de pensarmos conjuntamente com Gaston Bachelard (2007) em um tempo descontínuo

vinculado, para este autor, à Teoria da Relatividade do físico alemão Albert Einstein. Pois, ao contrário de Henri Bergson (2006), que se referencia a Einstein para colocar a sua teoria de durabilidade contínua do tempo em um campo antagônico ao do físico alemão, Bachelard (2007) formula a partir de sua leitura da Teoria da Relatividade de Einstein que é possível questionar “[...] a ideia bergsoniana de duração – que se apoia em uma noção pura de tempo não-especializado.” (VOIGT, 2011, p. 3).

Em linhas gerais, para Bachelard (2007) a percepção das dimensões do tempo está atrelada à percepção subjetiva referente a tais aspectos, o que implica em um processo ativo por parte do sujeito em perceber, rememorar e reconstituir os instantes vivenciados e não-vivenciados. Assim, diz o autor: “o instante, estabelecido com bastante precisão, permanece, na doutrina de Einstein, um absoluto. Para conferir-lhe esse valor de absoluto, basta considerar o instante em seu estado sintético, como um ponto do espaço-tempo”. (BACHELARD, 2007, p. 34-35). Já Bergson (2006) entende que o instante temporal está necessariamente conectado à duração, a qual só pode ser aferida quando introduzida uma instância de memória e, conseqüentemente, de consciência. Uma vez que “sem uma memória elementar que ligue os dois instantes entre si, haverá tão-somente um ou outro dos dois, um instante único por conseguinte, **nada de antes e depois, nada de sucessão, nada de tempo.**” (BERGSON, 2006, p. 57, grifo nosso).

Carvalho Filho (2012, p. 68) contrapõe as perspectivas desses dois autores frente à percepção e vivência temporal da seguinte maneira: “Bergson fala no âmbito da corrente da vida, do eã vital, enquanto Bachelard está tratando do particular, da experiência construída pelo sujeito no curso da vida.”. Prosseguindo, o autor assevera que, inclusive:

Essas concepções divergentes levam a formas diferentes de compreender-se a evolução do conhecimento humano. Enquanto para Bergson o presente é explicado pelo passado, Bachelard defende que o passado é compreendido na perspectiva do presente. Portanto, elas implicam que o saber na ótica de Bergson é contínuo e cumulativo e em Bachelard é marcado por rupturas, onde o saber atual não é uma continuação do anterior (CARVALHO FILHO, 2012, p. 68).

Já em uma perspectiva materialista histórica e dialética (um dos pilares teóricos centrais de nossa tese), não há nenhuma separação mecânica entre as instâncias temporais, passado-presente-futuro são entendidos de modo processual, interconectados e em constante transformação, de modo que se conjugam as visões de que o passado influencia e explica o presente e vice-versa, pois “o método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que

está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro” (KONDER, 1981, p. 82). E, embora se coadune mais com a ideia de Bachelard de que o passado se explica pelo presente, pela perspectiva materialista histórica e dialética, o presente também é explicado pelo passado, não completamente, mas indubitavelmente este também é tributário daquilo que aconteceu, pois, segundo Gramsci (1978), o indivíduo é mais do que a síntese das relações existentes, é o resumo de todo passado. De todos os modos, não há permanências **ou** rupturas envolvendo o saber e o tempo, ao contrário, há permanências **e** rupturas, sendo a **contradição** e a ideia de que a história é produto e produtora dos e pelos seres humanos são elementos fundamentais para se compreender a construção e constituição da história e da ideia de temporalidade. Até porque, como diz Benjamin (1987, p. 229), “a história é objeto de uma construção cujo único lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.”.

\*

Para fazermos uma ponte entre toda essa discussão envolvendo a percepção e vivência da temporalidade, que aqui enveredamos, com o objeto principal deste estudo (o humor e suas nuances), referenciamos a afirmação de Critchley (2002) que a dinâmica temporal é nevrálgica à ocorrência do humorismo. Diz o autor: “as any comedian will readily admit, timing is everything [for comedy], and a mastery of comic forms involves a careful control of pauses, hesitations and silences, of knowing exactly when to detonate the little dynamite of the joke.”<sup>4</sup> (CRITCHLEY, 2002, p. 6). Assim, a construção do discurso humorístico estaria relacionada diretamente com duas das instâncias temporais já apontadas: a duração e o instante, sendo que o efeito humorístico seria produzido quando ocorrem rupturas entre ambas. Exemplifiquemos.

Na película “Borat” (2006), o personagem que dá título ao mockumentary (gênero cinematográfico em que se parodia o formato de documentário, entretanto se trata de um falso documentário) e é interpretado pelo ator e comediante britânico Sacha Baron Cohen, trava um diálogo com Pat Haggerty, apresentado no filme como “professor de comédia” (*humor coach*, no original), acerca de técnicas e tipos de piadas. O tópico na cena em questão é exatamente o *timing* da comédia ao tratarem das chamadas “not jokes”. O interlocutor explica que para

---

<sup>4</sup> “Como qualquer comediante haveria de admitir, o tempo é tudo [para a comédia], e o domínio das formas cômicas envolve um controle cuidadoso das pausas, hesitações e silêncios, sabendo exatamente quando detonar a dinamite da piada.” (em nossa tradução)

essas funcionarem, basta o comediante dizer algo (no filme o exemplo é da sentença: “este terno é preto”, se referindo a indumentária de cor cinza de Borat) e, após uma brevíssima pausa, quebrar o silêncio com a interjeição: “not!”, o que denotará contradição, discordância e negação daquilo que estava até ali sendo dito – funcionamento, vale dizer, muito similar ao da ironia clássica em que se afirma B pretendendo dizer A. Contudo, a comicidade da cena descrita está amparada na inadequação de Borat que não compreende corretamente a fórmula, de modo que ou o personagem enuncia verbalmente a pausa (preenchendo o silêncio obrigatório com a sua voz dizendo “pausa”) , ou profere a interjeição no mesmo tom que o resto da assertiva. Em outros termos, o cômico aqui também é efeito das disjunções entre duração e instante, porém na quebra de uma expectativa quanto a uma duração “correta” e o instante exato em que o “estouro” (usando da mesma linguagem figurada de Crichtley) da piada deveria acontecer.

## 2.1 Teorias da Pós-modernidade

O tempo contemporâneo, como diferentes teóricos caracterizam, é um tempo permeado por alterações culturais e sociais em diversas esferas, as quais afetam e modulam diretamente a constituição tanto da subjetividade, como do sujeito atuais. E, em virtude destas mudanças, é denominado por uma gama extensa de termos, como: pós-modernidade/capitalismo tardio (JAMESON, 2002), hiper-modernidade (LIPOVETSKY, 2004), supermodernidade (AUGÉ, 1994), modernidade radical (GIDDEN, 1991), modernidade tardia (HALL, 1992), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), neomodernidade (ROUANET, 1987), dentre outros. Frente a tantas possibilidades de denominação e a sensação de alterações nas bases em que a sociabilidade (e os processos de subjetivação) está engendrada, Žižek (2013, p. 99, grifos do autor) afirma que:

É óbvio que estamos no meio de um processo em que toma forma uma nova constelação de forças produtivas e relações de produção; no entanto, os termos que usamos para designar esse novo que vem surgindo (“sociedade pós-industrial”, “sociedade da informação” etc.) ainda não são *conceitos* verdadeiros. Assim como a noção de “totalitarismo”, trata-se de *tapa-buracos* teóricos: em vez de nos fazer pensar a realidade histórica que designam, eles nos eximem do dever de pensar – ou até nos *impedem* ativamente de pensar.

Ainda assim, é possível asseverar que a ideia do pós-modernismo se baseia, entre outras dimensões, em uma reflexão sobre o tempo, pois, de acordo com Santaella (2000, p.

83), “estamos provavelmente num tempo em que o próprio tempo precisa ser inventado.”. Contudo, cientes das dificuldades existentes para se avaliar plenamente o tempo presente, o qual por estar sendo vivenciado dificulta a) algum distanciamento para caracterizá-lo de forma precisa; e b) torna complicada qualquer categorização, não entraremos neste debate que está longe de ser meramente terminológico. Inclusive, para um mapeamento das conectadas questões “crise da modernidade” e “posições assumidas no intenso debate acerca da pós-modernidade”, referenciamos três textos de Santaella (2000) presentes em sua obra “Cultura das Mídias”: *pós-modernidade: alguns pingos nos is; pós-moderno & semiótica; e o debate pós-moderno* em que a autora recupera as principais discordâncias, autores e correntes de pensamento inseridas e presentes nas discussões sobre as noções de modernidade/pós-modernidade, além de cartografar e situar bem as origens do debate no Brasil, ao recuperar os primeiros textos que fizeram referência a essa ideia e os principais enfoques e desdobramentos sobre a pós-modernidade/pós-modernismo brasileiros. Apenas nos utilizaremos de algumas das considerações teóricas acerca de características apontadas como inerentes a contemporaneidade e refletiremos sobre implicações e impactos destas na subjetividade atual.

Harvey (1992), por exemplo, faz uma análise do tempo contemporâneo, como um período composto por um desdobramento radical de características da modernidade, quais sejam: a total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico; a compreensão do tempo-espaço; dentre outros. Além disso, também assinala que a pós-modernidade fortalece aspectos opostos àqueles que se fincaram na cultura moderna, tais como a anarquia, a dispersão, a intertextualidade, a combinação, a indeterminação. Giddens, embora discorde da denominação “pós-modernidade”, faz coro à análise de Harvey quando escreve que: “nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de **uma fase de sua radicalização.**” (GIDDENS, 1991, p. 46, grifo nosso).

É relevante salientar que a perspectiva de alterações extremadas descrita por Harvey (1992) não pretende sugerir que no contemporâneo haja substituição e descarte daquilo que está relacionado à modernidade. Ao contrário disto, o autor sustenta que o mundo Pós-moderno é composto pela incorporação, interpolação, sobreposição e mistura dos elementos de ambos os tempos. Inclusive, é importante a ressalva de Hassan (1985) de que essas oposições formuladas entre modernidade e pós-modernidade sejam inseguras e inequívocas, uma vez que servem somente para nos guiar quando refletimos acerca do tempo contemporâneo. Assim, se em outrora as certezas, práticas, discursos, modos e processos de

subjetivação eram considerados como consolidados, restringidos a categorias e sentidos dados, determinados a priori e unos, na contemporaneidade, curiosamente encaixada no rótulo de Pós-Moderna, estes passam a ter os contornos baseados fundamentalmente, como já descrito, na instantaneidade, no multifacetado e no fragmentado.

Se uma das principais características paradigmáticas da modernidade foi a separação entre a duração temporal e o espaço geográfico (AUGÉ, 1994; HALL, 1992; HARVEY, 1992; GIDDENS, 1991), na atualidade tal cisão acaba por ocorrer de forma ainda mais radical. Portanto, o eterno e o estanque estariam preteridos pelo rapidamente transitório e pela virtualização. A conhecida frase supostamente dita pelo o artista estadunidense Andy Warhol em meados dos anos 1960: “In the future, everyone will be world-famous for 15 minutes”<sup>5</sup>, traduz essa tendência de ultravelocidade com relação ao tempo, bem como, atenta para a imprecisão de algo antes considerado seguro, sólido e de fácil apreensão e definição: o ser famoso e reconhecido. Enquanto o fenômeno da chamada mundialização ou globalização<sup>6</sup>, fundado principalmente na disseminação das empresas transnacionais e no desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, suplantou as distâncias físicas, quando não, praticamente, as eliminou se pensarmos, por exemplo, nas videoconferências ou nas trocas de arquivos multimídia (livros, discos musicais, filmes, dentre tantos outros) através da rede mundial de computadores.

Salientamos também que, ao ser compreendido seguindo tais acepções de Pós-modernidade ou modernidade radical o próprio Warhol pode ser considerado um personagem símbolo do tempo atual. Primeiramente por representar o multiartista, pois, além das suas famosas obras gráficas, realizou inúmero filmes e curtas cinematográficos, fotografava e esculpia, porém principalmente em função de ter tornado obra de arte aquilo que noutros tempos jamais poderia sê-lo – como nos conhecidos casos da capa do primeiro álbum da banda de rock estadunidense *Velvet Underground*, onde há somente uma banana serigrafada em fundo branco; e na série de quadros envolvendo os diversos sabores da sopa enlatada produzida pela *Campbell's*, em que propaganda e obra de arte estão fundidas e confundidas. Com estes exemplos é possível corroborar o pensamento de que na atualidade o afrouxamento

---

<sup>5</sup> “No futuro, todo será mundialmente famoso por 15 minutos.” (em nossa tradução)

<sup>6</sup> Como descreve Giddens: “A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” (GIDDENS, 1991, p. 60). Além disso, neste mesmo estudo, o autor aponta que o processo de globalização é inerente a modernidade por seu caráter universalizante, uma vez que vincula “[...] os indivíduos a sistemas de grande escala como parte da dialética complexa de mudança nos pólos local e global” (GIDDENS, 1991, p. 155).

das fronteiras não está limitado apenas ao físico, mas também acaba por acometer de maneira geral as práticas, os discursos, os modos e os processos de subjetivação.

Sem os limites formalizadores e categorizantes, a mistura entre signos e significados díspares pode ocorrer. Outros aspectos que contribuem para isso são as ausências de profundidade e de sentidos definidos e definitivos, decorrentes da perda de temporalidade e da busca pelo impacto instantâneo (HARVEY, 1992; LIPOVETSKY, 2005), bem como, pela infinidade múltipla de possibilidades existentes, as quais também colaboram para a ocorrência cadente de um esvaziamento nos e dos sentidos (BAUMAN, 2001).

Evidentemente que aqui não desdobramos profundamente as diversas ideias que dão substrato a chamada Pós-modernidade, contudo esse nem é o intento deste trabalho – para tal reforçamos a indicação de Santaella (2000) para um entendimento panorâmico e consistente das compreensões engendradas ao Pós-moderno. Nesta ocasião apenas recuperamos algumas e breves ponderações a fim de situarmos os entendimentos possíveis e embutidos na expressão “mundo contemporâneo” que integra o título da tese, além de enunciarmos consequências decorrentes dessa conjuntura que pode ser denominada contemporaneidade.

## 2.2 Críticas à ideia de pós-modernidade/pós-modernismo

Em toada semelhante a dos entusiastas das ideias pós-modernas e de pós-modernidade – ressaltando que a maioria, se não praticamente todos os autores referenciados anteriormente em “**Teorias da Pós-modernidade**”, não podem ser descritos pelo adjetivo utilizado (entusiastas)<sup>7</sup>, já que eles de alguma forma intentam teorizar, compreender e propor conceituações que descrevam o fenômeno, alguns, inclusive, de modo extremamente crítico – há um corolário de análises críticas a tais concepções. Para procedermos ao contraponto deste “campo minado” (SANTAELLA, 2000, p. 115) que é o debate envolvendo as noções de pós-modernidade, nos basearemos principalmente em obra referência acerca do assunto, as “Ilusões do pós-modernismo” do inglês Terry Eagleton (1998).

O autor começa seu texto delineando uma definição do que entende ser a pós-modernidade para, em seguida, contra-argumentar e interrogá-la. Em suas próprias palavras, a “pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação” (EAGLETON,

---

<sup>7</sup> Nem mesmo associados com a perspectiva de “pós-modernismo reconfortante ou de celebração” descrita criticamente por Boaventura (SANTOS, 1999, p. 35).

1998, p. 7). Considerações semelhantes àquelas contidas na tabela apresentada por Hassan (1985), na qual esquematicamente são colocadas de um lado as características proeminentes da Modernidade, ou Cultura Moderna (*propósito, projeto, hierarquia, centração, fronteira/gênero, seleção, profundidade, significado, grande história, paranoia, determinação*, dentre outros), enquanto do lado oposto estão elencados os aspectos em que se assenta e produzem a Pós-modernidade ou Cultura Pós-moderna (*jogo, acaso, anarquia, dispersão, intertexto/texto, combinação, superfície, significante, pequena história, esquizofrenia, indeterminação*).

Através dessas características centrais e estruturantes, é possível especular que a Pós-modernidade se trataria de um tempo de mudança nos paradigmas surgidos com o advento do Iluminismo no século XVIII. A principal delas, segundo Eagleton (1998), é a política de classes ter sido sobrepujada pela política de identidade, o que faz com que o autor inglês classifique a Pós-modernidade como o resultado de um fracasso político, uma vez que as lutas e discursos contrários a ordem hegemônica capitalista e liberal passaram a ser considerados ultrapassados e pertencentes a uma lógica que não rege mais o planeta. De modo que, a proposição de câmbios macros na realidade ou acreditar em outras possibilidades de existência são, por essa lógica, ações despropositadas, pois vivemos sob a égide do indeterminado, tempo em que as grandes narrativas – como o Marxismo, base para a crítica radical da ordem vigente – caíram. E, curiosamente, tal como apontado por esse teórico, de fato é muito comum ouvirmos que a luta de classes é algo inexistente na atualidade, coisa de um passado remoto e distante<sup>8</sup>. Afirmção engendrada ideologicamente, porém dita com se fosse mera constatação factual, completamente descolada deste contexto embainhado nas ideias de pós-modernidade em que vivemos.

No processo de substituição da política de classes pela política de identidade, a única conquista proporcionada por este paradigma atual é a inclusão de questões de gênero e étnicas na agenda e pauta públicas, as quais eram sobremaneira eclipsadas pela dimensão classe. Conquanto, Eagleton reforça que a presente desmobilização desse conceito (classe), acarreta em incompreensões do processo histórico vivenciado, bem como das perdas políticas desastrosas ocasionadas por tal esmaecimento. A citação a seguir é um pouco longa, porém nela é possível vermos como esse autor entende a inclusão das questões étnicas e de gênero, ao mesmo tempo em que as condições materiais de existência e a estrutura de classes,

---

<sup>8</sup> Ironicamente, Warren Buffett, um megainvestidor estadunidense, declarou em uma entrevista concedida ao canal CNN no ano de 2011, de que não apenas há uma luta de classes em curso, como é a classe dele que está vencendo a batalha.

portanto questões sociais amplas, foram sendo deixadas em último plano, quando não desconsideradas. Escreve o inglês:

O feminismo e a etnicidade hoje gozam de popularidade por se fazerem lembrar como algumas das lutas políticas mais vitais que confrontamos na realidade. Essa popularidade também se deve ao fato de não se mostrarem necessariamente anticapitalistas, desse modo combinando bem com uma época pós-radical [...] A linguagem da subjetividade imediatamente suplantou e suplementou questões de ação e organização política. Questões de gênero e de etnicidade quebraram de vez o cerco da esquerda ocidental do homem branco (EAGLETON, 1998, p. 33).

Aqui vale delinear uma particularidade do contexto brasileiro como contraponto, pois como analisa Safatle (2014), na atual conjuntura política brasileira, permeada por suas idiosincrasias, tais pautas ligadas às liberdades individuais e aplacadas pelas lutas nos campos do gênero (liberdade sexual feminina, aborto, casamentos homoafetivos) e das etnias (ações afirmativas, políticas de cotas nas universidades públicas) são defendidas justamente pela Esquerda e não pelos liberais.

Com a perspectiva de desfalecimento das certezas, das grandes narrativas, dos projetos e utopias universais, tudo passou a ser questionável, até mesmo todas as formas de opressão, exceto, – não sem razão frente à estrutura social e subjetiva que valoriza o indeterminismo, o acaso e a bricolagem –, a opressão mais significativa e mola propulsora das diversas opressões existentes no mundo atual, aquela que é proporcionada pelo regime do capital. Destarte, se o capitalismo liberal clássico justificava suas ações segundo argumentos racionais, com fundamento universal, o capitalismo contemporâneo incorpora (ou coloniza) cada vez mais a diversidade, minando assim a racionalidade universalista. Em outros termos, nesta “[...] fase pós-imperial, e numa sociedade supostamente multicultural, o sistema não tem mais condições de afirmar a superioridade de seus valores sobre os demais, restando-lhes apenas reconhecer que são diferentes – termo-chave do pós-modernismo.” (EAGLETON, 1998, p. 47). A obsessão pelo respeito e promoção das diferenças e singularidades canaliza o impulso da luta macro de destruição do capitalismo para outras ações, importantes do ponto de vista da consolidação de uma sociedade global mais justa e igualitária, porém que ocultam a mudança radical e primordial da estrutura social vigente. Além de se tornar uma verdadeira bandeira e estratégia capitalista pela via da constituição da singularidade e diferença serializadas, como denuncia Rolnik (1997) de forma precisa e contundente.

Um ponto nevrálgico da crítica à Pós-modernidade é a ojeriza que esta nutre pelos universalismos. Como delinea Eagleton (1998, p. 35-36), o Pós-modernismo “está repleto de

recomendações morais – hibridez é preferível à pureza, a pluralidade à singularidade, a diferença à auto-identidade – e denuncia esse [ou qualquer] universalismo como sendo um resquício opressor do iluminismo.”. Quanto a este último ponto, é possível concordarmos se o enfoque se der na questão base de que a racionalidade e o conhecimento científico objetivo defendidos ferrenhamente pelos iluministas como a remediação de todos os males da humanidade, o que implica em subestimação de outras formas de conhecimento igualmente válidas, como, por exemplo, o do senso comum, e ideologicamente produz o processo alienado de separações dualizadas e estranhadas entre si (sujeito/objeto, indivíduo/social, subjetivo/objetivo), as quais são propagadas como existentes a priori e independentemente dos contextos sócio-históricos e culturais (SANTOS, 2000).

Boaventura de Sousa Santos (2002) reflete que a contraposição a isso sucederá do paradigma emergente de uma ciência chamada por ele de pós-moderna, a qual não é dualista e se funda na superação das distinções óbvias e familiares que citamos acima. Indo além, diz o autor que os parâmetros da superação residem nas ciências sociais, pois ao “atentarmos no conteúdo teórico das ciências que mais têm progredido no conhecimento da matéria, verificamos que a emergente inteligibilidade da natureza é presidida por conceitos, teorias, metáforas e analogias das ciências sociais.” (SANTOS, 2002, p. 91), ainda que ressalte ser errôneo imaginar que os parâmetros das ciências sociais por si se constituiriam como modelo para um conhecimento emancipatório pós-moderno, vez que as ciências humanas em geral foram formadas no século XIX sobre a égide da racionalidade das ciências naturais.

Uma conclusão proposta é a de que o discurso científico objetivista, neutro e apartado da realidade social, deve se reaproximar das humanidades, o que revalorizará os discursos e princípios das artes e da literatura e ajudar-nos-á “[...] a procurar categorias globais de inteligibilidade, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade.” (SANTOS, 2002, p. 94). Pelo percurso realizado neste trecho, salientemos que o grande problema relacionado à ciência iluminista/moderna não é o da universalidade, mas sim o objetivismo, a pretensa neutralidade e o dualismo.

Retornando e prosseguindo com a crítica de Eagleton, ele destaca um dos maiores contrassensos desta aversão ao universal: “a cultura pós-moderna se interessa pela mudança, mobilidade, flexibilidade, ausência de regras, instabilidade, enquanto parte de sua teoria nivela tudo, de Sócrates a Sartre, na mesma tediosa saga. A história Ocidental que se supõe homogeneizadora é brutalmente homogeneizada.” (EAGLETON, 1998, p. 42). Em outras palavras, ao invés de proceder a uma leitura dialética acerca do particular/universal, na qual os contrários e opostos coexistem e se determinam, o pós-modernismo envereda pela senda de

um binarismo excludente que inviabiliza as contradições internas, de modo que essa crítica, portanto, se dá no campo de ideias em que o próprio pós-modernismo se propõe a ocupar. Além disso, “ocorre apenas que é dogmático do pós-modernismo universalizar seu exemplo contra universais e concluir que os conceitos de uma natureza humana compartilhada **nunca** têm importância” (EAGLETON, 1998, p. 56, grifo do autor). Sintetizemos a incoerência: a única universalidade existente (e aceitável) é a não existência de universais.

Entretanto, por mais que o pós-modernismo desabone a ideia de alguma continuidade histórica e dos universais, como explicar a persistência das guerras, da fome, da miséria, da exploração? Sendo a pós-modernidade o pilar ideológico fundamental do capitalismo liberal, financeiro e global – ou sendo a lógica cultural subjacente ao capitalismo tardio, nos dizeres de Jameson (2002) –, tais acontecimentos seriam tão somente efeitos colaterais circunstanciais ou mesmo necessários para a perpetuação e reprodução do modo dominante de produção econômico e da vida, destarte a única universalização realmente válida é a do capitalismo como destino indelével e inquestionável da e para a humanidade. Para Eagleton (1998, p. 84), o Estado liberal capitalista também se respalda na pretensa ausência de privilegiar quaisquer ideologias em específico, até porque vivemos em um contexto de pós-modernidade e conseqüentemente pós-ideológico. “Todavia, as razões porque ele [Estado liberal capitalista] se recusa a fazê-lo são por si só ideológicas: a soberania da escolha individual.”. Então, o sistema social que, de fato, poderia conjugar a seara da escolha pessoal com a autodeterminação e autodescentralização seria o socialismo, até porque o mercado capitalista é que promove a homogeneização e nivelamento de tudo, deturpando as gradações, os valores e, até mesmo, a ideia de diversidade.

Ainda explorando o embate sobre a universalização da igualdade e apologia à diferença, Marx ([1875]1971) nos diz que a diferença é uma das tantas abstrações ideológicas da burguesia, assim, a importância da diferença para o socialismo reside no cuidado equivalente e indistinto para as distintas necessidades dos indivíduos que, segundo Eagleton (1998, p. 114) “[...] não são iguais, e sim igualmente indivíduos. E nesse sentido um conceito sensato de igualdade já implica a noção de diferença.”. E, portanto, este autor crava que “o objetivo político do socialismo não é se fixar na diferença [...], mas a emancipação da diferença no nível da mutualidade ou reciprocidade humana.” (EAGLETON, 1998, p. 118).

Adiante, no capítulo “Contradições” de sua obra “Ilusões do pós-modernismo”, o supracitado autor inglês, que é filiado ao Marxismo, indica a dialética do pós-modernismo que é simultaneamente radical e conservador. Radical por, em tese, se opor a qualquer sistema de valores absolutos e dominantes, ao, por exemplo, negar qualquer possibilidade de

categorização e conceituação, ou ao decretar a morte das metanarrativas. Tal posição implica em se postar ao lado da crítica e oposição constante ao instituído. Porém, o pós-modernismo é concomitantemente conservador, uma vez que a característica de repúdio a quaisquer totalidades engessa a construção de projetos universais, dentre os quais estão englobados os projetos que visam à emancipação e câmbio da ordem desigual.

Assim sendo, se faz ilusória a existência unívoca e múltipla dos particularismos infinitos, mola mestra do capitalismo atual. Contraditoriamente, o pós-modernismo associado a este capitalismo atual refuta os universais, embora afirme **um** universal pela via da negação do mesmo, como Žižek clarifica: “para criar um sistema global universal, as forças do capitalismo procuram esconder a violência político-discursiva de sua construção” (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 25), de modo que “o capitalismo, como sistema imanente, ou seja, que não recorre a nenhum universal transcendente que venha ordenar as relações sociais [...] dissolvendo a dicotomia entre o particular e o universal através da multiplicação infinita dos particulares.” (LAUREANO; PEIXOTO JUNIOR, 2014, p. 7).

### 3. DISCURSO E UM EMARANHADO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS

#### 3.1 Análise do Discurso francesa

A importância da linguagem para construção e na constituição do humano nos é apontada por autores de diferentes correntes teóricas que a tomaram como objeto de estudo. Em meio a este “cipoal de teorias da linguagem” (BLIKSTEIN, 1995) envolvendo variados constructos teóricos, seguiremos, em nossa tese de doutorado, a perspectiva da Análise do Discurso (doravante AD) da escola francesa, metodologia fundamentada teoricamente sobre o tripé de três grandes e distintos campos do conhecimento, quais sejam: o da Linguística, o do Marxismo e o da Psicanálise. Nesta perspectiva, compreenderemos a linguagem para além da língua gramaticamente entendida, concebendo-a como manifestação e materialização das ideologias, as quais são formadas e situadas de modo sócio-histórico (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 1999). Além disso, seguindo Rocha-Coutinho (1998, p. 322), “a linguagem não é considerada como algo dado, e tampouco a sociedade com um produto acabado mas, antes, ambas se constituem e se alteram mutuamente”. De modo que para tal entendimento acerca da linguagem se substancie, essa se estruturará na forma de discurso.

Como afirmam Orlandi (1999), Pêcheux (1997) e Brandão (1995), a linguagem estruturada em forma de discurso perpassa as condições de mera transmissora de informações e de suporte para o pensamento, uma vez que, ao ser uma produção social, ela está longe de qualquer neutralidade ou ausência de intencionalidades, ao contrário, manifesta explícita e/ou implicitamente as ideologias com as quais está vinculada. Por tais razões, Orlandi (1999, p. 15) diz que a AD trata de uma linguagem em funcionamento/movimento na qual “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando.”. Deste modo, a AD francesa articula o linguístico e o social no discurso, estudando a materialidade discursiva a partir das condições (os contextos sócio-históricos e ideológicos) em que é produzida (ROCHA-COUTINHO, 1998),

Assim posto, ao longo de toda nossa tese nos vinculamos às concepções que este referencial teórico-metodológico detém acerca da linguagem enquanto discurso, ressaltando, contudo, que o intento desta reflexão acadêmica **não** é produzir um trabalho **sobre** AD. Contrariamente, nos utilizamos de algumas das principais noções formuladas pela corrente francesa do supracitado referencial teórico-metodológico para nos auxiliar, sobretudo, na sistematização do entendimento a respeito do conceito de **discurso**, o qual, como apontamos, abarca ideias de outros campos do conhecimento para além da Linguística. Assim, como

teóricos da própria AD francesa propõem (ORLANDI, 1999, 2001; MAINGUENEAU, 1997; GADET; HAK, 1993), tal metodologia é guiada pelos princípios teórico-metodológicos dela própria e **a partir do campo de conhecimento ao qual o pesquisador está vinculado**. Isto indica que a AD não é um referencial de uso exclusivo dos estudos em Linguística, podendo não apenas ser utilizada em outras áreas das ciências humanas, como também estar articulada com outros referências teóricos que se associam com suas perspectivas.

Em nosso caso, a leitura do materialismo histórico dialético pela Psicologia Social, segundo principalmente a obra organizada por Abrantes, Silva e Martins (2005), é outro pilar que embasa o ponto de vista teórico de nossa tese, o qual, em síntese, não destoa do que descrevemos até o presente momento, inclusive pelo fato da AD da escola francesa também se sustentar na perspectiva do materialismo histórico dialético de Marx ([1844]2010) e Marx e Engels ([1846]2007).

Neste referencial (materialismo histórico dialético) há atenção especial pelos processos dialéticos, e contextualizados sócio e historicamente, envolvidos na constituição do indivíduo e da sociedade, não enquanto polos antagônicos, mas compreendendo-os como dimensões complementares (OLIVEIRA, 2005; MARX, [1844]2010). Tal como no campo da AD francesa, pelo método histórico-social é possível compreender a linguagem como uma dimensão constituinte das relações humanas, a qual permite se notar a propagação e a manutenção (ou, em alguns momentos, a desconstrução) acerca das práticas que estão, conforme Traverso-Yepez (1999), envoltas às posições de poder e às contradições sociais postas. Portanto, por esta perspectiva teórica, a linguagem estruturada em forma de discurso é entendida enquanto prática social, produtora das culturas e das subjetividades (PARKER, 2015; TRAVERSO-YEPEZ 1999), e como lugar em que as ideologias e os processos ideológicos se manifestam, se traduzem e se materializam (PÊCHEUX, 1990, 1997; MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 1999, 2001).

Ao falarmos sobremaneira em **Ideologia**, se faz necessário explicitarmos como entenderemos este conceito ao longo deste nosso trabalho, pois, apesar do uso corrente e indiscriminado de tal termo na linguagem cotidiana, há diversas e controversas acepções teórico-conceituais para caracterizá-lo<sup>9</sup>, como inclusive é possível perceber ao percorrermos os textos de várias autoras e autores (tais como o próprio Michel Pêcheux, Louis Althusser, Theodor Adorno, Jacques Lacan, Terry Eagleton, Michèle Barrett, Frederic Jameson, dentre

---

<sup>9</sup> Guareschi (2012) diz que conceituar ideologia é um “campo minado” por toda polissemia envolvida. O autor inclusive brinca com o fato de ter por hobby “coleccionar” as diversas acepções do termo, sendo que, na obra referenciada, ele afirma já ter reunido cerca de 60 definições diferentes.

outros e outras) compilados pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek (1996b) na obra “Um mapa da ideologia”. O próprio Žižek ao introduzir a sequência de textos afirma que um dos problemas centrais relacionados à Ideologia é de que esta:

[...] pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (ŽIŽEK, 1996b, p. 9).

Em outros termos, estamos imersos na ideologia, já que esta está em toda parte e em todos os processos sociais. Se imaginar ou afiançar-se fora da ideologia, ou em algo nãoideológico, é pouco possível, pois estas ações já se constituem enquanto ações ideológicas. Deste modo, as propaladas assertivas com relação a vivermos em sociedades pós-ideológicas, tão somente pelo fato da queda do Muro de Berlim e consequente dissolução da União Soviética e das repúblicas socialistas do Leste Europeu, o que possibilitou a hegemonia do capitalismo avançado (ou capitalismo tardio, a depender do/da teórico/teórica), são passíveis de críticas contundentes. Neste sentido, a Ideologia capitalista funciona plenamente ao afirmar o seu conteúdo relacionando-o “[...] *com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação.*” (ŽIŽEK, 1996b, p. 13, grifo do autor), uma vez que afirma e dissimuladamente o arrefecimento das ideologias, enquanto opera sub-repticiamente – e, por vezes, explicitamente – nos “corações e mentes” dos indivíduos, para utilizarmos uma expressão corrente no discurso dos dominadores para conquistar e fazer com que os dominados se identifiquem com seus algozes.

Em consonância com os referenciais teóricos adotados neste trabalho, a formulação do conceito de Ideologia se fundamenta em uma leitura realizada pela AD francesa acerca de pontos de vista estabelecidos inicialmente por Marx e Engels ([1846]2007). Contudo, antes disso, discorrámos rapidamente a respeito da ideia marxista clássica de ideologia, a qual se aproxima parcialmente com o entendimento tido acerca desta por autores da AD francesa.

Segundo Chauí (1994), o pensamento de Marx e Engels entende que a ideologia surge tanto da divisão social do trabalho entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, como da separação entre a produção de determinadas ideias das condições sociais e históricas em que foram produzidas. Além disso, a ideologia é ilusória por ser a abstração e a inversão da realidade social, pois, embora se construa com base no real, representa o ser social de

ponta-cabeça, o que significa representar o aparecer social como se fosse a própria realidade social. Deste modo, nas próprias palavras de Chauí (1994, p. 41), “a ideologia é uma das formas da *práxis* social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade.”. Estas representações servem para a manutenção das diferenças sociais, políticas e culturais ocasionadas pelo modo em que a sociedade está estruturada – dividida em classes, a partir de um modelo de produção em que a prática e a teoria estão apartadas –, justificando e explicando-as de forma racional e universal.

De forma resumida, conforme Chauí (1994), a ideologia é produzida do seguinte modo: os intelectuais de uma classe em ascensão formulam um sistema de ideias que aparentemente são representativas a todo o corpo social; tais ideias estarão baseadas na realidade e serão utilizadas para reunir a sociedade toda no combate à classe que neste período é a dominante, criando a expectativa de que virão a se concretizar efetivamente quando a nova ordem social for estabelecida; a consolidação da ideologia acontece no momento em que todas as classes sociais dominadas incorporam as ideias daquela classe em ascensão, tomando-as por universais, mas, com a peculiaridade de que as novas ideias dominantes estarão dissociadas da nova classe dominante e de seus interesses particulares, como se aparentemente fossem dimensões autônomas.

Em uma perspectiva da Psicologia Social, como sintetiza Lane (1985, p. 13):

A ideologia, como produto histórico que se cristaliza nas instituições, traz consigo uma concepção de homem necessária para reproduzir relações sociais, que por sua vez são fundamentais para a manutenção das relações de produção da vida material da sociedade como tal. Na medida em que a história se produz dialeticamente, cada sociedade, na organização da produção da sua vida material, gera uma contradição fundamental, que ao ser superada produz uma nova sociedade, qualitativamente diferente da anterior. Porém, para que esta contradição não negue a todo momento a sociedade que se produz, é necessária a mediação ideológica, ou seja, valores, explicações tidas como verdadeiras que reproduzam as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção.

Destarte, um dos pontos centrais nesta corrente de pensamento é de que a ideologia oculta as diferenças existentes entre as classes, difundindo a ideologia da classe dominante como ideia e ideais universais e promovendo ilusões quanto às condições sócio-históricas vivenciadas pelo corpo social, bem como, quanto ao modo como estas condições foram construídas. Para a AD francesa, a ideologia, ao contrário da ocultação de conteúdos, é a dissimulação do como os sentidos aparentam ser sempre os mesmos e previamente dados,

embora concorde com relação a uma naturalização das ideias dominantes, como se estas fossem universais e não tivessem qualquer lastro histórico – ainda que, uma das teses centrais adotadas por Pêcheux (1997), retomando Althusser (2003), é de que a chamada **Ideologia em geral**<sup>10</sup>, de fato, não tenha história. Precisa Orlandi (1996b, p. 31):

Pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de ‘conteúdos’) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas.

Indo além, esta autora escreve que “a ideologia não é um conteúdo ‘x’ mas o mecanismo de produzi-lo” (ORLANDI, 1996b, p. 65), explanando que o mecanismo de produção dos sentidos e de interpretação destes está enganchado em uma concepção de que as condições de produção são universais e eternas, em outros termos, os sentidos, nas palavras de Pêcheux (1997, p. 214), são “o ‘sempre-já’ aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma universalidade”.

A ideologia, portanto, impinge **uma forma específica e determinada** de se entender o mundo e as coisas, simulando que este ponto de vista é natural, único e independente das condições históricas em que foi produzido, o que implica na percepção de que os sentidos sejam evidentes e claros, como se a linguagem fosse cristalina, transparente. Tal definição vai de encontro ao que formula a AD francesa, uma vez que neste referencial teórico o sentido, segundo Orlandi (1996b, p. 27), “[...] não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica.”, e, além disso, há o entendimento de que a linguagem, como descrito na citação longa de Orlandi acima, possui opacidade, ou seja, os sentidos não estão dados a priori e nem são facilmente visualizáveis, há que se trabalhar com os equívocos, com a materialidade e com a historicidade para se compreender a constituição dos sentidos.

A simulação, provocada pela ideologia de um funcionamento universal para os discursos e sentidos que por ele são propagados, também implica naquilo que Pêcheux (1997) conceituou por esquecimento de número 1 e de número 2. Em linhas gerais, o segundo

---

<sup>10</sup> Segundo o próprio Pêcheux (1997, p. 151-152, grifos do autor): “O conceito de *Ideologia* em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre ‘homens’, *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa idéia de ‘o homem’, como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc.”.

esquecimento ocasiona a impressão ao sujeito do discurso de que o pensamento é a materialização e manifestação do real, enquanto que o esquecimento de número 1 faz com que o sujeito acredite ser ele mesmo a origem única e exclusiva do seu discurso. Dentro do próprio discurso acadêmico, no qual estamos inseridos e temos maior familiaridade, é possível encontrarmos e arrolarmos alguns exemplos para ambos os conceitos formulados por Pêcheux.

Quanto ao esquecimento de número 1, tal como aponta Orlandi (1999), podemos discorrer sobre aquele desejo do autor acadêmico de estar na vanguarda, ser o primeiro a afirmar determinados sentidos e significados, como se estes não tivessem ligação alguma com o pré-existente. Para isso a autora pontua que: “*na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.*” (ORLANDI, 1999, p. 35, grifo da autora). Outro caso delicadíssimo se relaciona a não citação ou às referências bastante incompletas e/ou imprecisas das fontes bibliográficas consultadas, o que atualmente gera discussões intensas envolvendo o plágio acadêmico e as chamadas boas condutas/práticas científicas.

Também se pode comentar dos conhecidos autores do passado que são acusados de não explicitarem ou elencarem as suas fontes, como se estivessem formulado e proferindo reflexões e conclusões inéditas ou sem lastro histórico algum. No estudo de Alberti (1999) sobre o riso e o risível, em que a autora percorre e vasculha obras de pensadores ocidentais paradigmáticos a fim de sistematizar ideias destes com relação a tal fenômeno humano (o ato de rir), temos vários momentos nos quais nos são apresentadas algumas teorias do riso que se remetem a teorias do riso anteriores sem citá-las, como é o caso do filósofo britânico Thomas Hobbes, que tem seu pensamento sobre o risível baseado em ideias dos oradores romanos Quintiliano e Cícero, mas não os referencia em sua obra ou sequer aponta qualquer ligação das fontes que utilizou para formular a sua teoria do riso<sup>11</sup>.

Para o segundo esquecimento, temos os dados e trabalhos que são julgados por parcela da comunidade acadêmica como sendo mais precisos cientificamente e

---

<sup>11</sup> “É interessante observar que as três ocasiões de riso destacadas por Hobbes – rir das próprias ações, das fraquezas do outro e dos ditos ou atos engraçados – equivalem à divisão de Quintiliano segundo a qual o riso se localiza em nós mesmos, nos outros e nos elementos neutros. Hobbes não nos dá qualquer pista acerca das fontes de sua teoria, mas é curioso que se refira também à novidade e à surpresa como condições do objeto risível, ênfase igualmente encontrada na teoria de Cícero. A descoberta *elegante* de algum absurdo em outrem, por sua vez, nos remete à observação de Quintiliano sobre o riso localizado em nós, quando dizemos palavras que beiram o absurdo e que podem passar por elegâncias, se são fingidas. Seja como for, Hobbes conhecia o ensinamento da retórica, ele o ajustou a seu argumento principal, porque a divisão do objeto do riso acaba relacionada ao fundamento da superioridade subitamente concebida.” (ALBERTI, 1999, p. 129).

representativos da realidade do que outros, sem se dar conta de que tais assertivas estão diretamente atreladas às dimensões que envolvem os paradigmas científicos em que cada pesquisa está inserida. Dentro do campo geral da Psicologia, por exemplo, uma pesquisa de cunho quantitativo, empírico e/ou positivista pode ser considerada por muitos como sendo mais ciência do que uma investigação amparada em referências ligadas aos métodos qualitativos, críticos e/ou fenomenológicos. Como se um paradigma ou um referencial teórico-metodológico sobrepujassem outros e com isto pudessem expressar com maior exatidão a realidade.

Ainda discorrendo sobre a articulação entre o campo da Psicologia Social em que estamos inseridos e a AD francesa, levamos em consideração os três pontos elencados por Rocha-Coutinho (1998) como importantes para a utilização da AD em pesquisas realizadas sob o enfoque da Psicologia Social. São eles:

a) “Os falantes inscrevem em suas falas, suas ideologias e interesses. A cultura, assim, ‘fala por si mesma’ através da fala individual” (ROCHA-COUTINHO, 1998, p. 324);

b) “Esse fato [variação linguística é intrínseca aos valores sociais] implica que as condições sociais de aceitação e legitimação do discurso, essenciais para o ato de comunicação e para própria afirmação de um grupo são distintas para os diferentes grupos sociais.” (ROCHA-COUTINHO, 1998, p. 324);

c) “[...] a linguagem é tanto mediadora das relações interpessoais quanto uma força na perpetuação das relações sociais que a sustentam.” (ROCHA-COUTINHO, 1998, p. 325).

Teçamos a seguir algumas considerações e reforçemos outras já enunciadas acerca da AD francesa, a fim de explicitar ainda mais o modo em que nos respaldamos em tal referencial teórico-metodológico. O pesquisador ao se guiar pelo referencial da AD é responsável pela formulação do problema que desencadeará a análise quando escolhe o “tipo” de discurso que estudará. Como em AD o objeto teórico é o **discurso**, o objeto a ser analisado é o **texto**, sendo que este não necessariamente estará disposto na forma escrita, podendo ser “[...] uma palavra, um sintagma, um conjunto de frases (escrito ou oral), o que importa é que funciona como unidade de significação em relação à situação.” (ORLANDI, 2001, p. 22).

Os nossos objetos teóricos de estudo são os discursos do politicamente correto e, principalmente, do humor politicamente incorreto, enquanto os objetos empíricos são as manifestações de ambos (politicamente correto e humor politicamente incorreto) em diversos campos como: nos meios de comunicação (*blogs*, programas televisivos, charges, artigos de

jornal); em pronunciamentos de personalidades políticas ou intelectuais; em obras de arte no geral; nas práticas conversacionais espalhadas pelo cotidiano; dentre outros.

Esta delimitação do *corpus*, ao contrário de outros referenciais que se guiam por pressupostos empíricos e positivistas, segue critérios teóricos da AD. Como diz Orlandi:

[...] a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas; decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos de análise, e que permitam chegar a sua compreensão. **Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos** (ORLANDI, 1999, p. 63, grifos nossos).

O dispositivo de análise em AD da escola francesa, deste modo, é construído com o pesquisador se debruçando sobre os efeitos e sentidos produzidos pelos artificios da linguagem utilizados na construção do texto, bem como, pelas suas relações com a exterioridade que o “emolduram”, ou seja, o contexto no qual está inserido e que é também tomado como produtor de sentido. Todos esses fatores possibilitam ao analista-pesquisador produzir novas práticas de leitura do discurso que está estudando.

Uma característica singular da AD é de que “[...] cada material exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria [...]” (ORLANDI, 1999, p. 27). Em outros termos, embora o dispositivo teórico e os conceitos a disposição do pesquisador sejam os mesmos, o dispositivo analítico será particular para cada investigação, pois aquele (dispositivo analítico) estará moldado partindo da “[...] questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.” (ORLANDI, 1999, p. 27). Como explicitamos anteriormente, o material da pesquisa é composto por discursos específicos (humorísticos, politicamente incorretos e politicamente corretos) inscritos em diversas manifestações culturais/sociais e um dos intentos principais da análise procedida é compreender nuances, impactos e desdobramentos dos mesmos.

Além disso, como aprofundado anteriormente na supracitada obra de Orlandi (1999) – considerada uma referência importante para a AD francesa no Brasil –, o trabalho de pesquisa pode ser e é guiado tanto pelos princípios teórico-metodológicos da AD, como a partir do campo de conhecimento ao qual o pesquisador está vinculado. Isto significa que a AD não é um referencial de uso exclusivo do campo da Linguística, podendo também ser utilizada em outras áreas das ciências humanas, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia. Os

resultados encontrados serão fruto do trabalho de análise, a qual entrecruza princípios e procedimentos da AD com o aporte teórico em que o analista está inserido, e as leituras do *corpus* (texto) estarão assim “[...] disponíveis para que o analista os interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu.” (ORLANDI, 1999, p. 28).

### 3.2 Psicologia Social Crítica

A perspectiva de uma Psicologia Social Crítica é consequência da chamada “crise” da Psicologia Social vivenciada entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, sendo também usualmente nomeada tão somente por “Psicologia Crítica”. Antes de pontuarmos no que esta consiste, daremos um passo para trás e comentaremos a “crise” que proporcionou a emergência desta possibilidade em Psicologia Social.

A crise se deu a partir da estruturação das correntes sociológicas da Psicologia Social, tal como denominado e categorizado por Farr (1999), a saber: a teoria das representações sociais, o interacionismo simbólico, a Psicologia discursiva, dentre outras; as quais abriram uma fissura na perspectiva hegemônica de Psicologia Social psicológica e, em meados da década de 1960, diversas críticas começam a ser tecidas e dirigidas à Psicologia Social dominante, tanto na França com as formulações de Moscovici, como “na Inglaterra onde Israel e Tãifell analisam a ‘crise’ sob o ponto de vista epistemológico com os diferentes pressupostos que embasam o conhecimento científico – é a crítica ao positivismo, que em nome da objetividade perde o ser humano.” (LANE, 1985, p. 11). Deste modo, se iniciou o período chamado por “crise” da Psicologia Social (ALMEIDA, 2012; FARR, 1999; IBÁÑEZ, 1990; PARKER, 1989).

Conforme Parker e Shotter (1990), a crise decorre das discussões teóricas que passaram a enxergar o conhecimento como algo construído, além de que “novas” relações no mundo e discursos ganhavam força, passando a circularem mais fortemente e serem visibilizadas – tal como o é o caso do feminismo. Essa perspectiva contra hegemônica, fundamentalmente, promove então o questionamento da homogeneização das diferenças sociais defendida pelas perspectivas biológica (na qual as predisposições internas do organismo explicam os comportamentos e manifestações psicológicas do indivíduo) e cognitiva (em que as predisposições internas do aparelho cognitivo explicam os comportamentos e manifestações psicológicas do indivíduo) da Psicologia Social dominante e convencional. Além de assumir “[...] uma postura crítica frente ao positivismo científico, ao

isolacionismo e ao atomismo metodológico das ciências” (LIMA, 2012a, p. 219), tão característicos a Psicologia Social dominante daquela época.

Na América Latina esse movimento de críticas à Psicologia Social dominante, “[...] culminam em 1979 (SIP – Lima, Peru)<sup>12</sup> com propostas concretas de uma Psicologia Social em bases materialista-históricas e voltadas para trabalhos comunitários” (LANE, 1985, p. 11). Assim, emerge uma Psicologia Social implicada e fundada no “compromisso social” (BOCK et al., 2007). Para tanto, as principais indicações e críticas que a Psicologia Social de base materialista-histórica seguia na linha de superar a individualização desmedida e a divisão dicotômica entre indivíduo e sociedade. Daí advém as ideias chaves para tal perspectiva crítica em Psicologia Social, quais sejam: (a) o indivíduo não está separado do social (e vice-versa, ou seja, o social também não está apartado do indivíduo); (b) o sujeito é produto e produtor da história. Para chegar a essa segunda assertiva, a qual é quase um mote para ideia de uma Psicologia Social crítica ancorada no materialismo histórico dialético, a Psicologia Social deveria “recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade – [pois] apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem [o ser humano] enquanto produtor da história.” (LANE, 1985, p. 13).

Ao focalizar as condições sociais e históricas, a Psicologia Social rejeita as naturalizações e propaladas leis/valores universais, entendendo a sociedade e os indivíduos como produtos histórico-dialéticos, ou seja, não há natureza humana, mas processos mediados pela ideologia e construídos através das relações. Inclusive:

[...] quando as ciências humanas se atêm apenas na descrição, seja macro ou microsocial, das relações entre os homens e das instituições sociais, sem considerar a sociedade como produto histórico-dialético, elas não conseguem captar a mediação ideológica e a reproduzem como fatos inerentes à ‘natureza’ do homem. (LANE, 1985, p. 13).

Assim, na perspectiva de uma Psicologia Social crítica, a qual é fundamentalmente baseada no materialismo histórico e dialético, as visões acerca do conhecimento e de ser humano que estão aqui presentes, apontam para a constituição de seres históricos e de uma relação dialética envolvida entre os falsos polos indivíduo-sociedade. Falsos, pois estando em relação dialética um não anula ou nega o outro, tampouco há deslocamento de preponderância para um dos lados. Ambos se complementam pelas e nas oposições existentes. Além disso, há

---

<sup>12</sup> XVII Congreso Interamericano de Psicología, o qual fora promovida pela Sociedade Interamericana de Psicologia em 1979 na cidade de Lima no Peru.

a ideia central de um “movimento [dialético e constante] de transformação da realidade” (BOCK et al, 2007, p. 50), por conseguinte, evidentemente,

O objetivo [desta psicologia social] era compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação; e as possibilidades de ação dos indivíduos frente às determinações sociais (BOCK et al., 2007, p. 50).

Conforme Martín-Baró (2005), o método dialético inserido na Psicologia Social indica que ao estudar os problemas se parte do pressuposto que indivíduo e sociedade não apenas interagem como algo constituído separadamente, mas que se constroem mutuamente e, por consequência, ao se negarem se afirmam como tais. Assim, o indivíduo só pode existir pela existência da sociedade (não individual) e, concomitantemente, a sociedade só pode existir por haver a existência de indivíduos (negação da sociedade). E, para este autor, em cada uma das ações concretas (que são ideológicas) se traduz e configura ambas as realidades (individual e social) em um produzir e ser produzido, tal como delineamos anteriormente ser um dos motes desta perspectiva crítica em Psicologia Social.

Portanto e de um modo geral:

Social constructionist and discourse-analytic approaches made it possible to conceptualise human psychology as something culturally-located and historically-specific, and they have even served as a warrant for renewed discussion of Marxist accounts of the individual subject as an `ensemble of social relations` (Parker and Spears, 1996)<sup>13</sup> (PARKER, 2000, p. 31).

Seguindo com ideias similares que enfatizam e desdobram outros aspectos, a Psicologia Crítica basicamente se caracteriza, como já referenciamos, pelo entendimento de que todo o conhecimento é construído (PARKER; SHOTTER, 1999), mas igualmente por inserir e se voltar para o estudo e, principalmente, à análise dos discursos, a qual, conforme Parker (2015, p. 3), “[...] marks a conceptual break from behavioural and cognitive models of language as expressions of response to stimuli or as communication of ideas from inside the head of an individual to others.”<sup>14</sup>. Além disso, seguindo a ideia desse autor, o discurso é

<sup>13</sup> “As abordagens do construcionismo social e da analítica do discurso tornaram possível conceituar a psicologia humana como algo cultural e historicamente situado, e inclusive serviram como razão para renovadas discussões acerca de aspectos do Marxismo relativos ao sujeito individual como um ‘conjunto de relações sociais’ (Parker and Spears, 1996)” (em nossa tradução).

<sup>14</sup> “[...] marca uma quebra conceitual dos modelos comportamentalistas e cognitivistas da linguagem como expressão de respostas a estímulos ou como comunicação de ideias presentes no interior da cabeça de um indivíduo para os outros.” (em nossa tradução).

compreendido como “critical discursive practice” (prática discursiva crítica), o que é importante para os psicólogos associados à Psicologia Crítica, pois implica que “[...] it enables us to turn around and treat our own discipline as a collection of texts susceptible to deconstruction (Parker, 2002).”<sup>15</sup> (PARKER, 2015, p. 6).

Outro aspecto candente e nevrálgico é de que a Psicologia Social Crítica se contrapõe frontalmente a chamada Psicologia tradicional ou hegemônica, sendo que as principais características da Psicologia hegemônica a serem questionadas constantemente nesta perspectiva Social e Crítica seriam aquelas elencadas por Parker (2009b), quais sejam: o individualismo, o essencialismo e a normalização. Analisando detidamente cada um destes aspectos, o autor inglês nos diz que o individualismo nos aparta do contexto relacional/social em que estamos inseridos, criando a falsa ilusão de que as experiências singulares da existência não são produzidas de modo sócio-histórico; o essencialismo promove a separação intrínseca das características humanas, o que possibilita à Psicologia tradicional categorizar e propor aperfeiçoamentos nestas ao indicar como as pessoas devem agir e pensar; e, por fim, a normalização é fruto da propagação de modelos universais, os quais usualmente estão em sintonia com a cultura dominante em que a Psicologia hegemônica se respalda e reforça como superior às outras. Consequentemente, para este autor tais aspectos constituiriam o que pode ser denominado por **psicologização**, a qual, ao mesmo tempo em que reflete a ordem desigual vigente, reforça-a de modo sub-reptício e ideológico. Como, de modo preciso, resume Lacerda Jr (2009, p. 1): “A força fundamental por trás da Psicologia [hegemônica] é a psicologização, isto é, a conversão de condições sociais e históricas de alienação em questões individuais e psicológicas.”

Para nos aprofundarmos naquilo em que consiste uma Psicologia Social Crítica, tomemos os quatro aspectos e questões fundamentais que a caracterizam, tal qual Parker e Burman (2008) formulam de modo abreviado, alertando que tal sistematização foi realizada com a ciência por parte dos autores de que poderiam parecer presunçosos, dada as particularidades sócio-históricas de cada contexto, o que consequentemente afeta diretamente na noção daquilo que é e daquilo não é uma abordagem social e crítica em Psicologia. Ainda assim, entendemos que tais pontos enunciados pelos autores ingleses não somente se coadunam com nossas convicções, como são pertinentes a esta perspectiva teórica dentro da grande área de conhecimento abrangida pela Psicologia.

---

<sup>15</sup> “[...] isso nos permite nos voltar e tratar nossa própria disciplina como uma coleção de textos suscetíveis a desconstrução (Parker, 2002).” (em nossa tradução).

A primeira ideia que caracteriza uma Psicologia Social Crítica diz respeito a essa analisar e interrogar o como as teorias e práticas da Psicologia tradicional operam de modo ideológico e em sintonia com a ordem vigente/dominante e com os poderes instituídos ao privilegiarem determinadas variáveis em detrimento de outras. Um exemplo para essa assertiva são as dinâmicas de grupo promovidas pela Psicologia Organizacional no ambiente das empresas em meio aos conhecidos “processos de recrutamento e seleção de pessoal”, através dos quais se procuram aqueles sujeitos que possam ser considerados os mais aptos (ou que mais facilmente se adaptam) para integrar o corpo de funcionários ou desempenhar determinadas funções. Neste tipo de prática amplamente utilizada segundo pressupostos psicológicos tradicionais, as técnicas empregadas implicam em uma compreensão individualista e essencialista de que os sujeitos possam ser classificados em função de suas chamadas pré-disposições internas, as quais são igualmente supostas pela própria Psicologia que está norteando tal procedimento.

Entretanto, de forma ideológica, o resultado bem sucedido ou de fracasso obtido por meio dessas práticas é atribuído exclusivamente ao sujeito-participante, ao responsabilizá-lo e fazer com que creia que quaisquer resultados atingidos (o sujeito está apto/inapto para exercer determinada função; pode ser contratado ou descartado do processo de contratação) decorrem de suas capacidades ou incapacidades intrínsecas. Por tal processo ideológico, advém o ocultamento e dissimulação da dimensão de reificação tanto dos padrões de conduta preestabelecidos como aceitáveis, que as dinâmicas de grupo tradicional aplicada no contexto empresarial/organizacional carregam. Como igualmente da própria construção daquilo que é entendido por capacidades e incapacidades individuais. Além de estas práticas psicológicas ignorarem, por vezes, o fato de que tais procedimentos mesuram coisas somente ali onde estão sendo aplicadas (vale enfatizar que os testes de inteligência seguem esta mesmíssima linha e lógica), em outros termos, não abarcam a complexidade do sujeito enquanto um sujeito constituído pelos processos sócio-históricos e culturais.

Outro ponto formulado por Parker e Burman (2008) é de que a Psicologia Social Crítica compreende que todas as psicologias são exatamente constructos sócio-históricos, buscando então apreender especialmente os diferentes modos pelos quais as alternativas propostas pela Psicologia Social Crítica se relacionam com os modelos hegemônicos sedimentados e difundidos pelas Psicologias tradicionais. Os autores pontuam dialeticamente – e ecoando Foucault (1995) – de que a existência do poder pressupõe a coexistência com formas de resistência a ele. Assim, as práticas e as teorias da Psicologia tradicional conseguem se valer com muita argúcia desta condição dialética, uma vez que os mesmos

parâmetros de classificação podem servir para finalidades diametralmente opostas. Parker e Burman (2008) citam o caso de testes psicológicos que em um dado momento podem servir para, de um ponto de vista cognitivo e relativo à aprendizagem, estigmatizar crianças, quando para noutras ocasiões servem para retirar estas mesmas crianças das chamadas escolas especiais. Outro exemplo que podemos dar é de como as intervenções guiadas por certa Psicologia Comunitária podem contribuir tão somente a adaptabilidade às desigualdades sofridas e vivenciadas sob o manto de estarem colaborando na construção de uma pretensa autonomia por parte dos sujeitos participantes. Destarte, os supracitados autores reforçam que o mais importante à Psicologia Social Crítica é atentar não exatamente para a verdade oculta por detrás das práticas e teorias da Psicologia tradicional, mas sim esmiuçar como as relações políticas e ideológicas de dominação estão funcionando através destas práticas e teorias. Destacamos que esta intenção, inclusive, é uma das principais na Análise do Discurso francesa, o outro referencial teórico que permeia nossa tese.

A Psicologia Social Crítica situa o saber psicológico em geral como uma forma de entender, guiar e regular a vida cotidiana, procurando compreender e explicitar quais são os meios pelo qual uma “cultura psicológica” é difundida e instituída, sendo instalada para além do conhecimento acadêmico teórico e da prática profissional em Psicologia. Processo o qual Parker (2009b), dentre outros autores, caracteriza como a chamada **psicologização da vida**. Os exemplos mais evidentes, e talvez mais estarrecedores, da psicologização no mundo contemporâneo são os livros de autoajuda e os manuais de como “amar”, “conquistar”, “vencer”, “melhor se alimentar”, etc., que inundam o mercado editorial ao redor do globo, além dos programas nos meios de comunicação em que se discutem e se propõem as melhores formas de se apresentar e se portar em uma entrevista de emprego, em como conseguir seduzir efetivamente o parceiro ou a parceira, dentre outras “dicas/conselhos” envolvendo os mesmos tópicos apresentados nos livros e manuais citados anteriormente. Assim, Parker e Burman (2008, p. 102), seguindo o norte de uma Psicologia Social Crítica, dizem que por vivermos em um mundo altamente psicologizado, “[...] we need to study the way psychology recruits all of us into psychological culture.”<sup>16</sup>.

Finalmente, um ponto fundamental diz respeito a arguir o substrato que faz emergir e estruturar as teorias psicológicas, o qual, embora seja naturalizado pela Psicologia tradicional, se assenta na cultura, na vida cotidiana e nas condições sócio-históricas. Portanto, “part of the de-construction of psychology is the study of the way ideology in society is the ‘condition of

---

<sup>16</sup> “[...] nós temos que estudar o modo pelo qual a psicologia recruta a todos nós para uma cultura psicológica” (em nossa tradução).

possibility' for psychology to exist.”<sup>17</sup> (PARKER; BURMAN, 2008, p. 102). Nesta esteira de ideias, podemos afirmar exemplificando, ainda que de maneira razoavelmente generalista, que por conta de um contexto como o vivenciado por Freud no final do século XIX em que a organização social se assentava fundamentalmente no patriarcado e machismo extremados, logo se tratava de um tempo em que a opressão às mulheres era algo bastante forte e estruturante da realidade social, foi dimensão relevante para tornar possível o surgimento de alguns dos mais importantes conceitos psicanalíticos da teoria freudiana, tais como: o complexo de Édipo; a histeria; o complexo de castração feminina.

Em outros termos, interrogar sobre quais concepções e bases ideológicas os saberes e as práticas psicológicas dominantes se constituem, torna possível que intervenhamos nos efeitos e resultados que aquelas (concepções e bases) e estas (saberes e práticas psicológicas) promovem, pois, uma vez mais, entender o funcionamento disto tudo implica na possibilidade de desconstruir os discursos e ideias que são propagadas acriticamente pela Psicologia tradicional. Sendo a seguinte formulação: “critical psychology does not pretend to end the fragmentation of the discipline, but tries to understand how the discipline functions in different places in contradictory theories and practices.”<sup>18</sup>, como pontuado em outro texto por Parker (1999, p. 12), uma possível síntese de tudo que expusemos até então.

Seja na constante luta pela hegemonia – entendendo essa pela chave conceitual gramsciana (1976, 1986) – ou pela tentativa de garantir a produção e difusão de outros discursos possíveis que não somente os amplamente disseminados por parte da Psicologia tradicional/convencional, a Psicologia Crítica parte, mormente, da desconstrução e do movimento crítico constante das práticas e teorias que materializam ou dão substrato aos saberes psicológicos. De modo que a perspectiva crítica em Psicologia não pretende implementar e sedimentar verdades outras e, por assim dizer, novas. Aquilo que é proposto vai ao encontro de determinada cosmovisão, a qual não é ocultada e/ou dissimulada pelos processos ideológicos, ao contrário disto, as posições políticas, os compromissos e implicações sociais subjacentes e a visão de mundo são deliberadamente engajados e explícitos.

Uma vez que vinculamos nosso presente trabalho à perspectiva de uma Psicologia Social Crítica, arrolaremos adiante alguns dos principais equívocos e acusações contrárias

---

<sup>17</sup> “Parte da desconstrução da psicologia é o estudo do modo como a ideologia na sociedade é condição para que a psicologia possa existir.” (em nossa tradução).

<sup>18</sup> “A Psicologia Crítica não tem a pretensão de encerrar a fragmentação existente no seio desta disciplina, porém tenta compreender como esta funciona em diferentes lugares e em teorias e práticas contraditórias.” (em nossa tradução).

relacionadas a esta corrente de pensamento em Psicologia levantados por Parker (2007) e Parker e Burman (2008), bem como a contra argumentação para estes pontos, a fim de fortalecermos a fundamentação do campo teórico em que nos inserimos e explicitarmos ainda mais em que corrente de pensamento nosso presente trabalho se filia.

A primeira e principal deturpação que nos ateremos aponta que a Psicologia Social Crítica leva em conta tão somente a dimensão social da psicologia. Todavia, nesta perspectiva teórica não há desprezo pelas teorias cognitivistas, as quais se fundam em um essencialismo dos processos mentais. A Psicologia Social Crítica compreende e enfatiza que estes arcabouços teórico-práticos também estão imbricados e construídos a partir das relações sociais e discursivas, que se manifestam e tomam forma através da constituição do pensamento, da linguagem e dos vínculos sociais. Outra acusação frequentemente utilizada formula que a Psicologia Social Crítica transforma tudo em questões políticas. Para Parker tal raciocínio está incorreto em sua base, pois desconsidera que, tal como já afiançara Gramsci (1978), absolutamente tudo é político<sup>19</sup>, até mesmo “[on] the way we form relationships and live our lives at the most intimate level”<sup>20</sup> (PARKER, 2007, p. 5).

Outra interpelação é a assertiva de que a Psicologia Social Crítica pretenderia se tornar uma “alternativa coerente” à Psicologia tradicional e/ou hegemônica. De saída, o erro consiste em acreditar que a Psicologia Social Crítica seria caracterizada da mesma forma que a Psicologia tradicional, ao contrário disto, as palavras de ordem da Psicologia Social Crítica, conforme Parker e Burman (2008) colocam, são **fragmentação** e **subversão**. Em outros termos, a própria Psicologia Social Crítica não tenciona ou busca uma unidade completa em suas concepções e para demonstrar tais características inerentes a Psicologia Crítica, os autores citam duas linhas dentro desta perspectiva: a *cyber-psicologia* (que estuda questões cognitivas e das relações sociais em ambientes virtuais, que dificilmente são apreendidas pela Psicologia Tradicional a qual busca relaciona-los de forma apriorística com categorias já existentes, porém que não se encaixam neste contexto) e a psicologia *queer* (teoria que rejeita radicalmente a dicotomização de gênero, questionando as divisões e diferenciações relacionadas à identidade sexual e propondo em se falar em performance da sexualidade, o que cria uma confusão tremenda para as teorias psicológicas dominantes, que usualmente trabalham as questões de sexualidade exclusivamente a partir do binarismo homem-mulher).

---

<sup>19</sup> Impossível não conectar tal ideia ao conhecido poema “O Analfabeto Político” de Bertolt Brecht (1898-1956), poeta e dramaturgo alemão, no qual o autor critica ferinamente que o pior analfabeto existente é o analfabeto político, pois este se orgulha de não entender nada de política, embora esta influencie e guie tudo o que se referencia indistintamente a vida de todas e todos.

<sup>20</sup> “[na] forma em que criamos relacionamentos e vivemos nossas vidas no nível mais íntimo.” (em nossa tradução).

Os exemplos rapidamente pincelados apontam para quão multifacetada e heterogênea é a constituição humana, a qual, pelo seu alto grau de complexidade, é de difícil apreensão por toda ou qualquer Psicologia, “so, critical psychology is not a positive programme for improving or substituting new ideas for old in the discipline, and it does not draw on existing political programmes to build an alternative psychology.”<sup>21</sup> (PARKER; BURMAN, 2008, p. 104). Assim, a Psicologia Crítica não tem pretensão alguma em se tornar a nova Psicologia dominante, ou fazer com que a Psicologia tradicional funcione melhor, ao contrário disto, ela busca a eterna construção e questionamento das práticas e teorias psicológicas.

Mais um ponto que trata de deslegitimar a Psicologia Social Crítica é a asseveração de que esta supostamente se preocupa tão somente com as análises e formulações teóricas, relegando por completo, ou não tendo contribuição alguma a dar do ponto de vista metodológico. Esta afirmação é rebatida por Parker e Burman (2008) ao recuperarem a ideia de que o método é o único aspecto que permite unificar a Psicologia enquanto um saber prático-teórico, assim sendo, seria impossível à Psicologia Social Crítica ignorar tão importante questão como essa. Inclusive, muitos dos psicólogos que se vinculam à Psicologia Social Crítica se propõem a reflexivamente agregar aparatos teórico-metodológicos oriundos de outros campos de conhecimento ao rol de opções metodológicas concernentes às pesquisas em Psicologia. Como um exemplo disto, temos o caso da Análise do Discurso, a qual “[...] trata el mundo social como um texto, o más bien como um sistema de textos, que pueden ser ‘leídos’ sistemáticamente por um investigador para expor los procesos psicológicos que hay en su interior”<sup>22</sup> (PARKER, 2004, p. 121) e reúne ideias acerca da construção da linguagem como um instrumento de propagação e reificação das estruturas de poder ideológicas, ou de resistência a estas mesmas estruturas.

A próxima deturpação defende que a Psicologia Social Crítica evita todos e quaisquer métodos quantitativos. Parker (2004, 2007) concorda que, de fato, há uma resistência por parte dos pesquisadores da Psicologia Crítica em se valer de dados estatísticos em seus estudos, entretanto, afirma haver outros modos de se utilizar da quantificação numérica, como ao analisá-la enquanto uma representação de pessoas reais, não simplesmente

---

<sup>21</sup>“Portanto, a Psicologia Crítica não se trata de um programa positivista para aprimorar ideias novas em Psicologia ou de substituição das antigas concepções psicológicas por outras mais modernas. Além disso, a Psicologia Crítica não recorre a programas políticos para construir uma Psicologia alternativa.” (em nossa tradução).

<sup>22</sup> “[...] entende o mundo social como um texto, ou melhor dizendo, como um sistema de textos que podem ser ‘lidos’ de modo sistemático por um pesquisador a fim de demonstrar os processos psicológicos subjacentes a estes.” (em nossa tradução).

**coisas** contáveis. Além disso, o autor inglês reforça que os dados por si só são apenas uma fração, dentro da enorme complexidade que é o ato de interpretar o mundo.

As últimas acusações rebatidas por Parker (2007) e Parker e Burman (2008) são de que a Psicologia Social Crítica não tem nada para oferecer às pessoas em sofrimento psíquico e de que a Psicologia Social Crítica seria um fenômeno exclusivamente europeu. Para desarmarmos esta última assertiva, basta percorremos dois números específicos da publicação inglesa *Annual Review of Critical Psychology* (2006, 2013) para notarmos a amplitude de disseminação global de estudos envolvendo a Psicologia Social Crítica (estão presentes nestes dois números referenciados da *Annual Review of Critical Psychology*, autores de países como: Nova Zelândia, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Romênia, Tanzânia, Sri Lanka Nigéria, Turquia, para citarmos somente alguns dos tantos países espalhados pelo planeta que tem estudos figurando no referenciado periódico científico), bem como de trabalhos que se dedicam a desenvolver e avançar as discussões teóricas e metodológicas em Psicologia Social Crítica. Para além disso, focalizando a produção teórica e científica especificamente em nosso país, vale citarmos a recente obra *Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo* organizada por Aluísio Lima (2012b), em que é possível entrarmos em contato com estudos realizados no Brasil sob uma perspectiva da Psicologia Social Crítica.

Quanto ao argumento de que este campo da Psicologia não lida com o sofrimento psíquico ou não teria algo a oferecer para mitigá-lo, os supracitados psicólogos ingleses discordam ao apresentarem uma experiência de pesquisa em Psicologia Social Crítica realizada na década de 1990, na Inglaterra, envolvendo a Manchester Metropolitan University e a associação “Hearing Voice Network” (PARKER; BURMAN, 2008). Por este se tratar de um grupo que problematiza e relativiza o ato de se ouvir vozes como algo patológico, docentes da citada universidade realizaram discussões e eventos para questionar e resignificar tal fenômeno a partir de uma visão guiada pela Psicologia Social Crítica, deste modo ancorada em pressupostos diametralmente opostos aos da Psicologia Tradicional, a qual apenas psicologiza ao reforçar estigmas relacionados a comportamentos e ações diversos daquilo que está previamente estabelecido como padrão. Segundo Parker, isto demonstra uma forma da Psicologia Social Crítica repensar caminhos e possibilidades para o fazer psicológico, até porque, diz o autor em que estamos maiormente nos respaldando e referenciando: “There are better things psychologists could be doing than implementing ‘psychology’.”<sup>23</sup> (PARKER, 2007, p. 10).

---

<sup>23</sup> “Há coisas melhores para os psicólogos fazerem do que ficarem implementando a ‘Psicologia’.” (em nossa tradução).

Em outros termos, seria a própria Psicologia tradicional que não teria nada para, de fato, oferecer às pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que apenas repete cegamente fórmulas fundadas em conceitos e práticas que, majoritariamente, separam as dimensões internas e externas ao sujeito, limando o entendimento de que os processos psíquicos e de subjetivação são e estão diretamente influenciados pelos contextos sócio-históricos em que se inserem e, desta forma, igualmente são produtos destes diferentes tempos e organizações sociais. Assim sendo, uma psicologia baseada em uma ordem individualizada, desigual e verticalizada, tentará reforçar tão somente padrões comportamentais e psicológicos que sigam tais características e nortes, ao indicar aos sujeitos os modos “corretos” que estes devem seguir em suas vidas.

Além disso, como afirma Ibáñez (1997), a Psicologia Social Crítica tem por preocupação ser instrumento no auxílio do combate aos problemas da vida cotidiana e social, tais como os preconceitos, as discriminações, transpassando a mera produção de conhecimento teórico. Ainda que, por vezes ao longo da história, tal implicação não tenha se efetivado e, ao contrário disso, conhecimentos práticos e teóricos em Psicologia Social Crítica serviram ao reforço e manutenção do *status quo*, o que exigiria que essas práticas consideradas críticas em Psicologia, porém inócuas, passassem por um processo de reflexão crítica a fim de apontar outros modos que se conectassem realmente com uma perspectiva em Psicologia Social Crítica.

A Psicologia Social Crítica presente em nosso trabalho trata-se fundamentalmente de uma Psicologia que se vincule ao pensamento do materialismo histórico dialético propagado pelas ideias marxistas (PARKER, 2009a) e por um entendimento de que o sujeito é constituído e se constitui de modo sócio-histórico ao se relacionar com a cultura e com a linguagem (IBÁÑEZ; IÑIGUEZ, 1997). Para tal, articulamos os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa formulados por Michel Pêcheux (1997) e disseminados no Brasil, sobretudo, pelos textos de Eni Orlandi (1999), com a leitura pela Psicologia Social do Método Histórico-social apresentada principalmente nos textos presentes em obra organizada por Angelo Abrantes, Nilma Silva e Terezinha Martins (2005), entendendo esta (Psicologia Social ancorada no materialismo histórico dialético) como um dos braços da Psicologia Crítica, tal qual assinala Lacerda Jr (2013) ao refazer os trajetos percorridos por este campo do conhecimento em território brasileiro. Sem deixarmos de atentar, vale a ressalva, para o que apontou Parker em fala proferida na *International Conference on Critical Psychology* de 2003, na cidade inglesa de Bath. Diz o autor que a Psicologia Crítica já detém, inclusive, a possibilidade de um espaço para existir dentro da

ordem do capitalismo neoliberal contemporâneo, porém tal garantia de existência se configura como algo altamente perigoso à própria Psicologia Crítica, uma vez que isto pode torná-la “[...] another commodity in the academic marketplace or it could make those conditions its own object of study so that it analyses them from a position that will also change them.”<sup>24</sup>, e por conta disto, o autor conclama que: “That is what I mean when I say that psychology is so critical, only Marxism can save us now.”<sup>25</sup> (PARKER, 2003, não paginado).

### 3.3 Análise Retórica do Discurso

Outro referencial analítico que se somou e passou posteriormente a integrar nosso arcabouço teórico-metodológico é o da Análise Retórica do Discurso, estudado durante o período sanduíche do doutoramento realizado na Brunel University London. Teçamos alguns comentários a fim de situar essa perspectiva ainda incipiente no Brasil, embora seja possível encontrar inúmeras pesquisas e reflexões envolvendo o conceito amplo de Retórica, sobretudo no campo da Filosofia.

Antes de focalizarmos diretamente a Análise Retórica do Discurso, se faz necessário darmos um passo para trás e pensarmos acerca do conceito geral de retórica. Como ocidentais, a primeira formalização conceitual acerca disso foi realizada por Aristóteles ([350a.C?]2010) em seu tratado “Retórica”, escrito no século IV a.C. Sucintamente e de acordo com o citado filósofo, retórica é um conjunto de estratégias discursivas para se persuadir o interlocutor, contudo “[...] a sua função não é persuadir mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso” (ARISTÓTELES, [350a.C?]2010, p. 94), em outros termos, o estudo da retórica intenta entender como a persuasão ocorre e é construída em diferentes situações.

Um ponto nevrálgico e inerente à retórica é a argumentação. Billig (1996, p. 64) discute as mudanças de definição e acepções teóricas ao longo dos séculos acerca desse aspecto, pontuando que: “[...] the study of rhetoric, in its earliest forms, was not ‘mere rhetoric’, but it was rooted in the study of argumentation”<sup>26</sup>. Assim sendo, a retórica, em uma ampla compreensão, é uma forma e um modo de construir os argumentos e significados presentes no bojo dos discursos e, para além disso, não é apenas um modo questionável para

<sup>24</sup> “[...] outra commodity no mercado acadêmico ou a psicologia crítica pode fazer estas condições o seu próprio objeto de estudo, de modo que os analise a partir de uma posição que igualmente os altere. [...]” (em nossa tradução).

<sup>25</sup> “[...] Isto é o que eu quero dizer quando digo que sendo a psicologia tão crítica, somente o marxismo pode nos salvar.” (em nossa tradução).

<sup>26</sup> “[...] o estudo da retórica, em suas formas mais antigas, não fora ‘meramente retórico’, ao contrário disso fora sustentado no estudo da argumentação.” (em nossa tradução).

se convencer o interlocutor (ainda que por diversas vezes a retórica seja usada exatamente para esse tipo de finalidade).

Muitos tipos de discurso operam em consonâncias a princípios retóricos, uma vez que as mais diversas práticas comunicacionais se tratam de convencer os interlocutores de algo em alguma instância (exemplos aleatórios: o discurso publicitário presente na venda de um produto ou de um estilo de vida; o discurso político eleitoral que busca convencer os eleitores do merecimento de receber o sufrágio; os discursos de que devemos achar engraçado determinados tipos de humor; o discurso acadêmico presente em um projeto de pesquisa que busca convencer os pareceristas de uma agência de fomento a aprovarem o financiamento a pesquisa; dentre outros).

Por conta dessa conexão “discursos+princípios retóricos”, não é impossível também associar o discurso do humor à retórica, pois as manifestações humorísticas intentam engendrar reações específicas (e por vezes contraditórias) do público – como exemplos: rir de alguém; pensar sobre a realidade e estruturas sociais; não gostar daquilo que está sendo ridicularizado via humor – e para atingi-las o humor tem de persuadir seus interlocutores se valendo de técnicas e estratégias discursivas. Além disso, como relata Weaver (2011b, p. 23), “the connection between humour and rhetoric are long founded. The overlap between the tropes used in Greek comedy and rhetoric has been documented (Harding 1994, O’Regan 1992).”<sup>27</sup>

Para a presente tese é útil entender os modos como o discurso do humor funciona enquanto um dispositivo retórico, entendendo isso tal como Weaver (2011b, p. 19) define: “a rhetorical device is defined as a linguistic mechanism that manufactures a play-on-words to create a non-literal meaning.”<sup>28</sup>. Essa ideia pode especialmente nos ajudar a compreender em perspectiva teórica diversa como o discurso humorístico opera. Como um exemplo temos uma das categorias propostas a seguir, a do *humor pastelão*, na qual qualquer erro ou incompreensões (a troca de letras em uma palavra ou se dizer algo com duplo sentido produz inesperados sentidos e ‘um jogar com as palavras’) são disparadores para o acontecimento do humorismo. E, inclusive, “a incorporação à Psicologia Social do caráter retórico assim como ideológico do pensamento humano e a estreita inter-relação entre os três (Psicologia Social, retórica e ideologia), enriquece substancialmente a análise das práticas discursivas.” (TRAVERSO-YÉPEZ, 1999, p. 54).

---

<sup>27</sup> “As conexões entre humor e retórica vêm de longa data. As sobreposições entre os tropos usados na comédia da Grécia Antiga e a retórica estão documentadas (Harding 1994, O’Regan 1992).” (em nossa tradução).

<sup>28</sup> “um dispositivo retórico é definido como um mecanismo linguístico que produz um ‘jogar com as palavras’ para criar um sentido não literal.” (em nossa tradução).

Ainda desdobrando a ideia de dispositivo retórico relacionado ao humor, Weaver (2013, p. 486) afirma em outro de seus trabalhos que “[...] humour is similar to metaphor as a trope that *generates* meaning. [...] [And, moreover] can develop multiple ideological/discursive effects via its rhetoric.”<sup>29</sup>. Consequentemente, o discurso do humor não é meramente um formato discursivo, este diz coisas e contribui na produção, reprodução e construção de ideias e de processos de subjetivação, os quais são os efeitos ideológicos e discursivos mencionados por Weaver. Em outras palavras, o humor é de fato engajado e, apesar de ser um tipo de discurso, transmite pensamentos e enunciações sérias e implicadas.

O método de Análise Retórica do Discurso descrito e proposto por Weaver (2011a, 2011b) para se analisar manifestações humorísticas é constituído por três estágios – embora o próprio autor tenha ressaltado em comunicação pessoal que os estágios não devem ou precisem necessariamente ser encarados na ordem que aqui delineamos. No primeiro deles o conteúdo do discurso é alvo de análise, assim os signos linguísticos e a estrutura que provém os efeitos humorísticos são objetos de análise, os quais são centrais na capacidade de promover inversões de sentidos, criar conteúdos ambíguos e produzir incongruências e oposições. Esses aspectos e mecanismos constroem as possibilidades de interpretação acerca do humor e, ao mesmo tempo, dão suporte a propagação de ideias sérias e ideológicas por meio de formas humorísticas.

Na sequência, no segundo estágio de análise, as conotações presentes dentro do discurso humorístico são focalizadas, ou seja, as ideias distintas e diferentes que estão sendo propagadas pelas manifestações humorísticas são explicitadas e não são compreendidas apenas como sendo risíveis, cômicas e/ou humorísticas. Por essa razão, o segundo estágio “[...] explains what exactly, in terms of the meaning of the serious discourse, is to be rhetorically strengthened in the joke.”<sup>30</sup> (WEAVER, 2011b, p. 32). Finalmente, é correlacionada a estrutura retórica e discursiva do discurso humorístico analisado, nas palavras de Weaver (2011b, p. 33): “the third stage of the analysis outlines the structure of the humorous incongruity, identifying the rhetorical device that it is built on.”<sup>31</sup>. Resumindo, o primeiro estágio de análise se preocupa com a forma e estrutura do discurso humorístico, o segundo estágio com os conteúdos veiculados pelo humor e no último estágio há a combinação de ambos os aspectos, uma vez que o foco de análise é o modo pelo qual a

<sup>29</sup> “[...] humor é similar à metáfora como tropo que *gera* sentido. [...] [E, além disso] pode desenvolver múltiplos efeitos ideológicas e discursivos via sua retórica.” (em nossa tradução).

<sup>30</sup> “[...] explica o que exatamente, em termos de significados do discurso sério, é retoricamente reforçado na piada.” (em nossa tradução).

<sup>31</sup> “o terceiro estágio de análise esboça a estrutura da incongruência humorística, identificando o dispositivo retórico que é construído.” (em nossa tradução).

estrutura “formata a forma” de se afirmar conteúdos difundidos através de discursos humorísticos.

### **3.4 Tecendo algumas considerações entre os referenciais e o que extraímos de cada um deles**

Esta tese – ainda que apresentada no campo da Psicologia Social (e especificamente da **Psicologia Social Crítica**) – segue tal roteiro ancorado na perspectiva do hibridismo permitido pela AD francesa. Os textos analisados, os quais ao longo das páginas subsequentes são materializados nos variados exemplos que arrolamos, perpassam a condição de transmissão de informação e são vistos, do ponto de vista do funcionamento discursivo, como unidade, vez que, embora com particularidades próprias, detém regularidades de características e intenções ao se tratarem de um discurso humorístico ou politicamente correto globais. E, como escrevemos e retomamos, os contextos sócio-históricos são de suma importância, já que são produtos e produtores da realidade, das subjetividades e dos próprios discursos. Olhamos para os exemplos discutidos e refletimos dialética e constantemente entre os referenciais teóricos (ao nos basearmos na AD francesa, a principal perspectiva é a de que o Discurso é linguagem estruturada deste modo, além de lugar privilegiado para a emergência das ideologias com as quais está vinculada) e o objeto de estudo (**a linguagem em movimento e/ou em funcionamento**), realizando esse percurso de ida e volta do *corpus* para o aparato teórico e vice-versa, mesmo que **sem explicitarmos** tais procedimentos.

Contudo, destacamos que ao nos guiarmos também pela nossa área de formação (a Psicologia), as escolhas metodológicas – as quais são influenciadas e estão conectadas a certos tipos de cosmovisão específicas, portanto situadas em campos políticos e ideológicos determinados – estão implícitas em todo o percurso (embora, por vezes, estas também estão escancaradas). Posto que dentre os campos teóricos que sustentam nossa tese (falando aqui especificamente da AD francesa e da Psicologia Social Crítica), as opções são entendidas efetivamente como **escolhas** por parte do pesquisador, o que por um lado torna o trabalho de pesquisa implicado, comprometido e engajado com certas posições frente ao mundo, enquanto por outro evita a distorção ideológica da pretensa objetividade e distanciamento impingido por um paradigma que norteia boa parte do conhecimento científico e acadêmico.

Além do que, com isto, intentamos deixar claro que os conceitos e concepções mobilizados, aquilo que compõe o *corpus*, a análise realizada, as categorias formalizadas, os resultados e considerações apresentadas são fruto **da presente** tese de doutorado. De modo

que todas essas dimensões citadas apresentariam outras perspectivas nas mãos de outros pesquisadores e pesquisadoras, ainda que o objeto de estudo e, sobretudo, se os referenciais teóricos aqui adotados fossem exatamente os mesmos.

Para finalizar esse capítulo, vale reforçar que as perspectivas teórico-metodológicas aqui discutidas se interlaçam em instâncias diversas (ideologia; práticas e estratégias discursivas que transpassam a comunicação de informação; pensamento crítico) e auxiliam a construir um dispositivo analítico que se focaliza, sobretudo, nos aspectos sócio-históricos que produzem e são produzidos pelos discursos. Recorrendo aos tantos autores e autoras referenciados, buscamos indicar tudo aquilo que conduz nossas análises acerca do discurso humorístico e, como se pode notar, não nos reportamos a um método passo a passo explícito (isto corre apenas uma vez no texto, quando exercitamos o método de Análise Retórica do Discurso de Weaver), o que até mesmo contrariaria os pontos fundantes dos referenciais utilizados.

Ademais, ao trabalhamos com **o discurso** do humor, não nos interessa (e sequer nos propusemos a tal tarefa) analisar de uma forma chapada e bruta o material humorístico mencionado ao longo das reflexões e categorizações que procedemos. Isso quer dizer que não há qualquer análise quantitativa e/ou uma reunião exaustiva de exemplificações em cada categoria formulada, até porque, tendo a ciência da plasticidade que o humor detém e os paradoxos que envolvem seu estudo, não temos a pretensão ou ilusão de apresentar ideias definitivas acerca do tópico, além de entendermos que um mesmo exemplo pode ora ser categorizado de uma forma, ora encaixado em outra. Como já dito noutra parte, intentamos é contribuir para a reflexão contemporânea envolvendo o discurso humorístico, sobretudo no que condiz ao chamado humor politicamente incorreto.

Uma última consideração relacionando a combinação de visões e perspectivas razoavelmente diversas na tentativa de se estudar o humor. Como nossa tese é sobre tal temática, se torna frutífero utilizar diferentes abordagens e métodos para analisá-lo e estudá-lo, justamente por conta de o humor ser um tópico complexo, ou, como diz Lockyer (2006, p. 55): “humour is a complicated social phenomenon, characterized by interpretative diversity, ambiguity, boundary oscillation and dualistic functions”<sup>32</sup>. No entanto, reforçamos nos ser claro que os referenciais e métodos referenciados não podem ser conflituosos ou totalmente contraditórios, como, por exemplo, seria pouco possível combinar no mesmo estudo perspectivas da Psicologia Social Crítica com às da Psicologia Tradicional, uma vez que

---

<sup>32</sup> “humor é um fenômeno social complicado, caracterizado pela diversidade interpretativa, ambiguidade, limites oscilantes e funções dualistas.” (em nossa tradução).

ambas estão baseadas em concepções completamente opostas – enquanto a Psicologia Tradicional é parceira da ordem vigente e produz a psicologização, fundada no individualismo, essencialismo e normalização (PARKER, 2009b); a Psicologia Social Crítica está frontalmente contra o processo de psicologização, tem um ponto de vista crítico e reflexivo ao seguir a compreensão de que tudo é político, inclusive nos níveis mais íntimos (PARKER, 2007).

A fim de ilustrarmos, pensemos em uma pesquisa em Psicologia envolvendo o estudo do humor. Será incompatível mixar ideias de que o humor é apenas produzido pela mente ou cérebro do indivíduo sem qualquer influência social, como a Psicologia Tradicional compreenderia, com uma perspectiva de Psicologia Social Crítica de que tudo é construído através das relações dialéticas existentes entre os polos indivíduo/sociedade, em outros termos, o humor segundo essa visão não existe apartado da realidade social, destarte é produto do entrecruzamento entre os contextos sócio-históricos, a cultura e as experiência do sujeito.

Então, concordamos com Lockyer (2006) quando esta escreve que a mixagem de métodos pode atingir uma compreensão ampliada sobre o fenômeno humor, a qual consequentemente “[...] may encourage humour research to be viewed by (some) academic colleagues as a legitimate topic of academic inquiry.”<sup>33</sup> (LOCKYER, 2006, p. 56). Embora, diríamos que o aspecto mais relevante na mistura de métodos para se estudar humor não é proceder a uma legitimação do tópico perante a comunidade acadêmica, ao contrário disso, a mistura de métodos pode ser conectada com pontos de vista mais críticos e complexificados sobre as práticas científicas e o próprio fazer científico. O que implicaria dizer que a mixagem de métodos (e referenciais teóricos) permite ao pesquisador pensar sobre o quão os métodos são formas de representar a realidade; eles não são a realidade “real”. Ainda mais em situações em que tópico em questão é complexo por si só, o que de todos os modos exige um olhar composto por distintas variáveis e perspectivas.

---

<sup>33</sup> “[...] podem encorajar que pesquisas sobre humor sejam vistas por (alguns) colegas acadêmicos como um tópico legítimo de pesquisa acadêmica.” (em nossa tradução).

## 4. O DISCURSO HUMORÍSTICO

### 4.1 Uma divisão entre termos e ideias correlatas ao discurso humorístico

Os termos relacionados ao discurso humorístico são diversos e, usualmente, são utilizados como sinônimos, entretanto, embora descrevam fenômenos e dimensões de fato similares dentro deste universo, há algumas características etimológicas e conceituais que os particularizam. Nesta parte do trabalho intentaremos apontar e descrever tais especificidades, procurando formalizar distinções existentes entre: **humor**; **cômico** e **riso**. Assim, assumimos que tais termos são interligados e próximos, porém reafirmando que não se tratam de sinônimos. As concepções gerais acerca de cada um são as seguintes: **humor** é um tipo de discurso com um modo de funcionamento determinado, o qual engloba todos os gêneros, dimensões e mecanismos correlatos a ele – riso, ridículo, ironia, cômico, comédia, sarcasmo, zombaria, piadas, charges, dentre tantos outros –, por essa razão compreendemos que o humor é um universo particular dentro do campo da linguagem; **cômico** é um gênero textual e discursivo baseado em premissas do discurso humorístico; e, por fim, o **riso** é uma explosão corpórea similar ao choro e ao orgasmo, tal como diversos filósofos definiram-no (cf. ALBERTI, 1999; CRITCHLEY, 2002), todavia esta reação mecânica (ou psicológica) específica é uma das potenciais consequências para situações humorísticas, ainda que o riso não necessariamente mesure e/ou confirme se algo é ou não humorístico, uma vez que o humor não é algo universal (BILLIG, 2005) e tão pouco é percebido exatamente da mesma forma por todo mundo (BILLIG, 2005; PROPP, 1982).

Palmer (1994, p. 102) resume acuradamente que: “[...] humour arises when a specific combination of states occurs.”<sup>34</sup>, e desdobrando esta ideia explica qual seria tal combinação de estados: “jokes, humour and the comic appear to have a single semiotic mechanism of common – the mixture of sense and nonsense”<sup>35</sup> (PALMER, 1994, p. 148). Ainda que este autor coloque o humor, o cômico e as piadas na mesma categoria, o raciocínio de um aspecto comum (a mistura entre o senso e nonsense) causador do humor é bastante preciso, tanto pela simplicidade como pela abrangência implicadas. Trata-se de uma explicação simplificada por conta das incongruências serem, de fato, a principal característica do modo de funcionamento do humor e, ao mesmo tempo, a razão que justifica classificarmos como uma explicação

<sup>34</sup> “[...] humor surge quando uma combinação específica de estados ocorre.” (em nossa tradução)

<sup>35</sup> “Piadas, humor e cômico parecem ter um único mecanismo semiótico em comum – a mistura entre o senso o nonsense” (em nossa tradução).

ampla é o fato de que tal mistura entre senso e nonsense cobre muitas das práticas e técnicas humorísticas, até mesmo aquelas que são contraditórias e paradoxais, como por exemplo o caso de que algo pode estar relacionado ao humor quando reforça expectativas e concomitantemente também pode ser classificado como humorístico quando quebra as expectativas.

Outro ponto relevante para a presente discussão é aquele apresentado na introdução de Lockyer e Pickering (2005), em que os autores refletem acerca dos limites existentes entre humor, comédia e riso, enfatizando o quanto e como as convenções, contextos e configurações sociais influenciam na construção tanto daquilo que é, como do que não é humorístico, engraçado e risível. Em consonância com a ideia formulado nos anos 1980 por Lipovetsky (2005), Lockyer e Pickering pontuam que o humor está disseminado por todas as esferas sociais, inclusive em situações nas quais não deveria ser publicamente exposto, “[...] as is sometimes the case with ‘sick’ or ‘black’ humour. For this reason, humour is not synonymous with comedy; it extends beyond it and is not exhausted by its more formal stagings in club venues, broadcasting or film.”<sup>36</sup> (LOCKYER; PICKERING, 2005, p. 3). Neste breve excerto os autores confirmam nossa premissa geral de que o humor engloba práticas humorísticas como a comédia, a qual está materializada em produtos midiáticos (programas televisivos, shows de *stand-up comedy*, filmes, comédias teatrais, livros, desenhos animados).

Friedman (2014), analisando a comédia praticada por dois comediantes britânicos, segue a ideia de se questionar a confusão de se tomar riso e comédia como sendo exatamente os mesmos fenômenos, uma vez que o autor escreve que as práticas humorísticas dos comediantes estudados: “[...] did not necessarily intend to please or invoke laughter, but aimed to challenge audiences. This meant material that probed darkly humorous areas and often invoked unpleasant emotions such as shock, disgust and sadness.”<sup>37</sup> (FRIEDMAN, 2014, p. 20), o que corrobora com nossa perspectiva de que humor não está completamente conectado com a ideia de fazer as pessoas rirem

Antes de partirmos às considerações específicas envolvendo cada um dos termos, resumiremos novamente a ideia panorâmica que permeia a presente seção: toda manifestação cômica é humorística, porém nem todas as manifestações humorísticas estão necessariamente

<sup>36</sup> “[...] como por vezes é o caso do ‘humor negro’. Por esta razão, humor não é sinônimo de comédia; aquele se estende para além das formas cômicas, não se limitando aos limites formais de uma encenação nos palcos ou veiculação em transmissões televisivas ou filmicas.” (em nossa tradução).

<sup>37</sup> “[...] não necessariamente intentam, entreter ou ocasionar o riso, ao contrário disso buscam desafiar as audiências. Isto significa que o material de tais comediantes explora o humor negro e frequentemente evoca sentimentos de desprazer como o choque, o desgosto e a tristeza.” (em nossa tradução)

relacionadas à comédia (ou sequer podem ser consideradas universalmente engraçadas, embora ambas – humor e comédia – visem à graça e o aparecimento do não sério). Além disso, frente certas situações em que alguém não ri de algo e diz “isto não é humor, pois não é engraçado”, é possível discordar frontal e prontamente de tal assertiva, uma vez que a construção humorística **para esta** pessoa ou **para este** grupo social não representa algo humorístico ou é encarado como algo ofensivo, todavia e por outro lado, como já mencionado, a percepção do que é humor não é universal. Desse modo, se alguém não ri de algo considerado humorístico (ou mesmo a afirmação “isso não é humor, pois não é engraçado”), isso não se deve ao fato de não haver humor envolvido. Em verdade, muitas vezes é possível identificar e perceber algo como sendo humorístico sem rir. Como escrito anteriormente, rir não é garantia ou medida para se classificar se algo é ou não é humorístico, até porque o ato de rir pode ocorrer por consequência de diferentes razões, como, por exemplo, quando se ri em situações muito tristes e/ou difíceis para se aliviar a tensão ou apenas para dissipar a tristeza momentaneamente.

Teçamos, portanto, comentários gerais a fim de diferenciar os termos e ideias subjacentes existentes entre **humor**, **cômico** e **riso**.

#### 4.1.1 Humor

O termo humor aparece pela primeira vez no mundo ocidental nos tratados médicos da Grécia Antiga, sendo utilizado para se referir aos diferentes líquidos corpóreos que eram compreendidos como os causadores e influenciadores dos comportamentos humanos. A medicina praticada ao longo da idade antiga e do período medieval continuou a propagar essa visão de que o(s) humor(es) constituíam a personalidade humana, utilizando inclusive e exatamente a ideia dos líquidos humorísticos de outrora. Desse modo: “character and temperament were understood to be governed by a mixture of the four humors, or fluids, that defined the physical makeup of the person: blood, phlegm, choler, and black bile or melancholy”<sup>38</sup> (WICKBERG in ATTARDO, 2014, p. 351).

Curiosamente, embora não exatamente nos mesmos termos, esta acepção de que **humor** significa **temperamento** continua presente em nosso vocabulário cotidiano, ainda que não esteja mais conectada ao esquema dos líquidos corpóreos, visto que é extremamente

---

<sup>38</sup> “Caráter e temperamento eram compreendidos como governados pela mistura de quatro humores, ou fluidos, que definiam o estado psíquico do indivíduo: sangue, fleuma, bile, bile negra ou melancolia.” (em nossa tradução).

comum se falar nos humores que proporcionam, determinam ou afetam as forma de se agir (“fulano está de bom humor”, “hoje não estou com o mínimo humor para festas”, “ela é tão bem humorada pela manhã”, “tais reformas na economia melhorarão os humores do mercado”, “às vezes até parece que você não tem humor”, dentre outros exemplos aleatórios e corriqueiros de falas cotidianas). Neste sentido o humor também é compreendido como algo interno, porém trata-se de algo mais intrapsíquico do que propriamente fisiológico, sendo frequentemente confundido com os sentimentos e afetos em geral.

Em uma das notas da obra de Alberti, temos uma explicação precisa do câmbio do significado grego de humor para aquilo que se aproxima e contribui enormemente para o entendimento que se tem de tal termo no tempo corrente.

Os autores são unânimes em afirmar que a transformação da palavra *humor*, originalmente inserida na doutrina dos *humores* de Galeno, remonta a duas comédias de Ben Johnson: *Every man in his humour* (1598) e *Every man out of his humour* (1599). A partir dessas peças, *humor* teria passado a designar o comportamento fora do comum, extravagante e excêntrico do qual se ria. (ALBERTI, 1999, p. 155, grifo da autora).

Por conta da mudança de significado, ocorrida por volta do século XVI, comédia e humor passaram a ser conectados gradualmente. Atenhamo-nos a seguir ao ponto de que o humorístico passou a designar e se ligar àquilo que é tomado por “fora do comum”, vez que entendemos tal ideia como questão nevrálgica para a compreensão do que fundamentalmente se trata o discurso humorístico: a inversão e deformação do sério, a qual pode ser confirmada ao observarmos as assertivas de grandes pensadores ocidentais (Aristóteles, Cícero, Hobbes, Schopenhauer) acerca do que produz o riso. Mas, retomando as palavras que abriram essa seção, riso não é garantia ou forma de se mesurar o humorismo, vez que ocasionar riso é algo de ordem secundária ao discurso humorístico. Em outras palavras, este maiormente produz o riso pelas inversões e deformações no sério que promove e sugere no mundo, contudo o fato de não haver riso não o descaracteriza, pois nem sempre a inversão é percebida ou compreendida igualmente por todos. Destarte, é passível de discussão a efetividade ou ineficiência de um conteúdo humorístico, porém não se pode mensurar isto pelo grau elevado ou diminuto de risos. Grosso modo, não se pode inferir se uma piada, uma charge, uma esquete, enfim, toda ou qualquer manifestação do discurso humorístico, é “boa” ou “ruim” pelo fato de mais ou menos pessoas rirem, pois, como citamos e retomaremos frequentemente os três paradoxos do humor enunciados por Billig (2005), o humor é concomitantemente universal e particular.

A concepção de humor materializada em peças teatrais durante o século XVIII se choca com o surgimento da distinção e discrepância entre **humor** e o *wit*, termo em inglês que pode ser traduzido por a “habilidade de utilizar palavras de maneira inteligente e humorística”<sup>39</sup>. Segundo Wickberg (ATTARDO, 2014), enquanto o *wit* representava um humor intelectualizado, o humor se tratava de mero jogo de ideias e definido pela emotividade, não pela racionalidade, o que se conecta ao contexto sócio-histórico de ainda predomínio das aristocracias europeias, ou seja, a distinção visava diferenciar qualquer manifestação, hábito ou costume da classe dominante para com o resto da população, composta, segundo o pensamento aristocrático, por pessoas ordinárias e, até mesmo, desprezíveis.

Posteriormente, como também veremos na seção em que tratamos do percurso histórico ocidental do discurso humorístico, frente aos ideais iluministas que racionalizaram e propagaram o individualismo, a concepção do que é humor passou a ser:

[...] seen as a subjective quality of mind and perception rather than an objective quality of character. Instead of humor referring to the object of representation—the odd and extravagant character and his or her exaggerated mannerisms—it was now associated with a way of perceiving odd characters and, by extension, incongruous situations and ideas. [...] Even as humor came to be more a psychological concept, and eventually a form of literary representation, it claimed a hold on emotion and not just intellectual perception of incongruity<sup>40</sup> (WICKBERG in: ATTARDO, 2014, 352).

A psicologização do humor e a abordagem de que se tratava de uma percepção das incongruências fortemente influenciada por fatores intelectuais/racionais e, ao mesmo tempo, emocionais, inclusive, se faz presente nas definições que Freud ([1927]1980, [1905]1995) formula acerca do tema. Seguindo esse processo de tornar o humor algo cada vez mais relativo ao indivíduo, internalizado e ligado à personalidade e tratado como característica pessoal, deter um (bom) senso de humor passou a ser um atributo importante e algo altamente valorizado socialmente (LOCKYER; PICKERING, 2001). Essa ideia criou o consenso ilusório de que todos deveriam perceber o humor do mesmo modo e, indo além, o humor passou a ser tão somente associado com “felicidade” e “estar feliz”. Destarte, no mundo

<sup>39</sup> Conforme a definição inglesa presente no “Cambridge Dictionary”.

<sup>40</sup> “[...] visto mais como uma qualidade subjetiva da mente e da percepção, do que uma qualidade objetiva de caráter. Ao contrário do humor se referir a um objeto de representação – o estranho e o extravagante de uma personagem por conta dos seus maneirismos exagerados – este agora passou a ser associado com uma forma de perceber características estranhas e, por conseguinte, situações e ideias incongruentes. [...] Até mesmo pelo fato do humor se tornar mais um conceito psicológico e, eventualmente, uma forma literária de representação, este passou a compor a emotividade com a percepção intelectual frente às incongruências.” (em nossa tradução).

contemporâneo, o qual está sob a perspectiva de que nós não podemos estar deprimidos e devemos evitar quaisquer conflitos, o deter um bom senso de humor passou a ser radicalizado e imperativo, de modo que todos têm de estar felizes ininterruptamente, do contrário, como Billig (2005) reflete, não seremos, não nos sentiremos e não seremos vistos como completamente humanos.

Essa radicalização no mundo contemporâneo da obrigatoriedade em se possuir um bom senso de humor – Lipovetsky (2005), inclusive, esbarra em tal ideia ao enunciar vivermos em uma “sociedade humorística” – nos leva a questões e consequências relacionadas ao fato de que alguém possa refutar tal ideia e criticar construções humorísticas. Na ditadura do ‘bom senso de humor’ constante, é bastante difícil tomar esse tipo atitude, uma vez que negar o humor (ênfatizando que às vezes se trata tão somente de negar e se posicionar contra **determinado tipo** de humor) recebe o rótulo de “você não tem nenhum senso de humor”. Para se compreender esses conflitos se faz necessário pensar a respeito das fronteiras entre o discurso sério e o discurso humorístico, pois “humorous forms of expressions can have serious motives and intentions”<sup>41</sup> (LOCKYER; PICKERING, 2001, p. 642). Em outros termos, o ato de não perceber algo como engraçado/humorístico não implica necessariamente em uma falta de senso de humor, afinal “piadas não são só piadas” – carregam sentidos diversos –, e, desse modo, as pessoas podem se posicionar contra **certos** tipos de humor por discordarem dos discursos sérios engendrados e propagados por estes certos tipos de piadas, como, por exemplos, quando tratam de construções humorísticas que se fundamentam no racismo, no sexismo, na diminuição e escracho dos oprimidos e explorados.

Posteriormente, ao longo do século XX, se consolida a acepção de que humor é um “[...] general term describing a wide variety of things that supposedly make people laugh”<sup>42</sup> (BILLIG, 2005, p. 61), um “[...] umbrella term for all forms of laughable representation.”<sup>43</sup> (WICKBERG in: ATTARDO, 2014, p. 352). Inclusive, enunciamos no início do presente capítulo que é comum ocorrer certa confusão ao se tratar de humor, cômico, etc., a qual decorre exatamente do termo humor ter se tornado um termo “guarda-chuva” para se designar tudo que esteja relacionado ao divertido, engraçado, cômico, risível.

Embora refutemos o geral caráter psicologizante moderno relativo ao humor, nossa ideia acerca deste segue uma das tendências modernas, a qual consiste em encará-lo como uma possibilidade mais profícua de se atingir o real e o verdadeiro (ALBERTI, 1999), do que

<sup>41</sup> “formas humorísticas de expressão podem ter motivações e intenções sérias” (em nossa tradução).

<sup>42</sup> “[...] termo geral para descrever uma ampla variedade de coisas que supostamente fazem as pessoas rirem.” (em nossa tradução).

<sup>43</sup> “[...] um termo guarda-chuva para todas as formas de representação do risível.” (em nossa tradução)

pela via dos discursos sérios, ainda que a diferença entre ambos (sério e não sério) também seja provisória, uma vez que, como Weaver (2011b) discorre no caso específico de piadas racistas e antirracistas, discursos sérios também são e estão propagados através de construções humorísticas. Além disso, ao inverter e deformar os limites impostos pela ordem séria, o humor pode indicar a falibilidade desta em um contínuo e dialético movimento de questionamento. Ou seja, até mesmo o que for colocado como real e verdadeiro, em algum momento poderá ser desconstruído e/ou questionado pelo humorismo.

Passando à compreensão de que o humor é linguagem e se estrutura na forma de discurso, este detém um modo de funcionamento que o torna humorístico, o qual se funda em mecanismos como a inversão ou confirmação de expectativas por recursos da linguagem, como a sátira, a paródia, a ironia; pela a mistura de ideias incongruentes (PALMER, 1994); pela dissociação entre a ideia prévia e o acontecimento efetivado; por conta da “[...] surpresa, a ambiguidade, ocorrência de tipos e situações baixas, texto incoerentes, etc.” (POSSENTI, 2010, p. 121); o nonsense; “[...] the irrational, the inexplicable, the surprising, the nonsensical – in other words, the comic.”<sup>44</sup> (SYIPHER, 1956, p. 195); dentre tantos outros, visando produzir coisas engraçadas – entretanto, reforçemos uma vez mais o paradoxo enunciado por Billig (2005) de que o humor é particular e universal, conseqüentemente, não é processado, captado e/ou entendido de modo igual por todas as pessoas.

Há quem compreenda o discurso humorístico como uma mera forma ou recurso retórico da/na linguagem dentre as outras existentes, assim sendo, não haveria possibilidades de classificá-lo nem como crítico, contestador e revolucionário, tão pouco como acrítico, reificador e reacionário. Ideia com qual podemos concordar apenas parcialmente, pois, de fato, seguindo nosso entendimento de discurso enquanto linguagem estruturada e em funcionamento, o humor detém sim uma maneira determinada de funcionar que o faz humorístico. Contudo, atribuir neutralidade ao formato humorístico (ou a qualquer outro tipo de discurso) é exatamente cair na Ideologia que, tal como descrita por Pêcheux (1997) e Orlandi (1996b), dissimula o funcionamento discursivo perpetrando a percepção de que este é natural e independente das relações sociais, culturais, políticas e históricas. Como se os tipos discursivos pairassem ideais e neutros em algum outro lugar, prontos para serem utilizados pelos humanos. Apesar da imagem relativamente sarcástica que utilizamos, a ideia de que o discurso humorístico (ou qualquer outro, enfatizemos) está descolado da realidade e é

---

<sup>44</sup> “[...] o irracional, o inexplicável, o surpreendente, o sem sentido – em outras palavras, o cômico.” (em nossa tradução).

desprovido de posicionamentos e intenções, é amplamente refutada e impossível conforme as perspectivas teóricas que adotamos e seguimos.

A forma mais simples de definirmos o discurso humorístico, portanto, é de que se trata de enunciados que apresentam a mistura entre o senso e nonsense, além de intentarem serem engraçados, ainda que a graça seja interpretada distintamente, e possivelmente gerem riso, ainda que **humor** e **riso** não sejam sinônimos ou conceitos indissociáveis – embora o sejam, como discutimos e passaremos a comentar na subseção dedicada ao tema do **riso**. Como delinea Billig (2005, p. 179, grifo do autor): “accordingly, humour cannot be defined purely as that which elicits the response of laughter. Humour might involve the *attempt* to produce laughter in its recipients but it must be recognizable as humour even if it fails in its ends.”<sup>45</sup>. Em outros termos, mesmo se não houver riso, pode-se continuar afirmando existir humor e, além disso, enfatizemos que o próprio ato de rir de algo ou em determinadas situações não é garantia que existam conteúdos humorísticos relacionados.

Inclusive, nesse jogo/disputa entre o sério e o não sério, Billig (2005, p. 199) afiança que o ridículo (mecanismo de funcionamento associado aos conteúdos humorísticos) pode “[...] provides a key force in maintaining social order – maintaining not this or that particular order, but social order more generally.”<sup>46</sup>. A questão chave passa a ser qual é a ordem social em que queremos viver e manter, ainda que, independentemente das regularidades, normas e/ou convenções adotadas no e pelo corpo social, sempre haverá zombaria dirigida indistintamente, a qual poderá reforçar ou questionar os citados parâmetros.

#### 4.1.2 Cômico

O significado do termo **cômico** está, de fato, bem aproximado ao significado do termo **humor**, o que torna plenamente compreensível o uso de ambos para a descrição dos mesmos fenômenos, porém, de modo amplo e geral, o cômico está contido no humor e é diretamente vinculado ao gênero da comédia propriamente dito (não é a toa que exista a denominação “gênero cômico”). Sendo esse gênero expresso em diversas manifestações, as quais estão assentadas sobre alicerces dos mecanismos humorísticos, tais como: as encenações teatrais – por vezes, muito similares àquelas apresentadas sob os rótulos de

---

<sup>45</sup> “Deste modo, humor não pode ser puramente definido como aquilo responsável por produzir o riso. Humor possivelmente envolve a tentativa de produzir riso em seus destinatários, todavia para isso deverá ser reconhecível como humor mesmo se, no final das contas, falhar como tal.” (em nossa tradução).

<sup>46</sup> “[...] prover à força chave para a manutenção da ordem social – manutenção não dessa ou daquela ordem particular, porém da ordem social em geral.” (em nossa tradução).

“comédia antiga” e “comédia nova”; representações gráficas (caricaturas e charges); produções da indústria cultural (filmes, seriados, desenhos animados); e até mesmo piadas em contextos não casuais, ou seja, quando têm por suporte programas de entretenimento massivo, show de comédia, dentre outros. A comicidade, destarte, não existe descolada do humorístico, pois se vale de seus mecanismos para acontecer, e ao mesmo tempo também não estará nunca dissociada do gênero comédia e do fazer rir. Assim, uma diferença crucial e tênue entre **humor** e **cômico** é que neste não se pretende apenas disparar o fator engraçado e não sério das coisas e do mundo, tal ação visará e necessariamente deve intentar a geração do riso e/ou mesmo ser recepcionada com riso.

Similarmente ao pensamento já comentado de que através do humor é possível nos acercarmos do real e compreender mais profundamente as dimensões da vida e do mundo, Sypher (1956, p. 193) discorre que o cômico, representado na comedia enquanto gênero, “[...] can tell us many things about our situation even tragedy cannot.”<sup>47</sup>. Em outras palavras, ao contrário da divisão aristotélica (ARISTÓTELES, [335a.C.?]2005) que rebaixava a comédia como representação desprezível dos aspectos ligados ao humano e enaltecia/enobrecia a tragédia como representação fiel daqueles, o cômico é igualmente relevante e acurado na representação do que se refere ao humano, pois tem a capacidade de promover um desnudamento, através da percepção das contradições e absurdos existentes em nós e no mundo que nos circunda, das intenções e de sobre quais fundações as coisas estão apoiadas. A explicitação dos paradoxos pela via da comicidade facilita o brotar de uma melhor visualização da vida e de questionamentos justamente por colocar em suspensão o véu da pretensa e completa solidez dos ordenamentos sociais. Berger (1999, p. 128), ainda que destaque o embate “conhecimento científico X saber popular”, reflete nesta mesma linha de que o não sério tem a capacidade de melhor apreender a realidade social:

Las percepciones cómicas de la sociedad a menudo ofrecen visiones excelentes de la misma. Un buen dibujo cómico o un buen chiste muchas veces pueden desvelar mejor una realidad social determinada que todos los tratados científico-sociales. A menudo es posible considerar, por lo tanto, lo cómico como una especie de sociología popular.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> “[...] pode nos dizer muitas coisas acerca de nossa situação que nem mesmo a tragédia pode.” (em nossa tradução).

<sup>48</sup> “As percepções cômicas da sociedade às vezes oferecem visões excelentes acerca da mesma. Um bom desenho cômico ou uma boa piada podem, muitas vezes, demonstrar melhor do que os tratados científicos e sociais como é uma realidade determinada. Portanto, é frequentemente possível considerar o cômico como uma espécie de sociologia popular.” (em nossa tradução).

Essa consideração coincide com que Possenti (2010) afirma sobre o caso das piadas expressarem as estruturas sociais que não poderiam ser enunciadas livremente, como no exemplo das “piadas de casamento”, nas quais usualmente a razão pela união matrimonial ocorrer seria tão somente por conta de interesses escusos (normalmente, o dinheiro de um dos cônjuges) e não por amor. Conquanto, vale comentar que esse mesmo autor pontua que para se perceber o texto como uma piada é necessário que o “gatilho” (o instante e mecanismo que proporcionam o funcionamento da piada) seja compreendido, ou seja, os detalhes da cenografia e da encenação da piada têm de ser notadas completamente, se não o efeito cômico falha. Entretanto, pelas contradições existentes em tudo que faz referência e está ligado ao humorístico (e, deste modo, igualmente ao cômico que está contido naquele), muitas vezes as piadas apenas demonstram e reforçam clichês que ou foram realidade em e por algum tempo, ou representam apenas o pensamento de determinados segmentos sociais. De modo que a comicidade pode desnudar e auxiliar na percepção da realidade social, como concomitantemente pode borrá-la ao se constituir em uma questionável realidade pretensamente contra hegemônica. Assim, o raciocínio é exatamente o mesmo que adotamos para o discurso humorístico global e geral: o cômico pode tanto se contrapor ao instituído, como ser instrumento para a manutenção deste.

Pirandello (1966, p. 47-48) propõe uma diferenciação inusitada entre o cômico e o humorístico, na qual a distinção se dá por uma espécie de gradação no riso proporcionado. O autor afirma que somente no humor é possível a criação do sentimento de incongruência, enquanto no cômico (no irônico e no satírico, conforme igualmente arrola), se a sensação de incongruência emergir, essa não será mais humorística, mas sim, amarga. Isto pois “when laughter is aroused by the first realization of any given abnormality, any purely verbal contradiction between what is said and what is to be understood becomes effective, substantial, and therefore no longer ironical”<sup>49</sup>, desse modo “disdain no longer exist, at least not that inversion of which is the reason of any satire.”<sup>50</sup>. Dornelles sumariza o esquema desse entendimento que se funda na passagem entre dois momentos: a percepção da situação, em que “[...] somos advertidos de que algo entra em desacordo com o que seria o esperado da situação (isto seria a “advertência do contrário”): por exemplo, como cita Pirandello, quando vemos uma velha – da qual se esperaria certo tipo de comportamento – com atitudes e

---

<sup>49</sup> “quando o riso surge pela primeira percepção de qualquer anormalidade dada, qualquer contradição puramente verbal entre o que é dito e o que é para ser compreendido torna-se efetivo, substancial e por conta disso não mais irônico” (em nossa tradução).

<sup>50</sup> “o desdenho não mais existe, ao menos não aquele tipo de inversão que é a razão de qualquer sátira.” (em nossa tradução).

vestimentas de jovem)” (DORNELLES, 2003, p. 35); e o sentimento de contrário, no qual “(quando pode-se pensar que não há nenhum prazer, nenhuma graça nessa velha e que talvez ela aja assim para esconder a velhice)” (DORNELLES, 2003, p. 36). Posteriormente a esse choque entre perceber e sentir as incongruências (no exemplo, uma velha que use vestes, em tese, apropriadas exclusivamente para uma jovem) pode emergir um riso que, segundo Pirandello, não poderá ser caracterizado como humorístico, pois estará vinculado a um fenômeno cômico. De certa forma, há uma divisão de que o riso humorístico é positivo e divertido – logo doce –, enquanto o riso cômico é negativo e agressivo – por isso, amargo.

Todavia, compreendemos que a proximidade (e quase indiferenciação) entre os fenômenos cômicos e humorísticos, observando a linha tênue já delineada, inclusive não delimita a gradação do riso, pois ambos (humor e cômico) podem proporcionar divertimento ou estarem engendrados em práticas discursivas agressivas. O que dará a medida para tais características é o mesmo conjunto de aspectos amplos usados para conceituarmos discurso: os contextos sócio-históricos e as ideologias com as quais estão vinculados.

#### 4.1.3 Riso

Antes de iniciarmos a seção, delineemos que os termos **riso**, **rir** e **risada** são usados e compreendidos como sinônimos.

O riso é uma temática constante em tratados e obras históricas, como as tantas citadas ao longo do texto e listadas ao final em nossas **Referências**, e talvez seja uma das associações e confusões mais recorrentes envolvendo a temática do humor. Como escreve Chafe (ATTARDO, 2014, p. 437):

They occur together so often, in fact, that there is a natural tendency to regard them as manifestations of a single phenomenon. Their association, however, is far from complete. It is quite possible to experience humor without laughing and, conversely, laughter often occurs in situations that are devoid of humor.<sup>51</sup>

Em outros termos, a aproximação incondicional entre riso e humor é inexata, uma vez que a risada pode surgir tanto em situações humorísticas, como em não humorísticas, um exemplo já colocado das últimas é o ato de rir em situações de extrema tristeza (em tragédias

---

<sup>51</sup> “Eles [humor e riso] frequentemente ocorrem juntos que há uma tendência natural em considerá-los como sendo manifestações de um mesmo fenômeno. A associação entre ambos, entretanto, está longe de ser algo completo. É razoavelmente possível experienciar o humor sem rir e, em oposição, o riso pode ocorrer em situações que estão desprovidas de humorismo.” (em nossa tradução)

não é incomum ocorrer riso, ainda que este seja moderado), outro seria o riso dado durante conversas casuais envolvendo quaisquer tópicos não relacionados com humor, ou que estejam funcionando a partir de mecanismos humorísticos (como a reação de rir ao se recusar alguma solicitação de outrem), entre outras<sup>52</sup>.

Uma característica comum às circunstâncias elencadas acima, é a de que o riso acaba por ter uma função de destensionamento momentâneo, seja este de ordem psicológica ou fisiológica. Embora a compreensão acerca do riso tenha sido mais fisiológica por parte de vários pensadores e filósofos – tais como Descartes, Baudelaire, Breton e Plessner (cf. ALBERTI, 1999 e CRITCHLEY, 2002) –, sendo basicamente fruto de uma descarga motora, por vezes involuntária. Tal qual pontuado por Critchley (2002, p. 8): “[...] laughter is distinguished by what Helmunt Plessner calls ‘a loss of self-control as the break between the person and their body’.”<sup>53</sup>, ou seja, a risada também se trata de uma explosão corpórea incontrolável, se assemelhando, por exemplos, ao orgasmo ou ao choro compulsivo. Outra situação em que podemos visualizar esse riso mecânico e involuntário seria aquela em que o riso surge durante ou logo após um exercício físico estafante que está nos causando dores moderadas, sem nos ferir realmente. Além disso, há aquele tipo de ocasião comum em que rimos do outro rindo, muitas vezes sem nem sabermos o porquê, o que indica mera resposta espontânea e de imitação, reação quase que espasmódica de nosso corpo frente a algo que nos contagia.

Contudo, notemos que mesmo nessa perspectiva conectada às explicações físicas e fisiológicas dos processos humanos que aqui referenciamos, ainda assim, o riso majoritariamente pode acontecer em decorrência das relações sociais, pois a perda de controle não é disparada por disposições unicamente internas e intrínsecas ao sujeito, há o componente crucial da presença (real ou imaginada) dos outros que proporciona o descompasso no autocontrole e produz o riso que não se pode controlar. Correlacionando a outras formas e compreensões teóricas, situações risíveis, conforme a teoria psicanalítica de Freud ([1905]1995) – no caso do texto em questão, as “frases de espírito” ou “chistes” propriamente ditos –, têm de serem passadas adiante, uma vez que não conseguimos rir sozinhos, o que demonstra deterem um componente ligado aos laços sociais para, inclusive, acontecerem e

<sup>52</sup> Outras situações, conforme Chafe (ATTARDO, 2014, p. 440), seriam: “the use of profanity, talk of something disgusting or depressing, uncertainty about a choice of words, interrupting another person's talk, self-deprecation, regret, bereavement, embarrassment, criticism, and talking of subjects that are abnormal, anomalous, surprising, or awkward.” [“o uso do profano, falar sobre algo repugnante ou deprimente, titubear na escolha das palavras, interromper a fala de outrem, a auto-depreciação, lamentos, perdas, constrangimentos e falar sobre assuntos que envolvam anormalidade, anomalias, surpresas ou esquisitices” – em nossa tradução].

<sup>53</sup> “[...] riso é distinguido por aquilo que Helmunt Plessner chama de ‘perda do autocontrole, como o rompimento entre a pessoa e seu próprio corpo.’” (em nossa tradução).

serem descritas como passíveis de julgamento humorístico e conseqüente possibilidade de causarem riso.

Interpretando o fenômeno do riso conforme outras vertentes de pensamento para além da compreensão de que se refere a uma reação biológica e natural ao humor e às situações elencadas, é possível destacar as três principais teorias do riso, são elas: superioridade, incongruência e liberação ou destensionamento. Enunciemos com comentários breves cada uma delas, uma vez que as leituras referenciadas já contêm explicações realmente detalhadas acerca. O riso de superioridade é autoexplicativo, se refere àquele em que o indivíduo ri escarnecendo o outro por julgá-lo inferior e, portanto, ridículo e merecedor do escárnio; o riso de incongruência decorre de situações em que a lógica e a expectativa de manutenção desta é quebrada por algum elemento não esperado; enquanto o riso de liberação ou destensionamento está ligado ao mecanismo de descarga de uma energia mental e interna acumulada, como formulado por Spencer (cf. BILLIG, 2005) e, como posteriormente denominou Freud ([1905]1995), pode estar relacionado a uma livre descarga de energia psíquica que ocasiona prazer naquele que ri.

Outro modo é o de entendê-lo (o riso) como um recurso retórico. Como já discutimos, mas recuperemos rapidamente, a retórica para Billig (1996) não é alguma coisa “meramente retórica”, ligada tão somente a um estilo vazio em si mesmo de promover o convencimento do interlocutor, ao contrário disso, está vinculada fundamentalmente ao estudo da argumentação, detendo um sentido individual (em que auxilia o indivíduo a construir sua linha de raciocínio para defender e propagar seu ponto de vista) e outro social (em que grupos com ideias distintas disputam e se debatem na seara do espaço público e social pela predominância via argumentos construídos pela retórica).

Contudo, voltando a se debruçar sobre a ideia do riso como recurso retórico, Billig (2005, p. 192) pontua que essa relação perpassa afirmar que o riso comunica sentidos, uma vez que esses, construídos e disseminados retoricamente, são “[...] always potentially contestable. In speech every rhetorical move can in theory be countered by an opposing move”<sup>54</sup>, assim e dialeticamente, “[...] the rhetorical nature of laughter is possible because there is a corresponding rhetoric of unlaughter.”<sup>55</sup>. O fato de rir ou não rir frente a determinadas situações pode, então, constituir estratégias discursivas para, mais do que

---

<sup>54</sup> “[...] sempre potencialmente questionáveis. Todo movimento retórico no discurso pode ser, em tese, contraposto por um movimento contrário” (em nossa tradução).

<sup>55</sup> “[...] a natureza retórica do riso é possível por conta de haver uma retórica correspondente do não riso.” (em nossa tradução).

comunicar os sentidos pretendidos e engendrados nessas ações ou reações, provocar convencimento do(s) interlocutor(es) via comunhão ou repúdio.

Quando, por exemplo, nos deparamos com um pronunciamento solene de alguma autoridade pública, muito provavelmente não haverá riso algum em meio às sentenças proferidas, justamente para que não haja qualquer indício que provoque a emersão do não sério, embora e por vezes, a declaração oficial esteja recheada de informações ou afirmações que não deveriam ser levadas propriamente a sério. Em situação diversa, não é incomum que mesmo em situações formais, o orador entrecorte as ideias enunciadas com risos esparsos para assim criar uma atmosfera de união com seus ouvintes.

Ao mesmo tempo, o riso associado ao não sério e ao humor pode servir de justificativa para quaisquer coisas que sejam ditas, como no caso dos humoristas que proferem um **humor politicamente incorreto acrítico**. Quaisquer dessas construções humorísticas podem ser defendidas pelo fato de que “houve quem risse delas”, ou como no caso de se contar uma piada explicitamente racista e subsequentemente afirmar rindo que “era só uma brincadeira”, a qual, evidentemente, “não pretendia ofender ninguém”. Retoricamente esse riso funciona como recurso de convencimento e propagação de sentidos sérios, ainda que o formato em que se fundamente seja o da não seriedade gerada pelo riso.

Observando de um ponto de vista histórico, Minois (2003) conclui seu tratado sobre o riso e o escárnio afirmando que a história do daquele pode ser dividida em três períodos: 1) **Riso Divino**: a concepção positiva do riso é aquela que predomina, até os deuses riem e não se levam a sério, além do que o riso é um instrumento para o conhecimento, o qual “[...] desmascara o erro e a mentira, como no caso da ironia socrática, da zombaria dos cínicos, da derrisão dos vícios e em Plauto ou Terêncio.” (MINOIS, 2003, p. 630); 2) **Riso Diabólico**: Era em que o riso é compreendido negativamente, como sinal de fraqueza do espírito e da mente e colaborador da dessacralização do mundo, o que gera desespero e descrença, além de estimular a falência da racionalização e dos bons costumes e, sobretudo, afrontar a espiritualidade propagada pelas instituições religiosas europeias; 3) **Riso Humano**: período em que o “riso moderno” emerge, ocorrendo a radicalização dos aspectos promovidos durante o período denominado por “riso diabólico”, uma vez que “o riso moderno existe para mascarar a perda de sentido. É mais indispensável que nunca [...] porque, mais do que nunca, estamos diante do vazio.” (MINOIS, 2003, p. 633).

Essa ideia do riso como contraponto ao vazio no mundo, funcionando quase como um antídoto para tal sensação, se faz cada vez mais fortalecida na sociedade humorística enunciada por Lipovetsky (2005) e, concomitantemente, chamá-lo por **humano**, como diz

Alberti (1999, p. 29), “[...] encerraria concomitantemente os lados ‘bom’ e ‘mau’ de nossa ‘natureza’.”, justificando assim o riso, esteja ele interligado ou não ao humor e seus modos de funcionamento, até nas mais deploráveis/questionáveis situações. Sendo que aqui não nos referimos às circunstâncias de destensionamento frente ao medo ou tristeza arrolados anteriormente, nas quais o riso nos auxiliaria a suportarmos as adversidades, mas aludimos sim, por exemplo, ao riso de superioridade dos opressores e algozes.

Bergson (1980), que detém uma teoria sobre o riso fartamente discutida e citada em trabalhos sobre o tópico, afirma que o ato de rir exige indiferença por parte do ridente, inclusive até classifica a indiferença como o ambiente natural para a ocorrência do riso, uma vez que “o maior inimigo do riso é a emoção. Isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa feição, ou emudecer essa piedade.” (BERGSON, 1980, p. 13). Prosseguindo, ele conecta o riso à comicidade e coloca que é mandatório se ter “certa anestesia momentânea do coração” (BERGSON, 1980, p. 13) para que o efeito cômico atinja a plenitude. Assim também podemos rir do outro livremente e sem aquela carga evocada pelo riso de superioridade, afinal, trata-se apenas de um momento fugaz de insensibilidade e indiferença a acometer o ridente.

Ainda que essa ideia seja plenamente aceitável em situações como aquela clássica enunciada pelo próprio Bergson de rimos de alguém que escorrega e cai na rua, entretanto não teremos a mesma reação se a pessoa vir a óbito ou vir a ter sequelas/ferimentos sérios por conta da queda. Contudo, ao politizarmos tal perspectiva, podemos aferir o risco que esta explicação corre de acabar servindo como justificativa fácil a qualquer humor reacionário e acrítico, como são os casos do humor misógino ou racista, afinal se pode rir sem restrição deste tipo de conteúdo humorístico, pois se trata apenas da insensibilidade momentânea, além de haver a conectada explicação de que não houve intenção de ofender ninguém – seguindo o raciocínio proposto por Propp (1982) de que o riso ocorrerá se as consequências não forem trágicas, e compreendendo cinicamente que “ninguém morreu ou se feriu por conta de uma piada misógina ou racista”, o escracho e o riso envolvendo estas questões estão completamente liberados e justificados.

Obviamente aí estão engendradas deturpações graves nas ideias de “anestesia no coração” e do riso consequente da não ocorrência de situações trágicas, primeiro porque mesmo conteúdos humorísticos podem servir ideologicamente à propagação de discursos sérios (WEAVER, 2011a), o que, se não acarreta em agressões propriamente físicas, promove violência simbólica e subjetiva, além de reforçar e naturalizar tais ideias contidas nas

enunciações e manifestações humorísticas. Além disso, a insensibilidade momentânea contínua pode deixar de sê-la e atingir um alto grau em que a indiferença com o outro passe a ser tal que o desumanize e o riso de superioridade, então, seja tão somente cruel e de modo algum fugidio, mas sim permanente.

Um apontamento para que finalizemos, concluamos e passemos adiante: o riso, incluindo até mesmo as situações listadas em que ocorre desconectado do humor, se trata fundamentalmente da expressão ou de fazer emergir o não sério.

#### 4.2 Um breve percurso histórico

Como dissemos na introdução, o discurso humorístico tem se mostrado altamente presente e disseminado na atualidade (BILLIG, 2005; LIPOVETSKY, 2005; MINOIS, 2003). Podemos notar uma ampla e desenfreada difusão deste ao observamos as mídias, a publicidade, o jornalismo, dentre tantas outras instâncias e dimensões sociais e discursivas. Parece que todas as coisas do mundo deveriam ser, ou perpassar pela via do humorístico, maiormente, do qual proporcione o mero divertimento. E, por conta desta configuração do mundo contemporâneo, Lipovetsky (2005) afirma que estaríamos vivendo imersos em uma “Sociedade Humorística”, na qual o discurso do humor permeia a tudo. Todavia, é curioso notar que esta proliferação e disseminação do humor por toda parte não está contemplada de todo, ou provoca uma ressonância maior na produção intelectual e acadêmica **atuais**, as quais, por vezes, apenas acompanham, de maneira tímida, essa relevante manifestação humana. Quando não a encaram simplesmente como tema menor ou desimportante frente ao fazer acadêmico. Embora, como principalmente demonstrou Alberti (1999), em livro fruto de sua tese de doutorado, uma consequência importante do discurso humorístico, o riso, foi e é tema recorrente em pesquisas acadêmicas, bem como objeto de reflexão por parte de grandes autores/pensadores ocidentais<sup>56</sup>.

De qualquer modo, Geier (2011), recuperando os primórdios do pensamento filosófico ocidental, apresenta-nos que o rechaço ao humorismo se deve, sobretudo, às

---

<sup>56</sup> Reforcemos que não sugerimos a ausência de estudos envolvendo o humor e seus desdobramentos associados, ao contrário disso, há publicações internacionais focalizadas apenas na temática, além de alguns centros de estudos e associações ligados a universidades mundo afora. Entretanto, embora haja estudiosos se debruçando sobre o tema atualmente e este tenha sido preocupação de proeminentes pensadores, o humorismo ainda não conseguiu se fincar completamente como objeto relevante de pesquisa, enfrentando grande resistência, mais questionamentos do que ocorre com outras temáticas recorrentes e surpresa de que seja objeto de estudo (frases como “nem sabia que se pesquisava academicamente sobre humor” foi bastante ouvida durante a minha trajetória de pesquisador, seja nos encontros científicos que participei e, até mesmo, durante o contato com colegas de distintos países que estabeleci ao longo do período de estágio sanduíche realizado no Reino Unido).

tradições socrática e platônica, as quais expurgaram o riso da Filosofia. Os citados filósofos gregos introduziram uma seriedade moral e um rigor gnoseológico<sup>57</sup> que não permitiam aos pensadores tratar do riso ou sequer rirem. Uma das frases de Aristóteles ([335a.C.?]2005), discípulo de Platão, em sua obra “Poética”, na qual diferencia e caracteriza os gêneros da tragédia e da comédia, resume a ojeriza existente frente ao riso quando o define como algo defeituoso e dotado de uma feiura sem igual. Compreendemos que ao censurar o riso, os pensadores gregos censuravam não somente esta expressão corpórea do humor e do seu discurso, como o próprio humorismo em si.

Como afirma o cartunista Ziraldo (PINTO, 1973), o humor é dialético –, entendendo a dialética como algo fundado nas contradições, as quais se explicitam por termos polarizados que existem por se negarem mutuamente –, e, por conta disto, em diferentes momentos da história deteve maior ou menor aceitação por parte dos distintos grupos sociais e configurações díspares.

Em nossa dissertação de mestrado (GRUDA, 2011), na qual trabalhamos acerca do humorismo politicamente incorreto propagado pelo desenho animado *South Park*, dedicamos um capítulo a reconstituir as particularidades de como o discurso humorístico se difundiu ao longo da história ocidental e como tais contextos passados foram influenciando e moldando características díspares e diversas deste tipo específico de discurso que é o humorístico. Com o intuito de reforçar e de reformular algumas das conclusões e informações apresentadas previamente naquele trabalho, recuperaremos neste texto, ainda que de modo sintético, aquilo que apontamos acerca da história ocidental do discurso humorístico em nosso trabalho anterior, revisando alguns daqueles dados pesquisados, bem como acrescentando e ampliando outros que se fizeram necessários a partir de novas leituras realizadas.

Deste modo, seguiremos a mesma cronologia adotada anteriormente (Antiguidade Grega e Romana; Idade Média; Renascimento; Modernidade; Contemporaneidade), assim como recorreremos à maioria dos autores que fundamentaram aquela nossa pesquisa, quais sejam: Arêas (1990), Bakhtin (1996), Hobsbawm (1995), Lipovetsky (2005), Macedo (2000), Minois (2003) e Tarnas (2002), além de outros que consultamos e estudamos durante o doutoramento, tais como Alberti, (1999), Berger (1999), Billig (2005), Critchley (2002) e Geier (2011). Como uma última ressalva antes de iniciarmos este percurso, pontuamos que ao

---

<sup>57</sup> A palavra gnoseológico refere-se à gnoseologia, termo composto pelas palavras gregas *gnosis*, a qual significa conhecimento, e *logos*, que, dentre outras acepções, significa teoria. Assim sendo, gnoseológico se trata da teoria do conhecimento, o que o faz, por vezes, ser apontado como correspondente à epistemologia, “[...] embora seja mais amplo, pois abrange todo tipo de conhecimento, estudando o conhecimento em sentido mais genérico.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 117).

nos filiarmos a Análise do Discurso francesa, “[...] o que interessa [em nosso caso, este percurso histórico que apresentamos] não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam.” (ORLANDI, 1996b, p. 33). Sentidos ligados e propagados pelo discurso que tomamos por objeto de estudo, o discurso humorístico.

Na antiguidade grega, por volta do final do século V a.C. e ao longo do século IV a.C., havia o predomínio das ideias platônicas de rechaço ao riso ao se privilegiar a seriedade e investir nesta como o marco essencial para os verdadeiros amantes da sabedoria (GEIER, 2011). Mas, concomitantemente ao platonismo, como Geier (2011) retoma, viveu o filósofo Demócrito, o qual detinha diversas posições diametralmente opostas às de Platão, tanto em aspectos filosóficos, como no modo de vivenciar e encarar a vida. A principal diferença entre ambos os filósofos é que Demócrito apontava outra perspectiva de pensamento com relação ao rir, enaltecendo-o sobremaneira como algo imprescindível à vida e ao conhecimento, o que lhe rendeu em vida o epíteto de “o filósofo ridente”. Entretanto, foi o platonismo que deteve maior influência neste período histórico e conseguiu se propagar para posterioridade, até porque Platão, ao contrário de Demócrito, fundou uma escola, a chamada Academia, a qual propiciou a preservação e a grande difusão para posteridade de sua obra e filosofia (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Dentro do ponto de vista platônico, sistematizado e formalizado pela “Poética” de Aristóteles ([335a.C.?]2005), um dos mais proeminentes alunos de Platão, a **Tragédia** era o gênero que tratava das coisas e sentimentos sublimes, representando os seres humanos de forma que estes viessem a aparecer como sendo melhores do que o são em realidade. Em contraponto, a **Comédia**, um dos principais gêneros difundidos à época e meio de propagação do discurso humorístico, era entendida como uma mera expressão menor, grotesca e/ou popularesca (ARÊAS, 1990; JUSTO, 2006), que tão somente se preocupava em evidenciar a animalidade, os vícios, os defeitos e os desvios morais da humanidade. Além de, como citamos previamente, um de seus elementos centrais (o ato de rir) é classificado por Aristóteles ([335a.C.?]2005, p. 24) como “[...] um defeito e uma feiúra sem dor nem destruição.”. Todavia, há que se lamentar o fato do segundo livro da “Poética” de Aristóteles, no qual o importante filósofo se dedicou exclusivamente a Comédia, tenha se perdido (BREMNER; ROODENBURG, 2000), pois, a partir desta outra obra poderíamos depreender mais elementos que reforçassem tais ideias aristotélicas negativas ao cômico, ou

contrariamente a isto, encontrar argumentos que discordassem daquilo apresentado no primeiro livro da “Poética”<sup>58</sup>.

Tal divisão dicotômica entre os gêneros, promovida e sistematizada por esta corrente de pensamento filosófico, apontava para a direção de que o discurso do humor era, ou deveria ser, considerado como algo desprezível, uma vez que esta separação fora procedida a fim de caracterizar negativamente uma de suas manifestações (o riso) e seu principal meio de propagação à época (o gênero Comédia).

Um dos principais autores cômicos da antiguidade grega foi Aristófanes (CARLSON, 1997) e suas obras continham um humor virulento e agressivo direcionado, principalmente, aos deslizes morais praticados e aos vícios, não excluindo ninguém de sua crítica, a qual se dirigia até mesmo às grandes figuras públicas – como os juristas, políticos e filósofos – e aos deuses. Entretanto, ao contrário de se tratar de um humor de caráter revolucionário, o autor cômico pretendia, especialmente, reafirmar os costumes considerados bons e a manutenção da ordem social (evidentemente que os “bons costumes” e a “ordem social” estavam, de alguma forma, em sintonia com os ideias dos dominantes). Além disso, o humor praticado por Aristófanes também possuía suas contradições, pois, ainda que contivesse um discurso reacionário do ponto de vista político por defender, como aponta Minois (2003), um retorno a uma mítica *Era de ouro*, na qual os homens estavam mais próximos dos deuses, o comediógrafo igualmente se valia de um humor bruto, alicerçado no insulto, no escatológico e no grotesco<sup>59</sup>, que denunciava com muita virulência a degradação dos ocupantes do poder, os quais se demonstravam e mantinham o status de figuras importantes, dando lições de moral a todo o momento, enquanto mentiam, corrompiam e eram corrompidos, enganavam e oprimiam (MINOIS, 2003). Deste modo, ainda que Aristófanes não questionasse a forma como o poder estava estruturado em si, sua manifestação humorística, ao menos, gargalhava e escarnecia ferozmente daqueles que integravam as instituições e estruturas de poder.

---

<sup>58</sup> Segundo a hipótese proposta por Umberto Eco (1983) no romance “O nome da rosa”, Aristóteles descrevia o riso, neste segundo volume perdido da “Poética”, como algo sublime e libertador, subvertendo a ideia de que se trataria de um dano à sapiência. Um dos personagens principais, Jorge de Burgos –, o bibliotecário que intenta esconder a obra perdida de Aristóteles por discordar frontalmente de seu conteúdo, – lamenta que no segundo livro da “Poética” o riso é elevado ao status de objeto filosófico e meio de legitimar a extinção dos medos impingidos pela fé, e, ao ser elevado, o cômico que é considerado algo baixo, poderia passar a explicar o alto (similarmente à definição de grotesco – conforme a próxima nota de rodapé).

<sup>59</sup> Em linhas gerais, o conceito de grotesco está fundamentado na figura do rebaixamento (SODRÉ; PAIVA, 2002), na qual há, segundo Bakhtin (1996, p. 17), uma “[...] transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato.”, em outros termos, o alto (a racionalidade, o controle das paixões, o intelecto, por exemplos) é explicado pelo baixo (material corporal, os excrementos).

Seguindo adiante, com o fim da Guerra do Peloponeso – conflito travado entre os anos 431 a.C. – 404 a.C., envolvendo o Império de Atenas e uma aliança liderada por Esparta, o qual disseminou alto grau de violência e proporcionou um elevado número de atrocidades cometidas – e conseqüente derrota de Atenas, o modelo democrático foi erodindo no mundo grego, fazendo emergir uma estrutura de poder baseada nas estruturas oligárquicas (KAGAN, 2006). Neste novo cenário político, o *status quo* passa a perseguir e a barrar a zombaria desmedida visando à conservação das figuras de poder e os valores que estas representavam. Destarte, em substituição a corrosiva Comédia Antiga surge a chamada Comédia Nova, a qual tinha em Menandro um de seus representantes mais expressivos (SILVA, M., 2009) e na qual se substituíam o riso escarnecedor e agressivo, presente fartamente na Comédia Antiga, por um mais “elegante”, adocicado e puramente alegórico, mantendo apenas o caráter de se reafirmar a moral convencional tal como encontrado anteriormente, com a particularidade de que a Comédia Nova tinha por foco troçar dos vícios, das paixões e dos excessos vivenciados no **âmbito privado** (MINOIS, 2003).

Dando um salto histórico para meados do século V d.C, ao longo do processo de declínio do Império Romano – o qual se fundamentou grandemente na cultura da Grécia Antiga, o que implicou no humor praticado neste se aproximar do humor grego, ou seja, era principalmente conservador e vinculado a defesa do sagrado e do tradicional, à exceção do humorismo popular presente nas festas, nas quais a inversão cômica predominava. Embora, por conta dos festejos se tratassem de períodos restritos e pré-determinados pelo próprio poder, também contribuíam no reforço da ordem vigente –, temos o paulatino fortalecimento da igreja cristã como instituição ocidental hegemônica (TARNAS, 2002).

E, sob a égide do cristianismo, o discurso humorístico sofreu forte repressão, uma vez que a religião cristã se apresentava como intrinsecamente séria. Assim sendo, ideias imputadas a comicidade por teólogos representativos, os chamados Pais ou Doutores da igreja, como Santo Agostinho e João Crisóstomo, os quais formularam que tudo que se relacionava ao discurso humorístico se tratava de algo demoníaco, desprezível, inconveniente, deletério à razão e ao equilíbrio, dentre outras características pejorativas, além de afirmarem de que sequer Jesus Cristo havia rido em toda a sua vida (MACEDO, 2000; MINOIS, 2003), ganharam força e se fixaram no imaginário cristão. Todavia, ao invés de interditar completamente as manifestações humorísticas, a igreja católica incorporou um humorismo em que o sério e o não sério estavam fundidos, união que eliminava a possibilidade de críticas ao sagrado pela via da comicidade (GOUREVITCH; COUNTINI, 1975) e enfraquecia qualquer ocorrência de um riso desmedido e livre.

Em período subsequente, entre os séculos XIV-XV, na chamada baixa Idade Média, devido ao cenário terrível e assustador da caça às bruxas, das pestes e da fome (BATISTA NETO, 1989), o discurso humorístico foi novamente contido pelas estruturas de poder, ou assim permaneceu, visto que anteriormente a igreja católica já lhe colocara apertadas rédeas. Mas, neste momento, tais estruturas de poder adotam outra estratégia e tomam para si a organização das festividades populares, formatando e domesticando essas manifestações de modo que a mordacidade presente e veiculada exercesse pouca ou nenhuma crítica à ordem social vigente (MACEDO, 2000).

Como um contraponto ao humor oficial domado, havia aquele que estruturava as festas de cunho realmente popular. O humorismo presente nestas, designado como carnavalesco por Bakhtin (1996), subvertia e possibilitava, mesmo que temporariamente, outra ordem e estruturação social, outra forma de relações entre as pessoas, um verdadeiro **mundo às avessas** daquele vivenciado e organizado em torno dos poderes da Igreja e do Estado. Segundo Bakhtin (1996), este cômico popular subversivo detinha por características centrais ser coletivo, universalista e estar ligado à liberdade e à verdade popular não oficial, o que lhe possibilitava não somente questionar o instituído, como desprovê-lo de veracidade irretocável, enfocando-se na alternância e na renovação da realidade social através da mutabilidade e mobilidade das perspectivas, convenções e modelos sociais.

Para tal, o humorismo se valia da suspensão (ainda que temporária) das regras e do sistema de valores morais vigentes e, por conta disso, tinha sobretudo como características centrais ser grotesco, “baixo”, escatológico, além de zombar daquilo que estava regularmente interdito, o que possibilitava, como afirma Towsen (1976, p. 7), que a partir do ato de rir “[...] at taboo subjects, the community confronts the inhibition in an open yet vicarious manner.”<sup>60</sup>

Contudo, vale ressaltar que há uma forte corrente de pensamento que rechaça tal entendimento, por assim dizer, entusiasmado da carnavalização enquanto processo contra-hegemônico, libertário e revolucionário frente à ordem e aos poderes instituídos. Conforme, Menitinis (2010, p. 135):

[...] [los] autores de la persuasión pro-carnaval, tienden de alguna manera a higienizar el carnaval, oscureciendo el hecho de que en el mundo medieval, se trataba de una práctica que involucraba una gran crueldad que iba desde la mutilación física y las amputaciones, hasta la humillación colectiva de las personas deformes y la violación en grupo de mujeres (ver Hollis, 2001; Shah-Shuja, 2008). Muy frecuentemente, la risa y el humor fueron

<sup>60</sup> “[...] de assuntos tabus, a comunidade confronta a inibição de maneira aberta e igualmente vicária.” (em nossa tradução).

empleados simplemente para avergonzar y humillar , y, como tal es, eran medios no para subvertir jerarquías y relaciones de poder, sino para reproducirlas a un nivel diferente.<sup>61</sup>

Em outros termos, o cômico carnavalesco sob tal perspectiva promovia poucas alterações nas opressões – Macedo (2000) e Minois (2003) descrevem o ritual do “Charivari” realizado durante os carnavais medievais como uma destas manifestações autoritárias e reificadoras dos valores morais e da ordem via atos de humilhação e crueldade, ainda que, segundo Hart (2008), a citada prática tenha retornado a cena social e se tornado no século XIX, na cidade francesa de Dijon especificamente, uma forma de protestar contra as autoridades locais, e não um processo de execração pública daqueles que transgrediam a propalada “moral e bons costumes” da época –, além de ocasionar mudanças temporárias e razoavelmente controladas pelas próprias instituições de poder que, à distância, permitiam o transcorrer das festas populares.

Com relação a estas ideias contrárias a um carnaval medieval e seu humorismo/riso como detentores de um caráter revolucionário e contra-hegemônico, tal qual formulado por Bakhtin (1996), retomemos um último apontamento nosso no qual defendemos a posição do autor russo: “[...] o cômico medieval [conforme pensado por Bakhtin] não pretendia implodir ou substituir o sério e o instituído, mas sim apontava para mutabilidade e mobilidade das concepções, regras e crenças” (GRUDA, 2011, p. 26), ou seja, o humorismo ali praticado possibilitava repensar e refletir as convenções, os valores, enfim, o instituído como um todo. Entretanto, vale reforçarmos que evidentemente o humor neste período não era completamente homogêneo, como, aliás, em nenhum momento o foi ou é – “o humor é dialético”, como referenciamos e referenciaremos em diversos momentos a lapidar frase do cartunista Ziraldo (PINTO, 1973). Assim sendo, ambas as dimensões coexistiam: um humor carnavalesco reflexivo e questionador; e um humor carnavalesco tirano e reificador.

Mesmo em meio a este período de violência e medo generalizados, houve a emergência daquilo que fora chamado por Renascença, com suas ideias fundadas no antropocentrismo e no desenvolvimento das ciências (física, matemática, anatomia, cartografia, astronomia, entre outras) e marcado por diversas invenções que modificaram o

---

<sup>61</sup> “[...] [os] autores pró-carnaval, tendem de algum modo higienizar o carnaval, ocultando o fato de que tal período festivo no mundo medieval se tratava de uma prática que envolvia diferentes tipos de crueldade, as quais iam de mutilação física e amputações até a humilhação coletiva de pessoas deformadas e a violência contra grupos de mulheres (ver Hollis, 2001; Shah-Shuja, 2008). Muito frequentemente, o riso e o humor foram empregados simplesmente para envergonhar e humilhar, e como tal, eram meios não para subverter as hierarquias e relações de poder, ao contrário serviam para reproduzi-las em um nível diferente.” (em nossa tradução).

modo do ser humano se relacionar com o mundo, como a bússola e o relógio mecânico (TARNAS, 2002). Neste momento, o discurso humorístico passou a ser, como diz Justo (2006), englobado pela Alta Cultura – conforme o surgimento de gêneros artísticos alicerçados no cômico, como o picaresco, o burlesco, o macarrônico, a *commedia dell'arte* (MINOIS, 2003) – e assimilado novamente pelo pensamento filosófico e pelo discurso humanista da época, como é possível notar nos exemplos dados por Geier (2011) de que o humanista Erasmo de Roterdã, em sua obra “Elogio da Loucura”, exaltou, tal como Demócrito apregoava, o divertir-se impunemente com a vida humana e de que o escritor François Rabelais, o qual se filiava tão profundamente com a ideia de cômico do filósofo ridente, que em seu tempo (no século XVI) era corrente que as pessoas integrassem ambos (Demócrito e Rabelais) em uma “cultura do riso” comum.

Todavia, tal prestígio alcançado foi momentâneo, uma vez que com a ascensão das monarquias absolutistas ao longo do século XVII, os valores religiosos e os ideais clássicos de nobreza e envergadura moral retornam com força e, para que se realizassem tranquilamente, a cultura da seriedade se fez novamente hegemônica, com o discurso humorístico sendo rechaçado uma vez mais no decurso da história ocidental. A comicidade praticada neste período, como descrita por Minois (2003), era trivial e inocente e o caráter subversivo e questionador que poderia propagar fora silenciado. Um exemplo disto é o de que a figura do bobo da corte perdeu sua função de ser o duplo do soberano – o que implicava parodiá-lo e, por vezes, esbrachá-lo de modo ácido, porém, tão sutilmente a ponto de que o rei não percebesse e/ou se ofendesse –, passando a somente divertir os altos membros da corte com gracejos moderados e inofensivos. Segundo Critchley (2002), esse personagem subversivo, o único que podia afrontar o poder sem sofrer retaliações, desapareceu por completo das cortes inglesas da época.

Adentrando no século XVIII, tempo de predomínio da racionalidade, a bandeira principal do movimento iluminista, o que implicou na constituição de um humor formatado conceitualmente – como exemplo, no ano de 1771, a enciclopédia britânica incluiu o verbete humor em seus volumes –, respeitando os ideais da Razão e do discurso científico da época. Assim, o humorismo deste tempo era disciplinado [ocorre a formalização de características humorísticas, como a sátira e a ironia, aceitas e reconhecidas enquanto figuras de linguagem], individualizado [ideias como a de que o riso está somente atrelado a questões fisiológicas ou de que não deve atentar contra a lógica – segundo Geier (2011), o próprio Kant asseverava que “a Razão é sublime e a Graça é bela”, embora afirmasse que o riso não provocava reflexão alguma, sendo mero reflexo mecânico do corpo humano] e intelectualizado [foi neste

período que surgem critérios, perpassados pela moral individual e pela racionalidade, para proceder à categorização do discurso humorístico, como nos diz Macedo (2000)].

Ainda sob a influência do pensamento iluminista, o século seguinte (XIX) produziu filosofias diversas que tomavam o humor por objeto de estudo, tais como: a aproximação de Schopenhauer (2005) de que razão e riso são dimensões exclusivamente humanas; a afirmação de Kierkegaard, conforme Geier (2011), que para se perceber as contradições entre a existência e o abstrato é necessário aceitar o cômico, o qual, segundo o filósofo, está presente em todos os estágios da vida; Bergson (1980) que pretendeu sistematizar os mecanismos da vida que causam o riso; Freud ([1905]1995) que esquadrinhou piadas e ditos espirituosos, relacionando-os com conceitos psicanalíticos; dentre outros.

No Breve Século XX, na expressão utilizada e popularizada por Hobsbawm (1995), assistimos a uma nova escalada de temor, porém, neste momento de pós-guerras mundiais e da divisão bipolar do globo, o medo se relaciona à possível aniquilação humana por um iminente conflito nuclear. Assim, o humorismo vigente se dividiu em um baseado no riso tenso e pessimista e outro que ri compulsivamente de tudo, para assim evitar o contexto assustador (MINOIS, 2003). Durante este século, o discurso humorístico, sobretudo aquele que graceja incontinentemente, também passa a ser incorporado pelos meios de comunicação de massa, como o cinema e o rádio, os quais se encontravam cada vez mais disseminados e detentores de importância no pós Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995).

Neste momento, como apontam Justo (2006) e Lipovetsky (2005), o discurso humorístico passa a se firmar como umas das principais formas de mediação social. Se alastrado para as mais distintas esferas discursivas e sociais, contudo, reforçamos que o humor vinculado por estas, majoritariamente, possui um caráter meramente lúdico, desprezioso e *light*, associado ao consumo e ao esvaziamento dos e nos sentidos (BAUMAN, 2001). Por outro lado, em virtude do cinismo contemporâneo (SAFATLE, 2008; ŽIŽEK, 1992, 1996b), emerge um humorismo que se denomina politicamente incorreto, o qual, em tese, pretende desfazer e violar as convenções – conquanto, como veremos adiante, usualmente, as reforça. Todavia, um humor de cunho crítico e realmente questionador, que fora vilipendiado e combatido por inúmeras vezes ao longo da história ocidental, também tem seu espaço no mundo atual da “Sociedade Humorística” que vivenciamos, embora esteja sobretudo ligado a um humor contra-hegemônico, alternativo e, realmente, subterrâneo.

Feito esta incursão nos meandros históricos de como o discurso humorístico foi sendo produzido e se relacionando com os distintos contextos histórico-sociais, notamos que: (1) houve momentos de maior rejeição desta manifestação como um todo, em outros somente

determinados modos de se fazer humor foram perseguidos e proibidos, ora por coerção explícita, ora por mecanismos sutis e refinados de domesticação e assimilação; (2) um humorismo popular crítico e questionador se contrapondo ao humor oficial se fez presente; (3) o englobamento do discurso humorístico pela cultura de massa, ao mesmo tempo em que o enfraqueceu, deu vazão para o surgimento de um discurso humorístico ácido, porém pouco crítico.

Finalmente, referenciamos para um aprofundamento mais amplo e detalhado da questão histórica referente às muitas transformações sofridas e às particularidades constitutivas do discurso humorístico as seguintes obras: “O Riso e o Risível na história do pensamento” de Alberti (1999); “Encyclopedia of humor studies”, organizada por Attardo (2014); “Laughter and Ridicule” de Billig (2005); “Uma História Cultural do Humor” de Bremmer e Roodenburg (2000); “On humour” de Critchley (2002); “Do que riem as pessoas inteligentes?” de Geier (2011); e “História do Riso e do Escárnio” de Minois (2003).

#### **4.3 Implicações gerais acerca do discurso humorístico**

Se por um lado o humor serve e intenta repensar e questionar o instituído, por outro detém um caráter moralizador e reforçador de preceitos e preconceitos. Essa dicotomização dialética já aponta quais seriam as linhas que o delimitariam para caracterizá-lo de uma forma ou de outra. Todavia e mesmo assim: quais seriam os limites para o humor? Para a nada simples resposta, diríamos que ao contrário de sugerirmos limites sufocantes e autoritários à liberdade de expressão, nos parece pouco crível que o humorismo não possa ter certos freios, principalmente quando propague a mera destruição e diminuição do outro. Em outros termos, quando o discurso humorístico sugira a propagação de ódios e da intolerância, ou naturalize e tome como aceitáveis práticas danosas ao corpo social, como crimes de ódio e a própria violência simbólica.

Em verdade, o raciocínio que tais afirmativas nossas procuram construir é de que **os limites não estão no humor em si**, mas são dados nos embates e conflitos que permeiam o próprio corpo social. Desdobrando essa ideia, a grande questão aqui é que os limites a serem observados e/ou respeitados não são intrínsecos ao discurso humorístico, mas estão localizados para fora dele, em outras instâncias (jurídicas; normas de sociabilidade), as quais, de fato, o influenciam e determinam, até porque todo discurso e texto não devem ser compreendidos e tomados tão somente por seus conteúdos isolados (POSSENTI, 2010), de

modo que, como já afirmamos e reafirmaremos, os contextos sócio-históricos e culturais são produtores dos discursos, bem como são produzidos por estes.

É notável que haja certas contradições no entendimento que vamos desenvolvendo, afinal, ao mesmo tempo em que o humor necessita transgredir uma lógica estabelecida e conhecida para ocorrer (ALBERTI, 1999; BERGSON, 1980; GEIER, 2011; PROPP, 1982), este também deve observar alguns dos limites impostos para a manutenção da sociabilidade (BERGER, 1999; BILLIG, 2005; CRITCHLEY, 2002). Confusão não apenas plenamente aceitável ao tratarmos do discurso humorístico, como agravada pelos três paradoxos principais relacionados ao humor enunciados por Billig (2005), que já desdobramos na **introdução**.

Frente a tais dilemas, notamos ser inevitável cairmos em algum tipo de categorização do discurso humorístico global – como ao longo da história teóricos em campos distintos do conhecimento e seguindo diversas abordagens já o fizeram (cf. ALBERTI, 1999; BILLIG, 2005; CRITCHLEY, 2002). De saída alertamos que não temos a pretensão de estancarmos ou aprisionarmos, através de nossas conceituações, a riqueza e a diversidade existente em cada uma destas expressões discursivas, por assim dizer, compartimentalizadas. Tal procedimento fatalmente terá tanto imprecisões, o que não é de todo mal, visto que nas concepções que nos vinculamos acerca da construção do conhecimento (a Análise do Discurso francesa e o materialismo histórico e dialético), este está em constante movimento e transformação, como em alguns momentos se contradirá, posto que entendemos que o ser humano e a realidade são construídos de modo sócio-histórico e dialético (ABRANTES; SILVA; MARTINS, 2005).

Em outros termos, qualquer categorização que procedermos não proporcionará recortes exatos e puros do real, visto que este (real) por si é inexato, dinâmico e influenciado pelas ideologias em sua própria constituição. Esta nossa junção de regularidades e particularidades em categorias internas a um discurso humorístico global é, tal qual Beatón (2005, p. 11-12) reflete acerca da tarefa de apresentar uma definição ou conceituação sobre algo, sendo no caso do autor a definição que esboça sobre Enfoque Histórico Cultural:

[...] un momento de abstracción y generalización que permite proponer un comienzo y una orientación para introducirnos en el proceso de sistematizar o profundizar un conocimiento y pretende brindar, solo una orientación, una idea general, de lo que queremos demostrar en nuestra explicación, lo esencial de lo que queremos explicar. No reduce todo el conocimiento, de

todas formas hay que ir a él para conocerlo integralmente. Hay que mantener siempre la dialéctica entre lo general y lo particular y lo singular.<sup>62</sup>

Além disso, pelo fato de o humor ser, como vimos no início deste capítulo, uma expressão discursiva fundamentalmente dialética, este fora e é concomitantemente revolucionário e reacionário, crítico e reificador, questionador e mantenedor dos discursos estabelecidos, o que torna de difícil sustentação afirmar que todo o discurso humorístico apenas propaga preconceitos, reafirmando as desigualdades, ou, por outro lado, somente crítica e desnuda aquilo que está instituído, possibilitando reflexões e mudanças na realidade. Por tais razões e na tentativa de promovermos alguma sistematização ao se pensar em humor, optamos em nossa tese por essa divisão em categorias e consequentes denominações distintas.

Lembrando ainda que na maior parte do tempo tentamos exemplificar as ideias e formulações teóricas apresentadas e desenvolvidas ao longo do texto ao recorrermos, principalmente, a produtos da cultura de massas, como as obras cinematográficas e as produções televisivas, pois compreendemos que tais representações são lugar privilegiado para se observar as relações sociais, econômicas e políticas estruturantes, pelas vias da ideologia, da realidade vivenciada e percebida no mundo contemporâneo, tal como inclusive Žižek (2003b, 2009, 2011, 2013) defende em muitas de suas obras. Pois, como diz o filósofo esloveno em uma de suas frases-síntese, a qual está baseada em ideias propostas pelo psicanalista francês Jaques Lacan: “a verdade tem a estrutura de uma ficção” (ŽIŽEK, 2009, p. 15), portanto, seguindo este rastro de compreensão, recorrer àquilo exposto pelas obras de arte (ou pelos produtos da indústria cultural) é uma forma de se acessar os modos através dos quais os processos sociais se apresentam e estão constituídos e construídos.

Destarte, ao compreendermos o humor como discurso, por conseguinte produto e produtor do social, a análise da materialização deste por meio da indústria do entretenimento, da arte ou dos meios de comunicação é imprescindível para ilustrar as ideias que serão discutidas. Ressaltando, por fim, aquilo que delineamos na parte introdutória: os exemplos elencados são esses, e não outros, porque esse trabalho de pesquisa foi feito por nós, de modo que a eleição do material que serviu de análise e ilustração para as ideias perpassou pela subjetividade e experiências de vida relacionadas ao humor vivenciadas pelo pesquisador-autor.

---

<sup>62</sup> “[...] um momento de abstração e generalização que permite propor um começo e uma orientação para introduzirmos no processo de sistematizar ou aprofundar um conhecimento e pretende fornecer apenas uma orientação, uma ideia geral, do que queremos demonstrar em nossa explicação, o essencial do que queremos explicar. Não reduzir todo o conhecimento, de modo que há de se ir até ele para conhecê-lo integralmente. Há que se manter sempre a dialética entre o geral, o particular e o singular.” (em nossa tradução).

#### 4.4 Humor pastelão

O discurso humorístico que categorizamos como **pastelão** tem por principais atributos estar baseado em um riso, como diz Bergson (1980), desencadeado mecanicamente quando se notam as incongruências e os incidentes aos quais nossos corpos físicos estão sujeitos, bem como aos enganos que podem ser ocasionados a nossa percepção. Afirmando de maneira generalista, o **humor pastelão** está ligado, sobretudo, à chamada comédia física ou humor físico. Para Bergson (1980), o riso segue quase que uma lei natural, qual seja, havendo uma causa, o riso ocorrerá. Propp (1982, p. 31) questiona esta ideia, afirmando que nem sempre uma causa de riso surtirá efeito em todas as pessoas, em suas próprias palavras: “a dificuldade está no fato de que o nexo entre o objeto cômico e a pessoa que ri não é obrigatório nem natural. Lá, onde um ri, outro não ri.”. De qualquer modo, ambos concordam que o humor é algo genuinamente humano e fruto dos desvios, reveses e quebras de e nas expectativas.

Esta última ideia, inclusive, já se fez presente nas formulações de muitos daqueles que são considerados os maiores pensadores ocidentais, tais como Sócrates, Aristóteles, Cícero, Laurent Joubert, Thomas Hobbes, dentre outros, como descreveu sistemática e detidamente Albertini (1999). Para ilustrá-la apontemos dois exemplos: Aristóteles ([350a.C.?]2010) afirmava que os piadistas (humoristas) provocam o riso com que dizem/fazem ou por não irem de encontro ao que era esperado pelo espectador, ou por não corresponderem aos pontos de vista considerados normais. O orador romano Cícero, conforme Alberti (1999) e Geier (2011), também compactuava com tal posição, uma vez que difundira e defendera o pensamento de que, muitas vezes, somos levados a rir ao percebemos termos sido ludibriados pelas circunstâncias diversas da própria existência, ou pelo fato de nossa percepção ser traída por expectativas tidas a priori.

Os comediantes, de um modo geral, são mestres em se valerem de tal encadeamento ao, por exemplo, afirmarem uma determinada coisa (A) relacionando-a por diversas vezes com outra (B), fazendo com que seus interlocutores se acostumem com a analogia A-B, até certo momento em que dizem A, o interlocutor já espera pela resposta B, mas, nesta ocasião o comediante dirá ou agirá de modo Z, o que causará a quebra de expectativa e a possibilidade do humor ao misturar o senso (no caso aqui uma lógica referencial) e nonsense (algo fora da lógica construída) por parte do público. Como um exemplo concreto para esta ideia de quebras e inversões nas expectativas construídas sob uma lógica padronizada, podemos citar

uma passagem do longa-metragem “Monty Python and the Holy Grail”<sup>63</sup> (1975) do grupo humorístico inglês Monty Python<sup>64</sup>, em que os cavaleiros do Rei Arthur precisam atravessar uma determinada ponte (*The Bridge of Death*) para chegarem ao Santo Graal, entretanto, para tal necessitam responder a três questões formuladas pelo guardião da passagem.

O primeiro cavaleiro a tentar, Launcelot, é instado a responder as seguintes indagações: “Qual é o seu nome?” “Qual é a sua missão?” “E qual a sua cor favorita?” Dada à facilidade das questões, Launcelot replica rapidamente e tem a passagem permitida pelo guardião. Deste modo, os outros cavaleiros do Rei Arthur, os quais apenas observavam a cena ao longe, se empolgam com a simples resolução dos enigmas e partem para a beira da ponte a fim de também cumprirem o ritual. Sir Robin é o próximo a tentar, todavia, embora as duas primeiras questões sejam as mesmas formuladas a Launcelot, a última indagação é a seguinte: “Qual é a capital da Assíria?”. Boquiaberto por não saber, o cavaleiro exclama: “eu não sei esta!”, sendo em seguida catapultado para as profundezas do “Desfiladeiro do Perigo Eterno” (*The Gorge of Eternal Peril* no idioma original). Em seguida, é a vez de o cavaleiro Gallahad enfrentar as três perguntas, as quais são iguais as que Launcelot fora submetido (“Qual é o seu nome?” “Qual é a sua missão?” “E qual a sua cor favorita?”), porém o cavaleiro se mostra em dúvida de qual é a sua cor favorita e tem o mesmo destino de Sir Robin.

Por fim, é chegado o momento de o próprio Rei Arthur responder às indagações. Como usual, as duas primeiras perguntas são as mesmas, enquanto a última é formulada do seguinte modo: “Qual é a velocidade no ar de uma andorinha que não carrega peso algum?”, a qual é respondida com outra indagação por parte do Rei: “Uma andorinha africana ou europeia?”. Surpreendido, o guardião da ponte retruca que isto ele não sabe, sendo catapultado para o fundo do desfiladeiro tal qual Sir Robin e Sir Gallahad. Além de quebrar uma lógica até ali estabelecida, o humorismo da cena está ligado a uma cena inicial do longa-metragem em que há uma discussão entre o Rei Arthur e um guarda acerca de andorinhas carregando cocos.

Além do que fora pontuado, o **humor pastelão** decorre daquilo que Propp (1982) entende como a possibilidade do riso ocorrer por conta da percepção de algum defeito oculto ser percebido repentinamente e/ou por se julgar algo/alguma coisa como sendo ridícula. Estas duas assertivas estão em sintonia com a ideia de um riso de superioridade, a qual, para

---

<sup>63</sup> O roteiro completo da película está disponível, em inglês, tanto em diversos sítios na internet, como em versão impressa (CHAPMAN, 2002).

<sup>64</sup> Formado na década de 1960, o grupo bitânico iniciou suas atividades com esquetes veiculadas na rede BBC sob o nome “Monty Python’s Flying Circus”, e depois lançou alguns filmes. Propagando um humor altamente nonsense e igualmente crítico, o grupo influenciou e influencia muitos dos humoristas ao redor do mundo.

Thomas Hobbes, segundo Alberti (1999, p. 129), “acaba relacionada ao fundamento da superioridade subitamente concebida” e para Descartes, conforme Geier (2011), provir da satisfação de se notar um pequeno erro no outro e crer que ele realmente o merece. Exemplifiquemos.

Em uma passagem de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” [originalmente publicado em 1881], obra literária muito conhecida do escritor brasileiro Machado de Assis [1839-1908], o defunto autor que intitula o livro narra o seu segundo encontro com a garota Eugênia na chácara da família da moça e, contrariando a beleza e perfeição visíveis e imaginadas desta, a menina detém uma deficiência motora em uma das pernas, a qual somente é notada por Brás Cubas quando este sai conjuntamente com Eugênia e a mãe dela para verem as árvores, flores e outras características do local.

Primeiramente, o autor narrador se constrange com a súbita descoberta, pois a revelação lhe é feita ao perguntar a garota se esta havia, por ventura, machucado um dos pés. Porém, ao longo do caminho de volta a sua residência, Brás Cubas especula, de certo modo sarcástico, sobre o quão zombeteira é a natureza. Afinal, reflete o defunto autor: “o pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita?” (ASSIS, s/d, p. 31). Para em seguida, ao chegar a sua cama, jogar tais pensamentos e todas as reflexões subsequentes pela janela.

O humor contido nesta cena se funda em certa superioridade do narrador, embora, principalmente, à ideia da percepção repentina de um defeito oculto, ainda que inicialmente Cubas se constranja com a situação, o que pode estar atrelado à culpa de ter considerado tal circunstância inusitada como algo engraçado, e do caso do personagem central julgar a situação mulher-bonita (contudo) “defeituosa” algo ridículo na ordem do mundo. Inclusive, até mesmo os leitores que poderiam condenar Brás Cubas por seu humor cruel relativo ao episódio contado, também são alvo de sua ironia mordaz no capítulo ulterior da obra (“a uma alma sensível”), sendo denominados pelo epíteto de *almas sensíveis* e atribuindo quaisquer sentimentos raivosos que possam nutrir por Cubas ao fato de possivelmente não terem lido e compreendido direito o que o defunto autor contara, portanto, solicita aos sensíveis leitores que limpem os seus óculos, entendam claramente e posteriormente deixem estar.

Outra forma de figurarmos o ato de se regozijar com um riso respaldado na diminuição de outrem por conta de algum erro cometido é atentarmos-nos para situações como aquelas que são exibidas a esmo nos meios televisivos com a infame denominação de “Pegadinhas” – há variações no nome das atrações, todavia o conceito é o mesmo, qual seja:

uma câmera escondida filma atores contratados pela emissora de televisão interagindo com transeuntes nas ruas ou outros lugares públicos de forma a fazer com que os últimos passem por circunstâncias constrangedoras para, em tese, o deleite do público telespectador. Por vezes, o sujeito ri das vítimas da “brincadeira” por julgá-las ignorantes ao não perceberem que estão sendo enganadas e feitas de tolas, enquanto o ridente, no conforto de seu lar, tem completa ciência dos acontecimentos.

O preconceito envolvendo as diferenças socioeconômicas e os desníveis de tempo de educação formal – fatores que nem sempre estão conectados, não obstante uma rápida busca nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos quais há o cruzamento dos indicadores sociais relacionados à educação com as classes de rendimento mensal familiar *per capita*, notamos que estas são variáveis extremamente correlatas – também é campo em que esta característica do **humor pastelão** de um riso de superioridade, tal como estamos discutindo, se faz perceptível. O sujeito não conseguir ler corretamente uma placa ou qualquer outra inscrição, ter dificuldade em pronunciar a norma padrão da língua, dentre outras situações que denotam disparidades de escolaridade formal, possibilitam ao sujeito, que se considera superior por deter maior capital cultural (BOURDIEU, 2001), rir do outro que possui menor capital cultural. Ainda que a ideologia em uma de suas acepções clássicas – a do ocultamento das ideais e ideais da classe dominante, como se estas não pertencessem a uma classe determinada e fossem as do corpo social em sua totalidade –, faça com que até mesmo aqueles que pertencem à mesma classe social riam, e espantosamente pelos mesmos motivos (julgar enquanto ignorante quem não sabe ler ou pronunciar a norma padrão da língua, por exemplos), daqueles que detêm as mesmas condições socioeconômicas e culturais.

Prosseguindo nossas reflexões acerca do **humor pastelão**, podemos compreender que ações como arremessar tortas na cara do interlocutor, golpear o cocuruto alheio ou uma série de tropicões podem desencadear o riso mecanicamente ao termos a insensibilidade momentânea descrita por Bergson (1980). Ou quando a expectativa quebra não gerar consequências sérias ou trágicas, como descreveu Propp (1982) – desta forma podemos rir sem culpa e insensivelmente, por exemplo, quando o Senhor Madruga, personagem do seriado televisivo mexicano “Chavo del 8” (em português conhecida somente por “Chaves”, nome do personagem principal), recebe as mais diversas agressões físicas, pois sabermos que ele, Madruga, reaparecerá completamente reestabelecido no episódio seguinte, mas, se ao contrário, ele viesse a morrer por conta dos golpes, o **humor pastelão** e seu riso mecânico não se concretizariam. Neste último exemplo, o formato de seriado auxilia na compreensão de

que as consequências atreladas a situações a princípio trágicas (alguém ser brutalmente agredido fisicamente) ocasionem o riso, uma vez que a narrativa em série possibilita a criação de padrões situacionais e de comportamento das personagens, o que, no supracitado exemplo, faz com que saibamos que o Senhor Madruga reaparecerá intacto e sem nenhum arranhão sequer no episódio seguinte às agressões.

Charles Chaplin, Roberto Bolaños, os protagonistas de “The Three Stooges” (Os Três Patetas), os clowns em geral, para apontarmos apenas alguns dos autores, atores e figuras vinculados e que produziam um humor sobremaneira pastelão, se inserem nesta tradição humorística, embora cada um destes detenha suas particularidades, aproximações e distanciamos com este tipo humorístico que estamos focalizando nesse momento. Um ponto a ser explorado são as críticas sociais igualmente existentes nesta modalidade, mesmo que muito menos perceptíveis diretamente, uma vez que estas, quando presentes, se tornam sutis justamente por conta do humor ser fundamentalmente físico, o qual já é notável na superfície dos gracejos, o que em grande parte das vezes turva a percepção de um discurso crítico de fundo que também está ali presente.

No filme “Modern Times” (1936) escrito e dirigido por Charles Chaplin [1889-1977], por exemplo, temos um operário atrapalhado, ao estilo do tipo de personagem principal presente nas tantas películas de Chaplin, o vagabundo (*the tramp* ou *litte tramp*)<sup>65</sup>, o qual, no decorrer da obra cinematográfica continua apertando parafusos imaginários na esteira de produção (ou qualquer coisa que se assemelhe vagamente a parafusos, como botões de roupas, mamilos e narizes humanos) mesmo quando ocorre a pausa para almoço, golpeia e é golpeado pelos colegas da fábrica por diversas vezes. Enfim, com suas confusões acaba por atrapalhar e prejudicar grandemente o trabalho dos outros operários na linha de montagem. Ao longo das cenas, porém, podemos observar para além das quedas cômicas e inversões, como no caso de Chaplin apertar os botões traseiros do vestido de uma senhora. Subjacente ao **humor pastelão** propagado neste filme está presente uma crítica ao capitalismo pós Segunda Revolução Industrial e às agruras sofridas pelo operariado nas linhas de produção, bem como à situação paradoxal das máquinas contribuírem na precarização do trabalho ao intensificarem o seu ritmo durante a jornada diária, ao invés de possibilitarem melhores condições às atividades do

---

<sup>65</sup> Segundo Lenk (2012, p. 5), “um tramp é aquele que vaga pelo mundo, o andarilho que se veste com roupas desgastadas, o maltrapilho sem lar e sem emprego fixo. Pode fazer serviços temporários, mas é tratado e conhecido como um vagabundo, um improdutivo, semelhante ao mendigo, aquele que não trabalha nem produz, não sustenta uma família, não tem um ofício e aparenta ser despossuído de vínculos afetivos. O tramp parece ser um homem que se desvinculou de seu passado e de suas raízes. É um solitário errante que perambula pelo mundo, por vezes fumante, outras vezes embriagado, caminhando com uma trouxa de roupa amarrada num pequeno cabo e enrolada num pano pelas estradas poeirentas.”

trabalhador ao diminuírem a carga de esforço e auxiliarem em pontos da produção que exigem para além das capacidades físicas do corpo humano.

Em uma ideia contraposta a uma crítica ao modo de produção capitalista e à exploração do operariado, Bazin (2006) em seu livro “Charles Chaplin” pontua que “Modern Times” de fato critica a máquina e o processo de automatização dos trabalhadores, contudo apenas de um ponto de vista estilístico e da encenação, sem adentrar em questões realmente políticas e sociais. Segundo este autor, “[...] Carlitos não tem nenhuma consciência de classe, e se está com o proletariado é objetivamente porque também ele é uma vítima da sociedade vigente e da polícia” (BAZIN, 2006, p. 24). E, indo além, Bazin ainda afirma que: “mais que ver Carlitos ao lado dos pobres, caberia dizer que, embora os pobres estejam ao lado de Carlitos, isto é, ao lado do homem, mesmo assim é o **individualismo integral** do vagabundo que constitui o pivô de todas as situações.” (BAZIN, 2006, p. 24, grifos nossos). Em outros termos, poderíamos imaginar que o supracitado filme talvez queira tão somente defender a ideia de um capitalismo com rosto humano, o que Žižek (2011, 2012) denuncia como uma ficção, fundada na construção de que isto (o capitalismo com rosto humano) é a única possibilidade restante dentro do cenário apregoado de “fim da história”, constituído a partir da suposta completa hegemonia global do modelo democrático-neoliberal-ocidental. Destarte, não havendo alternativas<sup>66</sup>, há de se sonhar com uma estrutura social em que a inevitável exploração seja, ao menos, um pouco mais suave, ou seja, que a exploração humanize-se.

Dos outros autores/atores elencados a alguns parágrafos atrás, dirijamos agora nossas atenções ao mexicano Roberto Bolaños [1929-2014], conhecido no Brasil, sobretudo, pelos personagens televisivos Chaves e Chapolin (*Chavo del 8* e *El Chapulín Colorado* no idioma original), sendo o primeiro um garoto pobre que mora em uma vila, enquanto o segundo é o completo anti super-herói, pois é fraco, medroso, pouco inteligente, trapalhão, não possui super poderes. Ambos estrelam seriados humorísticos de grande longevidade na televisão mundial (a título de curiosidade, ambas as séries foram gravadas e exibidas interruptamente no México por sete anos, entre os anos de 1972 a 1979, sendo dubladas para mais de 50 idiomas e exibidas ainda hoje em diversos países, Brasil incluso). Mas, retornemos à linha de raciocínio que estávamos desenvolvendo, a de que o **humor pastelão** apresenta críticas sociais, comumente de modo extremamente sutil, por detrás do humor meramente físico ou decorrente da quebra de lógicas padronizadas.

---

<sup>66</sup> O filósofo esloveno gosta de cravar em entrevistas, artigos e livros que, nesta lógica contemporânea ancorada na ideia do “fim da história”, é mais fácil imaginarmos o fim do mundo e da humanidade do que o fim do capitalismo. Fato sintomático, inclusive, pelo elevado número de filmes e romances apocalípticos produzidos pela indústria do entretenimento nas últimas décadas.

Enfoquemos no seriado do garoto Chaves. Entre as tantas ofensas verbais e pancadas proferidas e distribuídas a esmo por todas as personagens umas contra as outras, temos características e situações que apontam críticas às desigualdades sociais e a desvios de caráter/conduta, tal qual, neste caso, como ocorria nas antigas comédias gregas. Entretanto, nosso interesse aqui é nos debruçarmos sobre o discurso crítico que se encontra sub-repticiamente no humorismo da série mexicana. No episódio “Julgando a la Escuelita”<sup>67</sup> de 1973, Chaves e Quico (garoto rico morador da vila) estão brincando que estão na escola e enquanto o segundo tem um livro aberto no colo e tenta recordar como se chamam os animais que comem apenas determinado tipo de alimento, pois diz necessitar fazer um trabalho para a escola ‘de verdade’ (a instituição escola, neste caso), Chaves fica impassível olhando para o outro lado. Quico vai arrolando em um esquema de perguntas e respostas a si mesmo em voz alta: “Os animais que comem carne? São carnívoros. Os animais que comem insetos? *Isetívaros*. Os animais que comem doces? Se chamam *docívaros*”, até fazer uma ligeira pausa aparentando não se lembrar de algo e perguntar ao colega, que se mostrara indiferente até o presente momento: “Chaves, você se sabe como se chamam os animais que comem de tudo?”, recebendo do amigo uma resposta simples, porém direta e precisa: “Ricos.”.

O efeito humorístico nesta cena se encontra em duas camadas. A primeira delas, mais superficial, é a da lógica que vai se estabelecendo nas respostas de Quico, que cria neologismos para descrever ordens taxonômicas inexistentes de seres vivos (*insetívaro*, *docívaro*), ao se utilizar de uma construção paródica da forma como os termos que designam as ordens existentes (carnívoro, herbívoro, etc.) são compostos. Assim, o garoto simplesmente adiciona o sufixo “*ívaro*” ao invés do “*ívoro*”, acreditando com isto estar enunciando uma ordem taxonômica existente. Ainda nesta camada, temos a mera quebra desta mesma lógica quando Chaves dá uma resposta que não segue o padrão até então adotado (como, por exemplo, poderia ter dito: o animal que come de tudo se chama: *tudívaro*). Em um estrato mais profundo, o personagem criado por Roberto Bolaños expõe clara e duramente a ordem social desigual, na qual alguns podem comer tudo que desejarem, enquanto muitos outros, como o próprio garoto Chaves que sempre está com fome e pensando em comida, tem de conviver com privações a uma atividade estritamente necessária à sobrevivência: a alimentação.

Em “La Fuente de los Deseos”, gravado em 1975, há outra cena que igualmente mira no alvo das desigualdades sociais, via a utilização metonímica da fome como sintoma para se

---

<sup>67</sup> Os episódios citados se encontram facilmente na internet para serem assistidos online.

perceber as disparidades existentes no todo social. Inicialmente, situemos o ponto central do enredo deste episódio. Os garotos Chaves e Quico são instados pela personagem Chiquinha (outra criança moradora do cortiço) a acreditarem que a fonte situada em um dos pátios da vila é uma fonte que pode realizar desejos ao se atirar moedas para dentro dela. Após alguns entreveros, Chaves conta ao Senhor Madruga (pai da menina Chiquinha) dos poderes mágicos da fonte, recomendando-lhe que arremesse uma moeda e peça para que nunca mais apanhe da Dona Florinda (mãe do personagem Quico e uma das principais agressoras do Senhor Madruga), mas, logo a se recusar em crer naquilo que o menino lhe contara, é surpreendido por Florinda, a qual o golpeia com um tapa na face. O garoto rapidamente diz para o Madruga: “Está vendo só? Quis fazer economia”.

Em seguida, Chiquinha ofende a mãe do Quico e o garoto, que se encontra no fundo da cena, se aproxima de todos sugerindo que sua progenitora jogue uma moeda na fonte e peça que um trator atrole o Senhor Madruga. A garota não se faz de rogada e diz ao pai que jogue, então, duas moedas e peça que dois tratores atrole a Dona Florinda. Quico brada, então, para que a mãe jogue três moedas e peça que três tratores atrole o Senhor Madruga. Subsequentemente, Chiquinha grita que seu pai jogue 20 moedas e peça para que toda a “manada” (sic) de tratores do mundo atrole Dona Florinda. Frente a tal discussão, Chaves, no canto inferior da cena e com uma voz serena, intervém proferindo a seguinte afirmação retórica: “Não, não, não! Invés de desperdiçar tantas moedas em atoprelamentos (sic), porque não pedem para que eu possa almoçar todos os dias?”, seguida por closes nas faces constrangidas e comovidas de todos os personagens presentes na cena, enquanto uma música melancólica tocada por um violino ressoa ao fundo. Entretanto, após perpassar cada rosto, a chamada “trilha de risadas”<sup>68</sup> se faz presente como um contraponto, desanuviando e mitigando o mal estar ocasionado pela situação de explicitar o quão mesquinhas as pessoas podem ser e as desigualdade sociais candentes, as quais acabavam de serem momentaneamente desnudadas. Nestes dois exemplos descritos, o **humor pastelão** se manifesta não exatamente pela comédia física, sua principal característica, mas por outros caracteres igualmente importantes para a sua ocorrência, tais como a subversão da lógica ou a

---

<sup>68</sup> Recurso televisivo inventado pelo estadunidense Charles Douglas, diretor técnico de televisão, nos idos da década de 1950. Também denominado em inglês por *laugh track* (trilha de risada), *laugh box* (caixa de risada), *laugh records* (risada gravada) ou *canned laugh* (riso enlatado). A “trilha de risadas” consiste basicamente em inserir sons de risadas pré-gravadas em momentos específicos dos programas televisivos, incitando assim o público telespectador a rir junto nestas determinadas situações. Para alguns estudos que abordam as influências que as “trilhas de risada” detêm e podem ter sobre as pessoas, ver: Neuendorf e Fennell (1988); Provine (1996) e Neumann e Strack (2000). Infelizmente, buscando nas bases de dados *SciELO* e *Google Acadêmico* não encontramos qualquer estudo brasileiro ou latino americano envolvendo tal temática.

inversão das expectativas construídas ao longo das variadas situações que expusemos anteriormente.

Além disso, há outras características gerais que proporcionam o funcionamento humorístico do discurso que estamos categorizando por **humor pastelão**:

– A ocorrência de semelhanças entre humanos e animais e/ou coisas (BERGSON, 1980), em outros termos, um ser humano assumir atributos que remetam a características de determinados animais ou um animal ou coisa se parecerem humanos podem ocasionar o efeito humorístico. Como um exemplo disto, temos as histórias chamadas por “Contos de Fadas”, em que o antropomorfismo está largamente presente – ainda que por outras razões, mobilizando igualmente outros sentimentos, entendimentos e percepções acerca de um animal agir como um ser humano e vice-versa para além do funcionamento humorístico;

– A repetição dos chamados “bordões”, que podem ser situações, frases compostas ou somente uma palavra e têm efeito humorístico por se remeterem à situação cômica primeira em que aconteceram, ou justamente pela continuidade de ocorrência, o que, por vezes, os torna humorísticos/engraçados pela simples repetição em si. Como um exemplo, podemos citar a interjeição “eitcha!” proferida diversas vezes pelo ator Gregório Duvalier no esquete “Meias Palavras” (apresentado em vídeo através da internet e produzido pelo grupo humorístico “Porta dos Fundos”), a singela interjeição acabou se tornando um bordão da trupe por ser utilizada em situações completamente aleatórias e descoladas do seu contexto original, promovendo assim um efeito humorístico tanto por se remeter a ocorrência primeira, como por permanecer humorística justamente pela própria repetição contínua;

– As inversões de papéis entre as personagens, seja pela troca de vestes ou pelo fato de um assumir as características comportamentais ou de fala do outro. O que é muito comum nas comédias teatrais, onde o efeito dos quiproquós é utilizado amplamente;

– Entre tantas outras.

É importante salientarmos que diversos dos mecanismos reunidos nesta categoria também estão presentes nas outras modalidades humorísticas que formalizamos, entretanto estes funcionam de modo distinto e particular em cada uma das categorias, promovendo e propagado assim sentidos ligeiramente diferentes. Além disso, tal afirmação é bastante óbvia,

vez que já delineamos haver características que compõem um discurso humorístico global, o qual, como expresso na própria formulação, engloba todas as categorias formalizadas a partir deste.

#### 4.5 Humor politicamente incorreto crítico

Após discutir o conjunto de características que nos possibilitou formalizar a categoria anterior, passemos a comentar o tipo de humor mais relevante e que é o foco principal dessa pesquisa (adiante demonstraremos que por uma clivagem dialética “o tipo mais relevante” se demonstrará ser: “os tipos mais relevantes”): **o humor politicamente incorreto**.

A ideia de politicamente incorreto surge concomitantemente e em contraposição ao estabelecimento do discurso e ideais de politicamente correto, conforme delineado em subsequente capítulo intitulado “**Politicamente Correto**”. Não é precisamente exato quando e onde tal prática discursiva emergiu, embora haja certo consenso que fora consequência da organização dos movimentos sociais ocorrida em meados da década de 1960 nos Estados Unidos, o que possibilitou uma maior polifonia de vozes na esfera pública e questionamentos acerca de como as desigualdades são propagadas, sobretudo, no campo da linguagem e dos discursos.

Com o passar das décadas, a perspectiva de que o politicamente correto se trata de algo tão somente deletério, patrocinado pelas chamadas minorias e que visa apenas promover aprisionamentos ao pensamento e à linguagem, bem como uma forma invertida de opressão aos dominantes, ganhou força – Wilson (1995) chama isso de o “mito do politicamente correto”, o qual fora urdido e difundido com sucesso pelos conservadores através da mídia e, posteriormente, se instalou no entendimento geral e popular –, todavia esse predomínio de leitura se deu de forma ideologicamente afinada aos dominantes. Assim, questionar a dominação e seus mecanismos reforçados pelas práticas sociais/discursivas é imputado como algo comparável a um policiamento exacerbado das condutas e uma sobreinterferência na liberdade individual, enquanto os comportamentos servis de manutenção e reprodução da ordem dominante não são vistos igualmente como politicamente corretos por essa perspectiva que imputa o controle exacerbado como o predicado elementar do politicamente correto. Sumarizando, uma vez que a discussão mais aprofundada sobre o politicamente correto virá a seguir, há um embate posto para atingir o prevaecimento de determinados significados e visões envolvendo-o.

De todos os modos, uma coisa é acurada sob a ótica de qualquer um dos lados que observemos a questão: o politicamente correto, de fato, se trata de erigir e defender limites, porém o conjunto candente e complexo de questões correlatas a isso é o seguinte: quais são e a quem servem tais limites? Concomitantemente a isso, pensemos que aqueles discursos que violarem essas limitações – sejam elas quais forem e a quem servirem – poderão ser taxados por **politicamente incorretos** e o uso dessas indagações chave pode servir de guia para nos indicar a que tipo de discurso politicamente incorreto (crítico ou acrítico) estamos diante.

O **humor politicamente incorreto crítico** é politicamente incorreto por transgredir limites e convenções estabelecidas, entretanto, por ser **crítico**, o faz denunciando majoritariamente de forma mordaz e ácida e, por vezes, se valendo de uma ironia sutil, mas não menos provocadora, tanto o funcionamento desigual das relações sociais, como a construção e propagação dos pensamentos e discursos conservadores e reacionários, os quais evidentemente são e estão afinados e servem à manutenção da desigual ordem vigente. Desse modo e resumindo, se trata de **humor** por estar fundado nos mecanismos que fazem um discurso funcionar humoristicamente (o uso de inversões e/ou confirmações de expectativa; os jogos de palavras; a ironia; a sátira; a paródia; dentre outros), é **politicamente incorreto** por afrontar padrões de pensamento e conduta convencionados como “corretos” e que devem ser seguidos, os quais, evidentemente, estão vinculados ao modo hegemônico de existência – fundada na desigualdade econômica e de direitos – e, por fim, o classificamos como **crítico** por alvejar e explicitar aquilo que dá sustentação à ordem vigente, procedimentos que possibilitam reflexões e, quiçá, mudanças de atitudes e ideias.

Ainda que segundo Crichtley (2002) e outros autores – tais como encontramos em trechos das obras de Berger (1999) e Minois (2003) –, o humor seja usual e amplamente reacionário por reforçar os consensos sociais, o primeiro autor citado, similarmente ao que fazemos com o humor politicamente incorreto, cliva o humor em duas categorias opostas: *true humour* (humor verdadeiro) e *untruth humour* (humor não verdadeiro). O “humor verdadeiro” seria aquele que busca erodir a ordem vigente e apontar outras possibilidades, enquanto o “humor não verdadeiro” é exatamente aquele humorismo reacionário que está associado e é parceiro em manter a ordem desigual ao defendê-la aberta e agressivamente.

Aproximando a nossa categoria **humor politicamente incorreto crítico** com o *true humour* de Crichtley, temos a característica de que ambos têm por objetivo “[...] to do more than release tension, it has to *liberate* the will and the desire, it has to *change the situation*.”<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> “[...] fazer mais do que liberar a tensão, tem a capacidade de *libertar* a vontade e o desejo, esse tipo de humor tem que *mudar a situação*.” (em nossa tradução).

(GRIFFITHS, 1976, p. 20 apud CRITCHLEY, 2002, p. 10, grifos do autor). Em outros termos, os tipos de humor elencados não se tratam de entretenimento, mera diversão para “a alma”, ou simples modos de eliminar temporariamente as tensões da realidade vivenciada. Ao contrário, esses (o humor verdadeiro e o humor politicamente incorreto crítico) têm em seus bojos o comprometimento de discutir as bases em que está estruturada a vida vivenciada, colocando-a em perspectiva. O que provoca questionamento e volta o olhar para possibilidades outras àquilo posto como verdades imutáveis, cristalizadas e mumificadas no corpo social e instaladas na subjetividade coletiva.

Além disso, como é característico ao discurso humorístico global, ambas as categorias aqui discutidas e similares promovem, ao retirarem o véu de seriedade que encobre as coisas do mundo, o caçoar dessas ao se perceber que existem inúmeras incongruências e contradições que as fazem tolas. Contudo, como afirma Critchley (2002, p. 17-18, grifo do autor): “by showing us the folly of the world, humour does not *save* us from that folly [...] but calls on us to face the folly of the world and change the situation in which we find ourselves.”<sup>70</sup>. O “humor verdadeiro” e o **humor politicamente incorreto crítico** não apenas zombam e relativizam a seriedade de tudo, reafirmamos uma vez mais: têm como norte o câmbio da realidade.

Acompanhando mais um pouco o texto e reflexões de Critchley (2002), ele aponta que o humor pode ter um caráter crítico quando demonstra a falibilidade e fragilidade das estruturas sociais, as quais são vistas como imutáveis e completamente providas de certeza e segurança, ainda que possam ser passíveis de erosão pela via daquilo que, em tese, seria intrinsecamente inofensivo: o gracejo humorístico. É como a roupa pretensamente invisível que deixa o imperador ‘nu em pelo’ diante dos súditos. O soberano não somente se apresenta despido das vestes perante os membros da corte, mas também despido da razão e inteligência que lhe são atribuídas, posto que, enganado e seduzido pelo zombeteiro alfaiate, não percebe que não está trajando absolutamente nada e que a tão maravilhosa veste sequer existe.

Outra divisão em dois tipos de humor que se aproxima da que aqui procedemos é a realizada por Billig (2005), o qual distingue o *disciplinary humour* (humor disciplinado) do *rebellious humour* (humor rebelde). Para esse autor, ambos os tipos podem ser considerados formas expressivas do que denomina por ridículo e, sinteticamente, as categorias propostas são caracterizadas da seguinte forma: o *humor disciplinado* zomba daqueles que são desviantes ou afrontam as normas sociais, servindo a manutenção da ordem instituída por esse

---

<sup>70</sup> “Mostrando-nos a tolice do mundo, o humor não nos *salva* da tolice [...] contudo, nos conclama a encarar a tolice do mundo e mudar a situação em que nós encontrarmos.” (em nossa tradução).

conjunto de princípios; enquanto o *humor rebelde* zomba das normas sociais estruturantes da realidade desigual, o que lhe permite ser compreendido como um discurso comprometido com a mudança e contestador das citadas regras. Conseqüentemente, o primeiro tipo de humor é intrinsecamente conservador/reacionário, enquanto o outro é revolucionário/radical. Nas palavras do próprio Billig (2005, p. 202): “disciplinary humour contains an intrinsic conservatism, while rebellious humour seems to on the side of radicalism.”<sup>71</sup>.

Debrucemo-nos sobre o caso da invasão do Iraque, no ano de 2003, por tropas lideradas pelos EUA para desdobrarmos outras reflexões correlatas. O **humor politicamente incorreto crítico** utilizado pelos movimentos populares contrários a esta ação bélica, o qual é baseado no *kynismos* – como veremos, para Sloterdijk (2012) e Žižek (1992) este, ao contrário do cinismo contemporâneo, é a crítica popular ao instituído que se vale da ironia e do sarcasmo para ridicularizá-lo e confrontá-lo –, procurou denunciar a imoralidade dessa guerra difundindo a frase de ordem: “No blood for oil” [*Não sangue por petróleo*]. Com a qual pretendiam apontar que a real razão para a intervenção militar estadunidense se fundara na grande reserva petrolífera existente em território iraquiano, e não pela propalada, e não confirmada pela própria comissão de inspeção de armas da Organização das Nações Unidas (ONU), posse de armas de destruição em massa por parte do Iraque.

As palavras de ordem de protesto são usualmente enunciados sucintos e diretos, lançando mão de paródias a slogans conhecidos e/ou de inversões no sentido de slogans do adversário, reunindo características que os aproximam do funcionamento humorístico presente nas charges políticas, as quais têm como meta questionar, ridicularizar e/ou atingir os poderes via sua expressividade gráfica e alto poder de síntese – visto que as charges são majoritariamente compostas por somente um quadro e, frequentemente, estão ligadas ao discurso humorístico. Ainda que, nem sempre visem o riso de seu público. O cartunista Carlos Latuff, em entrevista concedida a uma emissora de televisão fechada no ano de 2011, explicitou o que considera mais importante em seu trabalho de chargista/cartunista político-militante: “eu não sou muito conhecido pelo humor [...] [pois] a meta [do meu trabalho] são os manifestantes, fazer arte que possa ser utilizado pelos manifestantes como eles utilizam o celular, o *Twitter*, o coquetel molotov, a kalashnikov, eles usam também a charge”. O que se afina com o que discutimos noutra parte desta nossa tese, a ideia de que o discurso humorístico não tem por obrigação/meta única ocasionar o riso, este é somente um de seus fins dentre outras possibilidades de produção do efeito do humor, além de concordar com a

---

<sup>71</sup> “o humor disciplinado contém um conservadorismo intrínseco, enquanto o humor rebelde parece estar ao lado do radicalismo.” (em nossa tradução)

ideia de Hart (2008, p. 1) de que “humour and laughter can serve as a powerful tool in social protest.”<sup>72</sup>, portanto tem a capacidade de ser utilizada como potente “arma dos fracos” contra os poderosos, justamente pela supracitada possibilidade que detém de questionar a ordem instituída e àqueles que controlam as instituições e ocupam o lugar do poder.

Ao caracterizarmos o **humor politicamente incorreto crítico** como meio de expressar uma visão combativa e questionadora de mundo, poderíamos desembocar no seguinte dilema: “Mas, todo o tipo de humor não se funda nas quebras da lógica usual?”. Indagação que seria respondida com uma resposta dúbia, no sentido próprio de duplicidade que esta evocaria. Todo humor, de fato, se funda na quebra da lógica usual, entretanto nem sempre o rompimento desta ocasiona uma visão contra-hegemônica, alternativa ou revolucionária, todavia pela plasticidade e fluidez que o discurso humorístico detém, aquelas troças que são caracterizadas pelos adjetivos que utilizamos há pouco (contra-hegemônico, alternativo ou revolucionário), em noutro momento histórico-social (ou formação discursiva) podem até mesmo ser compreendidas de modo completamente oposto.

Romper com instituído é algo em constante movimento. Deste modo, manifestações de humor crítico não são passíveis de aprisionamento e permanência constantes – a não ser enquanto perdurem as desigualdades com as quais se contrapõem. É importante ressaltar que não falamos aqui de posições incrustadas nas instâncias de poder, mas dos ideais e das ideias que permeiam e fazem, seja pela hegemonia, como dizia Gramsci (1976, 1986), ou pela ideologia, naquele sentido descrito por Chauí (1994), com que as sociedades sejam como se apresentam. Destarte, o humor é livre (e assim sempre deve ser) para zombar daqueles que ocupam o lugar do poder, contudo, se estes ocupantes procuram promover mudanças radicais no modo desigual e dominante de se produzir a existência e são, por conta especificamente disto, alvo de zombaria, teremos um humor reacionário, acrílico e/ou cínico.

O humor combativo, de fato, não pode privilegiar alvos em detrimento de outros, mas deve se sintonizar com as ideias de liberdade irrestrita, desde que não se aprisione ou subjugue outrem em nome desta mesma liberdade sem limites. Funcionando tal como no caso daquela piada do anarquista espanhol contada por Justo (informação verbal)<sup>73</sup>, diz o texto humorístico:

Havia um anarquista espanhol que viajava pelos diversos países da Europa, sempre perguntando a mesma coisa nos lugares em que chegava – “hay

<sup>72</sup> “o humor e o riso podem servir como poderosos instrumentos em protestos sociais.” (em nossa tradução).

<sup>73</sup> Piada contada pelo professor José Sterza Justo durante Aula Pública proferida durante a greve estudantil da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis, maio de 2013.

gobierno acá?”, e ao ser replicado – “sí, acá hay gobierno”, disparava de pronto – “entoces, lo bajemos”, até que um dia chegou a um lugar em que a resposta a sua pergunta usual fora “no, acá no hay gobierno”. Inicialmente desconcertado e depois de um pouco pensar, disse o anarquista sem pestanejar: “entoces, creemos un gobierno, para después bajarlo!”.

Em outras palavras, o humor crítico é o lugar da oposição, afirmação que faz lembrar a frase clássica: “não existe humor a favor” do cartunista Ziraldo (PINTO, 1973), a qual pode ser complementada por outra frase de Millôr Fernandes, outro igualmente famoso humorista brasileiro, o qual dizia: “humor a favor não é humor, é propaganda.”. A partir disso, podemos dizer que o humor para ser crítico não necessita necessariamente estar associado à militância em prol das denominadas “causas perdidas” (ŽIŽEK, 2012), embora o fato de estar filiado a elas demonstre sobremaneira sua essência crítica. Contudo, ao ser utilizado para combater ideias contrárias à ordem desigual que temos, ou para estigmatizar ainda mais os que sempre foram e são oprimidos, o discurso humorístico pode ser compreendido como consideravelmente distante de qualquer modalidade crítica do pensamento. Por conta disso, conforme Critchley (2002, p. 11), é possível aferir “[...] the great importance that humour has played in social movements that have set out to criticize the established order, such as radical feminist humour: ‘how many men does it take to tile a bathroom?’, ‘I don’t know’, ‘it depends how thinly you slice them’.”<sup>74</sup>.

A fim de darmos maior materialidade acerca do que discorremos nos parágrafos anteriores, valhamo-nos da historieta intitulada “A Burocracia/I” do escritor e pensador uruguaio Eduardo Galeano [1940-2015], como um ilustrativo exemplo de **humor politicamente incorreto crítico**. Começemos transcrevendo a historieta:

Nos tempos da ditadura militar, em meados de 1973, um preso político uruguaio, Juan José Noueched, sofreu uma sanção de cinco dias: cinco dias sem visita nem recreio, cinco dias sem nada, por violação do regulamento. Do ponto de vista do capitão que aplicou a sanção, o regulamento estabelecia claramente que os presos deviam caminhar em fila e com as mãos nas costas. Noueched tinha sido castigado por estar com apenas uma das mãos nas costas.

Noueched era maneta.

Tinha sido preso em duas etapas. Primeiro tinham prendido seu braço. Depois, ele. O braço caiu em Montevidéu. Noueched vinha escapando, correndo sem parar, quando o policial que o perseguia conseguiu agarrá-lo e gritou: “*Teje preso!*”, e ficou com o braço na mão. O resto Noueched caiu preso um ano e meio depois, em Paysandú.

<sup>74</sup> “[...] a grande importância que o humor tem desempenhado nos movimentos sociais que criticam a ordem estabelecida, como o movimento feminista radical: ‘quantos homens são necessários para azulejar um banheiro?’, ‘eu não sei’, ‘depende de quão fino nos cortamos eles?’ (em nossa tradução).

Na cadeia, Noueched quis recuperar o braço perdido:

- *Faça um requerimento* – disseram a ele.

Ele explicou que não tinha lápis:

- *Faça um requerimento de lápis* – disseram.

Então passou a ter lápis, mas não tinha papel.

- *Faça um requerimento de papel* – disseram a ele.

Quando finalmente teve lápis e papel, formulou seu requerimento de braço.

Tempos depois, responderam. Não. Não era possível: o braço estava em outro expediente. Ele tinha sido processado pela justiça militar. O braço, pela justiça civil (GALEANO, 2013, p. 60).

O tópico central apresentado na historieta (uma crítica à burocracia e à estupidez da ditadura militar uruguaia) poderia ser, conforme determinada ideia de politicamente correto (tal como discutiremos adiante), eclipsado pelo repúdio imediato a qualquer senso de humor contido e utilizado para a construção da breve estória, por, teoricamente, considerar que o tópico deficiente físico (maneta) é o objeto/alvo do escracho. Contudo, o humorismo politicamente incorreto e crítico se faz presente neste exemplo pela capacidade de ali estar retratado uma situação grotesca e que desperta comoção (Noueched tivera seu braço arrancado quando preso, embora Galeano narre de forma muito mais sutil tal acontecimento), porém por se tratar de uma narrativa fundada em um viés absurdo e fantástico (o braço de Noueched e o próprio Noueched são apresentados como partes independentes um do outro) é possível se surpreender com todo o processo de busca em recuperar o membro perdido, mas, principalmente, pelo desfecho que emula a compreensão corriqueira que temos em relação aos processos burocráticos (morosidade e dificuldades excessivas na resolução de toda ou qualquer situação).

O caráter crítico de “A Burocracia/I” se dá principalmente por se escrachar e zombar de um aparato organizado e regido por rígida ordem, que, por tão assim o ser, procede a situações ridículas como a descrita. Todavia, mais do que uma troça pueril, Galeano (o qual fora perseguido e exilado político durante o regime civil-militar uruguaio que perdurou entre os anos de 1973 a 1985) aponta sutilmente o dedo para os militares uruguaio, como se dissesse: “miren cuanto estúpidos son vos!” [*vejam quão estúpidos vocês são!*]. Afinal, como se pode punir alguém que possui apenas **um braço** por não conseguir andar com os **dois** braços nas costas? Apenas tendo os olhos e a razão completamente aturdidos por uma ordem estruturada tão somente em si e para si mesma ou sendo muito ignorante do ponto de vista lógico (reforcemos a obviedade de que no caso seria impossível a colocação de ambos os braços nas costas, vez que o sujeito possui somente um deles).

O humor politicamente correto na acepção crítica, portanto, entraria naquela categoria proposta por Hart (2008) de “arma dos fracos”. Enquanto, correlacionando à ideia

de “Estado de exceção” formulada de modo genealógico por Agamben (2004) – o estado de exceção é o estado de permanente opressão e manutenção das desigualdades, constituindo-se como regra, tal como apontara Walter Benjamin (1987) – com a ideia invertida de que o **humor politicamente incorreto acrítico** é que se encontra oprimido na atualidade, ao invés de ser compreendido como arma importante e imponente para o discurso do opressor. A mesma perspectiva é delineada de forma semelhante por Billig (2005, p. 203), pois, segundo o autor: “those who make racist or sexist jokes often claim to be rebelling against the demands of ‘political correctness’, placing themselves on the naughty, contestive, powerless side.”<sup>75</sup>. Tática que se vale da máxima de que o poder está sempre do lado oposto, assim são as minorias que exerceriam algum tipo de censura discursiva e promoveriam uma ditadura do pensamento, não os humoristas politicamente incorretos acríticos que reforçam os discursos da ordem hegemônica e dominante, “thus even the powerful can justify their humour on the grounds that it is challenging, not exercising, power.”<sup>76</sup> (BILLIG, 2005, p. 204), tal qual discutiremos mais aprofundada e detidamente na seção posterior em que tratamos do **humor politicamente incorreto acrítico**.

Por conta do movimento constante entre as características dialéticas possíveis ao humor (particular/universal, agregador/desagregador, crítico/acrítico), mesmo um humor fundado na crítica ao dominante pode ter efeitos contrários e, ao invés de provocar erosões neste, fortalece-o. Para tal situação, Žižek (2003a, p. 94) parodia a ideia do *Homo Sacer* de Agamben (2002), dizendo que como consequência da predominância do “[...] modo liberal dominante de subjetividade” há o surgimento do *Homo otarius*, o qual “[...] ao tentar manipular e explorar os outros, acaba sendo ele o verdadeiro explorado. [Assim] quando imaginamos estar zombando da ideologia dominante, estamos apenas aumentando seu controle sobre nós.”. O capital, se utilizando das mãos e braços da indústria do entretenimento, é extremamente hábil em neutralizar o humor crítico, tornando-o discurso do *Homo otarius* de Žižek ao englobar a crítica, exibindo-a, sobretudo, em seus meios de comunicação de massa. Este tipo de ação, por vezes, nem necessita aplicar mecanismos de censura ou limites sufocantes à crítica ácida, o simples fato de torná-la mais uma mercadoria fetichizada já tem o poder de despotencializar o conteúdo apresentado, ou procede à criação de um nicho mercadológico de produtos culturais críticos a ordem vigente.

<sup>75</sup> “Aqueles que fazem piadas racistas ou sexistas normalmente afirmam estar se rebelando contra as demandas do ‘politicamente correto’, se colocando ao lado dos frágeis, contestadores e desvalidos.” (em nossa tradução).

<sup>76</sup> “Destarte, até mesmo, a questão do poder pode servir de justificativa para o humor deles nos termos de que estão desafiando, não exercendo, o poder.” (em nossa tradução).

Passemos a comentar mais um caso que julgamos ilustrativo do conflito entre **humor politicamente incorreto crítico** e instâncias de poder dominantes. Apenas destaquemos previamente a aproximação que há entre as categorias de humor que formalizamos, uma vez que o mecanismo humorístico empregado nesta situação exemplar é comumente utilizado no **humor pastelão**: a paródia.

O fato que comentaremos ocorreu em meados de setembro de 2010, na época da eleição presidencial brasileira, quando os irmãos Lino e Mario Bocchini criaram um *blog* para criticar, através da paródia e da sátira, o jornal Folha de S. Paulo e sua dita cobertura imparcial daquele pleito. Ao sítio virtual paródico, os Bocchini batizaram por **Falha de S. Paulo**. Em menos de um mês no ar, Lino e Mario foram notificados judicialmente pelo periódico alvo, sendo obrigados a retirar imediatamente o conteúdo do sítio da web, sob a pena de multa diária equivalente a R\$ 10.000 (valor considerado exorbitante pelo juiz do caso, o qual estipulou que o valor seria reduzido à quantia de R\$ 1.000 em caso de violação da proibição). Além disso, à época em que concluímos esse trabalho, os irmãos ainda respondem a outro processo movido pelo grupo Folha, que alega uso indevido de sua marca e exige da dupla uma indenização em dinheiro.

Podemos dizer que, esta atitude do grupo Folha corrobora com o que pontuamos inicialmente acerca da potência de certo humor politicamente incorreto, pois, se o sítio criado pelos irmãos Bocchini não se valesse de um humor crítico e reflexivo (em nossa perspectiva ampla, todo humor ancorado na crítica da ordem vigente e dos poderosos é motor para ocasionar reflexões), muito provavelmente não teria recebido atenção alguma por parte do jornal. Em outros termos, se o *blog* Falha de S. Paulo visasse tão somente gracejar de forma pueril e *light* com o jornal alvo, focalizando suas zombarias em questões menores, como por exemplo, gracejar com os nomes dos cadernos que compõe o periódico, reforçamos: o jornal Folha de S. Paulo, muito provavelmente, não daria atenção alguma ao pequeno sítio virtual.

Contudo, o escárnio propagado pelo *blog* teve uma ressonância quase que imediata, uma vez que questionava algo caro aos veículos jornalísticos de comunicação: a tão propalada (e diríamos até mesmo ilusória) completa isenção e neutralidade jornalísticas. Mais do que isto, pela via do humor ácido e crítico, a Falha promoveu certo desmonte no discurso proferido e tão defendido pela própria Folha de S. Paulo, de que esta sempre tivera uma linha editorial pautada, principalmente, pela imparcialidade. Gostaríamos neste ponto de esclarecer que, a nosso ver, não há problemas em uma publicação impressa, como um jornal de circulação diária, adotar determinadas posturas políticas, desde que o faça de forma clara e direta ao seu público leitor, até porque, em diversos países ao redor do mundo, há mídias que

explicitam abertamente suas posições frente às mais variadas questões. Além disso, vale pontuarmos que julgamos pouco crível a existência de uma total imparcialidade em uma cobertura jornalística, ainda mais neste caso, em que o objeto da mesma fora uma eleição presidencial. Por mais que os envolvidos (repórteres, editores, âncoras dos telejornais) busquem completo distanciamento ou certa isonomia ao tratar dos candidatos, sempre há o fator humano envolvido, o qual, embainhado nas ideologias e forjado pelos fatores sócio-históricos, se traduz nas mais mínimas trivialidades – o enquadramento escolhido para a foto do político, as palavras utilizadas para descrever um ato de campanha, dentre outras.

Retornando ao caso “Folha X Falha”, diríamos que os criadores do *blog*, através de suas charges e apontamentos mordazes com relação às manchetes e às capas do jornal, desnudavam posições e intenções do periódico em cobrir favoravelmente um candidato, preterindo os outros postulantes. Assim, se o jornal quisesse estabelecer algum diálogo com as críticas ou com o deboche veiculado pelo *blog*, aquele (jornal) poderia questioná-lo e contra-argumentar a fim de demonstrar que sua cobertura ao pleito presidencial não estava sendo parcial e não havia privilégio a candidatura alguma. Contudo, de forma pouco honesta, o grupo dono do periódico preferiu tão somente focalizar que o *blog* utilizara um logo similar ao da Folha, acusando-o de que tal iniciativa visava o fim de tirar algum proveito financeiro. Em outros termos, o principal argumento do periódico é o de que a **Falha** estava utilizando indevidamente a marca da **Folha**, podendo com isto, inclusive, confundir os seus leitores e leitoras que, por ventura, acessassem por engano o endereço eletrônico da **Falha**.

Quanto a esta última afirmação, Julian Assange, criador do Wikileaks, em entrevista concedida no final do ano de 2010, comentou cirurgicamente que: “[...] o *blog* não pretende ser o jornal e acho que deve ser liberado. A censura é um problema especial quando ocorre de forma camuflada. Sempre que haja censura, ela deve ser denunciada”. O *blog* evidentemente se valia da relação explícita e direta existente entre texto-paródia e texto-base-parodiado<sup>77</sup>, mas a ofensiva por parte do jornal, – o qual em outras oportunidades, como em contenda judicial ocorrida entre José Simão (colunista da Folha) e a atriz Juliana Paes em que a advogada da Folha defendeu o direito do periódico zombar, parodiar ou satirizar outrem através de seus colunistas e quadrinistas –, se associa àquele cinismo contemporâneo que discutiremos adiante – o qual Žižek (1996a, p. 316) sintetiza com a frase parodiada de Marx,

<sup>77</sup> Uma definição clássica de *paródia* é a de que esta se trata de um texto (entendendo texto aqui como qualquer manifestação discursiva, seja ela verbal ou não verbal) que repete outro texto-base. Contudo, o faz promovendo algumas diferenças, as quais caracterizarão este “novo” texto como depreciativo ou como uma homenagem àquele que está sendo parodiado (HUTCHEON, 1989). Para poder proceder a este intento, o principal mecanismo em que a paródia se apoia é a inversão irônica de características daquilo que está sendo parodiado.

que será desdobrada com mais profundidade no momento em que discorreremos sobre o **humor cínico**: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo”. Provavelmente, mesmo com a ciência de que o *blog* não apenas não tencionava ser o jornal, como seguramente teria pouca expressividade para tirar qualquer vantagem econômica da propalada confusão que se provocaria pela tipografia e endereços eletrônicos similares, o periódico, ainda assim, fundamentou sua acusação neste cínico alicerce de uso indevido da marca.

Como já colocado, a **Falha** de S. Paulo foi criada com o intento de escarnecer a cobertura, no entender dos criadores do *blog*, pretensamente parcial da **Folha** de S. Paulo nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. Para tal, se valeu de foto montagens envolvendo os colunistas e os donos do jornal, um simulador de manchetes, dentre outros recursos. Ao retomarmos a definição de paródia de Hutcheon, (1989), é compreensível que o *blog* se valesse de deformações irônicas referentes ao conteúdo estético e de estilo da **Folha** de S. Paulo, se não fosse assim, não haveria sequer uma paródia, apenas cópia – o que aí sim poderia se caracterizar como um uso indevido de marca.

Inclusive, como denunciado pelos criadores da **Falha** em outro *blog*, montado para dar visibilidade ao caso<sup>78</sup>, a emissora de televisão MTV utilizou o mesmo logo paródia presente na **Falha** de S. Paulo em um dos seus programas humorísticos em 2011, entretanto, a emissora não recebeu o mesmo tratamento jurídico dado ao *blog*. Embora, valha comentar que o canal televisivo tenha realizado uma paródia tão somente com o logotipo do jornal, sem criticá-lo, o que pode se configurar com uma paródia inofensiva e de tipo homenagem, como descrevemos em nota de rodapé. Todavia, mesmo no caso do *blog Falha* de S. Paulo, que se trata de uma paródia depreciativa e crítica, isto não lhe imputa a premissa de ser prontamente proibida pela via judicial, ainda mais quando tal proibição se respalda em um argumento cínico (o jornal não soube lidar com uma crítica certa e debochada acerca de sua linha editorial, ao invés de assumir tal postura, alegou uma razão de outra ordem para silenciar aqueles que formularam a crítica).

Talvez, por conta disto tudo, a questão principal neste imbróglio todo é com relação à liberdade de expressão, a qual se tentou engessar por vias jurídicas – até porque o intento de solicitar indenização e sanções de grande valor financeiro a duas pessoas físicas desconhecidas possa muito bem ser visto como uma tentativa, ainda que velada, de se praticar a censura. Afinal, um conglomerado como o grupo Folha, sem dúvida, detém muito mais

---

<sup>78</sup> Desculpe a nossa Falha. Disponível em: <<http://desculpeanossafalha.com.br/>> acesso em 25 fev. 2013

recursos monetários para encapar uma extensa batalha judicial do que os irmãos Bocchini. Colocando em outras palavras, a **Folha**, de alguma forma, tentaria calar a zombaria do *blog Falha* de S. Paulo pela “quebra” financeira de seus criadores – vide, como colocado anteriormente, o alto valor das multas e de indenização exigidas no processo movido pelo jornal.

Algumas considerações finais relativas ao caso. Defendemos o movimento dialético de questionamento e interpelação ao humor que é julgado como ofensivo, porém no caso em tela, a força econômica e a voz disponível para falar ao público dos envolvidos na disputa (de um lado um dos maiores jornais impressos do Brasil e do outro lado duas pessoas físicas) são completamente desproporcionais. Além do mais, como discutido, a própria Folha de S. Paulo não alegou que sua credibilidade jornalística estava sendo atacada pelo humorismo contido no sítio-paródia, ao contrário disso, o processo judicial perpetrado visa tão somente defender um pretense dolo comercial que a empresa sofrera (ou poderia vir a sofrer). Situação bem diferente da enfrentada pelo **humor politicamente incorreto acrítico** discutido na seção subsequente.

Outro mecanismo de funcionamento muito profícuo para a construção do **humor politicamente incorreto crítico** é aquele denominado por Weaver (2011b) como “humour of reverse discourse” (*humor do discurso reverso*). No trabalho citado, o autor explica esse tipo de discurso humorístico através de ambiguidades e tensões entre os discursos racistas e antirracistas, iniciando com a afirmação da possibilidade de que o “humor do discurso reverso” esteja ligado a ideias tradicionais do discurso humorístico enquanto um discurso de resistência ou de caráter contra-hegemônico. Subsequentemente, Weaver (2011b, p. 119) fornece a definição para “humor reverse”, escreve o autor: “reverse humour is principally a discourse or an element of a discourse whose etymology can be traced, often in a quiet evident manner, to an earlier discourse that uses identical signs but which employs these signs for a reverse semantic effect.”<sup>79</sup>.

Essa prática discursiva destaca os aspectos polissêmicos e de possibilitar mudanças da linguagem, desse modo quaisquer afirmações podem ter sentidos diversos, em outros termos, a mesma sentença pode produzir efeitos semânticos e de interpretação diferentes, como por exemplo, a partir de modo que o discurso materializa as ideologias com as quais está vinculado. Uma das bases da Análise do Discurso francesa é exatamente a crítica dos

---

<sup>79</sup> “o humor reverso é principalmente um discurso ou um elemento do discurso cuja etimologia pode ser traçada, costumeiramente e de maneira simples, a um discurso anterior que utiliza signos idênticos, porém os empregando com propósitos de promover efeito semântico reverso.” (em nossa tradução).

pontos de vista que afirmam serem os sentidos inevitavelmente sempre os mesmos ao longo do tempo, independentemente das condições sócio-históricas (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 1996), o que para esse referencial teórico é um pensamento ilusório formatado pela ideologia.

Além disso, como Foucault (1990, p. 100) reflete, ainda que discutindo acerca dos discursos sobre a sexualidade: “[...] we must conceive discourse as a series of discontinuous segments whose tactical function is neither uniform nor stable”<sup>80</sup>. Isto quer dizer que os efeitos dos discursos e as estratégias discursivas não são tão sólidos, ao contrário são dependentes de várias dimensões e na perspectiva desse autor: “we must make allowance for the complex and unstable process whereby discourse can be both an instrumental and an effect of power, but also a hindrance, a stumbling-block, a point of resistance and a starting point for an opposing strategy [to power].”<sup>81</sup> (FOUCAULT, 1990, p. 101). Assim, qualquer discurso é uma construção ambígua que pode expressar sentidos e posições políticas opostas.

Contudo, essa ausência de solidez nos discursos não deve nos levar a um relativismo total, como naquele tipo de raciocínio de que é impossível afirmar qualquer coisa, uma vez que tudo é relativo. Seguindo a perspectiva adotada ao longo de nosso texto, é crível a ideia de que tudo é construído a partir dos contextos sócio-históricos, os quais são influenciados pela cultura e pelas ideologias e produzidos e produtores pelos e dos seres humanos, o que significa dizer que é possível pronunciar afirmações que serão sólidas em determinados contextos, em outras palavras, os sentidos não serão sempre completamente os mesmos. Assim, o que devemos colocar em perspectiva mais uma vez, não é o fato de se afirmar categoricamente algo, mas o acreditar que aquilo proferido pelos e nos discursos é real e verdadeiro independentemente dos aspectos sociais, os quais incluem as relações de poder, a ideologia, dentre outros.

Retomemos a discussão específica envolvendo o “humor do discurso reverso”. Através dessa estratégia é possível se apropriar de ações, símbolos, palavras ou expressões usados para dominar e reificar as desigualdades ao escrachar os oprimidos, invertendo os sentidos aí empregados. Weaver (2011a, 2011b) exemplifica esse processo de reversão em piadas antirracistas, desdobrando e explicando as principais categorias de racismo (racismo corporificado e racismo cultural) para demonstrar na sequência algumas inversões/reversões pela via do humor. Um preciso exemplo dado por Weaver (2011b) que demonstra muito bem

<sup>80</sup> “[...] nós devemos conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos cuja função tática não é uniforme ou estável.” (em nossa tradução).

<sup>81</sup> “temos de levar em conta a complexidade e a instabilidade dos processos pelos quais os discursos podem concomitantemente ser instrumentos e efeitos do poder, contudo igualmente um obstáculo, uma pedra no caminho, um ponto de resistência e ponto de partida para uma estratégia de oposição [ao poder].” (em nossa tradução).

a ocorrência do humor reverso é aquele em que comediantes negros robotizam e transformam em máquinas o ato sexual de pessoas brancas, por essas supostamente fazerem sexo de modo silencioso, enquanto pessoas negras fariam muitos ruídos durante o ato sexual, tal qual muitas das piadas racistas afirmariam seguindo um pensamento clichê. Deste modo, algo imputado negativamente (a promiscuidade sexual conectada com uma ausência de civilidade e bestialidade) é revertido para um aspecto positivo (“*nós somos humanos, não máquinas, então fazemos sexo intensamente e isto é prazeroso*”). Embora, esse autor enfatize que algumas vezes o sentido reverso não é percebido facilmente, uma vez que há uma proximidade muito grande entre o sentido novo e antirracista com o sentido antigo e racista. Nas próprias palavras de Weaver (2011b, p. 136): “the general criterion for judging reversal in humour examines the perceived influence on anti-racist discourse in relation to intentionality, and the connotations read in relation to racism.”<sup>82</sup>.

Outro caustico exemplo da estratégia “humor do discurso reverso” em ação e completamente conectado àquilo que aqui denominamos por **humor politicamente incorreto crítico** são alguns dos textos cômicos de Amer Rahman, comediante *stand-up* australiano de origem saudita. Para demonstrarmos o porquê de associarmos Rahman aos processos citados, nos debruçamos sobre duas de suas performances disponíveis para serem assistidas online<sup>83</sup>: “Reverse racism” [*racismo reverso*] e “#BanTheBurka” [*#BanirBurca*].

Em síntese, na primeira delas o comediante coloca em questão o rótulo de “racista ao reverso”, quando o alvo do escraço passa a serem os brancos, ao invés do que costumeiramente ocorre em que os negros são objeto de zombaria. Rahman discorda que não exista “racismo reverso”, inclusive ele assim poderia ser rotulado, porém, para tal, ele primeiro precisaria de uma máquina do tempo para regressar ao período anterior ao da colonização do mundo pelos europeus. No passado, diferentemente dos fatos como aconteceram, convenceria os líderes asiáticos, africanos e dos povos originários desse lugar que, posteriormente a colonização europeia, seria chamado de continente americano, a se unirem para invadir o território europeu. Pilhando os recursos e riquezas existentes, sequestrando a população europeia para que trabalhassem como escravos na agricultura dos países colonizadores, promovendo guerras a fim de manter a Europa destruída, dividida e miserável, impondo padrões estéticos de beleza que fariam os brancos europeus se sentirem envergonhados dos seus cabelos, narizes e cor de pele, obrigando-os a imigrarem para os

<sup>82</sup> “o critério geral para julgar a reversividade no humor examina a influência percebida no discurso antirracista em relação às intencionalidades e conotações lidas em relação ao racismo.” (em nossa tradução).

<sup>83</sup> “**Reverse Racism**”, disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=dw\\_mRaIHb-M](https://www.youtube.com/watch?v=dw_mRaIHb-M)> e “**#BanTheBurka**”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=meF97E3U2fQ>>. Acessos em 29 de jan. 2015.

países onde não brancos viveriam, porém garantindo uma série de privilégios políticos e econômicos implícitos que mantivesse a população branca subjugada e pobre. E, depois de passados centenas de anos disso, se um *stand-up comedian* subisse ao palco e fizesse piadas sobre brancos serem incapazes de fazerem isso ou aquilo, aí sim ele poderia ser chamado de “racista ao reverso”.

Em “#BanTheBurka”, Rahman comenta a principal proposta de Danny Nalliah (líder do partido da extrema direita nacionalista e evangélica, o “Rise Up Australia”, durante as eleições australianas de 2014), a qual consistia no banimento do uso da burca na Austrália. O comediante explica que a justificativa do líder fora que quando nos deparamos com alguém trajando burca, não é possível ter absoluta certeza de que sejam mulheres mulçumanas. Poderia ser um molestador de crianças, o qual, por conta do “disfarce” da burca, teria como entrar nos banheiros públicos e praticar o abuso infantil. Concordando ironicamente, Rahman diz que o político tem razão, pois não é possível saber se alguém trajando uma burca seja um molestador disfarçado de mulher mulçumana. Contudo, o comediante relembra que Danny Nalliah é padre e assim questiona fulminantemente: “Como eu posso saber que ele não é um molestador de crianças secreto?”. E para finalizar a performance, solicita que o público tem de concordar que há muito mais casos na história de padres molestando crianças do que de pessoas se disfarçando com burcas para proceder com o mesmo intento.

Em ambas as apresentações e textos, Amer Rahman explora temas sérios com uma abordagem humorística, sobretudo pelo uso constante da ironia, para fazer emergir o pensamento crítico, até porque, os alvos que expõe ao ridículo são pilares da ordem, como o raciocínio invertido de que a luta por igualdade de direitos implicaria na propagação de preconceitos reversos ou o ataque e estigmatização de costumes de parte minoritária de uma população local pela via cínica de uma suposta defesa do bem comum. A razão pela qual denominamos por politicamente incorreto o humor aí presente está atrelada com o fato do humor de Rahman se chocar frontalmente com aquela aceção de que não questionar a ordem e/ou silenciar frente às opressões também é uma faceta de certo discurso e pensamento politicamente correto. Consequentemente, o caráter crítico decorre de o humorista decompor e inverter a lógica de discursos reacionários e conservadores a fim de que a partir das reflexões acerca destes possam emergir ideias que, de algum modo, revolucionem o pensamento e possam fortalecer e dar substrato a discursos contra-hegemônicos, alternativos e, por que não, revolucionários.

Ainda que se possa afirmar que o segundo caso reforce em alguma instância a visão estereotipada de que padres necessariamente molestem crianças, em “#BanTheBurka” a mira

está apontada diretamente para o líder ultraconservador australiano e o clichê é utilizado para escancarar o quão absurda era a visão contida na proposta apresentada pelo padre-político. Afinal, se essa plataforma de governança fosse posta em prática e levada às últimas consequências da lógica em que está estruturada, não apenas as burcas deveriam ser banidas do território australiano, mas pessoas como Danny Nalliah igualmente deveriam. Enquanto no caso do racismo invertido, Rahman, ao retomar o histórico de opressão impingida pelos europeus aos negros, latino-americanos e asiáticos, demonstra que aquilo (racismo invertido), dadas as condições sócio-históricas atuais, seria crível se a história também tivesse transcorrido de forma invertida.

#### **4.6 Humor politicamente incorreto acrítico**

Como discutimos anteriormente, a partir de um ponto de vista dialético, um discurso politicamente incorreto existe em contraposição a um discurso politicamente correto. Como este indica alguns limites à existência, aquele se fundará na transgressão ou quebra das limitações erigidas e impostas. De um modo geral, como vimos há pouco, o humorismo que for caracterizado como politicamente incorreto, assim o será, fundamentalmente, por transgredir os limites estabelecidos, sejam estes quais forem. Entretanto, se esta ação, por assim dizer, transgressora não for acompanhada de quaisquer reflexões ou não tiver a crítica e a autocrítica como aliadas, tal humor se aproximará daquilo que aqui categorizaremos por **humor politicamente incorreto acrítico**.

A violação dos limites aqui enunciada se refere aos assuntos, temáticas e tópicos tratados como ofensivos (por vezes, rotulados como tabus) por segmentos sociais e, conseqüentemente, dizem respeito ao corpo social como um todo, de modo que exigem certo cuidado ao serem tratados. Lembrando, inclusive, que o caráter ofensivo das coisas é transitório e construído pelos distintos contextos vivenciados.

Se a nossa percepção quanto a reafirmação dos preconceitos e das violências sociais é ludibriada pelo cinismo contemporâneo presente no **humor cínico** (como desdobraremos a seguir), no **humor politicamente incorreto acrítico** estas ações de ratificação se dão por uma via de agressividade muito mais intensa e explícita, a qual, muito mais cínica, se respalda especialmente na argumentação de que: (1) “piadas são só piadas”; e de que (2) a liberdade de expressão é alguma coisa de caráter ilimitado. Para prosseguirmos, analisemos estas duas principais assertivas utilizadas para a legitimação do que estamos classificando como **humor politicamente incorreto acrítico**.

Segundo Freud ([1905]1995), as frases de espírito – como o termo “chiste”, consagrado pelas primeiras traduções brasileiras da obra freudiana, é traduzido e compreendido por Mezan (2003), o qual as diferencia das anedotas, principalmente, por estas necessitarem do gestual e do visual para ocasionarem o riso, enquanto as frases de espírito se inserem especificamente no domínio da linguagem verbal – representam fendas abertas momentaneamente na repressão, as quais dão vazão para que impulsos e desejos inconscientes sejam percebidos pelo consciente, e são divididas em dois tipos: inofensivos e tendenciosos, “[...] caracterizando-se os segundos por ocultarem um impulso obsceno, sádico ou cínico, enquanto os primeiros se limitariam ao jogo técnico com as palavras.” (MEZAN, 2003, p. 116-117). Embora Mezan (2003) também atribua ao tipo “inofensivo” a capacidade de burlar com aquilo que está sob a égide do interdito, assim sendo, a frase de espírito inofensiva detém igualmente a condição de por vezes vincular críticas, ainda que estas sejam menos facilmente perceptíveis.

Como exemplo de uma frase de espírito inofensiva, temos uma piada contada por Heinrich Heine e recuperada por Freud ([1905]1995), na qual um sujeito pobre afirma que um sujeito rico o tratou de forma “familiarmente”. Nesta simples composição envolvendo os termos “familiar” e “milionário”, o sujeito pobre traduz o comportamento duplo do sujeito rico, o qual pretensamente lhe tratou como um igual, ao mesmo tempo em que procurava demarcar implicitamente a distância socioeconômica existente entre ambos. Tal comentário do sujeito pobre, aparentemente inofensivo, ri e expõe sutilmente a falsidade do personagem abastado.

Outra manifestação comum das frases de espírito inofensivas são os personagens ou as representações cômicas que parodiam personalidades públicas altamente conhecidas (como um político ou um artista de renome) ou marcas de empresas, e para tal intento têm seus nomes formados pela troca de uma ou duas letras do nome do parodiado (em alguns casos, a nova palavra possui som similar ao da palavra original), formando outra palavra a qual fará referência a algum atributo ou defeito, seja físico ou de caráter destas (empresas) ou daqueles (personalidades). No programa humorístico televisivo “Casseta & Planeta, Urgente!”<sup>84</sup>, ao longo dos anos 1990, por exemplo, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso era tratado por *Viajando* Henrique Cardoso, o que denotava certo apreço do político pelas viagens, sobretudo internacionais, e conseqüentemente negligência com os afazeres de governo voltados para os problemas nacionais (aqui temos uma referência a um suposto

---

<sup>84</sup> Programa veiculado entre os anos de 1992 e 2010 na televisão brasileira. O formato era basicamente o de esquetes apresentados, tal como se tratasse de uma revista eletrônica de variedades.

defeito de caráter). Enquanto em outro programa televisivo veiculado atualmente, o “Pânico na Band”<sup>85</sup>, há um personagem chamado *Tucano Huck*, o qual parodia o apresentador de televisão Luciano Huck (a referência aqui se trata ao fato do apresentador ter o nariz grande, tal qual o bico de um tucano, e para promover esta associação de ideias o nome próprio Luciano é trocado por um substantivo que possui som similar, no caso Tucano).

Quanto à frase de espírito tendenciosa, podemos citar mais um exemplo dado por Freud ([1905]1995, p. 73): “uma esposa é como um guarda-chuva; mais cedo ou mais tarde toma-se um táxi”. Nesta frase, segundo o autor, estão explicitadas ideias de que o casamento se trata de um arranjo para satisfazer sexualmente o homem (protegê-lo da “chuva” de tentações existentes em cada vestido – como se pode notar, a relação da mulher como um objeto e a ideia invertida de que a mulher existe única e exclusivamente para seduzir o homem, o que justificaria a compreensão de que aquela está sempre disponível em termos sexuais, não são privilégios de nosso tempo atual). Entretanto, ainda assim, se conforme o passar do tempo se fizer necessário ao marido, este pode pagar uma prostituta para se realizar sexualmente (a metáfora de se tomar um táxi que é um meio de transporte pago). Outro caso correlato é o das piadas que relacionam os negros com macacos, nas quais o riso (maiormente realizado por parte de, evidentemente, não negros) mascara os impulsos de superioridade perpetrados pelo racismo e por uma visão ancorada na ideia de que há etnias inferiores e, portanto, próximas de animais irracionais e não humanos.

A frase de espírito tendenciosa, deste modo, afirma, ainda que metaforicamente, posturas e visões de mundo, que, em tese, não poderiam ser enunciadas abertamente por conta das repressões ocasionadas pelas relações sociais. Em outros termos, pontuando de uma forma generalizada, as frases de espírito/piadas (sejam inofensivas ou tendenciosas) não são neutras, desprovidas de sentidos outros ou originárias de lugar nenhum. Ao contrário disso, pela perspectiva freudiana que aqui referenciamos brevemente, nestas frases estão embutidos desejos e impulsos formados inconscientemente, os quais, ao emergirem ao consciente, trazem consigo ideias que correntemente são e estão interditas e/ou proibidas de serem enunciadas, explicitando-as.

Possenti (2005) aponta que as piadas, bem como os seus modos possíveis e distintos de ocorrerem, por estarem vinculadas diretamente a um solo fertilizado pelas condições sócio-históricas em que estão sendo produzidas, as quais refletem os conflitos, os preconceitos

---

<sup>85</sup> Programa iniciado no rádio que posteriormente migrou para o formato televisivo, no qual são apresentadas esquetes paródicas de outros programas televisivos, bem como, quadros em que a humilhação dos participantes e o apelo sexual das assistentes de palco são a tônica.

existentes, os valores aceitos e rejeitados à época, os estereótipos, as representações e processos de subjetivação vigentes, etc. Além disso, este autor afirma que as piadas trabalham com um “[...] discurso proibido, subterrâneo, não oficial [...]” (POSSENTI, 2005, p. 25) acerca dos temas mais diversos, sendo que, maiormente, se valem de temáticas consideradas tabus ou de olhares fundados em convencionalidades outras.

Conforme podemos ver em um exemplo dado por esse mesmo autor, porém em outro trabalho (POSSENTI, 2010), que, conquanto o discurso corrente seja de que as pessoas casem por amor, as piadas dirão que as pessoas se casam por dinheiro ou por outros interesses nada relacionados com o amor pela parceira ou parceiro. Assim sendo, se por um lado o discurso das piadas romperá com um discurso convencional e tradicional (matrimônio = amor), por outro estará apenas reafirmando uma nãoconvencionalidade (matrimônio = interesse financeiro) que, de tão utilizada e gasta, torna-se também de certa forma convencional e tradicional – vale assinalar que não compreendemos que isto seja algo problemático, apenas pontuamos que não se pode deixar de perceber esta constituição de uma espécie de discurso humorístico “não oficial oficializado”, por assim dizer.

O escritor Antonio Prata, em depoimento dado ao documentário “O Riso dos Outros” de Pedro Arantes (2012), resumiu bem uma visão recorrente que questiona a afirmação singela “isso é só uma piada”. Disse Prata: “o humor é sempre um conteúdo disfarçado, então ele pode dizer que foi só uma brincadeira [...] as piadas não têm um fundo de verdade, elas são a verdade com nariz de palhaço.”. Em outras palavras, o discurso veiculado pelas piadas não é apolítico, desprovido de ideologias e/ou intenções, ao contrário disso, como afirma a cartunista Laerte no mesmo documentário: “[falando de modo a parecer outra pessoa] você não tá querendo levar a sério isso que eu falei, né? [respondendo peremptoriamente a si mesmo com o seu próprio tom de voz] Mas, isso é a sério! Quer dizer, é aquilo que eu tava falando, o discurso humorístico é também um discurso ideológico, ele diz coisas. Por mais que a intenção seja divertir as pessoas enquanto comem a batata frita”. Ambas as declarações se relacionam de algum modo com ideias freudianas quanto às “frases de espírito”, conforme Mezan (2003, p. 114) observa-as, as quais são “[...] um modo socialmente aceitável de criticar ou ofender a outrem, e a razão desta tolerância reside justamente no modo disfarçado com que a injúria é lançada.”.

Assim sendo, as piadas não podem ser consideradas como instrumentos de linguagem meramente lúdicos ou tão somente a serviço da indústria do entretenimento. As piadas, majoritariamente, representam exatamente o que querem dizer, seja para criticar os costumes sociais (exemplos: os casamentos ocorrem por interesses econômicos, não pelo

amor entre o casal; promover manifestações contra as injustiças é considerado ato de baderna, promovido por pessoas desocupadas e maconheiras; dentre outros), ou para ofender e/ou promover determinados grupos sociais (exemplos: pobre é ignorante; os homossexuais são promíscuos; estrangeiros de países ricos são pessoas melhores; pessoas estudadas são mais evoluídas). Embora, ainda assim, aqueles que as profiram podem, pelo fato de haver certa tolerância ao conteúdo de cunho humorístico, o que torna opaca as intenções sub-reptícias contidas neste tipo de discurso, se respaldar de que não tencionavam dizer o que efetivamente disseram em suas piadas – ainda que de modo difuso tenham realmente dito aquilo.

Por mais que o debate seja praticamente interminável acerca do grau de influência que as piadas podem ter em termos sociológicos ou educativos, ainda que estas, segundo Possenti (2010), não tenham tais nortes como guia, é pouco crível que não produzam, defendam e/ou se coadunem com determinadas visões específicas e ideológicas de mundo, como Possenti (1995) apontou em outro de seus tantos trabalhos em que toma as piadas como objeto e *corpus* de estudo e reflexão. O humorista se respaldar na assertiva de que uma piada nada representa além de si mesma é alguma coisa pouco sustentável ou criteriosa, pois o conteúdo destas (piadas), ainda que dentro de um universo de regras e intenções próprias a um discurso humorístico global, estará sim vinculado ao real e ao social (POSSENTI, 2010) e, portanto, carregaram sim certo peso em seus bojos, não sendo manifestações discursivas insignificantes ou desprovidas de qualquer importância e/ou responsabilidade para com o coletivo.

Além disso, o argumento “isto é só uma piada”, como diz Lockyer (2010, p. 134), “[...] can be used as a rhetorical strategy to curtain serious critical debate about the political implications of, and ethical limits to comedy.”<sup>86</sup>, o que implica em que: “this rhetorical strategy becomes particularly significant politically if it is used as a defence for the repeated and routine mocking of specific class groups.”<sup>87</sup>. Seguindo a compreensão de Lockyer quanto à afirmação de que zombarias (classificadas por seus propagadores como sendo politicamente incorretas ou não) não passariam de meras piadas, o que se trata de um recurso retórico em prol de amparar a reafirmação dos preconceitos instalados há tempos no corpo social, podemos refletir, conjuntamente com a autora, que este tipo de estratégia engessa qualquer tipo de discussão ou questionamento acerca do que está sendo asseverado comicamente.

---

<sup>86</sup> “[...] pode ser usado como uma estratégia retórica para obnubilar o debate sério e crítico acerca das implicações políticas e os limites éticos da comédia.” (em nossa tradução).

<sup>87</sup> “Esta estratégia retórica se torne particularmente significativa do ponto de vista político se for usada como instrumento de defesa para a zombaria diuturna e reiterada de determinados grupos sociais.” (em nossa tradução).

Como se a frase “foi só uma piada” purificasse o conteúdo e a intenção expressa ao posicionar que o que é vinculado através do discurso humorístico não pode e nem deve ser levado em consideração seriamente. Porém, como descreve a autora citada, isto ignora e auxilia na obnubilação dos limites éticos e nas implicações sociais e políticas que até mesmo o discurso humorístico detém e deve observar.

Segundo Weaver (2011b), a supracitada assertiva se engendra na ideia de que manifestações humorísticas são inofensivas e, por conseguinte, não podem causar quaisquer danos e ninguém deveria sequer se ofender diante de um enunciado humorístico, o que o autor caracteriza como uma “*exculpatory approach*” (*tática defensiva*). Nos moldes de se despotencializar o que está sendo expresso ao se afirmar que aquilo se trata tão somente de gracejo, zombaria, troça despreziosa, destarte não pode (e nem deve) ser levado a sério e, indo além, como já fora discutido, cinicamente se indica que a piada é só a piada, como se não houvesse nem um substrato ou discurso sub-reptício a mesma.

Por isso, como Weaver (2011a, p. 414) enfatiza em outro de seus trabalhos: “[...] humour is not always benign, nor does it always work for the social good, and, although claims of offensiveness differ, humour can, in particular readings, serve ideological functions for serious discourse.”<sup>88</sup> Desse modo, o questionamento apontado ao modo que humorismo politicamente incorreto acrítico funciona e quais consequências produz é pertinente, vez que o argumento fartamente utilizado de que esse tipo de humor é ao mesmo tempo ofensivo a tudo, mas inofensivo do ponto de vista social, é falacioso. Afinal, o **humor politicamente incorreto acrítico** trata de questões sérias e verdadeiras, ainda que se valha de mecanismos humorísticos, o que não impede de servir ideologicamente a discursos realmente sérios.

Finalmente, Billig (2005, p. 165) sumariza a controvérsia existente entre a afirmação de que piadas preconceituosas são ou não são só piadas. Diz o autor que: “[...] defenders will typically claim that the joke is ‘just a joke’ whereas accusers will contend that a racist joke can never be ‘just a joke’ (e.g. Jaret, 1999)”<sup>89</sup>, exemplificando que enquanto “Christie Davis (1990) defends ethnic jokes on the grounds that such jokes are generally harmless because the jokers do not believe in stereotypes that jokes employ”<sup>90</sup>, os críticos dessa perspectiva afirmam que “[...] ethnic jokes recycle stereotypes and that anyone laughing at such jokes is

<sup>88</sup> “[...] humor nem sempre é benigno, ou trabalha pelo bem social, e, embora difiram das alegações de ofensividade, o humor pode em certas leituras servir ideologicamente a discursos sérios.” (em nossa tradução).

<sup>89</sup> “[...] os defensores reivindicarão que piadas são ‘só piadas’, ao passo que os contrários assegurarão que uma piada racista nunca poderá ser ‘só uma piada’ (por exemplo: Jaret, 1999).” (em nossa tradução).

<sup>90</sup> “Christie Davis (1990) defende as piadas étnicas nos termos de que esse tipo de piada é normalmente inofensivo, uma vez que os piadistas não creem nos estereótipos empregados nestas piadas.” (em nossa tradução).

validating prejudiced images, regardless of the claims to be ‘just joking’ (Boskin, 1987; Husband, 1988).”<sup>91</sup>.

Desdobrando ambas as citações, parece-nos dificilmente defensável essa linha de raciocínio de uma ausência de responsabilização por parte dos humoristas que contam piadas preconceituosas, pois estes não acreditariam nos estereótipos contidos e reforçados através dessas construções humorísticas. Ainda que se pudesse crer em alguma ignorância do humorista, o que demonstraria um total descolamento da realidade sócio-histórica em que está inserido, isso não atenua ou elimina o conteúdo preconceituoso propagado. É como aquela ideia infantil de que se fecharmos os olhos para alguma coisa, esta passará a não existir mais e, ao mesmo tempo, é possível nos tornarmos invisíveis a esta.

Contudo, ainda que não se creia nos preconceitos veiculados por certos tipos de piadas, o contexto em que são enunciadas fará funcionarem como piadas preconceituosas e reforçarão os estereótipos em que se baseiam – como no exemplo da expressão “período negro da história” analisado por Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006) em que, independentemente da intenção pretendida por aquele que a enuncia, pode se configurar e ser compreendida como racista em virtude do contexto sócio-histórico brasileiro. Assim, se o/a humorista não acredita naqueles estereótipos que fundamentam as piadas preconceituosas, deveria então zombar dos processos de estereotipização que reforçam os preconceitos, pois, ao reproduzi-los acriticamente (ignorando os sentidos e significados que estão engendrados, são produzidos e produzem), apenas reificam o discurso e conseqüente ordem que pretensamente negam a existência e/ou efetividade.

Quanto à crítica de quem ri de conteúdo humorístico étnico está sendo conivente e parceiro dos preconceitos propagados, podemos concordar que é acurada, embora faríamos apenas o reparo de que, por vezes, os discursos hegemônicos e dominantes nublam e alienam a percepção do sujeito de tal modo que este nem se dá conta daquilo do que está rindo. Todavia, com o fortalecimento dos movimentos sociais e do surgimento de uma incipiente pluralidade de vozes no corpo social, o riso frente às construções humorísticas de teor preconceituoso é fundado no cinismo contemporâneo radicalizado (a ser discutido adiante), o qual, em síntese, representa que as pessoas sabem que estão fazendo algo deletério a uma ideia de coexistência igualitária nas relações sociais, mas mesmo assim o fazem a fim de manter a desigual ordem vigente, seja enunciando sem constrangimentos ou reservas “terem

---

<sup>91</sup> “[...] piadas étnicas reciclam estereótipos e qualquer um que ria dessas piadas está validando tais imagens preconceituosas, independentemente da reivindicação de que se trata ‘tão somente de uma brincadeira’ (Boskin, 1987; Husband, 1988).” (em nossa tradução).

direito de serem preconceituosas”, seja comungando através do riso de superioridade, o qual cunicamente pode ser justificado com “sendo só uma brincadeira” ou fruto de que “piadas são só piadas”.

Focalizemos a partir de agora a questão da liberdade de expressão ser ou não ser alguma coisa de caráter ilimitado. Na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”<sup>92</sup>, proclamada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no mês de dezembro do ano de 1948, a ideia da liberdade de expressão está assim formulada em seu artigo XIX: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (UNIC Rio, 2000, p. 9). Porém, a liberdade de se expressar não é posta enquanto ilimitada, como podemos depreender do segundo parágrafo do artigo XXIX da mesma Declaração Universal: “No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem [...]” (UNIC Rio, 2000, p. 13-14). Consequentemente, o respeito ao outro está embutido no próprio exercício da liberdade de se expressar. O que de forma alguma anula a possibilidade do conflito pelas discordâncias de pontos de vista distintos, até porque, como pontuamos em “Discurso e um emaranhado de referenciais teóricos”, a expressão, compreendida como manifestação dos discursos, também está condicionada aos embates históricos e sociais que se cristalizam nos discursos (MAINGUENEAU, 1997).

O problema do **humor politicamente incorreto acrítico** nesta questão é o seu entendimento unilateral na construção de seu discurso, pois, ao esquecer que este é fruto das relações sociais (ORLANDI, 1999; PARKER, 2015; PÊCHEUX, 1997), ignora completamente a possibilidade do contraditório com relação as suas colocações humorísticas. Desta maneira, diferentemente do que aqueles que se valem do **humor politicamente incorreto acrítico** esperam e tal como na terceira lei de Newton, em que toda ação corresponde a uma reação de sentido contrário, piadas preconceituosas ou racistas proferidas terão sim respostas e protestos por parte dos movimentos sociais<sup>93</sup> que se sentirem ofendidos.

<sup>92</sup> A qual não pode ser encarada como completamente universal e global. Para uma visão crítica acerca disto ver Santos (1997) e Žižek (2010).

<sup>93</sup> Segundo Gohn (2008, p. 336, grifo nosso), os movimentos sociais têm por características constitutivas e principais os seguintes aspectos: “[...] possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão);

E tal contraofensiva não se caracterizará necessariamente como tentativa de censura, como apregoam os humoristas questionados por piadas que fizeram contendo tais temáticas. De modo contrário, os questionamentos são pertinentes quando relembram que o humor feito exclusivamente sob a égide dos preconceitos, dos estereótipos e da ofensa agressiva e gratuita não contribui para a crítica das desigualdades existentes, apenas auxilia a propagá-las e a reafirmá-las.

Diversamente do que ocorre no **humor cínico**, que mal se confronta direta e abertamente com seus críticos, o **humor politicamente incorreto acrítico** não apenas rejeita ser criticado, como reduz seus opositores a meros patrulheiros do politicamente correto, termo este que pode ser entendido tanto de modo pejorativo, como positivo. Neste caso ele evidentemente é empregado de forma negativa, todavia pelas razões erradas, quais sejam: há a inferência e um reducionismo de que o politicamente correto trata-se tão somente de uma forma coercitiva de se moldar, maiormente, a linguagem cotidiana (BENTO, 2008; RIBEIRO, J., 2005), enquanto que uma de suas ideias centrais é propor reflexões acerca da realidade social vigente, a qual é permeada por desigualdades de diversas ordens, e normatizações na esfera pública (QUEIROZ, 2005; RIBEIRO R., 2000). Em outros termos, o caráter ditatorial que o **humor politicamente incorreto acrítico** atribui ao politicamente correto é, na maioria das vezes, exagerado, pois o fato de se sugerir questionamentos a ordem vigente implica em uma ampliação das liberdades coletivas, ao contrário do que ocorre na atualidade em que a liberdade irrestrita é privilégio de poucos grupos sociais dominantes. Assim, como pontuamos, este tipo de humor tem uma predileção por recusar qualquer diálogo com os discursos opostos, ou até mesmo completamente antagônicos, a ele.

Além disso, a razão cínica da contemporaneidade (SAFATLE, 2008; ŽIŽEK, 1992, 1996a; SLOTERDIJK, 2012) age de modo radicalizado no interior do discurso do **humor politicamente incorreto acrítico**, uma vez que os preconceitos nocivos à noção de uma sociedade mais igualitária e fundada no respeito mútuo não apenas são enunciados sem constrangimento algum pelos humoristas que se valem deste tipo de humor, como ainda são amplamente justificados pelas razões que discorreremos antes (liberdade expressão ilimitada e “piadas são só piadas”) e pelo cinismo da atualidade que ironiza e anula o conflito entre as contradições postas, ao legitimar ambas as posições (SAFATLE, 2008; SILVA; BEER, 2011) e ao ocasionar aquilo que Safatle (2008) chamou por uma “ironização geral das condutas”,

---

podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. **Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.**”.

que, como veremos subseqüentemente na seção sobre o **humor cínico**, não nega a aceitabilidade de posições e valores contraditórios concomitantes.

Assim, por exemplos, se pode ofender o grupo das pessoas portadoras de deficiência mental, que já foi e é demasiadamente desfavorecido e excluído dentro do corpo social (como no esquete “Casa dos Autistas” apresentada pela MTV em abril de 2011; ou a piada contida no DVD “Arte do Insulto” do humorista Rafinha Bastos – “vou internar meu caralho na APAE [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais] porque usei uma camisinha de efeito retardado”), ou enunciar que uma mulher feia deve agradecer por ser estuprada (podemos citar novamente Rafinha Bastos, o qual disse em um dos seus shows de *stand-up comedy*: “toda mulher que eu vejo na rua reclamando que foi estuprada é feia... Tá reclamando do quê? Deveria dar graças a Deus. Isso pra você não foi um crime, e sim uma oportunidade. Homem que fez isso não merece cadeia, merece um abraço”), embora o número de casos de violência sexual contra as mulheres seja mais do que alarmante, e se respaldar no argumento de que se trata somente de puro e simples humorismo, o que tornaria as piadas acríicas aceitáveis e/ou completamente normais/naturalizadas. E os que discordarem disto tudo que expusemos serão taxados como idealistas, ingênuos ou patrulheiros, que estarão criando assuntos tabus ou lutando por causas desnecessárias (ou completamente perdidas, segundo os bastiões do **humorismo politicamente incorreto acríico**).

Para prosseguirmos, relacionaremos as ideias descritas com outro fenômeno igualmente conectado a esta lógica politicamente incorreta acríica, não obstante não se inscreva explicita e diretamente no funcionamento discursivo do humor (tal observação se faz necessária, pois nos casos que passaremos a comentar há uso do recurso retórico da ironia, a qual é um dos mecanismos que proporcionam o funcionamento do discurso humorístico, portanto em alguma instância esses eventos também são humorísticos), é a profusão de livros que inundam o mercado editorial brasileiro ostentando títulos como “a história politicamente incorreta de tal coisa”, os quais aparentemente detêm grande capacidade de cativar uma parcela considerável do público leitor, a julgar pelos os números expressivos das vendas divulgados tanto pelas livrarias, como por revistas de grande circulação no país.

A aproximação com o **humor politicamente incorreto acríico** diz respeito ao fato dos autores de tais obras pretenderem demonstrar elevado grau de crítica, como se estivessem cometendo grandes transgressões, enquanto escapam muito pouco de visões vigentes e sintonizadas à ordem estabelecida. De um modo geral, os autores desses livros direcionam suas críticas à história contada academicamente que julgam ser majoritariamente tecida pelos intelectuais de Esquerda e, por conta disto, detentora e propagadora de uma falsa “correção”

que deve ser desconstruída. Entretanto, o, por assim dizer, “malabarismo retórico” contido nestes livros politicamente incorretos (acríticos) desconsidera, ou, lançando mão do cinismo contemporâneo, assevera enxergar sem de fato fazê-lo, que ambas as narrativas (tanto as apresentadas em tais livros, como as que constam nas obras produzidas pelas universidades) estão vinculadas e materializam as ideologias com as quais estão relacionadas.

Na própria introdução de um desses escritos (NARLOCH, 2009, p. 8), quando o autor afirma que: “alguém poderá dizer que se trata do mesmo esforço dos historiadores militantes, só que na direção oposta. [...] Este livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como daqueles estudiosos, e sim uma provocação [...] com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos.”, nos faz questionar se isto não se trata exatamente de reafirmar as visões correntes, até porque, em muitos casos, o conhecimento produzido no interior da universidade mal consegue transbordar para além de seus muros, quanto mais se alojar e sedimentar-se no repertório de conhecimentos gerais e comuns da sociedade. Além disso, por exemplo, apresentar os grupos armados de resistência ao golpe civil-militar instaurado em 1964 no Brasil como grupos compostos por pessoas cruéis, assassinas, idealistas e, principalmente, terroristas não transgride de todo (ou em quase nada) com uma imagem bastante difundida pela história oficial brasileira. Ao contrário disso, tais ideias vêm apenas a reforçar uma visão conservadora e corrente, não somente nos anos em que vivenciamos o terrorismo de Estado, como ainda vigente e sustentada atualmente por certa historiografia (ou, como o jornalista Paulo Henrique Amorim prefere sarcasticamente denominar em diversas postagens em seu *blog Conversa Afiada* pelo chamado “historialismo” – o que, segundo Amorim, é uma mistura indistinta entre História e Jornalismo, sem ser nem uma coisa, nem a outra).

Assim, o afirmar-se politicamente incorreto neste contexto pretende apontar rompimento com visões pretensamente instituídas pelos movimentos progressistas ou revolucionários, todavia, reforçamos uma vez mais, que estas perspectivas sequer são realmente hegemônicas. Ou seja, o que tal discurso que se autodenomina politicamente incorreto almeja combater é o desviante, o alternativo e o contra-hegemônico, não o amplamente normatizado e arraigado nos discursos, espaço e subjetividades coletivas. Outro exemplo disto é a reivindicação por parte dos humoristas e/ou articulistas e pensadores associados ao **politicamente incorreto acrítico** de poder se referir aos negros por “macacos”; aos homossexuais por “bichonas”; a todos os nordestinos brasileiros por “baianos”; externar

opiniões preconceituosas e classistas acerca dos pobres<sup>94</sup> (“são todos uns vagabundos”); dentre outras ideias/opiniões, alegando que isto se refere a real liberdade – do contrário estarão sendo alvos de censura – e a transgressão dos limites impostos por um suposto e implacável policiamento do politicamente correto vigente, porém, como já pontuamos, tais pensamentos apenas reforçam as desigualdades de forças sociais que se encontram amplamente postas e sedimentadas.

Retomando exemplos de **humorismo politicamente incorreto acrítico**, analisemos o fenômeno da ascensão midiática e de grande repercussão na esfera pública que comediantes *stand-up* brasileiros ganharam nos últimos anos, os quais se tornaram os principais propagadores desse tipo de humor. Vez que, em sua maioria, esses comediantes produzem um humor extremamente reacionário e se utilizam dos argumentos discutidos anteriormente (“piadas são só piadas” e liberdade de expressão ilimitada) para justificarem e defenderem o humor que produzem. A fim de exemplificar, focalizemos especialmente em um dos grandes representantes brasileiros dessa modalidade de humor aqui tratada, o qual ganhou notoriedade ao integrar um programa televisivo humorístico (CQC – Custe o Que Custar) por alguns anos: Rafinha Bastos.

Rafinha Bastos passou a ser bastante comentado ao contar algumas piadas politicamente incorretas em seus shows de comédia – e até mesmo na bancada do CQC, quando ainda apresentava o programa de televisão – que tiveram considerável impacto social, uma vez que resultaram em processos jurídicos por parte de autoridades públicas e organizações da sociedade civil que se sentiram ofendidas pelas piadas. Houve também o caso em que ofendeu uma cantora durante uma edição do CQC e, por conta dessa ser esposa de um dos anunciantes da atração, o humorista foi limado do elenco do programa sem explicação alguma<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Como no caso de uma jornalista e blogueira de um grande jornal que publicou um texto (“o plano cobre”, disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/blogueira-globo-esculacha-pobres-em-artigo-espantoso.html>>) ironizando um suposto deslumbamento da chamada “nova classe média” com o atendimento fornecido pelos planos de saúde privados. Após a grande repercussão negativa, a escritora justificou que pretendia discutir todo ou qualquer assunto sem freio algum, além de no caso se valer do argumento de que o texto era humorístico, e ao ser desligada do jornal, afirmou ter sido vítima da patrulha do politicamente correto.

<sup>95</sup> Nesse caso a propalada liberdade de expressão ilimitada não fora defendida por nenhum dos integrantes do programa, ou mesmo por outros comediantes politicamente incorretos acríticos – ainda que Danilo Gentili, outro comediante que representa muito bem o que estamos denominando por **humor politicamente incorreto acrítico**, tenha se manifestado no *Twitter*: “Sempre enxerguei algo mais significativo sendo construído por um comediante linchado por falar merda do que por um queridinho por puxar sacos”, a postagem não fora uma defesa explícita e aberta ao antigo companheiro de programa televisivo e sócio (ambos são donos de um bar de comédia na cidade de São Paulo) e fora apagada horas depois. Ademais, a força do dinheiro se mostrou muito mais profícua e inquestionável do que qualquer protesto realizado noutras oportunidades por parte dos movimentos sociais.

Citemos outra vez, porém agora comentando mais detalhadamente, dois episódios específicos que geraram questionamentos: a) a piada de que uma mulher feia não deveria reclamar de ser estuprada, até deveria agradecer (“Toda mulher que eu vejo na rua reclamando que foi estuprada é feia... Tá reclamando do quê? Deveria dar graças a Deus. Isso pra você não foi um crime, e sim uma oportunidade. Homem que fez isso não merece cadeia, merece um abraço”); b) a piada que escarneia de pessoas portadoras de deficiências mentais (“vou internar meu caralho na APAE [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais] porque usei uma camisinha de efeito retardado”). O primeiro acontecimento gerou protestos contra o machismo e a violência contra a mulher (durante a edição paulistana de 2011 do protesto “Marcha das Vadias”, a manifestação dedicou parte do trajeto a parar em frente ao clube “Comedians”, do qual Rafinha Bastos é um dos proprietários) que são reforçados por esse tipo de piada. Enquanto o segundo resultou em um processo judicial que obrigou o comediante a retirar a piada envolvendo os portadores de deficiência mental de seu DVD “Arte do Insulto”, ainda que tenha sido absolvido de pagar qualquer multa financeira.

Em ambos os casos o comediante repetiu por diversas vezes, seja em entrevistas ou em suas mídias sociais na internet, que “piadas são só piadas”, “era só uma piada”, “uma piada não é crime” e frases similares. Além disso, outros comediantes defensores desse tipo de humor politicamente incorreto defenderam Bastos dizendo que ele estava sendo censurado e que os movimentos sociais não estavam respeitando a liberdade de expressão dele. Entretanto, viver em uma sociedade democrática pressupõe a existência de conflitos e, ao mesmo tempo, esforços para que vivamos todos juntos. Conseqüentemente, nesse caso, o comediante não fora alvo de censura, ele apenas foi “vítima” do jogo democrático e suas possibilidades de polifonia (ao menos de maneira ideal, em que o poder do capital não seja preponderante como o é em nosso modelo de democracia-ocidental-liberal): qualquer um pode dizer e fazer o que desejar, todavia haverá o contraditório. Em outros termos, os comediantes não estão mais falando sozinhos e monopolizando completamente os discursos e sentidos produzidos como aconteceu por décadas no país, situação incômoda e com a qual os conservadores brasileiros ainda não estão muitos acostumados.

Inclusive, até mesmo humoristas de décadas passadas, como é o caso de Renato Aragão (famoso pelo personagem Didi Mocó) que declarou em entrevista dada a revista “Playboy”, publicada em janeiro de 2015, que: “Hoje, todas as classes sociais ganharam a sua praia, e a gente tem que respeitar muito isso. Eu sou até a favor. Mas, naquela época [década de 1980], essas classes dos feios, dos negros e dos homossexuais, elas não se ofendiam. Elas sabiam que não era para atingir, para sacanear”. Além de tentar suavizar e esvaziar o conteúdo

do humor que propagava, sobretudo pelo programa televisivo “Os Trapalhões”, se valendo de que aquilo não se passava de “mera brincadeira”, Aragão investe na tese de que a tal “patrulha do politicamente correto” e o contraponto feito pelos movimentos das chamadas minorias é sufocante e ignorante, afinal, antes as minorias “não se ofendiam”. Em tese, essa pontuação já é falaciosa, pois como ele pode ter certeza que aquele humor racista, homofóbico, dentre outros apostos, propagado pelo seriado que estrelava não ofendiam os citados grupos sociais. Ao contrário daquela época em que tal humor pretensamente não ofendia, nos dias de hoje não apenas os movimentos sociais brasileiros estão muito mais articulados, além de haver certa polifonia de vozes proporcionadas pela presença massiva do contraponto enunciado pelas postagens nas redes sociais. Analisando esta declaração de Aragão, notamos, portanto, o uso daquela estratégia de inverter as posições entre opressor e oprimido, tal como discutimos anteriormente. Destarte e seguindo a lógica proposta por Aragão, o problema fundamental não é ou era o humor reacionário, mas sim aqueles, que constantemente são alvos deste, levantarem suas críticas vozes.

Finalmente, mesmo considerando que as piadas que elencamos (e outras não enunciadas, mas que funcionam do mesmo modo) foram contadas em um contexto de entretenimento, não é crível corroborar que haja neutralidade nos discursos difundidos e reforçados por esse tipo de piada vinculada ao humorismo politicamente incorreto acrítico. Além disso, até mesmo em um espaço fechado (como um teatro ou um clube de comédia) tais piadas foram contadas em público – afinal, qualquer um que pudesse pagar o ingresso, teria acesso, não se tratava de reunião particular e completamente fechada ao público –, deste modo os comediantes têm de aceitar que eles realmente podem dizer o que quiserem, porém igualmente devem estar preparados para serem questionados – o que inclui até mesmo que a interpelação se dê em âmbito jurídico.

#### 4.7 Humor cínico

Para por fim tratarmos do **humor cínico**, primeiro enveredaremos pela constituição histórica do conceito de cinismo. Embora seja complexa, e até mesmo perigosa por suas possíveis imprecisões, o filósofo alemão Sloterdijk (2012) propõe em seu extenso tratado “Crítica da razão cínica” uma clivagem entre um cinismo moderno e um cinismo antigo – sendo este enunciado como *Kynismus* (e termos derivados: *kynismos*, *kynikoi*, *kynikai*), grafado em grego no próprio texto original em alemão, para explicitar uma diferenciação filosófica entre ambos os tipos de cinismo. Sinteticamente, o autor propõe que há um

momento na história ocidental, aproximadamente no século I d.C. pelos escritos do orador satírico Luciano de Samósata, em que a crítica proporcionada pelo *kynismos* se pasteuriza e perde muito da sua força corrosiva ao assumir as posições do discurso dominante e dos poderes hegemônicos, em outros termos, neste momento histórico o cinismo teria trocado de lado e passado a obedecer “a lógica dos senhores” (SLOTTERDIJK, 2012, p. 13).

Inicialmente, o *kynismos* está associado à figura do filósofo grego Diógenes de Sínope, que viveu por volta do século IV a.C. e era alcunhado por “canino”. Segundo Geier (2011), o filósofo cão misturava a seriedade moral com a brincadeira espirituosa, odiava as identificações sociais e desprezava o poder político e os valores instituídos, demarcando estas suas posições filosóficas de forma radical e prática, pois deveras vivia seguindo os modos que seu entendimento filosófico da vida e do mundo propunha, perpassando a mera afirmação teórica e retórica de posições e ideias. Desta forma, morava nas ruas da polis, ainda que reze as lendas que Diógenes, tal qual o garoto Chaves da famosa série televisiva mexicana, tinha por residência um barril. Fato esse colocado em perspectiva por Sloterdijk (2012), o qual aponta que o barril-casa em si não passava de uma figura simbólica, uma vez que é difícil imaginar um pensador renomado e tido por seus concidadãos como alguém extremamente sábio, decidir deliberada e espontaneamente habitar o interior de um recipiente qualquer, seja de fato um barril de madeira ou barro, uma cisterna ou um tonel. Também parece pouco crível que satisfizesse suas necessidades fisiológicas, tanto os atos de urinar e defecar, como se masturbava e praticava sexo, em pleno espaço público, além de utilizar as próprias mãos para se alimentar (frequentemente comia os alimentos completamente crus) e para beber água. Entretanto, é o que contam registros históricos, conforme arrolam o próprio Sloterdijk (2012), Geier (2011) e Dinucci (2010).

O modo de Diógenes de Sínope agir, resgatando a animalidade esquecida, mas contida no âmago e natureza humanos, indicava para uma ausência de preocupação com os confortos da vida e o total desprezo pelos valores e organização sociais vigentes à época. Além disso, o filósofo canino entendia que todas aquelas pessoas que somente se importavam com suas carreiras, com o dinheiro, com o reconhecimento público e/ou com os pequenos e grandes poderes não passavam de patifes desprezíveis, pois com isto se distanciavam da real natureza humana e acabavam por abdicar de suas liberdades (GEIER, 2011).

Há alguns episódios lendários envolvendo Diógenes, os quais demonstram a alta carga de crítica, zombaria e desprezo pelos poderes e pela ordem instituídos que exercia e cultivava, dentre tais eventos destacaremos rapidamente três. Conta-se que certa vez o imperador Alexandre da Macedônia, conhecido como Alexandre o Grande, muito intrigado

por aquilo que ouvira falar de Diógenes de Sínope, o filósofo sábio que residia em um barril, foi visitá-lo pessoalmente. Ao encontrá-lo estirado confortavelmente em pleno chão, o poderoso disse ao sábio que poderia dar tudo aquilo que Diógenes desejasse, bastando que este enunciasse o quê queria. Solicitação replicada com algo como: “saia da frente do meu sol”. Em outras palavras, o filósofo cão não somente atirava sua superioridade na face do imperador, ao demonstrar que não havia nada que este poderia dar-lhe, como diminuía e relativizava a importância de Alexandre o Grande perante o calor e luz providos pelos raios solares. Outros acontecimentos propagados pela história para posteridade são os de que uma vez o sábio de Sínope saiu pelas ruas da polis carregando uma lanterna em plena luz do dia. Ao ser indagado do porquê de portar tal objeto, ainda mais em tais circunstâncias, Diógenes retrucava firme e ofensivamente que estava em busca de Homens. Situação semelhante se deu quando o filósofo canino, em meio ao passeio público, berrou: “Homens venham cá” e quando alguns passantes se aproximaram, ele os afastou a cajadadas e aos gritos de “Chamei por Homens, não por dejetos!”.

O epíteto de filósofo canino não foi dado sem razão. Por vezes, Diógenes não somente rosnava para os habitantes da polis, como em alguns momentos distribuía mordidas ou urinava sobre as pessoas. No tratado de Sloterdijk (2012) sobre o cinismo, os editores brasileiros da obra chamam atenção, em uma das notas de rodapé, para a proximidade entre os termos canino e cínico (*kynismo*) que, como um elemento histórico e etimológico curioso, vale recuperarmos *ipsis litteris* em nosso presente trabalho. Consta em “Crítica da razão cínica” que: “*Kýon, kynós*, em grego, é cão, por isso um dos ápodos de Diógenes e dos cínicos em geral, e uma das etimologias possíveis do termo *kynismo*.” (SLOTERDIJK, 2012, p. 157).

Uma última consideração que devemos levar em conta acerca deste *kynismus*, iniciado por Diógenes de Sínope e posteriormente propagado por outros filósofos que seguiram esta linha, é comentário realizado por Minois. Este autor questiona até que ponto este *kynismos* propunha realmente questionar a moral e os chamados bons costumes, uma vez que “praticando a ironia de forma provocativa, eles [os cínicos gregos] perseguem, de fato, uma finalidade moral, aparentando amoralidade.” (MINOIS, 2003, p. 62). Neste ponto de vista, ao inverter completamente os comportamentos tidos como socialmente aceitáveis, apelando à natureza animal dos seres humanos, os cínicos gregos pretendiam escancarar e desmistificar os falsos valores que sustentam a ordem social, possibilitando que os verdadeiros valores pudessem se tornar visíveis. A crítica de Minois é válida por se centrar no paradoxo existente entre denunciar o moralismo dos pretensos **falsos** valores, ao anunciar

outro sistema moral baseado igualmente em pretensos **verdadeiros** valores, no entanto tal apontamento perde sua força ao superestimar tal dicotomização entre falso-verdadeiro.

Através desta divisão polarizada se relativiza o poder corrosivo das ações praticadas em sintonia com *kynismus*, pois, independentemente da defesa e da busca do que é julgado correto e como essencial ao humano, Diógenes e aqueles que a ele se assemelhavam questionavam da forma mais radical, exacerbada e zombeteira o que estava posto. O problema é que ao se falar de desvios morais, o pensamento correntemente já os associa com aquilo que o sistema de pensamento aristocrático e religioso, e subsequentemente burguês, define como imoralidades, tais como: as traições matrimoniais; os roubos e violações da propriedade privada; a vaidade e outras infrações da ordem que se localizam maiormente na seara dos costumes. Para o filósofo canino e sua matilha, a imoralidade abrangia as dimensões políticas e da sede desmedida pelo poder e pelo dinheiro, as quais implicam em um apreço exagerado ao reconhecimento público, a degenerescência de uma liberdade animalisca que lamentavelmente fora perdida e ocultada, e as restrições e obrigações que um modelo específico de civilização como a grega antiga impunha aos indivíduos que sob ela viviam. Destarte, o *kynismus* mirava em questionar a estrutura social em sua base e a essência destas fundações, não enfocava somente nas manifestações de superfície, como os costumes rotineiros.

A passagem para o **cinismo**, grafado deste modo para demarcar as distinções existentes entre o *kynismus* e o cinismo “moderno” ou “contemporâneo”, é consequência de certa intelectualização da crítica, a qual se distancia do radicalismo popular e animalesco propagado anteriormente pelos *kyniloi* (cínicos antigos). Luciano de Samósata, espécie de orador que viveu no período inicial do Império Romano, entre os anos de 120 d.C. e 180 d.C., é entendido por Sloterdijk (2012) como o precursor desta despotencialização do *kynismos*, pois, embora proferisse ferinamente suas críticas às mais variadas instituições, seitas e costumes, tinha por foco principal desprezar os desprezadores maiores de tudo, os *kynikoi*, se valendo de um tom muito aproximado daquele utilizado pelos cínicos e cinismo atuais, nos quais a crítica trocou de lado, assumindo as posições ideológicas dos poderosos e dos senhores. Como cirurgicamente o próprio Sloterdijk (2012, p. 242) pontua: “Luciano se pronuncia aqui [o autor faz referência a um texto no qual Luciano descreve, em tintas carregadas de sátira, o suicídio de Peregrinus, líder de uma seita *kynike*] como ideólogo cínico, que denuncia como loucos ambiciosos os críticos do poder entre os poderosos e cultivados.”.

Tal lógica de cinismo inaugurada por Luciano perdura significativamente, inclusive nos termos deste caso específico da citação que acabamos de nos referenciar, uma vez que não é incomum os movimentos sociais que se colocam como contestatórios da ordem vigente e de suas desigualdades consequentes, serem motivo de zombaria por parte dos órgãos vinculados e propagadores dos discursos ligados ao *status quo*. E, curiosamente, por vezes os manifestantes são igualmente taxados como “loucos”, ainda que as denominações entendidas como pejorativas e adotadas larga e usualmente nos últimos anos sejam “comunistas”, “anarquistas”, “maconheiros”, “vândalos” e “vagabundos”, termos estes indefectíveis e os quais provavelmente são os preferidos por parte dos detratores.

Podemos citar alguns acontecimentos concretos e recentes envolvendo, inclusive, a realidade acadêmica a título de exemplos da lógica que acabamos por enunciar (o cinismo que despreza os desprezadores da ordem vigente), tais como os das greves estudantis ocorridas na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2011 e na Universidade Estadual Paulista (UNESP) no ano de 2013. Em ambos os casos, os/as alunos/alunas participantes das movimentações afirmaram: questionar as estruturas de poder verticais, autoritárias e, segundo eles, pouco democráticas da universidade; o convênio firmado com a Polícia Militar no caso da USP, que possibilitava a ocorrência de averiguações arbitrárias, inclusive, segundo denúncias dos próprios estudantes, dentro de espaços como as bibliotecas; dentre outros pontos de reivindicação. Porém, independentemente das pautas apresentadas, os estudantes foram amplamente classificados, sobretudo pela cobertura da grande mídia a época, como um bando de “filhinhos de papai”, “vagabundos”, “vândalos” e “maconheiros”, reforçando tal ponto de vista com argumentos como “se estes alunos não querem estudar, que deem suas vagas para aqueles que querem”. A crítica cínica, por conseguinte, se dirigia ferozmente àqueles que se levantavam contra as opressões, desprezando-os por completo sem sequer discutir as questões postas pelos manifestantes. Neste caso, o cinismo apenas visou despotencializar a movimentação ao atacar e criminalizar os indivíduos, para com isto ocultar as ideias por eles trazidas à arena de discussão pública.

Os movimentos dos “Ocupe” que promoveram a ocupação de praças públicas de grandes cidades ao redor do mundo também foram alvo do desprezo cínico. Todavia, este acontecimento mobilizou outro tipo de desqualificação das pessoas que ousavam apontar o dedo para os Estados acusando-os de se recusarem a investir na assistência aos mais pobres, sob a justificativa liberal de evitar a tutela, mas prontamente socorrem o sistema financeiro com verbas públicas, contrariando seus propalados princípios liberais. Um dos lemas mais utilizados pelos Ocupe foi “somos os 99% contra o 1%”, o que em determinados aspectos se

sintoniza ao antigo *kynismos*, pois desnuda a verdadeira estrutura da ordem social liberal-capitalista, a qual é fundada nas desigualdades. Bem diferente do que as democracias ocidentais prometem ao se respaldarem nos ideais, ainda por se realizarem, de liberdade, igualdade e fraternidade, postulados inicialmente pelo Iluminismo pregado na Revolução Francesa de 1789.

Logo após o início das ocupações, o argumento cínico mais utilizado para diminuir a importância de tais manifestações foi o de que aqueles jovens ocupantes sequer sabiam o que queriam, embora, como Safatle (2012a) asseverou em aula pública dada no Vale do Anhangabaú dentro do movimento “Ocupa Sampa”, o maior feito dos “Ocupes” era justamente se levantar para questionar aquilo que não se quer, ou seja, uma vez mais, a **ordem social vigente ancorada nas desigualdades**. Outro aposto dado pelo discurso cínico-conservador aos manifestantes, ainda que de modo um pouco mais contido, foi o de “terroristas”, para o qual Žižek (2012), em discurso proferido na *Liberty Park* (praça privada em Nova York cujo nome original é *Zuccotti Park* e ao ser ocupada pelo “Occupy Wall Street” foi prontamente rebatizada pelos integrantes do movimento), disse que os terroristas se encontravam espalhados pelos escritórios localizados em Wall Street, não nas manifestações. Visto que foram os representantes do capital financeiro que provocaram a grave crise econômica no país, gerando desemprego em massa e a perda por parte de milhares suas casas hipotecadas.

As concepções de Sloterdijk (2012), Safatle (2008) e Žižek (1992, 1996a) reforçam, com algumas nuances particulares entre esses autores, o diagnóstico de que o cinismo é algo constituinte, inerente e presente nas configurações das relações no mundo contemporâneo, mas, diferentemente de se associar as ideias de ironia e de mordacidade causticas e críticas ao *status quo*, tal como se caracterizava o cinismo (*kynismus*) dos cínicos na tradição de Diógenes de Sínope, o cinismo da atualidade, sobretudo, se vincula, segundo Safatle (2008), com uma “racionalidade cínica” produtora da “ironização geral das condutas”, e, conforme Žižek (1996a), com a defesa de atos imorais por um discurso fundado no moralismo.

O cinismo racional e moderno desarma a possibilidade de haver os conflitos existentes e decorrentes dos processos contrários envolvendo os valores e as normas morais, pois estes estão mixados tornado-se pouco distinguíveis. E, além disso, a “ironização geral das condutas” se traduz no apagamento das contradições, “[...] por mais paradoxais que [estas] sejam, de modo que essa ironização absoluta [e geral das condutas] resulta na possibilidade de se racionalizar e legitimar posições contraditórias.” (SILVA, P.; BEER, 2011, p. 91). Tal como pontua Žižek (1992, 1996a), a frase de Marx “disso eles não sabem,

mas o fazem” que sintetizaria a ideia marxista de ideologia, poderia ser modificada, tal como propôs Sloterdijk (2012), neste momento de predomínio de uma razão cínica para sintetizar a lógica desta: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo”.

Atenhamo-nos um pouco mais acerca dessa frase-síntese relacionada ao cinismo contemporâneo proposta por Sloterdijk (2012) e desdobrada por Žižek (1996a, p. 316) – “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo”. O filósofo esloveno reflete que esta somente funciona como uma sumarização da razão cínica se o caráter ilusório do “não saber” recair justamente sobre o **saber**. Destarte, imersos na perspectiva de um mundo pós-ideológico, “eles” não apenas não teriam dúvidas quanto à ilusão que seguem, como permaneceriam convictos e desprovidos de quaisquer sentimentos de culpa por conta de seus atos. Inclusive, em outra obra, o próprio Žižek (2011, p. 298) nos diz que:

[...] o discurso totalmente cínico do poder admite tudo isso [culpas, convicções, traumas ou pseudotramas, etc.] com antecedência à semelhança do analisando de hoje em dia que aceita com toda a calma as sugestões do analista sobre seus desejos obscenos mais íntimos e não se choca com mais nada.

Tal como a ideia de que se antes o analisando refutava prontamente a conexão entre alguma mulher que lhe surja nos sonhos ser a sua mãe, o analisando de hoje em dia confirmaria a priori que provavelmente a mulher onírica é a sua mãe, ou ao menos está relacionada a ela (cf. Žižek exemplificou em entrevista dada ao programa televisivo “Roda Viva” no ano de 2009).

O exemplo da invasão do Iraque pelo governo estadunidense, no final de março de 2003, pode nos ajudar a visualizar com propriedade como esta razão cínica contemporânea se materializa. Porquanto a motivação alegada para que os EUA interviessem em solo iraquiano foi o fato de que o governo do país localizado no Oriente Médio possuía um arsenal de armas de destruição em massa. Entretanto, à época, o próprio chefe de inspeção de armas da Organização das Nações Unidas (ONU), Hans Blix, enviado ao Iraque para localizar e comprovar a existência ou não das armas de destruição em massa neste país, reportou ao Conselho de Segurança da ONU, logo após diversas inspeções, que a comissão não encontrara nenhuma evidência de que o governo iraquiano detivesse ou estivesse desenvolvendo as supracitadas armas.

Neste caso, por razões ainda obscuras (se acessarmos o sítio Wikileaks e fizermos buscas relacionadas ao tema, talvez os motivos possam ficar um pouco mais claros), o governo estadunidense fundamentou-se exclusivamente em suas próprias suposições para

invadir o território de outro Estado soberano. Assim sendo, é seguro que as autoridades dos EUA sabiam os porquês de invadirem e ocuparem o Iraque, cientes inclusive que tal ação custaria milhares de vidas de iraquianos (como de fato houve em ambos os lados do front, já que o número de mortos entre os soldados estadunidenses não foi nada desprezível) e a destruição de boa parte da infraestrutura deste país. Contudo, justificaram o ato de guerra através principalmente de duas motivações morais e aparentemente inquestionáveis: proteger o mundo da possibilidade de Saddam Hussein, governante (ou ditador, segundo a posição política a qual está vinculado quem o definia) iraquiano à época, utilizar as suas supostas armas de destruição em massa contra a comunidade internacional; e levar a instauração (ou, melhor dizendo, promover a outorga) de um regime democrático segundo os preceitos liberais do ocidente.

Ainda com esse episódio da invasão do território iraquiano pelas forças militares estadunidenses, é possível conjugarmos a ideia “eles sabem que, em sua atividade, estão seguindo uma ilusão, mas fazem-na assim mesmo” (ŽIŽEK, 1996a, p. 316), uma vez que o governo dos EUA sabia que as suas justificativas, sobretudo com relação ao “levar a democracia” a um povo oprimido por um governo ditatorial, mascaravam o caráter ilusório de que um processo democrático imposto de cima para baixo se efetivaria de fato na sociedade iraquiana, mas, ainda assim, o poder ianque prosseguiu defendendo e se respaldando em tal ideia de democracia libertadora. Como Žižek (1996a, p. 316) acerta o alvo ao prosseguir desdobrando e refletindo acerca da frase de Sloterdijk (2012): “eles sabem que sua idéia de Liberdade mascara uma forma particular de exploração, mas, mesmo assim, continuam a seguir essa idéia de liberdade.”.

Além disso, tal como enfatiza Rouanet (1985) a racionalização mais refinada e sutil é aquela que toma um fato verdadeiro (constatável) para justificar uma ação, mas apenas para encobrir a verdadeira razão. Diz o autor que, tomando a parábola da raposa e das uvas como exemplo de tal racionalização, o problema é quando a raposa diz que não quer as uvas porque elas estão verdes e, de fato, elas estão verdes, porém, não sendo essa a principal razão dela declarar que não as quer. Assim podem ser vistas as razões de Estado, como dos EUA, para implementar suas políticas, e também podem ser vistos certos discursos humorísticos que, sob uma aparente aura de irreverência radical, acobertam vínculos com ideologias extremamente conservadoras.

A ironização geral das condutas, que não nega a aceitabilidade de posições e valores contraditórios concomitantes<sup>96</sup>, tão presente na atualidade, é algo que diminui sobremaneira a capacidade de críticas mordazes, certeiras e ferozes ao *status quo*, uma vez que a intensa diluição das contradições pela via da ironização faz desembocar em uma situação *sui generis* de até mesmo o discurso crítico à ordem vigente (como determinadas formas de humorismo) ser englobado pela Razão cínica, a qual evidentemente é um dos pilares fundamentais ao cinismo contemporâneo.

A partir das colocações anteriores, passemos a comentar acerca do humor que denominamos por **cínico**, o qual seria aquela prática humorística afinada e envolta na lógica do cinismo contemporâneo. Deste modo, o **humor cínico** não apenas é inofensivo à ordem estabelecida, como é um parceiro de sua manutenção. Portanto, dentro desta categoria específica de humor, o riso pretendido e provocado é adocicado e leve, enfraquecendo qualquer poder combativo ou de contestação que o discurso humorístico possa carregar em seu bojo. O **humor cínico** tem como principais características ser mera e pretensamente lúdico e assumir uma postura de acordo com o ideal de um mundo *light* (ROJAS, 2007), em outros termos, um mundo desprovido de conflitos reais ou no qual estes são turvados e ocultados pelo cinismo contemporâneo.

As troças propagadas pelo **humor cínico**, evidentemente, miram em algo ou alguém, mas aparentemente aqui não se faz necessária àquela ausência de compaixão pelo alvo do gracejo para que o riso ocorra, como descreveu Bergson (1980), pois, em sua essência, o **humor cínico** apenas está reafirmando ideias e estereótipos enraizados há tempos no corpo social, o que auxilia no reforço de naturalização de tais ideias contrárias a uma sociedade que busque respeito a todos os seus membros. Este atributo o aproxima do que chamamos anteriormente de **humor politicamente incorreto acrítico**, entretanto diferentemente deste, o **humor cínico** causa muito menos mobilizações opostas, uma vez que ao se apresentar como somente e pretensamente lúdico e divertido, é menos focalizado como objeto de preocupação e questionamentos dos movimentos e organizações sociais. E quando, por ventura, o contraditório lhe é apontado, ironiza-o de maneira igualmente pseudodespretensiosa ao dizer as mesmas frases clichês utilizadas pelos humoristas filiados a um **humor politicamente incorreto acrítico**, tais como: “o mundo está ficando sério demais”; “hoje em dia não se pode

---

<sup>96</sup> Safatle (2008, p. 101) nos dá uma série de exemplos interessantes disto, como: “personagens de contos de fadas que não mais se reconhecem e criticam seus próprios papéis, propagandas que zombam da linguagem publicitária, celebridades e representantes políticos que se autoironizam em programas televisivos: todos esses fatos são apenas figuras de um processo geral de ironização das formas de vida que [...] porta em si mesma a negação dos conteúdos que apresenta.”

mais fazer piadas com absolutamente nada”; “é só uma brincadeira, não estou querendo ofender ninguém com ela”; entre outras.

Programas humorísticos televisivos voltados para o grande público que se propõem como simples entretenimento, tais como dois programas bastante populares na televisão brasileira: “A praça é nossa”<sup>93</sup> e “Zorra total”<sup>97</sup> são exemplos de manifestações humorísticas que se aproximam deste tipo que estamos descrevendo nesta categoria. Os esquetes apresentados, usualmente, se utilizam de piadas envolvendo personagens e situações típicas de um humorismo que visa tão somente prosseguir legitimando os modos como às relações sociais estão estabelecidas. Assim, o negro é esperto e vagabundo, a mulher “gostosa” é burra e interesseira, os políticos são todos corruptos e desonestos, os homossexuais são frágeis e inferiores, dentre tantos outros estereótipos cristalizados e mumificados no imaginário e discursos comuns. Vale salientar que isto também ocorre no **humor politicamente incorreto acríptico**, porém o discurso deste é mais explícito e direto, pretendendo chocar o seu público por uma suposta ausência de respeito a todo e qualquer limite. Contudo, por estes teleprogramas que vinculam o **humor cínico** se utilizarem de recursos teatrais como o da encenação e de os atores estarem maquiados e trajarem fantasias, normalmente conseguem se passar por mero entretenimento repleto de zombaria inofensiva e corriqueira, além de subverter o entendimento de que aquilo está, de fato, retratando uma dimensão (preconceituosa, excludente, machista) da realidade social vivenciada.

Podemos também asseverar que o **humor cínico** se aproximaria de algum modo ao humorismo praticado nas comédias Antiga e Nova, as quais, de modo geral, escarneciam os vícios e as paixões e pretendiam moralizar a sociedade (MINOIS, 2003). Todavia neste humor de cunho cínico, ao modo que o cinismo contemporâneo está estruturado em um aspecto particular como fora diagnosticado por Žižek (1992), a moralização serve para justificar a imoralidade dos preconceitos, das desigualdades e das opressões arraigadas no corpo social. Por isso, igual e maiormente, nas esquetes apresentadas pelos programas televisivos citados: os adúlteros são representados como espertos; o cidadão corrupto e o corruptor são bem

---

<sup>97</sup> Ambos oriundos da tradição do chamado “Teatro de revista”, ainda que representem uma perspectiva decadente e capturada pela indústria do entretenimento massivo daquele gênero. Valendo ressaltar que a partir de maio/2015, o programa “Zorra Total” passou a se chamar apenas “Zorra”, diversificando o “tipo” humorístico pelo qual seus esquetes são construídos, visto que até a modalidade de um humor crítico e reflexivo entrou para o rol de possibilidades. No dia 25/05/2015, por exemplo, foi levado ao ar um esquete parodiando os grandes festivais ocorridos e transmitidos pela televisão brasileira durante a década 1960. Intitulado “O Festival Internacional do Coxinha”, o esquete critica o clima de apelo vivenciado no Brasil ao longo do primeiro semestre de 2015 pelo retorno ao terrorismo de Estado, demonstrando, fundamentalmente, que aqueles que clamam pela volta de um período ditatorial, se esquecem (ou fingem esquecer) que a repressão pode atingir a todos indistintamente – não apenas os revolucionários e desviantes.

sucedidos; a mulher feia deve aproveitar ao ser assediada sexualmente; o negro não deve se incomodar em ser tratado como um indivíduo caracterizado somente pela objetivação sexual extremada de seu corpo e comportamento; o indígena pode ser retratado como tão somente inculto e/ou exótico; entre outros exemplos.

Um exemplo concreto de **humor cínico** que podemos analisar é o caso de um esquete apresentado durante o programa televisivo “Zorra Total” da Rede Globo entre os anos de 2011 até meados de 2015. Neste há uma personagem feminina (Janete), a qual é costumeiramente vítima de assédio sexual dentro do vagão de metrô, cenário em que a esquete ocorre. Entretanto, por Janete ser apresentada como uma mulher feia e desinteressante, sua parceira de encenação (Valéria) diz a ela diuturnamente quando tais abusos estão ocorrendo que aproveite a oportunidade do contato sexual. Para destrinchar analiticamente esse exemplo, exercitemos o esquema de três estágios de Análise Retórica do Discurso proposto por Weaver (2011a, 2011b) – o qual já fora descrito no terceiro capítulo da presente tese.

No primeiro estágio, identificamos que este esquete utiliza diversos recursos teatrais, tais como o fato de ambas as personagens usarem maquiagem carregada e roupas claramente mais próximas de fantasias do que vestes usadas regularmente no cotidiano, falarem em tom de voz caricato, entre outros. Estes aspectos criam retoricamente uma atmosfera de não-seriedade e produzem um comportamento exageradamente artificial por partes das personagens, desse modo estas não devem ser percebidas como pessoas reais – embora isto seja impossível, uma vez que quaisquer representações teatrais são e estão relacionadas a pessoas e situações reais –, o que pode permitir o público rir de Janete e Valéria sem refletir quanto ao tipo de discurso que está sendo veiculado neste quadro televisivo. Além disso, de acordo com as principais características do **humor cínico**, as manifestações humorísticas cínicas são supostamente inofensivas e tão somente engraçadas e alegadamente de conteúdo desprovido de quaisquer conexões ou intenções sérias.

Subsequentemente, no segundo estágio de análise, o foco se volta para a séria e grave situação envolvendo a violência contra a mulher, tal como exemplo claro e materializado no programa humorístico: o assédio sexual ocorrido no espaço público, violência que, através do cinismo contemporâneo, é ocultada e transformada em uma situação passível de ser encarada e entendida como algo engraçado. Contudo, em diversos países do globo a violência contra a mulher é algo realmente preocupante e nada cômico. No caso brasileiro, é possível confirmar tal ideia ao se checar o sítio virtual da “Secretaria de Políticas para as Mulheres” (2014), órgão que é vinculado diretamente à presidência da república federativa do Brasil.

No terceiro e último estágio de análise, destacamos a estratégia do **humor cínico** presente no exemplo analisado, pela qual o exagerado e caricato comportamento das personagens é focalizado ludicamente – como exemplo, quando alguém está assediando Janete sexualmente, ela tão somente faz caretas e pronuncia sons e frases esquisitas, ao invés de protestar frente ao ato de violência que está sofrendo – e assim a esquete leva a audiência a prestar atenção apenas ao comportamento caricato, ao mesmo tempo em que ri sobre a violência, confirmando que isto não é um problema social tão grande. Parte do público do programa humorístico, talvez sem verbalizar, pense no final das contas que, de fato, o assédio sexual pode se constituir em uma oportunidade de uma mulher considerada feia ser desejada sexualmente. Um assunto sério, portanto, é transformado através do humorismo de cunho cínico em algo não sério e concomitantemente é reforçado como algo natural, ou pior, como algo plenamente aceitável, o que serve apenas a confirmar a ordem instituída.

Para demarcar alguma distinção entre o **humor cínico** e o **humor politicamente incorreto acrítico**, a qual de fato é extremamente tênue, fazendo com que as categorias em determinados momentos sejam tranquilamente fundidas e confundidas – o que relembramos não ser problemático, uma vez que o discurso do humor é intrinsecamente paradoxical/dialético e as nossas categorias não tencionam aprisionar as peculiaridades, apenas tentamos formalizar particularidades e regularidades – prossigamos com o exemplo analisado. No **humor cínico** explicitado no esquete narrado não há a pretensão de um confronto direto e aberto com quaisquer discursos contra-hegemônicos, o argumento-base do **humor politicamente incorreto acrítico** de que se trata de apenas uma brincadeira (“piadas são só piadas”) se faz presente, mas é menos radicalizado, pois a suposta intenção do discurso humorístico cínico é a de não ofender ninguém, enquanto os humoristas que se valem do **humor politicamente incorreto acrítico** verbalizam, inclusive, terem a intenção de (supostamente) atacar tudo e todos, violarem e desrespeitarem qualquer limite e assuntos tabus. Assim, ofender outrem é uma das metas.

Deste modo, uma diferença crucial para distinguir o **humor cínico** do **humor politicamente incorreto acrítico** é que naquele há a defesa do “direito” de se brincar (pretensamente) sem pretensão alguma com qualquer um ou qualquer coisa, enquanto nesse há a defesa do “direito” em se zombar aberta e agressivamente de qualquer um ou qualquer coisa. As ideias de que a liberdade de expressão seja ilimitada e de que “piadas são só piadas”, argumentos característicos centrais para justificar o **humor politicamente incorreto acrítico**, estão presentes em ambos os tipos de humor, contudo ideias mais acentuadas no segundo, pois o **humor cínico** não pretende discutir tabus, preconceitos, apenas os reafirma

cinicamente, enquanto o outro tem por intento não sacralizar nenhuma questão, porém faz isso promovendo a reafirmação da ordem e estruturas da mesma, ao invés de atacá-las.

No exemplo do esquete do programa “Zorra Total”, os roteiristas e atores envolvidos poderiam argumentar que aquilo exibido é “apenas teatro na televisão”<sup>98</sup>, inofensivo e mero entretenimento e até, em último caso, pedir cinicamente desculpas se por ventura ofenderam alguém com o quadro, ao passo que um comediante de *stand-up* defenderia o direito de fazer piadas relativas ao estupro (obviamente, sob uma ótica enviesada e específica, qual seja: de que a mulher tem de agradecer a violência e aceitar o papel submisso e passivo que a sociedade patriarcal impõe), ainda que também pudesse afirmar se tratar de mera piada/brincadeira, focalizando na questão da liberdade de expressão como algo ilimitado e de que os ofendidos estariam promovendo a censura.

\*

O ataque e assassinato de cartunistas do jornal satírico “Charlie Hebdo” por extremistas religiosos ocorrido em 07 de janeiro de 2015, após a publicação ter representado graficamente o profeta Maomé por diversas vezes, suscitou intenso debate, dentre outras questões, acerca da liberdade e limites que o humor deveria observar. As charges apresentadas na publicação demonstram a grande proximidade do **humor cínico** com o **humor politicamente incorreto acrítico**, pois se assentam sobre características e princípios de ambos.

Ao mesmo tempo em que os desenhos coloridos estampados na capa do periódico dissimulam cinicamente estarem apenas zombando ludicamente de uma proibição religiosa, o que no contexto francês, país que concentra uma das maiores populações muçumanas do continente europeu, tal troça além de extremamente ofensiva àqueles que professam a fé islâmica (analogamente, Vladimir Safatle, professor da USP, comentando outra polêmica envolvendo o Charlie Habdo e as charges do profeta Maomé no ano de 2012, disse que a representação gráfica do profeta era tão ofensiva quanto o é alguém adentrar a igreja cristã e cuspir na hóstia durante a realização da cerimônia), reforçava a estigmatização de que essa população é fanática e bárbara. Afinal, os desenhos para os franceses “civilizados” se tratavam de meras charges. Não obstante, como viemos discutindo, os discursos não surgem

---

<sup>98</sup> Seguindo a compreensão superficial de que o teatro necessariamente implica tão somente na representação falsa da realidade.

de lugar nenhum; não estão descolados dos seus contextos sócio-históricos; e tão pouco não deixam de exercer influência nas realidades sociais e nos processos de subjetivação.

Outro ponto relacionado é quando Charb, editor do jornal satírico e cartunista, argumentou, logo após um ataque deferido contra a redação do jornal em 2011, que o islamismo deveria ser dessacralizado, tal qual como o cristianismo já o fora. Ainda que possamos concordar em parte com essa assertiva, uma vez que as estruturas de poder ou de dominação são, sem dúvida, alvo extremamente comum do discurso humorístico, o erro está em pretender dessacralizar aquilo que para ele sequer era sagrado, embora o seja para o outro. Além de tal ideia ignorar o contexto sócio-histórico de uma crescente islamofobia no continente europeu e nos Estados Unidos, bem como da radicalização e tensão promovidas pelas potências ocidentais através de intervenções bélicas, destituição de governos e destruição de cidades inteiras no chamado “mundo Árabe”.

Sem comprarmos a tese de “choque de civilizações” de Huntington (1997) – de que os conflitos geopolíticos do mundo atual estão centrados e pautados principalmente por disputas no campo cultural, e não mais por conta dos embates ideológicos e econômicos, assim e resumidamente, o conflito básico envolveria as chamadas civilizações ocidental e oriental –, é inevitável nesse caso deixar de visualizar o mecanismo de imposição de uma perspectiva de mundo de cima para baixo, ainda mais se pensarmos que as investidas do semanário nos últimos anos se centravam fundamentalmente no Islã. Colocando o episódio que ainda nos debruçamos em termos corriqueiros: os ocidentais estariam tentando, mais uma vez, impor ideias e valores aos orientais e ainda justificam tal ação de maneira extremamente astuta, pois se valem da ideia de que não pode haver limites ao humor. Embora, como já dissemos, os limites não estão no humor em si, mas são constituídos a partir do caldo de cultura em que está sendo produzido e proferido. Claro que isso não significa defender o ataque que chacinou Charb e outros cartunistas franceses, ao contrário, a solidariedade para com as vítimas deve ser sempre total e irrestrita. O limite aí traçado pelos atiradores resultou na pura e simples aniquilação física do outro, o que não permite quaisquer confrontos de ideias, o contraditório e até mesmo a disputa por hegemonia.

Žižek (2015, não paginado) resume com maestria o grande nó envolvendo o humor propagado pelo semanário “Charlie Hebdo”, além de apontar a deficiência fundamental para este ser realmente crítico à ordem e ao poder, inclusive a análise que faz está bastante aproximada daquilo que estamos discutindo e das categorizações que propomos.

O problema com o humor do *Charlie Hebdo* não é que ele tenha ido longe demais em sua irreverência, mas que era um excesso inócuo que se encaixava perfeitamente no funcionamento cínico hegemônico da ideologia em nossas sociedades. Ele não representava ameaça alguma àqueles no poder; ele meramente tornava seu exercício do poder mais tolerável.

É importante ressaltar que qualquer questionamento ou crítica ao “Charlie Hebdo” foi prontamente taxado como tentativa de cercear a famigerada liberdade de expressão – lembremos ser esse um dos argumentos principais utilizados para defender os humores cínico e acrítico, os quais zombam em graus relativamente distintos dos oprimidos, não dos opressores –, o que também se coaduna a um melhor funcionamento da ordem vigente. Visto que aqueles que rotularam enfaticamente a chacina como um atentando a liberdade de expressão (majoritariamente governos de países ocidentais e veículos de comunicação integrantes dos grandes oligopólios midiáticos), deixando, por vezes, em segundo lugar a definição de um ato reativo de violência praticado por sujeitos extremistas, são exatamente peças nas engrenagens do poder e ordem dominante/hegemônica. Em outros termos, a nobre defesa da liberdade de expressão diz respeito à liberdade dos poucos que ocupam as fileiras do poder, além do que a propalada ausência de limite para a liberdade de expressão é limitada a liberdade de expressão deles (Estados e grande mídia ocidentais).

Finalmente, vale enfatizar de que o “Charlie Hebdo”, como qualquer propagador do discurso humorístico, não pode ser compreendido tão somente como um representante do **humor cínico** e/ou do **humor politicamente incorreto acrítico**, isto por conta de toda a polissemia, contradições, contraposições e tensões discutidas anteriormente que envolvem o humor. Destarte, tal análise procedida acima focaliza exclusivamente nos desdobramentos e impactos produzidos a partir dos acontecimentos de janeiro/2015, ou seja, em outros momentos e circunstâncias o humor do seminário francês se colocou ao lado dos oprimidos e dirigiu seu escárnio a instituições dominantes e hegemônicas, propagando assim um **humor politicamente incorreto crítico**. O humor é dialético; sempre.

## 5. POLITICAMENTE CORRETO

Nos últimos tempos, sobretudo a partir do final da década de 80 do século XX, temos nos deparado com a proliferação da expressão **politicamente correto** (AVELAR, 2011; CAMERON, 1994, 1995; DUNANT, 1994; RIBEIRO, R., 2010; WILLIAMS, 1995), a qual tem servido para caracterizar todo certo modo de agir, de pensar e/ou de se expressar. O uso contínuo e indiscriminado desta denominação fez com que esta fosse completamente incorporada à linguagem cotidiana sem que, ao certo, se pense acerca de suas significações possíveis, o que gera a priori uma legião de defensores e outra de detratores do politicamente correto, situação que em ambos os grupos formam, mesmo que de modo casual e despropositado, um movimento extremamente favorável e outro altamente crítico a tal fenômeno.

A ausência de ciência das significações possíveis do que se trata o politicamente correto é compreensível, uma vez que há controvérsias quanto à origem de tal expressão (e as ideias que conseqüentemente se encontram embutidas na mesma). Razão pela qual, inclusive podemos falar em origens, no plural, deste termo. A depender de quem recuperou a formação e o surgimento da expressão “politicamente correto”, encontramos divergências de ordem ideológica e com relação em quais sociedades tal prática se iniciou e, posteriormente, foi difundida ao redor do mundo. Além disso, o politicamente correto é majoritariamente ligado a questões relacionadas diretamente às palavras e às expressões das línguas correntes, como se tratasse principalmente (ou tão somente) de um censor daquilo que se pode ou não se pode ser dito, como analisam e comentam Bento (2008), Lefort (1994), Possenti (1995) e Possenti & Baronas (2006) em diferentes perspectivas. Todavia, como escrevemos, a ideia de politicamente correto se alastra para outros campos para além das palavras utilizadas no cotidiano, como, por exemplos, nos modos de agir e de nos relacionarmos socialmente.

A fim de construirmos uma compreensão apurada acerca desse fenômeno e tipo discursivo, busquemos, em um primeiro momento, radiografar algumas de suas propaladas raízes, para que, concomitantemente a este delineamento histórico, possamos proceder a uma sistematização de suas principais características. Para, finalmente, analisarmos a luz de tal quadro algumas das conseqüências que o politicamente correto, enquanto discurso e ideia, produz nas diversas práticas discursivas e sociais da atualidade.

## 5.1 Raízes do politicamente correto

Sem termos a pretensão de reescrevermos uma história completa do surgimento do termo politicamente correto e de sua ampla difusão enquanto um discurso que se faz cada vez mais presente e consolidado no mundo contemporâneo, recortemos o que alguns autores pontuam como marcos e/ou acontecimentos que proporcionaram a formação desta ideia, elencando convergências e divergências e procurando articular algum tipo de fio condutor para esta sucessão de tempos históricos, sem deixar de, por vez ou outra, apontar os componentes ideológicos que permeiam a caracterização dos relatos e, como não poderia deixar de ser, influenciam a estes.

De modo geral, a maioria dos autores consultados localiza o surgimento da expressão “politicamente correto” nos Estados Unidos, atribuindo a atores sociais diversos a consolidação e difusão de tal ideia. Enquanto uns afirmam que este tipo de perspectiva politicamente correta fora criada por movimentos sociais associados com a chamada *New Left* (Nova Esquerda) e por parcela da intelectualidade estadunidense em uma tentativa de proteger as chamadas minorias (CABRERA, 2012) e respeitar o multiculturalismo (SEMPRINI, 1999), para como intento geral promover os direitos humanos. Outros apontam se tratar de um termo urdido pelos conservadores para desclassificar estes comportamentos de preocupação com as diferenças, como descreve o filósofo brasileiro Renato Ribeiro (2000, p. 27, grifo do autor): “[...] o termo ‘politicamente correto’ foi cunhado pelos detratores e não pelos defensores da posição que assim é retratada. Ninguém *afirma* ser politicamente correto. O termo sempre se expressa na terceira pessoa, ou pelo menos jamais na primeira, como acusação ou zombaria.”. Em obras como as de Cameron (1995) e Hughes (2009) ou naquelas organizadas por Williams (1995) e Dunant (1994), nas quais há reflexões profundas e diversas sobre o fenômeno do politicamente correto nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo no final da década de 1980, é possível localizar essas ideias de defesa e proteção dos subjugados e, ao mesmo tempo, da transformação do termo em rótulo ofensivo.

O filósofo e ativista francês Lefort (1994), também é um dos que aponta que o fenômeno do politicamente correto é oriundo dos Estados Unidos, afirmando que aquele parece ser uma espécie de reflexo de uma tradição sectária existente nesse país, na qual tudo deveria passar por alguma regra para poder existir. O jornalista e escritor estadunidense, Wilson (1995, p. 3), buscando em arquivos da Suprema Corte dos Estados Unidos, nos dá outro indício de que ao menos a expressão “politicamente correto” tenha surgido em solo estadunidense, pois o juiz responsável por uma contenda jurídica escreveu em uma das

sentenças proferidas no ano de 1793: “‘The United States’ instead of the ‘People of the United States’ is the toast given. This is not politically correct.”<sup>99</sup>, a qual fora utilizada em sentido literal, conforme Wilson (1995, p. 3), pois o juiz compreendia que “[...] the people, not the states, held the true authority of the Unites States, and therefore a toast to the states violated the ‘correct’ political theory.”<sup>100</sup>. De todos os modos, o autor escreve que, apesar desse registro, a expressão ficou esquecida por um tempo razoável.

Bento (2008), professor português de filosofia política, também nos diz que a ideia de politicamente correto apareceu nos Estados Unidos na década de 1960, um dos momentos históricos em que houve grande articulação por parte dos movimentos sociais naquele país. Sendo sistematizado, consolidado e institucionalizado em meados da década 1990, sobretudo durante o governo do presidente Bill Clinton. Como um exemplo desta conjuntura, o autor português menciona um código de linguagem que fora instaurado na Universidade de Michigan no ano de 1989, que proibia quaisquer comportamentos verbais ou físicos que visassem estigmatizar um indivíduo por conta de sua etnia, gênero ou condição socioeconômica.

Em uma posição diametralmente oposta, há aqueles que asseveram, conforme descrevem Cabrera (2012) e Semprini (1995), ser a ideia do fenômeno do politicamente correto um legado dos regimes comunistas da China Maoista e da antiga União Soviética – principalmente enquanto essa era comandada por Josef Stálin. Segundo tal entendimento, os partidos comunistas e seus principais dirigentes pretendiam de algum modo “limpar” a linguagem com a finalidade de que esta não mais ofendesse ou humilhasse os diversos grupos sociais. Todavia, aqueles que apontam o politicamente correto como uma ideia tributária aos regimes comunistas – o que não é o caso dos citados autores, visto que apenas referenciam e documentam essa origem “comunista” da ideia – detêm uma perspectiva negativa quanto a tal sistema político-social e, deste modo, rotulam-os como sendo os criadores da ideia do politicamente correto, a qual compreendem como algo igualmente negativo/pejorativo.

Lind (2000), pensador conservador estadunidense, segue por esta trilha de ideias ao delinear que o politicamente correto é uma consequência direta do chamado “Marxismo Cultural” –, o qual, para este autor, é o Marxismo traduzido de termos econômicos para termos culturais e que foi difundido e estruturado, principalmente, pelos autores/pensadores vinculados à Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin

<sup>99</sup> “Os ‘Estados Unidos’ ao invés do ‘Povo dos Estados Unidos’ são como um brinde dado. Isso não é politicamente correto.” (em nossa tradução).

<sup>100</sup> “[...] o povo, não os Estados, detém a real autoridade dos Estados Unidos, desse modo o brinde aos Estados violam a ‘correção’ da teoria política.” (em nossa tradução).

– e remonta ao período posterior ao da Primeira Guerra Mundial, por volta da década de 1930. Dentro desta perspectiva, Lind afirma categoricamente que o Marxismo Cultural e o politicamente correto se aproximam por ambos se tratarem de ideologias totalitárias – mas, embora assuma que toda ideologia é totalitária por moldar a realidade a partir de seus pressupostos, curiosamente ressalta que o conservadorismo, se entendido, nas próprias palavras deste pensador, “de modo correto” (agora qual seria este modo correto, Lind não explica), não é ideológico – o que Žižek (1996b) rebateria ao dizer que se afiançar fora da ideologia é já estar completamente imerso na própria. De um modo geral, Lind apresenta que o politicamente correto, tal qual o Marxismo Cultural, impinge ditatorialmente e perigosamente como as relações sociais devem pautar-se.

Cameron (1994), professora britânica de linguística, conjuga que a origem de ambos os termos (politicamente correto e politicamente incorreto) pode ser situada no contexto histórico estadunidense do final dos anos 1960 até o final dos anos 1980, embora, dando um passo para trás, a autora delinea que:

According to Ruth Perry’s article “A short history of the term *politically correct*”, the source from which these groups adopted the phrase was probably the English translation of Mao’s *Little Red Book*. Alternatively, Barbara Epstein has suggested a connection with ‘correct lineism’, a term used in the Communist Party<sup>101</sup> (CAMERON, 1994, p. 18-19).

Parker (2013), psicólogo e professor universitário inglês, se indagando de onde provinha o fenômeno do politicamente correto, afirmou se recordar de que, de fato, isto se relacionava ao discurso da Esquerda, sobretudo àquele propagado pelos movimentos feministas nos anos 70 e 80 do século XX, os quais proferiam construções linguísticas politicamente corretas, que, segundo Parker, pretendiam justamente ironizar o modo politicamente correto pelo qual utilizavam para se referirem uns aos outros. Inclusive, as pessoas confeccionavam *bottons* e camisetas com dizeres: “eu sou politicamente correto”. Wilson (1995, p. 4) descreve a mesma ideia ao dizer que o politicamente correto “[...] was used sarcastically among leftist to criticize themselves for taking radical doctrines to absurd

---

<sup>101</sup> “De acordo com o artigo “A short history of the term *politically correct*” de Ruth Perry, a fonte da qual estes grupos retiraram os termos fora provavelmente da tradução para o inglês do *Pequeno Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung. Alternativamente, Barbara Epstein tem sugerido uma conexão das ideias de politicamente correto e politicamente incorreto com o ‘correct lineism’ [cf. Cameron, 1995, tal expressão denominava os camaradas que se julgavam melhores que os outros e, por adotarem os dogmas do partido, faziam com que os outros almejassem rachar a unidade partidária], termo usado pelo Partido Comunista Chinês.” (em nossa tradução).

extremes.”<sup>102</sup>, bem como Perry (1992, p. 70) assevera que “the phrase politically correct has always a double-edged [...] [and] has long been our own term of self-criticism.”<sup>103</sup>

Entretanto, os movimentos de Direita respaldados pelos discursos e ideologias dominantes se apropriaram do fenômeno ressignificando-o ao dotá-lo de extremo exagero e atribuindo à Esquerda toda a carga de policiamento deletério subjacente a uma ideia de politicamente correto, o que igualmente conseguiu com que as posições de Esquerda, adotadas amplamente pelos movimentos progressistas, se cristalizassem pouco a pouco no imaginário social como mal humorada e coercitiva. Deste modo, a Direita obscureceu quaisquer das raízes históricas do termo politicamente correto, o qual se referia a escrachar o *status quo*, além de, nas palavras de Parker (2013): “patologizar aqueles [os movimentos de Esquerda] que estão preocupados em como a linguagem é usada”.

Um último apontamento. Segundo Wilson (1995), ao longo da década de 1980, foi justamente o discurso conservador que transformou o adjetivo politicamente correto, o qual designava posições e visões de sujeitos extremistas determinados e específicos, em substantivo que englobasse qualquer pensamento radical e crítico – no caso particular do que é discutido na obra deste autor: as correntes que propunham revisões nos conteúdos e currículos universitários estadunidenses (como um exemplo: por que ao se estudar literatura, todos os autores estudados são somente do sexo masculino?) e a observação da linguagem utilizada no espaço acadêmico estadunidense (representados principalmente pelos polêmicos códigos de linguagem instituídos nestes locais), o que para os conservadores representava um meio de corromper e erodir com todo o sistema de ensino superior daquele país.

Inclusive, o autor desdobra que “by expanding the meaning of *political correctness* to include *any* expression of radical ideas, conservatives distorted its original meaning and turned it into a mechanism for doing exactly what they charge is being done to them – silencing dissenters.”<sup>104</sup> (WILSON, 1995, p. 6, grifos do autor). Ou seja, embora reivindicassem que o politicamente correto detinha um caráter autoritário e opressor, tornaram esse discurso mais uma das armas e instrumentos para a manutenção da dominação e hegemonia por parte do pensamento conservador.

<sup>102</sup> “[...] era usado sarcasticamente entre os esquerdistas para criticar a si mesmos por levar doutrinas radicais a absurdos extremos.” (em nossa tradução).

<sup>103</sup> “a frase politicamente correta é sempre uma faca de dois gumes [...] [e] por muito tempo foi nosso próprio termo de autocrítica.” (em nossa tradução).

<sup>104</sup> “ao expandir o significado do *politicamente correto* para incluir *qualquer* expressão de ideias radicais, os conservadores distorceram o significado original e transformaram-no em mecanismo para fazer exatamente o que imputavam estar sendo feito com eles – silenciar dissidentes.” (em nossa tradução).

## 5.2 Algumas considerações e desdobramentos

Seguindo a perspectiva da dialética, tal como nos referenciamos por vezes ao longo de nosso texto, guiaremos a nossa análise pelo desdobramento e confronto de argumentações e visões díspares e opostas acerca do politicamente correto, buscando não nos atermos tão somente na mera descrição de tais posições, em outros termos, procuraremos discutir e confrontar os próprios pontos convergentes e divergentes dentro de cada uma das posturas que são adotadas diante do discurso e ideal de politicamente correto.

Por um lado, o politicamente correto pretende propor **normatizações na esfera pública** visando combater as desigualdades e os preconceitos arraigados de modo sócio-histórico, bem como ocasionar o respeito ao multiculturalismo (SEMPRINI, 1999) e às denominadas minorias (CABRERA, 2012). Concordando com Eagleton (1998, p. 61) de que **normatização** não necessariamente é algo deletério, autoritário e preocupante, tal como escreve o autor: “a normatividade [por exemplo] quando quer dizer repressão sexual deve ser condenada, mas defendida quando significa, digamos, o acordo de praxe pelo qual trabalhadores conquistam o direito de faltar ao trabalho em determinadas situações.”. Além disso, como afiança Billig (2005, p. 126), “although politeness might be universal – for every language must have codes for appropriate and inappropriate talk – particular codes of politeness need not be universal (Billig, 1999; Brown and Levinson, 1987).”<sup>105</sup>.

Entretanto, os movimentos contrários ao politicamente correto, representados por um discurso conservador e hegemônico, majoritariamente propagado pela grande mídia através de seus analistas e articulistas, procuram desqualificar pronta e radicalmente tal manifestação. Frequentemente, o campo principal para tal confronto é o do léxico por conta das mudanças que o politicamente correto teria por pretensão propor no uso das palavras. Assim, o discurso conservador e hegemônico usualmente atribui ao politicamente correto um sentido fortemente negativo, como se tratasse de um rótulo ofensivo e/ou pejorativo (DUNANT, 1994; RIBEIRO, R., 2000), taxando-o como, dentre outras acepções, “censura desmedida e desnecessária”, “fascismo gratuito”, “mera patrulha da linguagem falada”. Argumentando, principalmente, que mudar, atenuar ou remover palavras do vocabulário cotidiano não implica no apagamento do que estas representam nas realidades vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos no corpo social (BENTO, 2008; LIND, 2000; RIBEIRO, J., 2005; ZAMBONI, 2012).

---

<sup>105</sup> “Embora a polidez pareça ser universal – todas as línguas devem ter códigos para a fala apropriada e inapropriada – os códigos particulares de polidez não necessitam ser universais (Billig, 1999; Brown and Levinson, 1987).” (em nossa tradução).

Com este entendimento, o discurso conservador e hegemônico subverte aquilo que o discurso politicamente correto carrega como uma de suas ideias essenciais (reforcemos novamente pela importância que imputamos a isso: normatizações na esfera pública), tomando a tentativa de construção de um respeito mútuo e amplificado por mero caso de uma pretensa “ditadura das minorias” (WILLIAMS, 1995).

O conservadorismo defende a manutenção irrestrita à ordem e ao instituído tal como estes se encontram no presente, uma vez que não há quaisquer possibilidades de mudanças no horizonte, afinal, compreende a proposição de outros termos no léxico como tão somente a trivial mudança dos próprios, não das ideias que neles estão contidas e propagadas, as quais, segundo este ponto de vista conservador e hegemônico, jamais mudarão ou poderão sequer ser questionadas e repensadas. Inclusive, é interessante a seletividade e inconsistência dessa linha argumentativa, pois, como questiona Fairclough (2003, p. 21):

It is worth considering why critics of ‘PC’ [politicamente correto] readily say that it is ‘PC’ to suggest that adult females should be referred to as ‘women’ and not ‘girls’, but does not see it as ‘PC’ when ‘back account’ are re-labelled as ‘financial products’.<sup>106</sup>

Em outros termos, o sentido depreciativo que os conservadores imputam ao politicamente correto para atacá-lo é completamente seletivo e até mesmo cínico, uma vez que esses desconsideram a multiplicidade de sentidos que o discurso do politicamente correto pode produzir, além de fingirem criticar todo e qualquer tipo de enunciação politicamente correta. No entanto, os conservadores apenas recriminam uma de suas possibilidades, qual seja: aquela que está conectada com as pautas progressistas ou revolucionárias, como por exemplo, a luta contra o machismo, o racismo e o patriarcado. Enquanto aquele politicamente correto que hegemoniza e naturaliza o léxico e a lógica do capitalismo, disseminando-as por todas as esferas da vida e das instituições sociais<sup>107</sup>, não é alvo de crítica alguma por parte destes que proferem um discurso anti politicamente correto.

---

<sup>106</sup> “Vale a pena considerar o porquê dos críticos ao politicamente correto prontamente apontarem que é politicamente correto sugerir que se referencie a mulheres adultas por “mulheres”, não por “garotas/meninas”, mas não vê como politicamente correto quando “conta bancária” passa a ser denominada como “produto financeiro”.”. (em nossa tradução).

<sup>107</sup> É facilmente observável tal processo de naturalização da lógica e ideias capitalistas nas mais diversas instâncias da vida e nas instituições sociais. Como um exemplo próximo da nossa realidade acadêmica, o ambiente universitário dos dias correntes tem cada vez menos suas relações e obrigações regidas por princípios de uma instituição educacional, ao invés disso os princípios dominantes são aqueles que norteiam companhias financeiras, tais como: metas elevadíssimas de publicação impostas aos docentes e pós-graduandos; a obsessão das administrações centrais e reitorias por estar no topo dos rankings internacionais; dentre outros mecanismos estranhados a um espaço educacional, porém extremamente familiares ao de uma empresa.

O simples fato de um grupo social passar a se denominar de outro modo, como no comumente citado caso do Movimento Negro que adere a termos como “afrodescendente” (o qual está vinculado às origens ancestrais do indivíduo) e o próprio “negro” para se autoqualificar, em detrimento dos diversos outros termos pejorativos que são utilizados cotidianamente, já é razão para que os propagadores do discurso conservador e hegemônico se manifestem de forma veemente, se sentindo tolhidos em sua liberdade individual e inviolável de se expressar livremente.

Com relação a isto, Avelar (2011) relembra que nos EUA, no início dos anos 1990, houve um forte movimento por parte da Direita nas universidades daquele país, a qual promovia colóquios e simpósios para se discutir a suposta pressão dos movimentos sociais e de minorias para que a sociedade passasse a adotar palavras e frases politicamente corretas – lembrando que nesta perspectiva o termo **politicamente correto** detém uma carga negativa. Assim, “politicamente correto” é aquilo que por incomodar o conservadorismo passa a ser identificado como algo despropositado e desprezível. Embora, como demonstra Richard Ohmann (In: WILLIAMS, 1995), a maioria esmagadora dos burocratas e comandantes das universidades daquela época era o autêntico protótipo do opressor (brancos, homens, politicamente identificados com visões de Direita), ou seja, quem ditava os rumos da universidade não era nenhuma “ditadura das minorias”, mas sim, como na clássica frase do filme estadunidense “Casablanca” de 1942, pelos “usual suspects” (os suspeitos de sempre). Assim, Avelar (2011, não paginado) pontua que essa suposta pressão das minorias é de difícil demonstração, ademais de ter sido invencionada pelo próprio discurso conservador de Direita para simplesmente “[...] silenciar o outro enquanto se faz de vítima oprimida”.

O mecanismo dos opressores inverterem as posições entre opressor e oprimido decorre de processo cínico semelhante ao que já descrevemos anteriormente, visto que esta troca é iniciada com a fusão e confusão dos papéis e lados que cada sujeito oprimido ou opressor ocupa na configuração social. É como se não houvesse determinantes diferenças de classe e/ou dentro das estruturas hierárquicas – “somos todos iguais” bradam os opressores, ainda que tenham a sólida, porém impronunciável publicamente, convicção de que uns são mais iguais que outros –, as quais realmente inviabilizam, bem como pulverizam por completo, a possibilidade de existência da horizontalidade nas relações sociais. Seguindo a lógica que estamos discutindo, poderíamos especular acerca de um governante tirano cinicamente difundir ser fragilizado e oprimido em consequência do levante das vozes discordantes daqueles que constantemente se encontram subjugados, ainda que os últimos realmente sejam os massacrados e sufocados inclementemente pela violência do poder

comandado pelo “frágil” poderoso, o qual se vale justamente das estruturas opressivas para seguir governando.

Emprestemos o exemplo do episódio ocorrido em “11 de setembro” estudado por Žižek (2003a) para tornar mais concreto e clarificado o que aqui estamos descrevendo. O filósofo assevera que o processo de vitimização é um ponto nevrálgico do discurso politicamente correto e, ainda que esteja tratando de outro contexto, o da “guerra ao terror” encampada pelo governo estadunidense no cenário que emergiu após os ataques sofridos em seu próprio território no mês de setembro de 2001, conclui que:

[...] a fim de restaurar a inocência do patriotismo americano, o *establishment* conservador americano mobilizou o principal ingrediente da ideologia politicamente correta que ele oficialmente despreza: a lógica da vitimização. Apoiando-se na ideia de que a autoridade é conferida (apenas) aos que falam da posição de *vítima*, ele se baseava no seguinte raciocínio implícito: “agora nós somos as vítimas, e é isso que legitima o fato de falarmos (e agirmos) de uma posição de autoridade” (ŽIŽEK, 2003a, p. 13-14).

Outro exemplo. Com o advento e posterior fortalecimento da disseminação da troca de arquivos de áudio, vídeo e texto por meio de programas de compartilhamento na internet, as grandes corporações detentoras dos direitos de “produção” (cabem aspas, uma vez que quem de fato produz são os artistas, os técnicos de áudio, escritores, roteiristas, dentre tantos outros trabalhadores associados à produção cultural) e distribuição destes conteúdos, ao invés de repensarem suas estratégias de mercado, marketing ou preços praticados, justificaram as quedas nos números de vendas de seus filmes e discos musicais tão somente à livre e gratuita circulação de tais produtos culturais na rede mundial de computadores. Indo além, as associações se valeram das leis de *copyright* para interpelar judicialmente usuários de programas de troca de arquivos, como no caso do pioneiro e finado *Napster* surgido e “desaparecido” no início da década de 2000 (o programa em seu formato original é que foi “desaparecido”, pois após ser adquirido por uma grande empresa, foi reformulado e existe até o presente momento, porém em formato de assinatura paga e respeitando os direitos autorais).

A lógica subjacente é semelhante àquela anteriormente descrita, uma vez que gigantes do mercado do entretenimento asseveravam uma pseudofragilidade diante de um número ínfimo de pessoas, ao pensarmos no tamanho dos mercados fonográfico ou cinematográfico mundiais, que por trocarem arquivos, muitas vezes sem visar lucro algum sobre isto, estariam promovendo o colapso desse mercado do entretenimento. Portanto, ao serem vítimas dos usuários, as corporações teriam a autoridade e o salvo-conduto para

esmagá-los, mesmo que o argumento seja facilmente desmontável, já que bastaria observar o número baixo de pessoas com amplo acesso a internet naquele momento, comparando-o com os números referentes à queda da comercialização de produtos da indústria cultural e do entretenimento e com o tamanho dos mercados atingidos por estas.

Como a chamada “tese da vitimização” é evocada frequentemente em debates envolvendo o politicamente correto, se faz necessário que dediquemos um pouco mais de nossa atenção a ela. Compreendemos que na acepção que estamos seguindo por ora (perspectiva do politicamente correto enquanto tentativa de promover o igualitarismo), a vitimização é uma falácia e um modo de desqualificar qualquer alteração do paradigma social vigente fundando nas desigualdades e opressões. Ao contrário de estimular os oprimidos a se sentirem ou se portarem como meras vítimas, este discurso e ideia de politicamente correto ataca a ideologia dos algozes, a qual, por dissimular os conflitos existentes, contribui justamente para o encaixe dos oprimidos na condição de falsas vítimas.

O ponto fundamental é contribuir no fortalecimento das noções de classe, identidades e modos de subjetivação historicamente subjugados, promovendo o chamado “empoderamento” e conscientização destes grupos de indivíduos acerca dessa condição que lhes foi imputada. A luta, deste modo, é travada em duas frentes de batalha: no campo da mudança de rota das distorções sociais via políticas afirmativas; e na seara ideológica pela produção de discursos outros e contra hegemônicos relativos ao instituído, colocando em perspectiva até que ponto tais construções hegemônicas são factuais.

Retornando a questão fundamental dos embates envolvendo o léxico cotidiano, basta também observarmos o fervor crítico das opiniões publicadas e os argumentos utilizados em episódios como o da cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos” (QUEIROZ, 2004), lançada em maio de 2005 pelo Governo Federal brasileiro, ou, em outro acontecimento igualmente recente, transcorrido no mês de fevereiro de 2012, envolvendo uma ação do Ministério Público Federal de Uberlândia-MG contra o dicionário Houaiss e sua editora (Objetiva), por julgar que o dicionário em questão contém expressões preconceituosas e racistas relacionadas aos ciganos<sup>108</sup> (MPF/MG VAI..., 2012). Para o primeiro caso referenciamos os seguintes textos publicados pela chamada grande mídia: Freire (2005), Gullar (2005), Jordão (2008), Mendes (2005), Ribeiro, J. (2005), Schwarcz (2005) e Zamboni (2012). Enquanto para a polêmica envolvendo o dicionário, apontamos as notícias e artigos de

---

<sup>108</sup> Para uma crítica acadêmica a tal ação fundada em uma análise em defesa de que os dicionários apenas registram os usos que os termos detêm na linguagem, ver Neves (2012).

opinião igualmente publicados através dos grandes veículos de comunicação: Albuquerque (2012), Brum (2012), Lessa (2012) e Rodrigues (2012).

Em ambos os casos, aqueles articulistas – alguns completamente, outros somente nestes episódios citados – vinculados a um discurso inclinado ao conservadorismo e à defesa cínica da liberdade de expressão irrestrita repudiaram tais ações, apontando de prontidão o caráter politicamente correto destas (desse modo, compreendendo como algo deletério, frente ao entendimento que estamos apontando ser aquele por parte os discursos dominantes frente ao politicamente correto). Salientamos também que tais textos, ainda que não sejam acadêmicos em formato de artigo científico, demonstram a materialização dessa perspectiva hegemônica e conservadora frente à ideia/expressão politicamente correto. Além do que, artigos de opinião publicados na mídia, seja impressa ou digital, são uma boa forma de se perceber como alguns sentidos estão circulando pelo corpo social, ou até mesmo e principalmente, como alguns deles são postos em circulação e impostos como única possibilidade de narrativa. Até porque, a linguagem é fundamental para a estruturação da realidade e para o entendimento de tudo. Sigamos a reflexão de Eagleton quanto a isto:

A linguagem naturalmente é tão real quanto tudo o mais, como sabem por experiência própria os que são alvo de calúnias racistas ou sexistas, e o discurso civilizado ou amigável é uma parte necessária da vida social. Mas a linguagem, como todo o resto, também pode vir a figurar como um fetiche – tanto no sentido marxista de ser reificada, investida de um poder excessivamente numinoso, como no sentido freudiano de substituir algo no momento indefinidamente ausente. Negar que há uma distinção entre o discurso e a realidade, entre praticar genocídio e falar dele, significa, entre outras coisas, uma racionalização dessa condição. [...] **não há nada tão importante como falar.** (EAGLETON, 1998, p. 26, grifo nosso)

Desse modo, podemos afirmar que os embates em torno do falar são extremamente importantes para a criação dos consensos relativos aos mais diversos tópicos e, pelos exemplos elencados há pouco, um dos lados tem conseguido construir e consolidar muito bem suas posições e visões de mundo. Nos casos que citamos, a perspectiva de que se trata de uma bobagem lutar pelos sentidos hegemônicos que circulam através de determinados termos da linguagem cotidiana, ou que suscitar a discussão e os questionamentos acerca dos termos empregados não atingirá e cambiará os significados propagados (adiante discutiremos mais detidamente isso), contudo, como está presente no último excerto citado, a divisão entre **se falar de algo e praticar esse algo** é um processo de racionalização em prol das ideologias dominantes. Tal cisão visa silenciar as críticas a desigual ordem vigente e promover ideologicamente o esquecimento de que ambas as ações (falar e efetivamente fazer) estão

imbricadas e intimamente conectadas. Para resumirmos e materializarmos com um exemplo o que aqui estamos discutindo, tomemos um trecho de texto de Leonardo Sakamoto, blogueiro e professor universitário brasileiro, publicado em seu *blog*, o qual versa sobre a violência simbólica do discurso homofóbico e a violência homofóbica real:

Como já disse aqui, líderes religiosos dizem que não incitam a violência. Mas não são suas mãos que seguram a faca, o revólver ou a lâmpada fluorescente, mas é a sobreposição de seus argumentos e a escolha que faz das palavras ao longo do tempo que distorce a visão de mundo dos fiéis e torna o ato de esfaquear, atirar e atacar banais (SAKAMOTO, 2012, não paginado).

Assim, discutir o que se diz, e sobretudo como procedemos o dizer, é também agir no câmbio da realidade social e da forma como subjetivamos, percebemos e nos relacionamos com o mundo e com os outros.

Já o temor, por vezes cínico e até certo ponto persecutório, pela instauração de um Big Brother e sua “Novilíngua”, tal como descritos por George Orwell (1976) em sua conhecida obra “1984”, ou de uma polícia da linguagem, como o corpo de bombeiros de “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury (2007) que queima todo ou qualquer livro por julgá-los perigosos e desnecessários àquela sociedade fundada no imagético e na ultravelocidade (qualquer semelhança com a atualidade é mera coincidência, uma vez que o livro de Bradbury foi publicado em 1953), se fazem presentes consideravelmente no rol de argumentos articulados em tais textos críticos a ambas as ações por parte do poder público nacional. Ainda que, de qualquer maneira, concordemos que a iniciativa de se editar um documento de como a população deva falar ou impedir um dicionário consolidado e respeitado de circular (se é que estas ações se trataram exatamente disto), de fato se aproxime de algum modo ao que ocorrem em estados totalitários.

Exageradamente, Bento (2008) compara a imposição de uma linguagem politicamente correta com o caso da LTI, a linguagem do Terceiro Reich, se valendo de análises realizadas por Klemperer (2009) acerca desta e dizendo que em ambos os casos (cartilhas do politicamente correto e a língua nazista) há uma dissociação gradativa entre pensamento e linguagem, pois, ao se domesticar e constringir esta, aquele paulatinamente se despoticiza e se afunila de tal modo a desembocar em uma ausência total na capacidade de se pensar/refletir. Contudo, as ferrenhas críticas a tais iniciativas poderiam também levar em alta consideração a necessidade de se pensar na reafirmação de preconceitos que ocorre constantemente, mas não somente, através da linguagem, como inclusive propôs Queiroz

(2005b), o autor da polêmica cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, em artigo publicado no sítio *Observatório da Imprensa* em meio a toda grita conservadora à época da distribuição do documento editado pelo governo federal brasileiro.

Antes de prosseguirmos, comentemos um pouco mais detidamente acerca do livro de Bradbury (2007). O argumento chave utilizado pelo escritor de “Fahrenheit 451” é de que a culpa pela inversão na função do corpo de bombeiros – promover a queima, ao invés de combater as chamas – e o abandono total dos livros por tal sociedade retratada nesta obra, deve ser atribuída às **minorias** e ao policiamento **politicamente correto** procedido e promovido por essas, as quais paulatinamente foram censurando trechos e termos dos livros até se chegar ao ponto de que toda e qualquer obra literária se tornou completamente proibida. Através deste enredo podemos pontuar a inversão ideológica da vitimização, pois a tese é de que o simples questionar constante das minorias desaguaria no desmoronamento do mundo em que os humanos são inteligentes, articulados e livres.

Assim, se seguirmos essa esteira de ideias, não haveria saída para os grupos subjugados, uma vez que somente a manutenção da opressão é garantia de se evitar o totalitarismo e automatismo. Certamente poderia se contra argumentar que estamos sendo categóricos nesta forma de analisar, no entanto, percebam que o autor é igualmente categórico ao imputar a destruição do conhecimento propagado pelos livros às minorias. Claro que “Fahrenheit 451” não tece somente tal afirmação, há outras críticas como no caso do processo de imbecilização promovido pelos meios de comunicação de massa e pela propaganda veiculada através destes. Porém, como estávamos afirmando, neste livro de Bradbury podemos especular o quanto a ideologia dominante é atuante, uma vez que não apenas inverte as posições oprimido-opressor, como igualmente transfere aos oprimidos a responsabilidade pela formatação e despontencialização de todos os sujeitos integrantes da sociedade futurista de “Fahrenheit 451”.

Sumarizando, o discurso conservador e hegemônico que é contrário ao politicamente correto, majoritariamente, tem como intuito literalmente conservar o *status quo*, despontencializando quaisquer iniciativas de promoção de igualdade (ou ao menos, certo arrefecimento nas disparidades sociais), ao reduzir a importância de se discutir visões preconceituosas e promotoras de desigualdades que as palavras carregam e reafirmam. Para tal discurso, é inútil pretender substituir termos, pois como já afirmamos, segundo este ponto de vista, o que representam continuará existindo independentemente das mudanças propostas ou levadas a cabo. Tal cosmovisão de mundo ignora aquilo asseverado peremptoriamente por Agamben (2004, p. 15) de que: “[...] como se sugeriu, a terminologia é o momento

propriamente poético do pensamento, então as escolhas nunca podem ser neutras.” - ainda que nessa passagem de seu texto esteja especificamente justificando o porquê utiliza a expressão “estado de exceção”, ao invés de outras como “estado de sítio” ou “decretos de urgência”.

Como diz Avelar (2011), até o mero fato de se propor uma nomenclatura alternativa, ou confrontar o que os termos correntes carregam, explicitando-os, já é encarado como tentativa desmedida de censura, de tolhimento da liberdade de expressão e de manipulação ditatorial da linguagem. Não por acaso, como já pontuamos e também é discutido pelos diversos autores presentes na obra organizada por Williams (1995), as referências ao “dicionário novilinguístico” imposto pelo Big Brother no livro “1984” de George Orwell (1976), bem como o ato de caricaturizar a tentativa de se adotar novas formas para se referir aos grupos sociais, são constantes na argumentação dos detratores do politicamente correto. Assim sendo, a proposição de mudanças ou é desimportante e infrutífera ou trata-se de um patrulhamento excessivo à linguagem.

Todavia, vale a ressalva de que vivemos mergulhados em uma “sociedade da informação” contemporânea, como denominam Polizelli e Ozaki (2008), o que implica nas relações sociais e na linguagem estarem cada vez mais ancoradas e influenciadas pelas mídias, as quais, como pontua Rajagopalan (2000, p. 97), têm seu poder fundado na linguagem e aqueles que integram a mídia compreendem amplamente que ao se alterar palavras da linguagem, “consegue-se interferir no mundo”. Ou seja, nesta compreensão, a troca de termos implica na troca das coisas, “pois as coisas não são nada se não produtos produzidos a partir dos objetos que só são apresentados a nós por intermédio da linguagem.” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 98). Embora concordemos com os pontos de vista de Possenti (1995) e Renato Ribeiro (2000), pois, para este, em uma perspectiva de Esquerda, há o reconhecimento do caráter específico das demandas raciais, de gênero, dentre outras, mas as situa de um modo **mais amplo no âmbito do social**. Para aquele, o uso da busca etimológica para fim ideológico ou retórico mantém a ideia ilusória de que a linguagem é formada por sentidos verdadeiros e puros, sendo que: “o relevante não é, pois, a etimologia, mas o fato de que ela retorna, eventualmente, em diversos discursos.” (POSSENTI, 1995, p. 141).

Por uma outra perspectiva, em um cenário do pós Segunda Guerra Mundial, segundo Deleuze (1992), emergem as chamadas “sociedades de controle”<sup>109</sup>, que se contrapõem em alguns pontos ao modelo das “sociedades disciplinares”<sup>110</sup> caracterizadas por Foucault (2004). Nesse contexto de predomínio dos mecanismos de controle, a vida é cada vez mais gerenciada em suas diversas dimensões, o que, evidentemente, inclui o âmbito das palavras que devem ou não devem ser ditas. Frente a tal cenário, um discurso politicamente correto de homogeneização dos discursos, mas, sobremaneira, das condutas e dos modos de subjetivação, alcança força e ganha legitimidade.

A busca por uma socialização fundada apenas nos **consensos** absolutos, e não mais nos **conflitos**, exige que a acidez e a virulência sejam progressivamente apagadas, mesmo que isto implique em um processo de esvaziamento e de dessubjetivação dos e nos sujeitos e discursos (ŽIŽEK, 2003a, 2003b; LIPOVETSKY, 2005), o que, inclusive, se coaduna com a ideia e o ideal de um mundo *light* (ROJAS, 2007) e de uma “desertificação do real” (ŽIŽEK, 2003a). Em termos práticos e cotidianos, poderíamos dizer que aquelas substâncias químico-físicas que, por exemplos, proporcionam o sabor proeminente dos alimentos, o descontrole da consciência, dentre outras “inadequações” aos comportamentos “corretos”, e, ao mesmo tempo, engordam, causam torpor, colocam em risco certo bem-estar particular, etc. devem ser retiradas de circulação. Na perspectiva *light* do capitalismo liberal-democrata, há de se convergirem o prazer pleno às proibições e para tal, diz Žižek (2003b, p. 96), surgem dentre outras coisas: “[...] coffee without caffeine, cream without fat, beer without alcohol... And the list goes on: what about virtual sex as sex without sex, the Colin Powell doctrine of warfare with no causalities (on our side, of course) as warfare without warfare”<sup>111</sup>, e, em outro texto, prosseguindo a extensa lista de exemplos, igualmente ocorre neste contexto o surgimento: “[...] da redefinição contemporânea da política como a arte da administração competente, ou

<sup>109</sup> Fundamentadas, principalmente, no descentramento e na dispersão do poder e dos mecanismos de controle, uma vez que nesta configuração social, estes e aquele se exercem por serem internalizados pelo próprio sujeito, o qual não tem mais a completa necessidade da existência das instituições disciplinares para vigiá-lo e guiá-lo.

<sup>110</sup> Como um exemplo simples para se comparar os modos de funcionamento das sociedades de controle e disciplinares, Deleuze (1992, p. 221) aponta as diferenças entre as relações salariais em uma fábrica (instituição disciplinar) e em uma empresa (instituição de controle). Diz este autor: “a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários”, enquanto que a empresa, prossegue Deleuze (1992, p. 221), “[...] introduz o tempo toda uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõem os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo.”. Em outras palavras, a ideia de cobrança pela produtividade está dentro do próprio trabalhador da empresa, o qual por almejar ganhar mais que seus companheiros (o que não necessariamente será o adequado, pois, neste sentido, é possível notarmos na atualidade que a lógica da fábrica “produção alta, salário baixo” não se esmaeceu de todo, embora não esteja mais tão explicitada), buscará produzir mais que qualquer outro, mesmo que isto lhe custe dedicar-se praticamente em tempo integral ao trabalho.

<sup>111</sup> “Café sem cafeína, creme sem gordura, cerveja sem álcool... E a lista continua: sexo virtual como sexo sem sexo, a doutrina de guerra de Collin Powell, em que não há baixas (no nosso lado, é claro), ou seja, uma guerra sem guerra.” (em nossa tradução).

seja, a política sem política; ou mesmo o multiculturalismo tolerante de nossos dias, a experiência do Outro sem sua Alteridade” (ŽIŽEK, 2003a, p. 25).

Assim, seguindo a visão de mundo proporcionada por tal acepção de discurso politicamente correto, outras multiplicidades e “desvios” nos processos de subjetivação padrões, sendo estes forjados previamente e oferecidos pelo modo de produção vigente como um (falso) leque infinito de opções, são malditos ou até mesmo completamente indesejáveis. Por exemplos, não se associar ao pensamento neoliberal, criticar o capitalismo atual enquanto um sistema de produção econômico, simbólico e semiótico deletério à humanidade (BIFO, 2007) ou se pensar em outras formas possíveis para a existência humana, são ações que podem ser encaradas como ideais e posturas opostas ao pensamento único promovido por esta leitura de mundo politicamente correta, a qual comporta as afirmações pretensamente irrefutáveis de que vivenciamos em um mundo pós-ideológico, onde, segundo Fukuyama (1992) a história se encerrou com a consolidação e hegemonia do capitalismo globalizado liberal-democrático.

Ao não haver “outro mundo possível” (como apregoa o slogan do Fórum Social Mundial, com qual visa se afirmar alguma esperança de mudanças profundas no excludente e perverso modelo econômico social global vigente), quaisquer radicalismo/extremismo político passam a ser enquadrados como:

[...] indicativos de seu oposto, de uma limitação, de uma recusa, na verdade, de “ir até o fim”. O que foi o recurso dos jacobinos ao “terror” radical se não um tipo de atuação histórica que atesta sua incapacidade de perturbar os próprios fundamentos da ordem econômica (propriedade privada etc.)? **E o mesmo não vale também os chamados “excessos” do politicamente correto? Eles também não simbolizam um recuo da perturbação das causas (econômicas etc.) reais do racismo e do sexismo?** (ŽIŽEK, 2013, p. 99, grifos nossos).

O que o filósofo esloveno escreve a respeito nesse breve excerto acerca do politicamente correto é nevrálgico e importantíssimo. A crítica de que tal discurso do politicamente correto ao defender as minorias, o multiculturalismo, a pluralidade, enfim, as diferenças de um modo geral, relega atacar o problema central que, segundo Žižek, estrutura e proporciona a desigualdade das/nas relações sociais: o modo de produção capitalista (as citadas “questões econômicas”). Destarte, acompanhando esse encadeamento de ideias, o politicamente correto ataca tão somente as consequências trágicas (racismo, violência de gênero, preconceitos ligados à questão de diferenças entre níveis socioeconômicos) de uma

lógica que intrinsecamente não tem a capacidade e/ou intento de proporcionar o igualitarismo, a solidariedade e os sentidos de coletividade e de alteridade.

Concordamos em parte com essa afirmação de Žižek, pois para que o todo desmorone, não é desprezível o questionamento e desconstrução dos fragmentos que o compõe – inclusive, tal como indica Konder (1981, p. 39), ao discutir as ideias de totalidade e totalização presentes na dialética de Marx: “a modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem.”. E, ainda que o autor utilize aspas na palavra **excesso**, relativizando-o (ou ironizando-o), reafirmamos que atacar as consequências do capitalismo é igualmente importante e constitutivo para os processos de transformação do modo pelo qual as relações sociais se efetivam e se estruturam dentro de tal ordem desigual. O que permite, inclusive, imaginar outra forma possível de existência. Enquanto os excessos (sem aspas) de um tipo de pensamento e de discurso politicamente correto são deveras problemáticos e questionáveis, estando conectados àquilo que ainda discutiremos adiante.

O modo politicamente correto focado neste mero e cego enaltecer por enaltecer as diferença e a pluralidade, contudo e de fato, deve ser interpelado já que tal visão é parceira de um melhor funcionamento do próprio capitalismo, ao incluir e produzir novos modos de existir nas prateleiras do mercado de identidade e dos processos de subjetivação, os quais são denominados por Rolnik (1997) de “identidades globalizadas flexíveis”, que, pretensamente únicas e contraditoriamente serializadas, detêm como característica preponderante o fato de estarem à disposição aos consumidores ávidos pelo “novo” e pelo “exclusivo”. Isto implicaria, segundo a autora, em uma adicção pelas referências identitárias. Frente a este vício, Rolnik (1997) chega a uma formulação similar a de Hall (1992) envolvendo a questão da identidade: a ocorrência de dois processos conflituosos e opostos envolvendo-a. São eles: 1) o fortalecimento das identidades locais; 2) o desaparecimento, implicando na impossibilidade de existir, de toda ou qualquer identidade. Embora razoavelmente longa, vale a citação literal em que a autora explicita os problemas envolvendo este **falso** dilema, o qual está interligado a certa acepção de politicamente correto:

Num pólo [sic], as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais, etc. Ser viciado em identidade nestas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos deste tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; **mas no plano da subjetividade trata-se aqui de um falso problema**. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a **própria referência identitária que deve**

**ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização [...] (ROLNIK, 1997, p. 21, grifos nossos).**

Tal perspectiva pode ser aproximada a ideia de “indiferença às diferenças” proposta por Safatle (2012b, p. 21), na qual as particularidades são eclipsadas por um grande senso comunitário e em que possa transcorrer uma relativização do superdimensionamento das dimensões individuais e individualizantes. Todavia, o movimento dialético entre o singular-universal-particular (OLIVEIRA, 2005; PASQUALINI; MARTINS, 2015) é uma constante a ser assinalada para que **a indiferença às diferenças** não se torne **uma indiferença ao diferente**, nem que esse processo desemboque em uma homogeneidade completa, a qual, por princípio, está em desacordo com os embates constantes entre as dimensões do singular-universal-particular<sup>112</sup>.

Por outro lado, também não poderíamos deixar de salientar o perigo desta perspectiva entusiasmada frente aos processos de singularização. O cuidado diz respeito a estes serem cooptados pela lógica do capital, o que os tornariam mais um instrumento, dentre os tantos outros, de validação das pseudoparticularidades pretensamente únicas da mercadoria (seja ela material ou psicológica, como no caso das identidades e processos de subjetivação). Afinal, nada mais interessante ao capitalismo – sobretudo, nesta sua fase globalizada e hegemônica – do que a oferta, ainda que falsa, de uma multiplicidade infinita de opções singulares e de singularidades para que cada consumidor seja contemplado e se sinta especial e único. Estando de acordo com as perspectivas teóricas adotadas e defendidas ao longo de nosso texto, nós todos somos únicos, pois nos constituímos de modo particular a partir do contato com o outro – entendendo este outro não apenas como sendo as outras pessoas, mas também a história, a cultura e a sociedade em geral. Destarte, o polo não está deslocado para nenhuma das extremidades individual/social ou interno/externo. A unicidade é intrínseca aos processos de interação e intersecção entre tais dimensões (BEATÓN, 2005).

Mais uma questão é aquela associada aos termos da língua notoriamente caricatos que são produzidos por determinado discurso politicamente correto (tais como: “verticalmente prejudicado” para anão; “prestadora de serviços sexuais” para puta; dentre outros) os quais, usualmente, se aproximam de definições técnicas e são desprovidos das marcas histórico-sociais que lhes imputariam alguma coloração e/ou vivacidade – o que de modo algum poderia

---

<sup>112</sup> Resumidamente, a dialética singular-universal-particular, pensada a partir da obra de Marx, é a “[...] relação entre a singularidade (indivíduo) e a universalidade (o gênero humano), a qual se concretiza através das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que esse indivíduo está inserido.” (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

justificar a manutenção das violências, dominações e preconceitos existentes. Há casos em que a mudança terminológica é exagerada, pois não admite a alteração ou questionamento dos sentidos que ali estão contidos.

Curiosamente, a crítica ao politicamente correto se dá na generalização indistinta e não direta e exclusivamente a estas manifestações específicas, que, de fato, carregam as nódoas de uma homogeneização do mundo e, normalmente, não estão acompanhadas de reflexões ou retomadas dos porquês em se problematizar as denominações consideradas preconceituosas e discriminatórias. Nesta perspectiva de alterações fundadas em um pseudotecnicismo neutro, como apontam Possenti e Baronas (2006), há certa ingenuidade em se imaginar que as palavras **isoladamente** carreguem os seus sentidos, como se não detivessem ou estivessem engendradas histórica e/ou ideologicamente (BORGES, 1996). Deste modo, a mera alteração dos termos realmente apenas pode colocar em evidência os preconceitos que os subjazem, o que “[...] não resolve o problema das assimetrias sociais, antes, o dissimula.”, como reflete Borges (1996, p. 111).

Ainda que discutindo a questão de identidade e reconhecimento atribuídos ou forjados para os loucos ou doentes mentais, José Gonçalves Neto e Aluísio Lima igualmente apontam que o problema em si das denominações está ligado aos contextos políticos, sociais e ideológicos. Segundo as palavras dos próprios autores citados:

Se as formas de vida, formas de reconhecimento e jogos de linguagem forem os mesmos, os usos que significam os termos serão os mesmos. Em suma, para mudar as políticas de identidade estigmatizantes é preciso mais que mudar os discursos: é preciso mudar as práticas que os sustentam. (LIMA, 2012b, p. 48-49).

Neste ponto, há conflitos com o politicamente correto atrelado a um policiamento do que seria o correto – o qual, usualmente, é extremado e pouco articulado e, por tais razões, passível de ser questionado. Um exemplo para isto se passou com o cartunista Angeli, no ano de 2010, por conta de uma de suas tiras publicada pelo jornal a Folha de S. Paulo. No primeiro desenho havia uma mulher dizendo ao marido que fazia tempo que ele não a tocava, no quadrinho seguinte o marido dá uma surra na esposa e redargui que agora a tocara. A reação do público, por meio de cartas ao jornal e manifestações pelas redes sociais na internet, foi intensa e crítica, no sentido de dizer que o jornal e o cartunista estimulavam a violência contra a mulher. Entretanto, sequer se notou, como o próprio Angeli (2010) ressaltou em entrevista a Revista Trip, que o ridículo da história era justamente o marido-agressor.

Todavia, os fatos de a sociedade brasileira ser extremamente machista<sup>113</sup> e a violência contra mulher ser prática corrente e preocupante, tornam compreensíveis (e possíveis) essas leituras relacionadas ao “estímulo da violência contra a mulher” da polêmica tirinha – tal qual no exemplo dado por Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006) acerca de possíveis leituras racistas relacionadas à expressão “período negro da história”, uma vez que o racismo ainda é algo amplamente existente na sociedade brasileira atual.

Outro exemplo semelhante ao último citado se deu na época do lançamento do filme estadunidense “Django Unchained” [*Django Livre*] (2012) de Quentin Tarantino. A película se passa no sul dos Estados Unidos nos idos dos anos de 1858, período próximo e anterior a Guerra de Secessão (1861-1865), e conta a história de um escravo negro, Django, recém-liberto por um alemão caçador de recompensas, Dr. King Schultz, que após ajudá-lo em uma empreitada vai à busca de encontrar e resgatar sua esposa igualmente escrava e negra, Broomhilda. Em sua forma usual de se valer do pastiche e do *kitsch*<sup>114</sup> na construção de seus roteiros, Tarantino promove uma mistura de referências *pop* com elementos de filmes de faroeste italiano da década de 1960, os chamados *Westerns Spaghetti*. Dentre os aspectos constitutivos da obra, um sobremaneira incensado foi o abuso do termo “nigger” (o qual é considerado racista e pejorativo pelos Movimentos Negro de países anglófonos) nos diálogos travados ao longo do filme. Spike Lee, cineasta estadunidense, afirmou à época em sua conta do microblog *Twitter*: “American Slavery Was Not A Sergio Leone Spaghetti Western. It Was A Holocaust. My Ancestors Are Slaves. Stolen From Africa. I Will Honor Them.”<sup>115</sup> (LEE, 2012). E em uma entrevista dada neste mesmo período, o cineasta afirmou com veemência que não assistira ao filme de Tarantino e nem tencionava vê-lo.

Ainda que o questionamento ao uso indiscriminado de um termo racista seja completamente válido, neste caso narrado por nós é possível notar o exagero extremado do discurso politicamente correto, uma vez que, se Spike Lee tivesse visto “Django Unchained”, notaria que o final apoteótico da película retrata justamente o escravo-liberto e personagem central da trama explodindo a Casa-Grande (Nos Estados Unidos, a expressão equivalente a Casa-Grande é *Main House* [casa principal]). Em outros termos, a história ficcionada no filme apontaria para uma resistência implacável por parte de Django frente aos seus algozes, o que é

<sup>113</sup> Ainda que nós, brasileiros e brasileiras, tenhamos elegido e reelegido uma mulher para a Presidência da República em 2010 e 2014, não raro são as comparações de que a Presidenta foi sufragada por conta de suas competências “masculinas”, tais como a firmeza nas decisões e capacidade de comando.

<sup>114</sup> Conforme definição encontrada na versão online do dicionário Michaelis, **Kitsch** é: “Palavra que, no seu sentido moderno, surge em Munique por volta de 1860. Indica um fenômeno artístico que, segundo alguns, é a arte falseada, uma espécie de engodo artístico da era tecnológica.”

<sup>115</sup> “A escravidão nos Estados Unidos não foi um *Western Spaghetti* do Sergio Leone. Foi um holocausto. Meus ancestrais foram escravos. Sequestrados da África. Eu os honrarei.” (em nossa tradução).

demonstrado na eliminação física dos mesmos (como retratado nas tantas sequências de tiroteios com sangue jorrado a esmo ao estilo próprio de Tarantino), mas, principalmente, pelo simbolismo de se explodir a maior insígnia da opressão escravocrata: a própria Casa-Grande/*Main House*. Embora, como nos apontamentos já citados de Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006), uma leitura apressada poderia caracterizar “Django Unchained” como um filme racista por usar de forma abundante um termo racista para se referir aos negros, já que a sociedade estadunidense, apesar de ter elegido um presidente negro em 2008 pela primeira vez na história daquele país e o reconduzido ao cargo no ano de 2012, é permeada profundamente pelo racismo – bastando olhar o noticiário corrente (ou mesmo os casos noticiados nos últimos anos) de que a polícia estadunidense continua vitimando inúmeros negros sem motivo algum, se não pelo próprio racismo.

\*

De qualquer maneira, o que apreendemos e refletimos acerca de tudo que expusemos nas páginas anteriores é que podem ocorrer (e certamente ocorrem) exageros<sup>116</sup> em prol, ou em nome, de uma corrente do discurso politicamente correto. Entretanto, usualmente, as críticas mais ferrenhas e caricaturais provêm de um discurso conservador e hegemônico, o qual tem por fundamento, sobretudo, a manutenção de uma ordem notoriamente desigual. Entendemos que o politicamente correto tem primordialmente como norte a construção de relações sociais mais igualitárias e democráticas, através da tentativa de explicitação (e revisão) da desigualdade existente, usualmente se valendo dos significados que as palavras carregam. No entanto, como também dissemos, há a uma pretensão maior por normatizações na esfera pública, visando o respeito mútuo e a desconstrução de preconceitos e das opressões sofridas por determinados grupos sociais, o que perpassa pela linguagem, mas não se encerra nesta. Até porque as palavras por si não produzem os efeitos de sentido opressivos e discriminatórios, o que possibilita a elas tais caracteres é a existência de “[...] suporte (para a AD, ‘se houver condições de produção’) sociológico e histórico na formação social para que haja uma ideologia [, por exemplo,] racista que se materialize num discurso que contenha

---

<sup>116</sup> Como diz Renato Ribeiro (2000, p. 28): “pode haver ingenuidade ou excesso, às vezes, mas tanto já se exagerou numa direção que não haverá grande mal em ir uns poucos anos no rumo oposto.”, o que implica em reparações históricas, uma vez que “a história tem que ser pensada como o que foi (ou é), a saber, como uma relação de *violência*, na qual certos grupos sociais prevaleceram sobre outros.”. (RIBEIRO, R., 2000, p. 28, grifos do autor).

marcas características dessa ideologia.” (POSSENTI, 1995, p. 131). A desconstrução intenta, mormente, propor uma perspectiva política e social distinta daquela arraigada historicamente.

Evidentemente que isto se trata de uma idealização, ou de utopia, a ideia de uma sociedade na qual tais conflitos específicos estejam mitigados por completo e possa haver um igualitarismo baseado na “indiferença às diferenças”<sup>117</sup>, como proposto por Safatle (2012b, p. 21). Todavia, ao se rejeitar por completo esta outra possibilidade aventada por esse discurso politicamente correto, por assim dizer, propositivo, tal qual estamos descrevendo-o, caímos em um reafirmar contínuo e acrítico de um mundo cerrado e imóvel, em que as dominações e as cizânias sociais devem permanecer eternamente, sem poderem sequer ser questionadas.

Ressaltemos, porém, que essa proposição de um igualitarismo amplamente disseminado e real entre os seres humanos, não anula ou pretende dissipar a existência das diferenças, particularidades e singularidades presentes nos distintos processos de subjetivação. Esta posição política apenas não admite facilmente que as diferenças sociais vigentes conduzam as relações humanas do modo desproporcional, vertical e autoritário tal como o fizeram até então. De modo que, a universalidade pela igualdade e afirmação identitária são revolucionárias, como pontua Eagleton (1998, p. 111, grifos nossos):

O respeito que você recebia por acaso, você poderia perdê-lo sem mais nem menos, e isto constituía uma base frágil demais para uma ética. A justiça precisava ser imparcial; **os *anciens régimes* foram os maiores apologistas da diferença, uma vez que a maneira como se era tratado dependia da posição que se ocupava.** Agora, via-se a diferença como reacionária e a igualdade ou identidade como revolucionária.

Destarte, ainda que reforcemos o aspecto dialético inerente ao discurso do politicamente correto, em outros termos, a ideia de que este não detém uma possibilidade unívoca de interpretação e de implicação nos diversos discursos/práticas sociais, compreendemos que o último aspecto arrolado (normatização na esfera pública) merece maior destaque. Além disso, seguindo a perspectiva política adotada em nosso texto, é importante considerar que o discurso politicamente correto não pode ignorar o componente “classe” a fim

---

<sup>117</sup> Ideia que gerou controvérsias, sendo as principais críticas: o fato de que ser indiferente, em alguma instância, trata-se de não nutrir qualquer tipo de preocupação com o outro; e que esta perspectiva de não se afirmar diferenças está, segundo Barros (2012, p. 154), ligada à “[...] liberdade negativa defendida pelos liberais clássicos, segundo a qual ausência de impedimentos físicos, jurídicos ou morais (identitários?) é o que torna livre e autônomo.”, portanto, relativamente distante a uma posição ideológica e/ou política que se entenda de Esquerda. Contudo, concordamos com o Safatle (2012b), no ponto em que o pensamento de uma “indiferença às diferenças” reflete tanto um respeito apriorístico entre as pessoas, independentemente de quem/o que sejam, bem como se coaduna com a ideia de uma retomada dos direitos universais da humanidade por um discurso de cunho progressista, como expõe e propõe Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 1997).

de suplantar e erodir efetivamente a ordem vigente. Ainda que as questões angulares da tolerância e do multiculturalismo – ligados aos aspectos de gênero, etnia e outros – tenham sido a tônica e dominado o debate relativo ao politicamente correto, estando também presentes, mesmo que pulverizadas, em alguns momentos de nossa tese.

Desdobremos brevemente essas dimensões que causam certa dificuldade em se pensar em um discurso politicamente correto que se coadune ao câmbio substancial da realidade social. Žižek (2005) diz que o multiculturalismo é um dos pontos ideológicos centrais da contemporaneidade, não obstante, o autor crítica principalmente à tolerância completa a tudo e todos associada ao ideal multiculturalista, pois isto implicaria igualmente na tolerância inclusive de “[...] uma(s) classe(s) dominante(s) com discursos e sentidos dominantes.” (FONSECA; BECK; ESTEVES, 2012, p. 7). Além disso, há autores, dentre eles o próprio Žižek (2011, 2013) em determinados momentos de sua extensa obra, que relativizam as questões de identidade, centrando suas análises e programa na posição de que a dimensão “classe” é a única a caracterizar e estruturar todas as relações sociais, o que para Barrett (In: ŽIŽEK, 1996b) trata-se do problema do reducionismo que por vezes acomete(u) o Marxismo. Como contraponto a redução desmedida, Barrett recupera o texto de Laclau e Mouffe (1987), em que, segundo ela, “ao rejeitarem a lógica, ‘essencialista da classe’ do Marxismo, ao fornecerem inúmeros argumentos contra o privilégio automático da classe na análise marxista, tocaram, ainda que muito controvertidamente, no cerne desse problema.” (BARRET in ŽIŽEK, 1996b, p. 255). Ademais, se esses aspectos levarem ao aniquilamento dos conflitos e das contradições – que, como já afirmaram o próprio Marx e outros autores, como Gramsci (1986) e Laclau e Mouffe (1987), são algo constitutivo do tecido e corpo sociais –, tal negação desembocaria na adesão de um projeto positivista, o qual “[...] busca uma ordem estável em terreno social harmônico. [além disto] Vê os conflitos como desentendimentos de comunicação ou problemas morais, tornando-se defensor do rigor moral como forma de fazer progredir a sociedade.” (BOCK, 2002, p. 33). O nó, portanto, é o de como esses conflitos se estabelecem e, sobretudo, como são negociados pelos sujeitos históricos, políticos e sociais.

Para encaminharmos ao fim do capítulo, enfatizamos que a discussão sobre o caráter autoritário imputado ao politicamente correto ocorrida nos últimos no Brasil não é novidade no mundo ocidental, posto que o conservadorismo já utilizou desse expediente (inclusive, com os mesmos argumentos) em países anglófonos desde o final da década de 1980 (cf. DUNANT, 1994; SUHR; JOHNSON, 2003; WILLIAMS, 1995). Frente a isto, se faz necessário o questionamento e desmonte de tais estratégias de inversão cínica, em que os

dominantes se colocam na posição de oprimidos por aqueles que são verdadeiramente oprimidos. Para isso, ao decodificar os aspectos que compõem a crítica a uma das perspectivas discutidas acerca do discurso do politicamente correto, é possível vislumbrar os componentes ideológicos do cinismo contemporâneo que servem para justificar a manutenção completa do *status quo*. Finalmente, e por conta de tudo que expusemos, concordamos com Farclough (2003, p. 27), quando afirma que o politicamente correto “[...] needs to be addressed seriously by the left, because the critique of ‘PC’ remains an effective and damaging strategy.<sup>118</sup>”.

---

<sup>118</sup> “[...] precisa ser encarado seriamente pela esquerda, uma vez que a crítica ao politicamente correto permanece uma estratégia efetiva e prejudicial.” (em nossa tradução).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deixemos claro, por fim, que não pretendemos escravizar ou pautar como o discurso humorístico deva funcionar. Perseguimos seu funcionamento e caracterizamos particularidades de sua ocorrência no mundo ocidental contemporâneo, entretanto, como não poderia ser diferente, dada às nossas referências teóricas, explicitamos ser esta **uma possibilidade de leitura** dos fenômenos discursivos estudados. Algo realmente importante para o nosso trabalho foi que a crítica da ideologia e, sobretudo, a perspectiva dialética, nos permitiram apresentar e defender que os discursos humorísticos, principalmente aquele denominado politicamente incorreto, e o discurso/ideia de politicamente correto não se tratam apenas “disso” **ou** “daquilo”, ao contrário, ambos são “isso” e “aquilo” concomitantemente. O que, em outras palavras, indica que essas possibilidades contraditórias não se excluem, inversamente a isso, explicam-se justamente pela negação existente entre tais oposições. Destarte, o humor politicamente incorreto pode ser crítico ou acrítico, tal como o discurso do politicamente correto pode significar uma busca por transformações na realidade social ao proteger os grupos sociais menos favorecidos e subjugados, como pode implicar em uma homogeneidade associada à ordem dominante. Inclusive, deve haver outros conjuntos de características que podem ser formalizadas, e sobre as quais não nos detemos e/ou fomos capazes de visualizar.

Ao longo do trabalho defendemos a ideia de que um humor crítico (na perspectiva de que a crítica está sintonizada com um ideal de Esquerda, portanto em perspectiva política e ideológica em que se busca o igualitarismo e o fim da opressão exercida pelos grupos dominantes via ideologia e discursos) pode possibilitar o desnudamento do modo como as desigualdades funcionam e ocasionar reflexões que contribuam para o questionamento das mesmas. Seguindo, desse modo, o entendimento de que humor é “coisa séria” e deve, assim sendo, também ser encarado como tal.

Consequentemente a essa ideia, rejeitamos veementemente assertivas de que algo seja “só uma piada/brincadeira”, pois, embora haja casos em que construções humorísticas decorram de simples lapsos envolvendo inversões de sentidos ou das famigeradas *quedas cômicas*, ou seja, de um modo geral tributário de confirmação ou quebra nas expectativas (humor que foi discutido por nós sob a insígnia de “pastelão”), procuramos demonstrar que o humor enquanto discurso funciona atrelado diretamente às condições sociais, históricas e culturais. Em outros termos, não há *inocentes* no meio humorístico – e tão pouco no meio acadêmico, visto que, em nosso caso particular, indicamos desde o princípio em qual ponto do

espectro político-ideológico-teórico nos situaríamos, e quais implicações que isto teria ao longo das páginas que compõem a tese –, pois, bem ao contrário disto, uma “simples piada/brincadeira” não é asséptica ou completamente neutra, mas representa uma visão determinada de mundo, de sociedade e de indivíduo, a qual produz desdobramentos sociais e subjetivos. Todavia, pela maneira como a ideologia opera nos discursos (dissimulando ao naturalizar os modos pelos quais estes funcionam) e pela posição constantemente bombardeada no mercado das ideias de que viveríamos em um mundo pós-ideológico, o humorismo pode parecer não representar absolutamente nada além de si mesmo.

Associada a essa ideia cínica de neutralidade, é notável o quão o humor e mecanismos humorísticos, de fato, estão difundidos nas diversas práticas discursivas e sociais, contudo com o norte de entorpecer os sujeitos e suavizar tudo pelo via do mero divertimento/entretenimento ocasionado, o que é uma profícua estratégia de despotencialização e mitigação da perspectiva do social estar fundado nos conflitos contínuos e dialéticos. Acusamos o cinismo contido nessa estratégia pelo fato candente de que essa homogeneização humorística e de que se deva rir de modo obrigatório promovem e estão ancoradas na manutenção do *status quo* e no processo de um descolamento entre os discursos sérios que estão instalados e sendo difundidos através da não-seriedade que é produzida humoristicamente.

No que concerne especificamente ao humor politicamente incorreto é interessante notar que no Brasil – embora em outros países isso também ocorra – a modalidade **acrítica** é a mais consolidada, disseminada e repercutida pelos meios de comunicação de massa, o que nem se configura como algo tão impressionantemente, visto os tipos de discursos subjacentes a tal prática humorística. E ainda que tenhamos tecido diversos ataques a essa perspectiva de humor politicamente incorreto, vale reforçar que não caímos na armadilha de negar o caráter humorístico dessa para criticá-la, até porque entendemos que se trate igualmente de humor como o seu oposto dialético (**humor politicamente incorreto crítico**). Nossa argumentação esteve centrada e dirigida para aquilo em que esse humor está engendrado, os desdobramentos e impactos que ocasiona e produz. Como as características fundamentais do humorismo politicamente incorreto são tratar de tópicos que ocasionam polêmica, ofender determinados grupos ou ideias e romper com as normatizações sociais, pensamos ser mandatário analisar quais são os limites que estão sendo esfacelados e a quem servem as ações de erigir e implodir com esses mesmos limites. Assim sendo, defendemos a compreensão política e ideológica que o humor em suas diferentes modalidades de manifestação detém em seu bojo.

Enfatizemos também que esperamos ter desconstruído a ideia de que estejamos vivendo em uma propalada “ditadura do politicamente correto” (impingida e comandada, sobretudo, pelas chamadas “minorias”), argumento fartamente usado por humoristas, comediantes e/ou representantes em geral do *status quo*. Pois, se há uma profusão de correção política (relembrando a não univocidade do politicamente correto), ela é sim conectada com a homogeneização promovida pela “sutil” e “silenciosa” (ainda que extremamente efetiva), dominante e hegemônica ditadura capitalista/capitalística, que engloba tudo e perversamente impõe um modo de existir e se produzir a existência fundada na desigualdade, opressão, ausência de solidariedade, de direitos realmente universalizados e, até mesmo, de amor pelos outros.

Entretanto, evidentemente, a queixa pela tal “ditadura do politicamente correto” se utiliza da inversão dos lugares opressor-oprimido e focaliza ou aquilo que realmente está questionando o funcionamento da desigual ordem vigente (seja questionando as leis, a linguagem praticada cotidianamente, a distribuição do poder) ou os exageros ridículos praticados em nome do politicamente correto (como por exemplo, as revisões estapafúrdias no léxico que discutimos). Sendo que estes últimos são, de fato, passíveis de críticas severas, ainda que seja muito mais fácil apontar e formular os disparates ali contidos e, por conta disso, são usados à exaustão para “denunciar” a pretensa “ditadura do politicamente correto”.

Reforcemos: se quisermos efetivamente pensar em uma ditadura promovida pela correção política, ela está materializada em outras formas, ações e discursos que não o questionar das estruturas sociais. E mais, se quisermos efetivamente nos rebelar contra esta **efetiva ditadura de um politicamente correto**, o qual é parceiro da manutenção da ordem, apontemos nossos dedos em riste e vozes em tom elevado contra os mecanismos ancorados nesta perspectiva de “politicamente corretos” que são ampla e continuamente utilizados pelos opressores e dominadores para impor e manter as cizânias, exclusões e gritantes desigualdades.

Do mesmo modo, sendo o humor, e especificamente o **humor politicamente incorreto**, uma arma tão afiada para promover transgressões, que seja tomado em uma perspectiva crítica e questionadora, visando ser companheiro e produzir impactos em prol de transformações sociais e da emancipação. Afinal, com nosso trabalho, intentamos construir uma leitura diversa daquela comumente tida acerca do **humor politicamente incorreto** como aquele que tão somente se trata de abordar humoristicamente (e de modo a reforçar acriticamente): a misoginia; o racismo; os preconceitos de maneira geral; aqueles pensamentos maldosos que não poderiam jamais ser enunciados livremente; entre tantos

outros. O ponto de virada está em compreender que através do **humor politicamente incorreto** é, de fato, plenamente possível abordar estas (e outras) temáticas, entretanto, produzindo e reproduzindo ideias críticas e questionadoras acerca. Em outros termos, por conta de suas possibilidades dialéticas (como repetimos a esmo ao longo de toda a tese, bem como apontamos as principais possibilidades envolvidas), o humor não está encerrado e obrigado a ser meramente reacionário ou transgressivo pela via da reafirmação da ordem.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estado de exceção: Homo Sacer II, I**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível: na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ALBUQUERQUE, Sergio da Motta e. Ministério Público quer censurar dicionário. **Observatório da Imprensa**, ano 16, n. 684, 06 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed684\\_ministerio\\_publico\\_quer\\_censurar\\_dicionario](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed684_ministerio_publico_quer_censurar_dicionario)>. Acesso em: 21 dez. 2012.

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. Para uma caracterização da Psicologia Social Brasileira. **Psico. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 124-137, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca09.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

ANGELI. Ele não é de oposição nem de situação. É contra a politicagem e o politicamente correto. **Trip**, São Paulo, SP, ano 24, n. 191, ago. 2010. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/191/paginas-negras/angeli.html>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

Annual Review of Critical Psychology. Manchester, UK, v. 5, 2006.

Annual Review of Critical Psychology. Manchester, UK, v. 10, 2013.

ARÊAS, Vilma. **Iniciação à Comédia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ARAGÃO, Renato. **Playboy**, São Paulo, SP, ano 40, n. 476, jan. 2015.

ARISTÓTELES. Poética. In: \_\_\_\_\_; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. 12. ed. São Paulo: Editora Cultrix, [335a.C?]<sup>2005</sup>. p. 19-52.

\_\_\_\_\_. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa; Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [350a.C?]<sup>2010</sup>.

ASSANGE, Julian. ‘Ainda a material de impacto sobre os EUA’, diz fundador do WikiLeaks. **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de dezembro. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ainda-ha-material-de-impacto-sobre-eua-diz-fundador-do-wikileaks,657267,0.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Disponível em Domínio Público: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ATTARDO, Salvatore (org). **Encyclopedia of Humor Studies**. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

AVELAR, Idelber. As origens da expressão “politicamente correto”. **Revista Fórum**, São Paulo, SP, ano X, n. 96, abril, 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/04/04/as-origens-da-expressao-politicamente-correto/>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Trad. Antonio de Padua Danesi. Campinas, SP: Versus, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: O Contexto de François Rabelais. 3. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da UnB, 1996.

BANSKY. **Guerra e Spray**. Trad. Rogerio Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2000.

BARROS, Douglas Ferreira. A esquerda que não teme dizer seu nome (notas de leitura). **Revista Margem Esquerda**: ensaios marxistas, São Paulo, n. 19, p. 153-154, 2012.

BATISTA NETO, Jônatas. **História da Baixa Idade Média (1066-1453)**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAZIN, André. **Charles Chaplin**. Trad. André Telles; prefácio: François Truffaut; posfácio: Eric Rohmer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BEARD, Henry; CERF, Christopher. **Dicionário do politicamente correto**. Trad. Vera Karam e Sérgio Karam. São Paulo: L&PM, 1994.

BEATÓN, Guillermo Arias. Un intento de sistematización de los planteamientos esenciales del enfoque histórico cultural en sus inicios. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11-48, dez. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872005000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 dec. 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, vol. 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BENTO, António. A língua da <<correção política>>. In: SERRA, P.(Org.); FERREIRA, I. (org.). **Retórica e mediatização: da escrita à internet**. Covilhã: LabCom; Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <[http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110823-ferreira\\_ivone\\_retorica\\_mediatizacao.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110823-ferreira_ivone_retorica_mediatizacao.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2012.

BERGER, Peter. **Risa redentora**: la dimensión cómica de la experiencia humana. Trad. Mireia Bofill. Barcelona: Kairós, 1999.

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **Duração e simultaneidade**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIFO, Franco Bernardi. **Generación Post-Alfa: patologías e imaginarios en el semiocapitalismo**. Trad. Diego Picotto et al. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.

BILLIG, Michael. **Arguing and thinking**: a rhetorical approach to social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Laughter and Ridicule**: Towards a Social Critique of Humour. London: SAGE Publications, 2005.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995

BOCK, Ana Mercês Bahia. Fundamentos teóricos da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (orgs.) **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 15-35.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FERREIRA, Marcos Ribeiro; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a1819ns2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BORAT: Cultural Learnings of America for Make Benefit Glorious Nation of Kazakhstan (*Borat: O Segundo Melhor Repórter do Glorioso País Cazaquistão Viaja à América*). Direção: Larry Charles. Fox Home Entertainment. 2006. 1 DVD.

BORGES, Luis Carlos. A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. **Cadernos de Estudo Linguísticos**, Campinas, v. 31, p. 109-125, jul./dez., 1996. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/download/1678/1248>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 73-79.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. Trad. Cid Knipel. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman. **Uma história cultural do humor**. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRUM, Eliane. Senhor procurador, leia o verbete “dicionário”: o caso Houaiss e a tentativa do apagamento da história. **Época**, Seção Sociedade, 05 mar. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/03/senhor-procurador-leia-o-verbete-dicionario.html>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

BURMAN, Erica. Comunicação realizada durante a atividade “Colégio Doutoral” dentro do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia, promovido pela Sociedade Interamericana de Psicologia, 2013.

BURMAN, Erica; PARKER, Ian. **Discourse Analysis and Critical Psychology**. Curso ministrado no dia 15 de julho de 2013, como uma das atividades do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia, promovido pela Sociedade Interamericana de Psicologia, 2013.

CABRERA, Miriam Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2012.

CAMERON, Deborah. ‘Words, words, words’: the power of language. In: DUNANT, Sarah (org.). **The war of the words: the Political Correctness debate**. London: Virago, 1994, p. 15-34.

\_\_\_\_\_. **Verbal Hygiene**. London: Routledge, 1995.

CARLSON, Marvin. **Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

CARVALHO FILHO, José Ernane Carneiro. O tempo em Bachelard: uma ruptura com o continuísmo bergonsiano. **Ideação**, Feira de Santana, v. 2, n. 25, p. 57-70, 2012. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/Ernane.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

CHAPMAN, Graham. **Monty Phyton and the Holy Grail Screenplay**. London: Methuen Publishing, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAVO Del Ocho (*Chaves*). Criação de Roberto Bolaños. Ciudad de México: Televisa, 1972-1979.

CRITCHLEY, Simon. **On Humour**. New York: Routledge; London: Routledge, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações, 1972-1990**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DINIZ, Lilia. O caso Rafinha Bastos e os limites do humor. **Observatório da Imprensa**, 20/10/2011. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_caso\\_rafinha\\_bastos\\_e\\_os\\_limites\\_do\\_humor](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_caso_rafinha_bastos_e_os_limites_do_humor)>. Acesso em: 08 dez. 2012.

DINNUCI, Aldo Lopes. Diógenes, o cão: imagens, ditos célebres, comentários, epigramas. **Prometeus – Filosofia em Revista**, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 85-99, jan./jul., 2010. Disponível: <<http://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/752/630>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

DJANGO Unchained (*Django Livre*). Direção e roteiro: Quentin Tarantino. Columbia Pictures; Weinstein Company. 2012. 1 DVD.

DOMINGOS, João. Até cúpula do governo ridiculariza cartilha do politicamente correto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 maio 2005, Brasil, Caderno 1, p. 11.

DORNELES, Juliana Leal. **Clown, o avesso de si: uma análise do clownesco na pós-modernidade**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DUNANT, Sarah (org.). **The war of the words: the Political Correctness debate**. London: Virago, 1994.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FAIRCLOUGH, Norman. ‘Political correctness’: the politics of culture and language. **Discourse & Unit**, London, v. 14, n. 1 p. 17-28, 2003.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna**. 2. ed. Trad. Pedrinho Guareschi e Paulo Maya. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FONSECA, Rodrigo Oliveira; BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. O marxismo de Michel Pêcheux. IN: ANAIS DO CEMARX – VII COLÓQUIO

INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 7., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Publicação online, 2012, p. 72-88. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7288\\_Fonseca\\_Rodrigo.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7288_Fonseca_Rodrigo.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2013.

FREIRE, Ricardo. Chama o Aurélio. **Época**, São Paulo, 09 maio 2005, p. 138.

FREUD, Sigmund. O humor. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Vol. XXI. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, [1927]1980.

\_\_\_\_\_. Os Chistes e sua Relação com o inconsciente. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Vol. VIII. Trad. Margarida Salomão. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, [1905]1995.

FRIEDMAN, Sam. **Comedy and distinction**: the cultural currency of a ‘good’ sense of humour. London: Routledge, 2014.

FOUCAULT, Michel **The history of sexuality**: an introduction. Vol. 1. Trad. Robert Hurley London: Penguin, 1990.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pecheux. Trad. de Bethania S. Mariani. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 2. ed. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GEIER, Manfred. **Do que riem as pessoas inteligentes?**: Uma pequena filosofia do humor. Trad. André Delmonte e Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica**: como prática de libertação. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-362, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 86-104.

GOUREVITCH, Aron; CONTINI, Susanna. The Comic and the Serious in Religious Literature of the Middle Ages. **Diogenes**, Paris, v. 23, n. 90, p. 56-77, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Trad. Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética de história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**. Tomo 4. Trad. Ana María Palos. Ciudad de México: Ediciones Era, 1986. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/29163612/Cuadernos-de-La-Carcel-Tomo-4-Antonio-Gramsci>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico e Da modalidade**. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: DIFEL, 1976.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. **O discurso do politicamente incorreto e do escracho em South Park**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

GULLAR, Ferreira. A coisa está branca. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 maio. 2005, Ilustrada, Caderno 5. p. 12.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silve e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HALMARI, Helena. Political correctness, euphemism, and language change: The case of ‘people first’. **Journal of Pragmatics**, Houston, v. 43, n. 3, p. 828-840, 2011.

HART, Marjolein’t. Humour and Social Protest: an introduction. In: HART, Marjolein’t; BOS, Dennis (orgs.). **Humour and Social Protest**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1-20.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HASSMAN, Ihab. The culture of postmodernism. **Theory, Culture and Society**, London, v. 2, n. 3, p. 119-132, nov. 1985.

HUGUES, Geoffrey. **Political correctness: a history of semantic and culture**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX**. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Trad. M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBÁÑEZ, Tomás. **Aproximaciones a la psicología social**. Barcelona: Sendai, 1990.

IBÁÑEZ, Tomás; IÑIGUEZ, Lupicínio (orgs). **Critical Social Psychology**. London: Sage, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais, 2010**. Disponível em: <[http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS\\_2010.pdf](http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2002.

JORDÃO, Cláudia. A invasão do politicamente correto. **ISTOÉ**, São Paulo, 08 set. 2008. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/8822\\_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO](http://www.istoe.com.br/reportagens/8822_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO)>. Acesso em: 09 mar. 2011.

JUSTO, José Sterza. Humor, educação e pós-modernidade. In: ARANTES, Valéria Amorin. (Org.). **Humor e Alegria na Educação**. São Paulo: Summus, 2006. p. 103-112.

KAGAN, Donald. **A guerra do Peloponeso**. Trad. Gabriela Máximo. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Trad. Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

KUPERMANN, Daniel. **Ousar rir: humor, criação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LACERDA JR., Fernando. Revolution in psychology: alienation to emancipation (resenha). **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 1-4, 2009. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/481/345>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, Morelia, n. 3, p. 216-263, 2013. Disponível em: <<http://teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 11-19.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social?**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LATTUF, Carlos. Globo News em pauta entrevista o cartunista Carlos Lattuf. **Globo News em pauta**. Programa exibido em 30/08/2011. Entrevista concedida a Sérgio Aguiar. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7ij4x7Dbvqo>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

LAUREANO, Pedro Sobrino; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1 p. 2-11, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3692/2308>>. Acesso em: 29 abril. 2014.

LEDERACH, John Paul. **El abecé de la paz y los conflictos: educar para la paz**. Madrid: Los libros de la Catrata, 2000.

LEE, Spike. (SpikeLee). “American Slavery Was Not A Sergio Leone Spaghetti Western. It Was A Holocaust. My Ancestors Are Slaves. Stolen From Africa. I Will Honor Them.”. 22 de dezembro de 2012, 2h18min. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/SpikeLee/status/282611091777941504>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

LEFORT, Claude. Claude Lefort ataca a crítica conformista. **Folha de S. Paulo**. Publicado em: 20 de mar. 1994. Entrevista concedida a Fernanda Scalzo. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista\\_filosofia\\_claude\\_lefort1.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_claude_lefort1.htm)>. Acesso em: 20 out. 2012.

LESSA, Ivan. Nossa lingual, nossa alma. **BBC Brasil**, Colunistas, 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120229\\_ivan\\_lessa\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120229_ivan_lessa_rw.shtml)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

LIMA, Aluísio Ferreira de. A identidade como “problema” de pesquisa. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 2, n. 2, p. 215-229, 2012a. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/987/717>>. Acesso em: 18 de jun. 2015.

LIMA, Aluísio Ferreira de. (org.). **Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012b.

LIND, William. **The Origins of Political Correctness**. 05/02/2000. Accuracy in ACADEMIA Disponível em: <<http://www.academia.org/the-origins-of-political-correctness/>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

\_\_\_\_\_. A sociedade humorística. In: \_\_\_\_\_. **A era do vazio**. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 111-145.

LOCKYER, Sharon. Heard the One About ... Applying Mixed Methods in Humour Research?, **International Journal of Social Research Methodology**, London, v. 9, n. 1, p. 41-59, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13645570500436155>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Dynamics of social class contempt in contemporary British television comedy. **Social Semiotics**, London, v. 20, n. 2, p. 121-138, 2010. Disponível em: <[www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10350330903565758](http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10350330903565758)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

LOCKYER, Sharon; PICKERING, Michael. Dear shit-shovellers: humour, censure and the discourse of complaint. **Discourse Society**, London, v. 12, n. 5, p. 633-651, 2001. Disponível em: <<http://das.sagepub.com/content/12/5/633>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. (orgs.) **Beyond a joke: the limits of humour**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MACEDO, José Rivair. **Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARCHI, Carlos. Nilmário suspende publicação e pede análise sobre conteúdo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 maio. 2005, Brasil, Caderno 1, p. 11.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica**. 2. ed. San Salvador: UCA Editores, 2005.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia sócio-histórica: o fazer científico. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Terezinha Ferreira (orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 118-138.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha/Marx. Crítica do programa de Erfurt/Engels. Marxismo e revisionismo/Lenine**. Trad. Alberto Saraiva. Porto: Portucalence, [1875]1971.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, [1844]2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luciano Cavini Martorano, Nélcio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, [1846]2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, [1848]2010.

MENDES, Armando. O politicamente correto, de novo. **Blog do Noblat**, 06 maio. 2005. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2005/05/06/o-politicamente-correto-de-novo-22362.asp>> acesso em: 13 dez. 2012.

MENTINIS, Mihalís. ¿De qué te ríes? Hacia una crítica psicosocial del humor y de la risa en la política radical. **Teoría y crítica de la psicología**, Morelia, n. 1, p. 131-141, 2011. Disponível em: <<http://teocripsi.com/documents/1mentinis.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

MEZAN, Renato. **Freud: a trama dos conceitos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MIDNIGHT in Paris (*Meia Noite em Paris*). Direção e roteiro: Woody Allen. Sony Pictures Home Entertainment. 2011. 1 DVD.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

MODERN Times (*Tempos Modernos*). Direção: Charles Chaplin. Charles Chaplin Productions. 1936. 1 DVD.

MONTY Phytton and the Holy Grail (*Monty Phytton em Busca do Cálice Sagrado*). Direção: Terry Gilliam; Terry Jones. Python (Monty) Pictures; Michael White Productions; National Film Trustee Company. 1975. 1 DVD.

MPF/MG VAI à justiça para mudar verbetes do Dicionário Houaiss. **Assessoria de Comunicação Social Ministério Público Federal em Minas Gerais**, Belo Horizonte, 27 fev. 2012. Disponível em: <[http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_indios-e-minorias/mpf-mg-vai-a-justica-para-mudar-verbete-do-dicionario-houaiss](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-mg-vai-a-justica-para-mudar-verbete-do-dicionario-houaiss)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya Brasil, 2009.

NEUENDORF, Kimberly; FENNELL, Tom. A social facilitation view of the generation of humor and mirth reactions: Effects of a laugh track. **Central States Speech Journal**, Philadelphia, v. 39, n. 1, p. 37-48, 1988.

NEUMANN, Roland; STRACK, Fritz. “Mood Contagion”: the automatic transfer of mood between persons. **Journal of personality and social psychology**, Washington, v. 79, n. 2, p. 211-223, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. A incorreção política do policiamento da metalinguagem: a propósito do cultivo irracional do “politicamente correto” em metalinguagem. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 198-207, 2012. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4698/3769>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 25-50.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso – Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Linguagem e Método: Uma questão da Análise de Discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. p. 15-28.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Wilson Velloso. São Paulo: Nacional, 1976.

O RISO dos outros. Direção: Pedro Arantes. Produção: Angelo Ravazi e Ricardo Monastier. São Paulo: Massa Real, 2012. Documentário online (52 min), son., color. Documentário vencedor do 1º concurso de documentários da TV Câmara promovido pela Câmara dos deputados. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LTxtEZGp58g>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

PALMER, Jerry. **Taking humour seriously**. London: Routledge, 1994.

PARKER, Ian. **The Crisis in Modern Social Psychology: and How to End it**. London: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. Critical psychology: critical links. **Annual review of Critical Psychology**, Manchester, v. 1, n. 1, p. 3-18, 1999. Disponível em: <<http://www.discourseunit.com/arcp1/ARCP1%20Parker%20003-018.doc>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Four Story-Theories About and Against Postmodernism in Psychology. In: HOLZMAN, Lois; MORSS, John. (orgs.). **Postmodern Psychologies: Societal Practice and Political Life**. New York: Routledge, 2000, p. 29-48.

\_\_\_\_\_. Psychology is so critical, only marxism can save us now. 2003. Disponível em: <<http://www.psychminded.co.uk/news/news2003/oct03/psychologysocritical.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2013. Não paginado.

\_\_\_\_\_. Análisis del discurso. In: BANISTER, Peter. et al. **Métodos cualitativos en Psicología: una guía para la investigación**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2004, p. 121-139.

\_\_\_\_\_. Critical Psychology: what it is and what it is not. **Social and Personality Psychology Compass**. Oxford, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: <[http://www.discourseunit.com/papers/parker\\_papers/2007%20SPPC%20critical%20psychology.pdf](http://www.discourseunit.com/papers/parker_papers/2007%20SPPC%20critical%20psychology.pdf)>. Acesso em: 20 maio. 2013.

\_\_\_\_\_. Critical Psychology and Revolutionary Marxism. **Theory & Psychology**, Calgary, v. 19, n. 1, p. 71-92, 2009a. Disponível em: <[http://www.discourseunit.com/papers/parker\\_papers/2009%20T&P%20Marxism%20and%20Critical%20Psychology%20proofs.pdf](http://www.discourseunit.com/papers/parker_papers/2009%20T&P%20Marxism%20and%20Critical%20Psychology%20proofs.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ian Parker**: Komentar dneva [jul. 2009]. Comentário realizado no programa esloveno “Vesti na Vesti”, 2009b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NNrrpvC11Ag>>. Acesso em: 20 maio. 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicação realizada durante a atividade “Colégio Doutoral” dentro do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia, promovido pela Sociedade Interamericana de Psicologia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Psychology after discourse analysis**: concepts, methods, critique. London: Routledge, 2015

PARKER, Ian; BURMAN, Erica. Critical Psychology: four theses and seven misconceptions. **Hellenic Journal of Psychology**, Thessaloniki, v. 5, n. 1, p. 99-115, 2008. Disponível em: <[http://www.discourseunit.com/papers/parker\\_papers/2008%20HJP%20critical%20psychology%20%28Parker%20&%20Burman%29.pdf](http://www.discourseunit.com/papers/parker_papers/2008%20HJP%20critical%20psychology%20%28Parker%20&%20Burman%29.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

PARKER, Ian; SHOTTER, John (orgs.). **Deconstructing Social Psychology**. London: Routledge, 1990.

PASQUALINI, Juliana Campregher ; MARTINS, Lígia Márcia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00362.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

PERRY, Ruth. A short history of the term politically correct. In: AUFDERHEIDE, Patricia (org.). **Beyond PC**: towards a politics of understanding. St. Paul: Graywolf, 1992, p. 70-82.

PINTO, Ziraldo Alves. Ninguém entende de humor. **Revista Vozes de Cultura**, Petrópolis, v. 64, n. 3, p. 21-37, 1970.

PIRANDELLO, Luigi. On humor. **The tulane drama review**, v. 10, n. 3, p. 46-59, 1966.

POLIZELLI, Demerval Luiz; OZAKI, Adalton (Orgs.). **Sociedade da Informação**: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 125-142, 1995. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/1016/1127>>. Acesso em: 20 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Os humores da língua**: análises lingüísticas de piadas. 4. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente incorreta no Brasil: uma língua de madeira?. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006.

PROPP, Vladimir. **Comichidade e Riso**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora Ática, 1982.

PROVINE, Robert. Laughter: the study of laughter provides a novel approach to the mechanisms and evolution of vocal production, perception and social behavior. **American Scientist**, Durham, v. 84, n. 1, p. 38-45, 1996.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 maio. 2005, Brasil, Caderno 1, p. 11. 2005a.

\_\_\_\_\_. Como é difícil quebrar preconceitos. **Observatório da Imprensa**, ano 10, n. 328, 10 maio. 2005b. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=328IPB007>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: SILVA, Fabio Lopes; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (Orgs.). **O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000, p. 93-102.

Revista Vozes de Cultura. Petrópolis, RJ, v. 64, n. 3, 1970.

RIBEIRO, João Ubaldo. Politicamente correto: linguagem e delírio autoritário. **Observatório da Imprensa**, ano 10, n. 327, 03 maio 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=327IPB004>> Acesso em: 13 dez. 2012.

RIBEIRO, Renato Janine. Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: \_\_\_\_\_. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 26-44.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: SOUZA, Lídio de; QUINTAL, Maria de Fátima; RODRIGUES, Maria Margarida Pereira (Orgs.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 317-345

RODRIGUES, Sergio. Ciganos X Houaiss: faltam judeus, baianos, japoneses... **Veja Online**, Blog Curiosidades etimológicas, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

ROJAS, Enrique. **El hombre light**: una vida sin valores. Madrid: Temas de Hoy, 2007.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempos de globalização. In: LINS, Daniel (org.). **Saberes nômades**. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 19-24. Disponível em: <[http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/viciados\\_em\\_identidade.pdf](http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/viciados_em_identidade.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

ROUANET, Sergio Paulo. **A razão crítica**: as ilusões da consciência de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In: \_\_\_\_\_. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Amar uma ideia. In: David Harvey et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a, p. 45-55.

\_\_\_\_\_. **A Esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012b.

\_\_\_\_\_. Superar divisões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2014. Caderno 1, p. 2.

SAKAMOTO, Leonardo. Hulk esmaga. Silas Malafaia arrebenta. **Blog do Sakamoto**. 10 de out de 2012. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/10/10/hulk-esmaga-silas-malafaia-arrebenta/>> Acesso: 02 fev. 2015. Não paginado.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. Ed. revisada e ampliada. São Paulo: Experimento, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 dez. 2012

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Cortez, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2000.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES da Presidência da República Federativa do Brasil. Sítio virtual. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SCHOPENHAUER, Artur. **O mundo como vontade de representação**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Quem tem medo do politicamente incorreto? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio. 2005. Brasil, Caderno 1, p. 10

SHUR, Stephaine; JOHNSON, Sally. Re-visitng 'PC': introduction to special issue on 'political correctness'. **Discourse & Society**, London, v. 14, n. 1, p. 5-16, 2003.

SILVA, Maria de Fátima. A fortuna de um autor chamado Menandro. **Revista Portuguesa de História do Livro**, Lisboa, n. 24, p. 31-60, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-13362009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-13362009000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2012.

SILVA, Deonísio da. Aleijadinho, bife à Camões e dicionários. **Observatório da Imprensa**, ano 16, n. 684, 06 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed684\\_aleijadinho\\_bife\\_a\\_camoes\\_e\\_dicionarios](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed684_aleijadinho_bife_a_camoes_e_dicionarios)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SILVA, Paulo José Carvalho da; BEER, Paulo Antonio de Campos. Sobre o cinismo em um tempo de identificações irônicas. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 84-98, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912011000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. Trad. Marcos Casanova et al. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do Grotesco**: Introdução à Cultura de Massa no Brasil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_.; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais**. Trad. Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 117-145.

SYMPHER, Wylie. **Comedy**. Baltimore; London: The John Hopkins University Press, 1956.

TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental**: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo. Trad. Beatriz Sidou. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TOWSEN, John. **Clowns**. New York: Hawthorn Books, 1976.

TRAVERSO-YEPEZ, Martha. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 4, n. 1, p. 39-59, 1999.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1999000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

UNIC Rio. Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, dez. 2000. Disponível em: <[http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

VOIGT, André Fabiano. Gaston Bachelard e Michel Foucault: a linguagem, o tempo e o espaço. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie\\_01\\_Andre\\_Fabiano\\_Voigt.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie_01_Andre_Fabiano_Voigt.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2013.

WEAVER, Simon. Jokes, rhetoric and embodied racism: a rhetorical discourse analysis of the logic of racist jokes on the internet. **Ethnicities**, v. 11, n. 4, p. 413-435, 2011a. Disponível em: <<http://etn.sagepub.com/content/11/4/413>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **The Rhetoric of Racist Humour: US, UK and Global Race Joking**. Farnham: Ashgate Publishing, 2011b.

\_\_\_\_\_. A rhetorical discourse analysis of online anti-Muslim and anti-Semitic jokes. **Ethnic and Racial Studies**, v. 36, n. 3, p. 483-499, 2013. Disponível em: <[dx.doi.org/10.1080/01419870.2013.734386](http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2013.734386)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

WILLIAMS, Jeffrey (org.). **PC wars: politics and theory in the academy**. London: Routledge, 1995.

WILSON, John Karl. **The myth of political correctness: the conservative attack on higher education**. Durham: Duke University Press, 1995.

XEXÉO, Artur. Ainda sobre a cartilha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio. 2005. Segundo Caderno, Caderno 2, p. 8.

ZAMBONI, José Carlos. **Notas sobre o politicamente correto**. Blog pessoal. Disponível em: <[http://www.jczamboni.com.br/J. C. Zamboni - Notas sobre o politicamente correto.pdf](http://www.jczamboni.com.br/J._C._Zamboni_-_Notas_sobre_o_politicamente_correto.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ZILLES, Urbano. O significado do humor. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p. 83-89, 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3239/2499>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ZIZEK! Direção: Astra Taylor. Produção: Lawrence Konner. Brooklyn: The documentary campaign, 2006. 1 DVD (71 min), son., color.

ŽIŽEK, Slavoj. Cinismo e objeto totalitário. In: \_\_\_\_\_. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1992, p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma?. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Um mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p. 297-332.

\_\_\_\_\_. (org.). **Um mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Bem-Vindo ao deserto do Real!**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

\_\_\_\_\_. **The puppet and the dwarf**: the perverse core of Christianity. Cambridge: Massachusetts; London: England: The MIT press, 2003b.

\_\_\_\_\_. Multiculturalismo ou a lógica do capitalismo multinacional. In: Christian Dunker e José Luiz Aidar Prado (orgs.). **Žižek Crítico**: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hackers Editores, 2005, p. 11-46.

\_\_\_\_\_. **Lacrimae rerum**: ensaios sobre o cinema moderno. Trad. Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Roda Viva [02 de fev. 2009]. Transcrição disponível em: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/722/entrevistados/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Contra os direitos humanos. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 11-29, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6541/5947>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Em defesa das causas perdidas**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. O violento silêncio de um novo começo. In: David Harvey et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 15-25.

\_\_\_\_\_. **Alguém disse totalitarismo?**: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. “Eu sou estúpido e maldoso”. Trad. Artur Renzo. **Blog da Boitempo**, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/02/16/eu-sou-estupido-e-maldoso-zizek-esclarece-sua-posicao-sobre-o-je-suis-charlie/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ŽIŽEK, Slavoj; DALY, Glyn.. **Arriscar o impossível**: conversas com Žižek. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.